

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - DOUTORADO**

DYEINNE CRISTINA TOMÉ

**MARIANA COELHO E A EDUCAÇÃO DAS MULHERES: UMA ESCRITORA
FEMINISTA NO CAMPO INTELECTUAL (1893-1940)**

**PONTA GROSSA
2020**

DYEINNE CRISTINA TOMÉ

**MARIANA COELHO E A EDUCAÇÃO DA MULHER: UMA ESCRITORA
FEMINISTA NO CAMPO INTELECTUAL (1893-1940)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Névio de Campos.

Linha de Pesquisa: História e Política Educacionais.

**PONTA GROSSA
2020**

T656

Tomé, Dyeinne Cristina

Mariana Coelho e a educação das mulheres: uma escritora feminista no campo intelectual (1893-1940) / Dyeinne Cristina Tomé. Ponta Grossa, 2020. 345 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Nívio de Campos.

1. Mariana Coelho. 2. Trajetória intelectual. 3. Campo literário e intelectual. 4. Educação e emancipação feminina. I. Campos, Nívio de. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.981

Foto
grafica fei-
ta em 1935



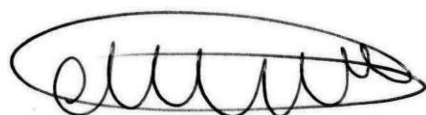
Marciana
Cezinho

TERMO DE APROVAÇÃO

DYEINNE CRISTINA TOMÉ

MARIANA COELHO E A EDUCAÇÃO DAS MULHERES: UMA ESCRITORA FEMINISTA NO CAMPO INTELECTUAL (1893-1940)

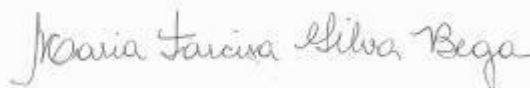
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof. Dr. Névio de Campos – UEPG



Profª. Drª Maria Cristina Gomes Machado – UEM



Profª. Drª Maria Tarcisa Silva Bega – UFPR



Profª. Drª Christiane Marques Szesz – UEPG



Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior – UEPG

Ponta Grossa, 30 de abril de 2020.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Nívio de Campos, pela confiança depositada, pelo auxílio sempre competente e pelo referencial de dedicação à docência e à vida acadêmica. A você, toda minha admiração e respeito.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em especial aos professores, pela convivência tão enriquecedora, pelos conhecimentos partilhados e por fazerem parte desta trajetória.

Aos professores membros da banca examinadora, professor Oriomar Skalinski Júnior, professora Maria Tarcisa Silva Bega, professora Maria Cristina Gomes Machado e professora Christiane Marques Szesz, por suas generosas e valiosas contribuições.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa História, Intelectuais e Educação no Brasil e no contexto internacional, pelas experiências trocadas e conhecimentos partilhados.

Aos colegas do doutorado, pela amizade, pelas discussões acadêmicas e não acadêmicas, pelos momentos de descontração e pelo alento nos momentos difíceis da pesquisa.

Aos meus amigos que, de modo direto ou indireto, contribuíram para que esta investigação pudesse se concretizar.

Aos professores Aires Antunes Diniz e Leonardo Soares Madeira Iorio Ribeiro, pela inestimável contribuição para o desenvolvimento deste trabalho.

De modo especial, à minha família:

À minha mãe Neuza, por seu exemplo de mulher forte e obstinada, ao meu pai Darci Carlos, por seu exemplo de paciência e serenidade, pelos quais me ensinaram a enfrentar com equilíbrio e perseverança os caminhos da vida. A vocês, minha eterna gratidão.

Ao meu esposo Julio Cesar, pela paciência, pela compreensão e por sempre estar ao meu lado, apoiando-me nos momentos mais difíceis deste árduo processo. A você, minha gratidão e meu amor.

À Maria Lucia Bertin, exemplo de mulher determinada, por todo apoio e incentivo e pela pessoa incrível que é.

Ao meu irmão Douglas e sua esposa Sandra, pela atenção e cuidado. Às minhas sobrinhas: Jéssyca, por toda força e determinação que uma jovem mulher poderia ter; Júlia, por toda alegria com que encara a vida; e, Alice, por toda luz com que veio iluminar nossas vidas.

As ideias que nascem da recordação e da saudade, e as que fixam e desenvolvem factos históricos, são, evidentemente, filhas do passado; consequentemente as que nascem dos acontecimentos que se entrechocam e tumultuam no presente, são mães do futuro. E entre estes dois extremos – passado e futuro – elas que nascem libérrimas, sem peias que as possam algemar – pois não há prisões que aferrolhem o pensamento – estão, contudo, concludentemente, naturalmente, desde as mais coerentes às mais contraditórias, presas e escravizadas ao tempo (COELHO, 1940, p. 13).

TOMÉ, Dyeinne Cristina. **Mariana Coelho e a educação das mulheres**: uma escritora feminista no campo intelectual (1893-1940). 2020. 345 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2020.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar a trajetória de Mariana Coelho, notadamente o período de 1893 a 1940, a fim de problematizar seu processo de formação como leitora e escritora, bem como sua inserção no campo intelectual. O recorte inicial, 1893, está associado à sua primeira poesia publicada pela *Revista Azul*, e 1940 demarca o momento em que deixou de atuar na vida pública com a edição da obra *Cambiantes* e sua última carta escrita à feminista Bertha Lutz. A justificativa desta investigação está associada ao lugar ocupado por esta personagem no cenário literário, intelectual e feminista da história paranaense e brasileira, visto que as posições ocupadas e as tomadas de posições permitem problematizar sua atuação no universo da leitura e da escrita na tentativa de compreender as estratégias que favoreceram o seu ingresso no campo literário e intelectual, possibilitando o seu reconhecimento como intelectual que almejava educar as mulheres para que tivessem maior autonomia e espaço na vida pública e profissional. Apoia-se em fontes como as correspondências ainda inéditas – trocadas com a líder Bertha Lutz, no período de 1923 a 1940 –, notas de leitura, obras publicadas e artigos divulgados em periódicos ao longo de sua trajetória, bem como nas proposições teórico-metodológicas do sociólogo Pierre Bourdieu e nos aportes da história intelectual, os quais permitem compreender os espaços sociais e culturais em que Mariana Coelho transitou, assim como explicar o processo que resultou na transformação de estratégias aplicadas ao mundo social para ingressar no campo literário e intelectual em favor de seu debate em defesa da educação e emancipação feminina. No percurso de análise, discutem-se as origens familiares de Mariana Coelho, tendo em vista sua formação de leitora, no período em que viveu em Portugal, entendido como espaço de prática social e acúmulo de capital cultural, além de descrever o processo de sua saída de Portugal e chegada ao Brasil. Em seguida, é apresentada como se deu sua formação como escritora e inserção ao campo literário paranaense, destacando-se as relações que estabeleceu com outros agentes e as tomadas de posição nesse espaço social. É evidenciado também como sua concepção feminista foi se moldando e se constituindo ao longo dos anos por meio das leituras, das ações e das relações que estabeleceu com outras feministas, particularmente com Bertha Lutz, com quem manteve uma relação marcada por laços de amizade, de intercâmbio de ideias, assim como por desacordos. Enfim, ao mostrar o acúmulo de seu capital cultural (condição de leitora e escritora) e de capital simbólico (vínculo com diversas lideranças culturais), sustenta-se a tese que Mariana Coelho converteu esses elementos em estratégias potencializadoras para defender, no âmbito do campo intelectual paranaense e brasileiro, seu feminismo por convicção, cujo horizonte seria um modelo educacional comprometido com a emancipação das mulheres.

Palavras-chave: Mariana Coelho. Trajetória intelectual. Campo literário e intelectual. Educação e emancipação feminina.

TOMÉ, Dyeinne Cristina. **Mariana Coelho and women's education**: a feminist writer in the intellectual field (1893-1940). 2020. 345 f. Thesis (Doctorate degree in Education) – Ponta Grossa State University, Ponta Grossa, Paraná, Brazil, 2020

ABSTRACT

This thesis aims to investigate Mariana Coelho's trajectory, notably the period between 1893 to 1940, with the intent to analyze her formation process as a reader and writer, as well as her presence in the intellectual field. Her initial outline, 1893, is associated to her first poem published by *Revista Azul*, and 1940 highlights the moment in which she ceased to act on public life with her edition of the work *Cambiantes* and her last letter written to feminist Bertha Lutz. The justification for this investigation is associated to the place occupied by Coelho in the literary, intellectual and feminist scenario of Brazilian/Paranaense history, since both the occupied and taken positions allow for the problematization of her actions in the reading and writing universe, in an attempt to comprehend the strategies which gave way to her entry in the literary and intellectual field, allowing her acknowledgement as an intellectual who strived to educate women so they would have more autonomy and space in their public and professional lives. This paper is supported by sources, some of which are unprecedented, such as correspondences exchanged with leader Bertha Lutz, between 1923 to 1940, as well as reading notes, articles and works periodically published throughout Coelho's trajectory, in addition to the theoretical-methodological propositions of the sociologist Pierre Bourdieu and the inputs of intellectual history, which allow the comprehension of the cultural and social spaces where Mariana Coelho has gone through, as well as to explain the process which led to the transformation of strategies applied to the social world in order to enter in the intellectual and literary field, in favor of her debate of defense of the feminist cause. In the course of analysis, topics of discussion include Mariana Coelho's family origins, focusing on her reading formation, during which time she lived in Portugal, understood as a space of social practice and gathering of cultural capital, in addition to describing the process of her departure from Portugal and her arrival in Brazil. Moreover, it is presented how her writing formation, along with her insertion in the Paranaense literary field occurred, highlighting the relationships established with other agents in addition to the positions taken in this social space. It is also evidenced how her feminist conception was shaped and how it structured itself throughout the years through the reading, along with the actions and the relationships established with other feminists, particularly with Bertha Lutz, with whom Coelho kept a relationship known for its friendship bonds, its constant exchange of ideas, as well as disagreements. Finally, by showing the gathering of her cultural capital (her reader and writer status) and her symbolic capital (her ties with several cultural leaderships), it sustains the idea that Mariana Coelho converted these elements into empowering strategies to defend within the intellectual Brazilian/Paranense field, her feminism by conviction, which would envision an educational standard committed to the emancipation of women.

Keywords: Mariana Coelho. Intellectual trajectory. Literary and intellectual field. Female education and emancipation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Declaração aos pobres.....	86
Figura 2 – Propaganda da Livraria Impressora.....	90
Figura 3 – Autores paranaense 1900.....	140
Figura 4 – Propaganda na Revista <i>O Malho</i> do Colégio Santos Dumont.....	170
Figura 5 – Propaganda do Colégio Santo Dumont por Mariana Coelho.....	173
Figura 6 – Alunos e professore aguardando a visita de Santos Dumont.....	174
Figura 7 – Capítulos do livro <i>A evolução do feminismo</i> enviado a Bertha Lutz...	244

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPPR	Biblioteca Pública do Paraná
CPFC	Centro Paranaense Feminino de Cultura
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
INP	Instituto Neo-Pitagórico
LEIM	Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher
LRMP	Liga Republicana das Mulheres Portuguesas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
PRF	Partido Republicano Feminino

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 MARIANA COELHO: DE PORTUGAL AO BRASIL.....	40
1.1 DA EDUCAÇÃO DE MARIANA COELHO.....	40
1.2 DO DOMÍNIO DO ALFABETO AO OFÍCIO DE LEITORA.....	52
1.3 UMA LEITORA LUSITANA EM CURITIBA.....	85
2 MARIANA COELHO NO CAMPO LITERÁRIO.....	113
2.1 PELA PENA E PELA PALAVRA: DO FAZER-SE ESCRITORA AO FAZER DA ESCRITORA.....	113
2.2 INCURSÃO AO CAMPO LITERÁRIO PARANAENSE.....	129
2.3 ESCRITA E MAGISTÉRIO COMO PROFISSÕES.....	167
3 DA ASPIRAÇÃO À PALAVRA AUTORIZADA: UMA FEMINISTA NO CAMPO INTELECTUAL.....	202
3.1 FEMINISMO POR INTUIÇÃO.....	203
3.2 FEMINISMO POR CONVICÇÃO.....	222
3.3 DISPUTAS E CONFLITOS FEMINISTAS NO CAMPO INTELECTUAL.....	273
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	293
FONTES.....	300
REFERÊNCIAS.....	309
APÊNDICES.....	324
ANEXOS.....	333

INTRODUÇÃO

No entanto, o que importa reencontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história (PERROT, 2001).

A trajetória de Mariana Coelho (1857-1954) é o objeto desta tese. Portuguesa de origem, transitou de Vila Real – interior de Portugal – a Curitiba, chegando à capital paranaense no ano de 1892. Tão logo chegou, passou a atuar na vida pública, usufruindo das relações sociais que estabeleceu. A princípio, com o auxílio de sua família, publicou em periódicos locais, primeiro com a divulgação de suas poesias e atuando como colunista e, posteriormente, com a publicação de seus ensaios. Com sua inserção no campo literário paranaense, escreveu cinco livros, firmando-se, no cenário, como escritora de uma grande obra sobre o feminismo.

Participou e atuou em organizações femininas, instituições que sustentaram e favoreceram as relações de proximidade que estabeleceu com representantes do movimento feminista no Brasil e de outros países, dentre elas, Bertha Lutz, com quem manteve uma relação profissional, em nome da emancipação feminina, mas também pessoal e de amizade. Em 1902, no âmbito da educação formal, fundou o Colégio Santos Dumont, administrado por ela até 1917. Mais tarde, atuou como secretária, professora e diretora da Escola Profissional Feminina, instituição em que permaneceu até se aposentar em 1941. Tornou-se, assim, uma figura conhecida e reconhecida no cenário cultural e público curitibano.

Comprometida com a causa da emancipação feminina, tendo em vista seu caráter educacional, profissional e de atuação pública, Mariana Coelho conquistou espaço para divulgação de seu ideário acerca do papel que as mulheres deveriam desempenhar na sociedade, com vistas à educação feminina não formal¹. Por meio de estratégias² e após ter se estabelecido como leitora e escritora competente,

¹ Compreendemos, aqui, formação e educação como algo amplo, que se dá em todo âmbito e esfera da vida social; não ocorrendo apenas de modo institucionalizado e formal.

² A noção de estratégia empregada, nesta tese, refere-se à ideia de ação como produto do *habitus* que funciona como princípio que organiza a relação dos agentes nos vários espaços do mundo social, desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Compreendemos que Mariana Coelho se utilizou de tal mecanismo – de modo consciente ou inconsciente – como forma de se inserir, se estabelecer e conquistar posições dentro do campo literário e do campo intelectual.

conquistou autonomia e reconhecimento no campo literário e no campo intelectual em formação e restrito à participação das mulheres.

Nossa pesquisa apresenta, por meio da centralidade das ações empreendidas por Mariana Coelho, o modo como esta feminista pode expor seus ideais sobre a emancipação das mulheres na sociedade curitibana do final do século XIX às primeiras quatro décadas do século XX. Para tanto, consideramos as leituras que realizou ao longo de sua trajetória, sua atuação no campo literário e sua incursão no campo intelectual, bem como as ações que desenvolveu na esfera pública, tais como as relações que estabeleceu com a elite letrada da capital paranaense. Como forma de compreender sua atuação nesses espaços desenvolvemos considerações acerca do contexto histórico, social e cultural em que ela se encontrava imersa.

O objetivo desta tese, portanto, é analisar a trajetória de Mariana Coelho, notadamente o período de 1893 a 1940, a fim de problematizar seu processo de formação como leitora e escritora, bem como sua inserção no campo intelectual, que intentava, por meio de seus escritos, educar as mulheres para que tivessem maior autonomia e espaço na vida pública e profissional.

Tomando por base tais observações, estabelecemos o seguinte problema de pesquisa para conduzir os debates propostos nesta tese: Como se deu o processo de formação de Mariana Coelho como leitora e escritora, e, como ela se valeu desta condição para se inserir no campo intelectual e divulgar suas concepções sobre o papel das mulheres nas relações sociais, por meio de uma educação feminina não formal?

Esta problemática inscreve-se no âmbito das discussões do campo cultural/literário e do campo intelectual. Conforme esclarece Telles (2010), a ocupação do território da leitura e da escrita pelas mulheres foi árdua e difícil. Excluídas de uma participação efetiva na sociedade, eram impedidas de ocupar cargos públicos, de terem acesso à educação superior e, assim, de assegurarem dignamente seu próprio sustento. As mulheres do século XIX, que se propunham a ir um pouco além das barreiras impostas a elas, não eram bem vistas pela sociedade. Situação tenazmente denunciada e contestada por Mariana Coelho.

Rafael (2011) esclarece que a educação das meninas era bastante atrasada em relação à dos meninos, a quem era estimulada a prática da leitura e da escrita. A formação do público leitor feminino, a partir do século XIX, era escasso, uma vez que,

dentre as que liam, muitas não eram capazes de assinar o próprio nome. A ideia que se tinha era de que ensinar uma mulher a escrever era lhe oferecer as ferramentas necessárias para que esta pudesse trocar correspondências amorosas com outros homens. A educação feminina, segundo Chartier (2011a), estava reduzida apenas à leitura, sobretudo pelo motivo já mencionado anteriormente. Enquanto, em algumas famílias abastadas, os meninos aprendiam a escrever, as meninas deveriam concentrar-se em saber ler, costurar e fiar. Sobre isto, Lyon (1999, p. 167) nos conta que, em “[...] algumas famílias, havia uma divisão rígida do trabalho com a escrita, pela qual as mulheres liam para a família, enquanto os homens cuidavam da escrita e da contabilidade”. De modo geral, as mulheres se tornavam leitoras antes de se tornarem escritoras.

Para entender como foram se estabelecendo as práticas de leitura das mulheres, devemos atentar que havia uma rígida regulação, uma prática de controle imbricada em todo ou qualquer ato de leitura que envolvesse as mulheres. Conforme Leite (2005, p. 84), essa “[...] era uma variante constante que permeava as vidas femininas e marcava a diferença da leitura dirigida para elas”. Em outros termos, Moraes (1998) acrescenta que o controle exercido sobre as leituras deixadas ao alcance das mulheres era, acima de tudo, uma necessidade em controlar seus impulsos. Assim, as leituras recomendadas a elas deveriam ser as brandas, consideradas compatíveis com sua natureza delicada e sensível, como alguns romances, as poesias e versos, os folhetins e os manuais de civilidade. Sobre tais indicações, Chartier (2002b, p. 123) esclarece que se:

Por um lado, a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares [...]. Por outro lado, o leitor é sempre pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta; a uma leitura autorizada. Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la.

Ao considerarmos as práticas de leitura de Mariana Coelho, entendidas como parte integrante de sua trajetória e, devido a isto, elemento investigativo de nossa pesquisa, identificamos que, durante sua mocidade, período em que viveu em Portugal, foi uma leitora assídua, que leu desde as leituras autorizadas e indicadas a qualquer moça lusitana do século XIX, até para além dos temas amenos

recomendados para as mulheres, como as leituras de cunho científico, filosófico e histórico. Percurso de leitura que lhe possibilitou a fundamentação de toda a base de seu pensamento feminista, bem como, posteriormente, a sua incursão no campo literário e intelectual.

A escrita feminina, além de estar envolta por tabus, assim como a leitura, era restritiva às mulheres. Foi com muita dificuldade que elas conseguiram irromper as barreiras do universo da escrita que, durante muito tempo, se configurou como uma esfera predominantemente masculina. Apesar de conseguirem adentrar nesse campo, em princípio, o modo aceito como escrita tipicamente feminina era aquela que retratasse sentimentos ou emoções, caracterizada pelo predomínio da poesia e dos versos, que acabava canalizando as inspirações e interesses daquelas que não poderiam se dedicar, até então, a outros temas. A escrita de cunho intimista, que se constitui como um tipo de escritura do “eu”, correspondia, conforme assegura Perrot (2012, p. 29), a “[...] uma forma de sociabilidade e de expressão feminina, autorizada, e mesmo recomendada, ou tolerada”. Sobre isto, corrobora Kamita (2005) ao afirmar que a sociedade do século XIX via as mulheres escritoras com receio, particularmente aquelas que não se dedicavam à escrita de cunho intimista, comumente associada a elas. Mesmo, em princípios do século XX, com a intensificação da atuação das mulheres na imprensa, não seria fácil superar os preconceitos que envolviam essa participação.

Diante das imposições colocadas sobre a escrita feminina, Mariana Coelho parece ter sido cautelosa sobre a exposição de suas ideias, sobretudo, aquelas em defesa do gênero feminino, não podendo soar impertinente de início. Ela, que havia principiado sua carreira de escritora em Portugal, escrevendo para alguns jornais da região onde vivia³, um ano após sua chegada ao Brasil, iniciou sua escrita na imprensa paranaense. Sua primeira publicação foi para a *Revista Azul*, de propriedade e direção de Júlio Pernetta⁴ e redação

³ Conforme declaração da própria Mariana Coelho. Apesar das buscas empreendidas, não encontramos vestígios de tais publicações.

⁴ Júlio Davi Pernetta (1869-1921) foi um escritor, poeta, jornalista e intelectual. Era irmão de Emiliano Pernetta, também um importante escritor da época. O sobrenome Pernetta não consta aos pais e, como seus irmãos, fora batizado em virtude da alcunha que possuía o comerciante Francisco em referência a um defeito que tinha na perna. Foi um dos representantes do Movimento Simbolista do Paraná e do Brasil. Escreveu e ajudou a fundar vários jornais e revistas, como: *Revista Azul*, em 1893; *O Cenáculo*, em 1895; *A Penna*, em 1897; *Pallium*, em 1900, além de ter colaborado para periódicos como no *Club Curitibano*. Estes periódicos representavam, sobretudo, as tendências simbolistas, ocultistas e anticlericais de seus dirigentes e escritores (VICENTE, 2004).

de Dario Vellozo⁵, lideranças paranaenses no âmbito cultural da época. A publicação data de agosto de 1893 e se tratava de uma pequena e singela poesia intitulada *Madrigal*. Assim, como seu verso, Mariana Coelho inicia timidamente suas publicações, a princípio como escritora de poesias e versos, da forma como era aceita a escrita feminina na época. No entanto ela não permaneceu somente nesse gênero de escrita, aproveitou os espaços conquistados para se enveredar por outros caminhos, adentrando em um campo, até então, consagrado exclusivamente ao mundo masculino.

Desta forma, defendemos a tese de que Mariana Coelho utilizou-se da condição de leitora e escritora para realizar sua intervenção política em defesa da emancipação e educação das mulheres. Ao defendermos tal tese, assentimos que sua atuação no campo literário se deu, em princípio, como leitora e, posteriormente, como escritora de versos e poesia, sendo possível afirmar serem estratégias aplicadas ao mundo social como forma de conduta desejada para se inserir no campo literário. Ao conquistar posições e reconhecimento dentro deste campo, passou, então, a se dedicar a outros gêneros literários, considerados de maior prestígio, como os ensaios. Com uma posição já consolidada e munida de certo de capital simbólico⁶, iniciou sua intervenção na esfera pública em defesa de uma maior participação das mulheres na sociedade, expressando seu posicionamento feminista no campo intelectual, espaço em que passou a atuar.

A opção por esta temática se deu pelo interesse em demonstrar que houve representatividade feminina entre os intelectuais do estado do Paraná entre o final do século XIX e as primeiras quatro décadas do século XX. A escolha por Mariana Coelho

⁵ Dario Persiano de Almeida Vellozo (1869-1937), intelectual, poeta, escritor e educador, fez parte do Movimento Simbolista no Paraná, juntamente com Emiliano Pernetta, Rocha Pombo, Nestor de Castro, entre outros. Foi maçom e defensor de ideias neopitagóricas. Em 1898, tornou-se professor interino de História Universal e do Brasil no Ginásio Paranaense e na Escola Normal. Foi um dos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, criado em 1900. Em 1909, criou o Instituto Neopitagórico, onde se realizavam discussões sobre obras literárias e se cultivavam valores helenísticos. Em 1918, foi inaugurado o Templo das Musas, que passou a ser a sede do Instituto. Foi autor de vários livros, dentre eles dois livros didáticos que foram muito utilizados pelas escolas curitibanas. Colaborou com vários jornais e revistas da época. Graças à sua produção intelectual, como poeta, educador e filósofo, e sua atuação social exerceu muita influência na vida cultural de Curitiba entre o final do século XIX e início do século XX (CORDIOLLI, 2009).

⁶ De acordo com Pierre Bourdieu (2003), o capital simbólico está ligado ao prestígio ou ao reconhecimento do agente no meio social onde ele está inserido. Em seu dizer, “[...] o capital simbólico como capital de reconhecimento ou consagração, institucionalizado ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores, ao preço de um trabalho de estratégias específicas” (BOURDIEU, 2004a, p. 170).

decorreu do fato de seu trabalho versar não somente sobre os interesses da população de modo geral, mas, sobretudo, de um grupo específico, o das mulheres. O que a fez ser considerada, de acordo com os estudos desenvolvidos por esta pesquisa, a primeira feminista do Paraná e, depois de Júlia da Costa⁷, a segunda escritora, porém a primeira a escrever um livro de catalogação crítica acerca do campo de produção cultural no Estado. Tendo isto em vista, pretendemos ir além de um relato dos fatos sobre suas características, de modo a caracterizar as especificidades de sua construção intelectual, pautada nos registros e na relação entre educação, participação feminina e sociedade, levando em consideração seus personagens e as condições que possibilitaram a organização e a divulgação de um ideário feminista.

Com o intuito de aproximar o objeto de nossa tese à produção acadêmica já existente e por compreendermos que o estado do conhecimento corresponde a uma importante etapa da pesquisa, fizemos busca no banco de teses e dissertações da Capes, no Google Acadêmico e, por meio da Plataforma Sucupira, fizemos uma verificação nos acervos digitais das universidades brasileiras. Levantamos produções relacionadas à temática expressa nos artigos publicados em periódicos, dissertações e teses de Programas de Pós-Graduação no campo da História e Historiografia da Educação e na grande área das Ciências Humanas⁸.

Apesar de Mariana Coelho ter tido uma longa vida de produção e participação na esfera pública, contabilizando quase cinquenta anos de atuação – visto que sua primeira publicação foi em 1893, quando chegou ao Paraná, e sua última obra publicada em vida foi no ano de 1940, intitulada *Cambiantes*, quando já contava com 83 anos de idade –, poucos foram os estudos encontrados ligados à intelectual. Constatamos que existe uma grande lacuna temporal, já que a primeira pesquisa realizada sobre ela data do ano de 2000; não sendo encontrado nenhum estudo de relevância anterior a esta data, somente menções a respeito da intelectual e de algumas de suas obras, como as observadas no livro *Perfis de musas: poetas e prosadores brasileiros*, 1956; na coletânea *Um século de poesia: poetisas do Paraná*, de 1959, no *Dicionário bibliográfico do Paraná* (1960), na obra *Vultos paranaenses*,

⁷ Júlia da Costa (1844-1911) primeira poetisa e escritora paranaense. Seu primeiro trabalho foi *Flores dispersas*, editado em 1867, e o segundo, com o mesmo título, em 1868, escritos sob o pseudônimo de Sonhadora. Para maiores informações sobre a vida e a obra da autora consultar: MUZART, Zahidé Lupinacci. *Poesia: Júlia da Costa*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

⁸ O levantamento das produções acadêmicas realizado sobre a temática em questão está indicado na tabela apresentada no Apêndice A desta tese.

1966; no *Dicionário mundial de mulheres notáveis*, 1967; na obra *Biografia do conto brasileiro – 1968-1969*; na obra *O Conto brasileiro e sua crítica*, 1977; no *Dicionário literário brasileiro*, 1978; no livro *Sesquicentenário da poesia paranaense*, de 1985; na *Enciclopédia de literatura brasileira*, 1990; no livro *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*, de 1996; no *Dicionário de mulheres*, 1999; no *Dicionário das mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, 2000.

Rosana Kamita (2005) atribui a carência de pesquisas sobre Mariana Coelho ao fato de que, por várias décadas, seus escritos permaneceram no esquecimento. Segundo a autora, sua recuperação só foi possível após um intenso trabalho de estudos e resgates de escritoras brasileiras esquecidas pelo tempo, que teve início, a partir dos anos de 1980. Só após uma profunda investigação, realizada por pesquisadoras da área de letras e linguística, as principais obras de Mariana Coelho, como *O Paraná Mental*, publicado em 1908, e *A evolução do feminismo: subsídios para sua história*, de 1933, puderam ser redescobertas e, posteriormente, no ano de 2002, reimpressas.

Apesar de priorizarmos trabalhos resultantes de pesquisas desenvolvidas na pós-graduação, o primeiro estudo encontrado sobre esta personagem foi um trabalho de conclusão do Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Paraná, no ano de 2000, com o título: *Do bom uso da palavra: o intelectual na obra de Mariana Coelho*. Neste trabalho, as reflexões de Mônica Luciana Silvestrin consistem na tentativa de compreender o perfil de intelectual traçado por Mariana Coelho em seus escritos. Para tal análise, a autora utiliza como fonte principal o livro *O Paraná Mental*, editado em 1908 – livro de homenagens a figuras importantes do campo cultural, artístico e político do Estado. Em sua pesquisa, Silvestrin (2000) afirma que, para Mariana Coelho, os desígnios de intelectual, de escritor, de literato, entre outros eram encarados como sinônimos e representavam a classe daqueles que se dedicavam às atividades do espírito; indivíduos que faziam uso da palavra oral e escrita para expressar suas ideias e opiniões publicamente por meio da imprensa. A autora concentra sua análise nos diálogos e debates que a intelectual estabeleceu com seus contemporâneos.

Com base no levantamento realizado, encontramos outro trabalho de conclusão de Curso de Bacharelado e Licenciatura em História, do ano de 2006, intitulado *Subsídios para sua história: as ideias feministas de Mariana Coelho nas*

primeiras décadas do século XX, de autoria de Larissa Selhorst Seixas. Seu estudo teve como proposta demonstrar a relação de Mariana Coelho com o ideário feminista no Brasil durante as três primeiras décadas do século XX. Para isto, a autora utilizou como fonte o Livro *A evolução do feminismo: subsídios para sua história*, de autoria dessa personagem e artigos publicados por ela em periódicos de circulação na capital paranaense.

Dentre as produções acadêmicas mapeadas, em nível de pós-graduação⁹, está a dissertação de mestrado de Alexandra Padilha Bueno, realizada na área da História da Educação da Universidade Federal do Paraná, intitulada *Educação e participação política: a visão de formação feminina de Mariana Coelho (1893-1940)*, sob orientação do professor Carlos Eduardo Vieira. Em sua pesquisa, Bueno (2010) preocupa-se em discorrer sobre a trajetória de Mariana Coelho, tendo em vista o modo como a intelectual transitava e se relacionava com seus pares no cenário político e cultural da capital paranaense, abarcando o período que vai de sua chegada ao Brasil em 1893 até 1940, momento em que deixou de atuar na vida pública. A autora propõe-se a tecer considerações sobre a atuação da intelectual na esfera pública, enquanto figura reconhecidamente respeitada, bem como no campo educacional, no qual atuou como proprietária, professora e diretora de escola. Avaliamos ser este o trabalho que mais se aproxima de nossa pesquisa, ainda que apresente objetivos claramente distintos, apenas quando elenca a atuação de Mariana Coelho no campo intelectual, é que temos a única questão relacionada diretamente com nossa investigação, já que, para além deste campo, consideramos as práticas de leitora da personagem, bem como sua atuação no campo literário.

Na tese de doutoramento intitulada *Resgates e ressonâncias: Mariana Coelho*, apresentada por Rosana Cássia Kamita no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da professora Zahidé L. Muzart¹⁰, a autora realiza uma pesquisa, que ela própria designa de resgate de escritoras do passado, tomando Mariana Coelho como sua personagem principal.

⁹ Para esta pesquisa, não serão considerados artigos de eventos científicos, por se tratarem, correntemente, de ensaios e não de pesquisas completas.

¹⁰ Pesquisadora responsável por trazer ao reconhecimento do público livros e artigos publicados por escritoras do final do século XIX e início do século XX, dentre eles as principais obras de Mariana Coelho, como a *Evolução do feminismo: subsídios para sua história*, da qual foi responsável por sua reorganização e reimpressão, além de compor a apresentação da obra reimpressa. Além disto, foi responsável pelo título de *Beauvoir tupiniquim*, atribuído a Mariana Coelho, em alusão a Simone de Beauvoir (1908-1986), feminista francesa autora do livro *O Segundo sexo*.

Por se tratar de um estudo realizado no campo da literatura, a autora volta o seu olhar à Mariana Coelho como escritora, realizando uma análise literária de seus livros, unindo-a a um ponto comum: o feminismo. Porém a participação desta personagem como escritora na imprensa local não faz parte de sua análise. Na tentativa de compreender melhor a posição feminista adotada por ela, de modos diferentes em diversos momentos de sua vida, Kamita (2005) expõe, em seu estudo, um histórico do feminismo, estabelecendo uma ponte com o contexto histórico vivenciado por Mariana Coelho na capital paranaense, bem como a relação que travou com outras escritoras e escritores do período. A autora não deixa clara em quais bases teóricas, ou em quais autores pautou suas análises, apenas afirma, em sua introdução, que seu estudo se trata de um trabalho de resgate de escritoras esquecidas pelo mundo literário, tendo como objetivo principal, “[...] desfazer equívocos e reparar lacunas na constituição do *corpus* literário” (KAMITA, 2005, p. 11). Gostaríamos de ressaltar que, apesar da ausência de explicitação de tais bases, não diminui a relevância de sua pesquisa, tão menos seu valor do ponto de vista acadêmico. Consideramos que esta pesquisa, de área distinta, apresenta pontos que podem se aproximar de nossa proposta de estudo, particularmente ao tratar da personagem em suas características de escritora, porém não estabelece uma discussão sobre suas habilidades de leitora e sua trajetória no campo intelectual.

No mapeamento realizado, foram encontrados dois livros. Um deles sob o título *Mariana Coelho: a educadora feminista*, de autoria do professor Leonardo Soares Madeira Iorio Ribeiro¹¹, publicado em 2015. Aparentemente seu interesse pelo tema se deu devido a seu grau de parentesco com esta personagem. Em seu livro, o autor se propõe, como ele mesmo afirma, compreender aspectos da vida, do pensamento e da obra de Mariana Coelho em um contexto global. Um dos méritos desta produção está no fato de o autor ter elucidado dados da origem dela, que, até então, eram desconhecidos, sobretudo com relação a sua data de nascimento¹². Além de realizar um amplo estudo genealógico desta personagem, a obra faz um relevante levantamento das fontes impressas (jornais, revistas e periódicos), tanto daquelas em

¹¹ Professor do Curso de Direito da Universidade Candido Mendes na cidade de Niterói no Estado do Rio de Janeiro e sobrinho-tataraneto de Mariana Coelho.

¹² A data de nascimento de Mariana Coelho era algo que gerava muitas controvérsias entre seus pesquisadores. Há pesquisas que apontavam para as datas de 1857, 1858, 1872, 1873 e até mesmo em sua certidão de óbito consta a data de 1880. Porém, a título de esclarecimento, segundo o livro de registro de batismo de Vila Real em Portugal, Mariana Coelho nasceu em 1857.

que Mariana Coelho publicou, quanto das que, em certa medida, estão relacionadas a ela e a seus familiares. Neste sentido, o livro representou importante ponto de referência para a busca de nossas fontes, sobretudo, as jornalísticas.

O segundo livro foi escrito e publicado em Portugal, também em 2015, pelo professor Aires Antunes Diniz, e se intitula *Mariana Coelho – Uma Educadora Feminista Luso-Brasileira*. Nesta obra, o professor revela algumas questões sobre a vida de Mariana Coelho em Portugal, as quais, até o momento, não se tinha conhecimento, como, por exemplo, o motivo que a levou emigrar para o Brasil. O autor, em um reconhecido esforço, debruça-se sobre arquivos documentais da região onde viveu Mariana Coelho e sua família com o objetivo de reconstituir o contexto histórico vivenciado por ela, relatando alguns acontecimentos que culminaram com sua travessia do Atlântico para viver em uma nova terra.

Com base no estado do conhecimento apresentado, foi possível elencar as produções não somente as ligadas diretamente ao tema, bem como as que abordavam a temática intelectual¹³, as quais nos possibilitaram empreender um mapeamento das produções realizadas em todo país. Acreditamos que Mariana Coelho, por se tratar de uma personagem que viveu em Curitiba, a maior parte das pesquisas, diretamente relacionadas a ela, foram realizadas por programas da Universidade Federal do Paraná, exceto a tese desenvolvida pela Universidade Federal de Santa Catarina. Com base nestas informações, consideramos que os estudos sobre a personagem em questão são poucos, sobretudo os realizados no campo da Educação, ainda mais se levarmos em consideração sua pujante produção e fecunda trajetória, além de sua grande contribuição para este campo, assim como para o campo intelectual e literário. Torna-se, assim, a realização desta tese de relevante importância, já que contribuirá com a história intelectual e literária paranaense.

Passamos, a seguir, à discussão a respeito da forma como desenvolvemos esta pesquisa e da compreensão desta personagem como intelectual. Neste sentido, defendemos que Mariana Coelho, ao se vincular ao campo dos intelectuais da capital

¹³ A busca por uma produção acadêmica referente à intelectual Mariana Coelho nos possibilitou apurar as produções realizadas nos programas de pós-graduação do país – de instituições públicas e privadas, disponíveis em formato online, de 1973, data do primeiro trabalho encontrado, até 2017, data da realização do levantamento – acerca da temática intelectual, inclusive de intelectuais femininas, relacionadas, por esta tese, em forma de tabelas nos Apêndices B, C e D.

paranaense, ganhou uma posição de autonomia relativa que lhe possibilitou divulgar suas ideias acerca do papel que as mulheres deveriam desempenhar na sociedade. As argumentações sobre esta questão são problematizadas com base nos lugares ocupados por ela, bem como das leituras que realizou e de seus escritos, possibilitando-nos estabelecer relações com grupos de intelectuais, organizações femininas e feministas do Paraná, do Brasil e, em alguns momentos, de outros países. Sendo assim, esta tese pretende avançar nas questões já levantadas anteriormente, porém não exploradas, investigando a atuação de Mariana Coelho ao longo de sua trajetória no campo literário e intelectual paranaense. Para tanto, a pesquisa se dá de modo articulado à compreensão da conformação do leitor e do escritor, bem como do contexto social e cultural dos intelectuais, sendo conduzida pelas orientações de sua história.

Esta temática inscreve-se no âmbito da História Intelectual. O termo intelectual, do modo como é entendido na atualidade, teve sua gênese no final do século XIX. No que se refere à sua compreensão, devemos partir da reflexão sobre o significado e o sentido associado a ele. Carlos Eduardo Vieira (2008) nos conta que, na Rússia, o desígnio *Intelligentsia* era compreendido como sinônimo de “[...] homem culto, orador eloquente, nacionalista e defensor apaixonado de mudanças sociais” (VIEIRA, 2008, p. 68), estando fortemente associado à ideia de uma elite que se definia pelo nível de formação, de competência e capacidade analítica para versar sobre a elaboração de propostas sociais. De acordo com o autor, a atuação política da *Intelligentsia*, no cenário russo, atravessou o século XIX. Muitos dos sentidos atribuídos a esta elite cultural foram apropriados pelo contexto francês, porém com outra denominação.

Helenice Rodrigues da Silva, em seu texto *O intelectual no “campo” cultural francês: do “Caso Dreyfus” aos tempos atuais* (2005), localiza o nascimento do conceito de intelectual na França, no ano de 1898, com a publicação de uma carta escrita por Émile Zola, no jornal *L’Aurore*, destinada ao Presidente da República, em manifestação aos erros do judiciário e complô do exército francês contra o Capitão Dreyfus. Em apoio ao texto publicado, foi organizada uma mobilização denominada de Manifesto dos Intelectuais, assinado por importantes nomes do cenário francês, dentre eles escritores, professores, artistas, entre outros, em uma disputa entre

contrários e favoráveis ao Caso Dreyfus¹⁴. O caso ecoou até o Brasil, onde alguns homens cultos e de letra lamentaram, por meio da imprensa, o embuste vivenciado na França: “[...] que triste antithese é essa que dando nos está esse paiz illuminado pelas mais brilhantes conquistas da liberdade humana” (DURVAL, 1899, p. 1). Em tom de consternação e de apoio se manifestaram: “[...] e tu, *Dreyfus*, pobre victima da injustiça humana, tu não fecharas os olhos á luz sem que novamente beijes o solo de tua terra; sem que novamente vejas o ceo immaculado e Pariz! [...] Com Zola, exclamaremos: *Dreyfus* é inocente” (DURVAL, 1899, p. 1).

Como nos revela Zuin (2003), o Caso Dreyfus representou a necessidade de elucidação da verdade na luta pela moral política, que se impôs a um grupo de homens de cultura, que se sentiram no dever de sair em defesa contra a mentira pública e o erro judiciário. No entanto, Vieira (2008) salienta que, por outro lado, os intelectuais também ficaram marcados como traidores da nação devido ao seu engajamento contra as ações do estado republicano.

Relembra Silva (2005), em consonância com Lopes (2003), que o Iluminismo já havia forjado um outro tipo de intelectual, consagrado pela devoção à razão e à verdade, dando um novo sentido para a sociedade moderna, em que Voltaire configurava como principal representante. Constituía-se, assim, a gênese dos “literatos” ou “pensadores”, que, em defesa dos valores universais, utilizam-se de sua escrita como forma de intervir na sociedade, ou seja, empregando o peso de sua pena como instrumento de propagação da justiça. Como sustenta Marcos Antônio Lopes (2003, p. 45, grifo do autor):

Em Voltaire, o poder parece que estava na ponta de uma pena, empunhada sem propósitos violentos, mas que sempre causava brechas consideráveis. Com seus escritos, ele *entornou* o Antigo Regime, fazendo-o cambalear diante da força de sua consciência crítica.

Sob a perspectiva indicada por Lopes (2003), podemos sustentar que, assim como Voltaire, Mariana Coelho pode ser enquadrada como uma “literata”, visto que

¹⁴ Alfred Dreyfus, capitão de origem judia, foi acusado injustamente de espionagem e traição, ao atribuírem a ele a entrega de documentos secretos ao exército alemão. Por esta acusação, em 1894, foi preso, julgado e condenado à degradação militar e à deportação perpétua, sendo encarcerado na Ilha do Diabo, na costa da Guiana Francesa, em janeiro de 1895. No entanto, em 1906, o capitão foi absolvido das acusações e reiterado ao exército (CAMPOS, 2015).

utilizou, em seu tempo, de sua escrita como estratégia em defesa e em manifestação do que considerava a justiça e a verdade, no seu caso, em defesa das mulheres e de sua educação. Com seus pensamentos críticos em relação ao papel social delegado às mulheres, gerou desconforto ao desafiar os valores da cultura tradicional de sua época.

Norberto Bobbio (1997) atesta que, embora a denominação seja relativamente recente, os intelectuais sempre existiram, ao lado do poder político, econômico e ideológico que exerce sobre os sujeitos uma força que se aplica

[...] sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra [...]. Toda sociedade tem os seus detentores do poder ideológico, cuja função muda de sociedade para sociedade, de época para época, cambiantes sendo também as relações, ora de contraposição, ora de alianças, que eles mantêm com os demais poderes (BOBBIO, 1997, p. 11).

Gisèle Sapiro (2013), em seu texto *Os processos literários e a construção da imagem do intelectual engajado*, afirma que, a partir do século XVIII, é criada uma ética da responsabilidade do escritor que se fundamenta na construção histórica da imagem do intelectual, reivindicando valores deste próprio campo.

Eles fundamentam as lutas pela liberdade de expressão travadas, desde o século XVIII em nome da *verdade*, do direito ao conhecimento e do direito a exercer um papel crítico na sociedade para *esclarecer a opinião* e permitir aos cidadãos desenvolverem o seu próprio julgamento (SAPIRO, 2013, p. 10, grifo do autor).

A responsabilidade, descrita por Sapiro (2013), é que definirá os principais eventos e acontecimentos sociais na França. “Não somente pelo fato de ela ter dado início ao regime de liberdade de imprensa [...]” (SAPIRO, 2013, p. 10), mas por contribuir com o florescimento do poder da palavra em âmbito coletivo. E acrescenta que paira “[...] sobre todos os debates referentes à liberdade de imprensa no século XIX” (SAPIRO, 2013, p. 10).

Esse modelo de ética, elencado pela autora, estendeu-se ao longo dos séculos XIX e XX, perpassando o Caso Dreyfus que, segundo Silva (2005), podemos considerá-lo como um fenômeno que representou um marco histórico na irrupção do termo intelectual, primeiramente utilizado de modo pejorativo, mas que,

posteriormente, passou a representar um grupo social e uma categoria política que participa ativamente da esfera pública e política, enquadrando essa atividade como função social do intelectual e inaugurando um novo campo de atuação no curso da história, o campo dos intelectuais.

Bourdieu (1996b) observa que o intelectual se constitui como tal ao interferir no campo político, rompendo parcialmente com os valores de seu universo de origem, preocupado em se afirmar como sujeito de ação e colocando-se como defensor de princípios universais que correspondem ao produto da universalização dos princípios específicos de seu próprio universo. O sociólogo francês destaca ainda que a intervenção do intelectual, além de pressupor a autonomia de seu campo ao intervir em outro, supõe o resultado paralelo de diferenciação para aquele que leva a composição de um grupo de profissionais da política a exercer efeitos diretos na composição do campo intelectual.

A abertura dada aos homens de letras para que assumissem posições políticas durante o século XIX favoreceu a politização da vida intelectual ou, como descreve Bourdieu (1996b, p. 151), a não distinção da literatura e da política, “[...] como testemunha o florescimento dos políticos literatos e dos literatos políticos”. Sapiro (2013, p. 21), a este respeito, pondera que “[...] esses valores foram reinvestidos e universalizados nas lutas políticas com as quais se engajaram no final do século XIX” como forma de reafirmar seu poder. Desse modo, os valores que passaram a caracterizar os intelectuais, como expor e levar a verdade ao espaço público, assumindo os riscos que tal atividade poderia representar desde o século XVIII, são marcas “[...] de coragem do escritor que assume seu dever perante o público” (SAPIRO, 2013, p. 21).

O termo intelectual, que poderia ter desaparecido após o desfecho do Caso Dreyfus, foi incorporado ao vocabulário francês, continuando a representar um grupo e o modo como esse grupo se posiciona diante das questões sociais. Entretanto, se o conceito de intelectual perdura, seu padrão de representação se modifica, em decorrência do devir da história. A abnegação dos valores morais, de verdade e justiça dá lugar, então, às paixões políticas (SILVA, 2002).

Dessa forma, tanto o escritor do século XVIII, a *intelligentsia* na Rússia, quanto o intelectual forjado com o Caso Dreyfus, do qual o próprio uso da palavra intelectual adquire um novo sentido, assumiram uma posição de destaque como agentes

intérpretes das questões sociais, em defesa dos direitos universais, por meio de sua atuação na esfera pública. Na avaliação de Machado (2014, p. 87), o termo passou a configurar os representantes “[...] que se apoiavam na razão e no conhecimento, por serem assim membros bem-educados da sociedade, tomavam para si a responsabilidade por defender os interesses da nação e do povo, no caso dos Estados modernos”. Tendo isto em vista, os lugares ocupados pelos intelectuais na sociedade proporcionaram a disseminação de representações virtuosas sobre esses agentes no final do século XIX e início do século XX, período de atuação de Mariana Coelho.

Devido a isto, a importância de não perder de vista as singularidades e peculiaridades dessas figuras, de saber que atuaram em momentos e espaços, e por razões específicas, em favor de causas que se pretendiam universais. Sob esta perspectiva e por se estudar a trajetória de Mariana Coelho como leitora, escritora e intelectual, nesta pesquisa, esclarecimentos sobre o nascimento e a transformação do intelectual são fundamentais. Além disso, considerações sobre a história intelectual, com vistas ao próprio debate historiográfico devem ser tecidas.

Com base nessas considerações, passamos a discorrer sobre a história intelectual que, segundo Silva (2003), nas últimas duas décadas, representou um procurado campo de estudo, porém, devido à falta de uma sistematização que favorecesse sua análise, impõe-se como objeto de estudo não bem definido. Sirinelli (2003, p. 232) nos mostra que, nos anos de 1960 e 1970, a abordagem histórica do campo intelectual demonstrou um recuo, que deixou “[...] os intelectuais no ângulo morto da pesquisa – pois, na verdade, era muito mais uma questão de ausência do olhar que de descrédito [...]”. Contudo esse afastamento da abordagem intelectual do campo científico não impediu que esta ganhasse fôlego. Conforme atesta o autor, “[...] a história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias políticas, social e cultural” (SIRINELLI, 2003, p. 232).

Por não possuir um campo definido, a história intelectual transita “[...] entre uma Sociologia, uma História e até mesmo uma biografia dos intelectuais, e por outro lado, entre uma análise das obras e das ideias como, por exemplo, uma possível versão da história da filosofia” (SILVA, 2003, p. 16). Como forma de esclarecimento de tal proposição, a autora descreve três formas de análise:

Uma primeira, sociológica, tende a enfatizar tanto uma cartografia dos intelectuais (as redes de sociabilidade, os modos de filiações, as gerações intelectuais) como o “campo” intelectual (a lógica dos lugares, dos interesses e das situações). Uma segunda, histórica, aborda notadamente, a história política dos intelectuais, enfatizando o ritual de petições, manifestos, manifestações. Finalmente, outra vertente tende a elaborar uma hermenêutica das obras, ou melhor, uma análise do discurso intelectual [...] (SILVA, 2003, p. 16).

Em vista de tal observação, é possível considerar, segundo a autora, que a História Intelectual, com base em seus domínios e alcances, é, por primazia, pluridisciplinar, tendo como principal pressuposto o ponto de vista sociológico, histórico e filosófico.

Desta forma, para compreender uma trajetória, a história intelectual parece ter por finalidade possibilitar uma melhor compreensão da esfera habitada por estes agentes. História intelectual, na avaliação de Silva (2002), diferencia-se da tradicional “história das ideias” que se limita ao relato das ideias de textos políticos ou filosóficos. De igual modo, distingue-se da nova “história cultural”, que se propõe a investigar as práticas culturais. Isto é, a História Intelectual emerge entre as duas histórias, instalando-se em uma versão não reducionista dos fatos, ao considerar, valendo-se aqui das considerações de Dosse (2004), tanto das explicações internas – tudo aquilo que foi dito ou escrito, a obra em si –, quanto das externas – leva-se em consideração o contexto do qual o sujeito está inserido. De forma assertiva, Silva (2002, p. 13) descreve que, “[...] a história intelectual parece ter por função a restituição das ideias. Elucidando os contextos de produção e de recepção de uma obra, ela possibilita uma melhor apreensão dos universos intelectuais”.

Segundo apontamentos feitos por Chartier (2002b), definir a história intelectual não é tarefa simples, uma das dificuldades está relacionada ao seu próprio vocabulário, já que não existe uma particularidade utilizada para referenciá-la, criando uma dificuldade em defini-la enquanto campo teórico. No entanto, para além das designações e definições, o importante, segundo o autor, é que os pesquisadores delimitem esse imenso território indefinido e estabeleçam suas ferramentas conceituais e suas metodologias.

A ideia defendida por Chartier (2002b), em conformidade com as ideias sustentadas por François Dosse (2004) e Carl Schorske (1990), delega que uma

definição aceitável da história intelectual é aquela que “[...] não lhe atribui nem metodologia particular nem conceitos obrigatórios, indicando apenas a dupla dimensão de um trabalho [...]” (CHARTIER, 2002b, p. 56), a dimensão vertical (diacrônica), da qual o historiador relaciona um texto ou sistema de pensamento a um contexto histórico e cultural; e a dimensão horizontal (sincrônica), no qual o historiador estabelece uma relação entre conteúdo intelectual com outras áreas do conhecimento. Deste modo, a história intelectual pode ser compreendida como o objeto da articulação entre essas diferentes dimensões.

Chartier (2002b, p. 58), todavia, adverte:

A História Intelectual não deve cair nas armadilhas das palavras que podem dar a ilusão de que os diferentes campos de discurso ou de práticas estão constituídos de uma vez por todas, recortando objetos, cujos contornos, senão os conteúdos, não variam; bem ao contrário, ela deve estabelecer como centrais as descontinuidades fazem com que se designem, se agreguem e se dispersem, de maneiras diferentes ou contraditórias conforme as épocas, os saberes e os atos.

O autor sustenta, com base nas ideias de Paul Veyne¹⁵, que o objeto da História Intelectual é relacionar os objetos naturais às práticas datadas e explicá-las, não se valendo de uma única dimensão, mas com base em todas as práticas sobre as quais elas se assentam. Assim, é possível identificar as relações e divisões que constituem o objeto da História Intelectual, sem reduzi-la “[...] a apenas uma figura circunstanciada de uma categoria supostamente universal” (CHARTIER, 2002b, p. 59).

É evidente, como nos mostra Sirinelli (2003), que o estudo dos intelectuais, na qualidade de agentes políticos e sociais, corresponde a uma tarefa complexa, particularmente pelo caráter polimorfo deste campo, que já vem atrelada à própria definição da palavra intelectual, que passou por alterações juntamente com as mudanças ocorridas na sociedade francesa, conforme demonstrado anteriormente. Com base em tais considerações, o autor revela que a definição de intelectual pode resultar em duas acepções, uma mais ampla, que abarca uma gama de atores sociais e culturais, “[...] tanto o jornalista, como o escritor, o professor secundário, como o erudito” (SIRINELLI, 2003, p. 242). E uma segunda definição, mais estreita, que se pauta na noção de engajamento na vida pública. No entanto, tais acepções não são

¹⁵ Paul Veyne é um arqueólogo e historiador francês, de 87 anos, especialista em história da antiguidade romana.

autônomas, já que se constituem como elementos de natureza sociocultural, cabendo ao historiador estabelecer uma aproximação entre elas.

Como forma de tornar claro e acessível o percurso dos intelectuais, Sirinelli (2003, p. 246) adverte sobre a importância,

[...] de não nos limitarmos às trajetórias apenas dos “grandes” intelectuais e de descermos até o estrato intermediário dos intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram, e até a camada, ainda mais escondida, dos “despertadores” que, sem serem obrigatoriamente conhecidos ou sem terem sempre adquirido uma reputação relacionada com seu papel real, representam um fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo uma influência cultural e mesmo às vezes política.

Com base nos apontamentos feitos por Sirinelli (2003), consideramos que Mariana Coelho se estabelece entre as camadas dos intelectuais, ao converter-se em escritora e atuar como intelectual no mundo social, em especial na defesa da emancipação feminina. É com base nas discussões elencadas, que esta pesquisa adota, para sua análise, a compreensão da trajetória de Mariana Coelho como leitora, escritora e intelectual. Por meio do universo cultural e social habitado por ela, analisamos as relações¹⁶ e os diálogos exercidos entre a agente, o período e seu contexto histórico. Considerados tais elementos, sua trajetória passa a compor o conjunto de práticas e posições exercidas dentro do campo por ela ocupado. Neste sentido, o conceito de trajetória, descrito por Bourdieu (1996b) estreita as reações entre o agente e o grupo social no qual está inserido, em um contexto de movimentações e transformações constantes que se objetivam. Ou seja, para ele,

Diferentemente das biografias comuns, a trajetória descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário, tendo ficado claro que é apenas na estrutura de um campo, isto é, repetindo, relacionalmente, que se define o sentido dessas posições sucessivas, publicação em tal ou qual revista, ou por tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo, etc. (BOURDIEU, 1996a, p. 72).

¹⁶ As relações estabelecidas por Mariana Coelho com os diferentes agentes no campo literário e intelectual, abordadas por esta tese, estão pautadas pela concepção de Rede de Sociabilidade, desenvolvida por Jean-François Sirinelli em seu artigo: *Os intelectuais* (2003). Apesar de não utilizarmos a terminologia do modo como é elencada pelo autor (Redes de Sociabilidade), a ideia de relações, amizades, intercâmbio, laços e vínculos estabelecidos, descrita na pesquisa, e que, consideramos como fundamento importante para análise da trajetória de Mariana Coelho, está pautada pelo aporte teórico desenvolvido pelo autor.

Com esta compreensão, Sirinelli (2003, p. 247) define que “[...] as trajetórias pedem naturalmente esclarecimento e balizamento, mas também e sobretudo interpretação”. Diante do exposto, é necessário esclarecer que esta tese não se quer biográfica, no sentido tradicional do termo. Deste modo, compreendemos a necessidade de traçar alguns esclarecimentos sobre a biografia intelectual.

Ao abordar a questão historiográfica da biografia, Silva (2003) declara que, ao longo de cinquenta anos dos *Annales*, a biografia era vista como gênero historicamente insignificante. Foi somente a partir dos anos de 1980 que ela retorna como produção intelectual. Segundo a autora, após um longo período de cientificismo, estruturalismo e funcionalismo, as ciências humanas se reorganizam em torno de seu próprio objeto que se configura na revalorização do indivíduo que tem, como fundamento epistemológico e metodológico, um novo paradigma intelectual, o da ação e dos fenômenos intencionais, que passa a pressupor a percepção de novos objetos e novas formas de investigação nas pesquisas. É com base nesse novo contexto que a biografia marca o seu retorno nos anos de 1980 e 1990. Ao estudar a questão da biografia, Borges (2015, p. 209) avalia que:

Esse “retorno” – ou o atual grande interesse pela biografia – tem muitos pontos em comum com o também chamado pelos franceses de “retorno da História Política”, vindo ambos dentro da ampla renovação historiográfica que se tem dado nas últimas décadas. Dois eixos claramente imbricados podem explicar hoje esse interesse pelas biografias: os movimentos da sociedade e o desenvolvimento das disciplinas que estudam o homem em sociedade.

Schmidt (2009), ao ponderar sobre o “retorno” da biografia histórica, acredita existir uma notável renovação em muitos estudos desenvolvidos recentemente. Porém reflete sobre algumas questões acerca desse campo de estudo pouco explorado pelos historiadores, tendo em vista as dificuldades e as críticas enfrentadas por aqueles que se dedicam a esse gênero histórico de investigação. Os principais obstáculos dizem respeito à crença de que os relatos biográficos dizem muito pouco do passado, além de representar, muitas vezes, uma narrativa cronológica, factual e elitista. Em grande parte, esta ideia é recorrente, devido à tendência de se encarar a biografia como uma história não-problematizada, aproximada, proveniente de abordagem narrativa convencional, considerando, conforme declara Borges (2015),

que a maioria das biografias hoje, sobretudo no Brasil, não é escrita por historiadores, mas por outros pesquisadores. A autora afirma que, embora as biografias “[...] tenham bastante sucesso e encham as vitrines de lojas [...]” (BORGES, 2015, p. 212), por outro lado, esse gênero de pesquisa parece não “[...] satisfazer os historiadores, por oscilar entre uma idealização simplista do personagem e falsas polêmicas em torno de pessoas famosas, visando uma grande vendagem” (BORGES, 2015, p. 212).

Ao demonstrar um vigoroso conhecimento sobre o assunto, Fañçois Dosse (2015), ao discutir a conceituação teórica do que é escrever uma vida, problematiza sobre o então “retorno” da biografia, ponderando que a fecundidade deste gênero de escrita da história está em considerar, para além da descrição de uma vida, a condução da historicidade presente em cada momento histórico. A escrita biografia, que retornou aos patamares das “revisitações”, passou por uma grande modificação interpretativa.

Hoje, o que exprime com essa nova paixão biográfica não é a figura do mesmo, a da *história magistra vitae*, do culto da vida exemplar, mas uma nova preocupação pelo estudo da singularidade e uma atenção particular aos fenômenos emergentes que são considerados como objetos próprios para pensar à sua complexidade e à impossibilidade de reduzi-los a esquemas mecânicos (DOSSE, 2015, p. 406).

Sob esta perspectiva, para se pesquisar a vida de um indivíduo, deve-se investigar os fragmentos do passado deixados pela sua existência, isto é, por meio das fontes documentais (BORGES, 2015).

Ao considerar as discussões sobre este gênero de pesquisa, nosso estudo sobre a intelectual Mariana Coelho não tem a pretensão de ser uma narrativa biográfica, uma vez que o enfoque analítico que envolve todo o processo de pesquisa está apurado por um problema específico. Permeado pelas especificidades de uma trajetória social, nosso exercício está em problematizar o ambiente literário e intelectual, bem como o contexto histórico, cultural e social de enunciação. Ao interpretarmos a trajetória de Mariana Coelho entre os anos de 1893 a 1940, não temos a intenção de estabelecer um percurso linear para a intelectual, mas sim delinear, dentro de um quadro mais amplo, as suas singularidades, expressão por meio das leituras que realizou, de sua escrita e de suas ações. Nesses termos, compactuamos com as palavras de Dosse (2015, p. 359) de que se deve “[...] deixar

aflorar mais facilmente a apreensão da unidade pela singularidade e, ao mesmo tempo, a pluralidade das identidades, o plural dos sentidos da vida”.

Sendo assim, esta tese se inscreve no campo da história e da historiografia da educação e volta sua análise para a perspectiva abordada pela história intelectual. Com base em tal afirmação, esclarecemos, em consonância com Machado e Rodrigues (2017), que o trabalho do historiador da educação, especialmente para aquele que pretende investigar uma trajetória intelectual, não se limita aos processos que ocorreram nos espaços escolares, ou apenas a estudar educadores célebres, pautando sua pesquisa unicamente por documentos institucionalizados ou de cunho oficial. Segundo as autoras, o que enriquece pesquisas elaboradas dentro do campo educacional é a utilização “[...] de fontes que possibilitem acesso a múltiplas formas de representação do objeto que se pretende estudar” (MACHADO; RODRIGUES, 2017, p. 254). A este respeito, Le Goff (1990) já afirmava que, durante um longo período, a história recorreu a documentos oficiais para escrever sobre os “grandes feitos” dos “grandes homens”. No entanto, os historiadores foram diversificando suas fontes e suas abordagens, passando a se interessarem pela história dos “homens comuns”, porém “únicos”, pautados por fontes não oficiais, não institucionalizadas, muitas vezes pessoais e privadas.

Com base nos apontamentos de Le Goff (1990), elencamos nossas fontes de pesquisa e estabelecemos nossas abordagens, que se caracteriza por ser de cunho documental, fundada nas produções de Mariana Coelho, suas obras, seus artigos e notas em jornais, discursos proferidos, cartas escritas e sua atuação em organizações femininas. Para interpretá-las e conhecer o contexto histórico que permeou a trajetória de Marina Coelho, foi necessário estabelecer uma delimitação temporal para nossa investigação. Decidimos demarcar o ano de 1893 como o início, ano em que sua primeira poesia foi publicada pela *Revista Azul*, e o término no ano de 1940, momento em que deixava de atuar na vida pública, com a edição de sua última obra *Cambiantes* e última carta escrita a intelectual e líder feminista Bertha Lutz¹⁷.

Para compreendermos como se dá uma pesquisa de cunho documental, recorreremos à ideia de Bacellar (2015) ao destacar que este tipo de pesquisa deve

¹⁷ Bertha Lutz (1894-1976) foi uma cientista e feminista que, dentre suas muitas ações, ajudou a fundar, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, da qual foi presidente até 1942 e a quem Mariana Coelho considerava como “amiga e colega de feminismo” (COELHO, 08/02/1927, p. 4).

instrumentalizar as atenções para a importância de tais fontes como recursos que nortearão a ação e o discurso do pesquisador, decorrendo daí a importância em problematizá-las. Conforme Machado e Rodrigues (2017, p. 253):

Problematizar as fontes é trabalho compulsório! Os procedimentos para a problematização são desafios “móveis” ao fazer historiográfico. Não há passos fixos; o pesquisador trabalha num campo de aproximações, distanciamentos, entrelaçamentos! Todo o fazer é relacional e constitutivo de significados, alterando, assim, interpretações tomadas como fatos. Pratica-se, a cada nova pesquisa, a criação de uma problemática.

Moscateli (2003, p. 49), por sua vez, ressalta que a “[...] origem da História está no estudo das fontes, e não na narração dos eventos”, uma vez que sua escrita se encontra

[...] indissolivelmente ligada à leitura das fontes, uma atividade que sempre implica o exercício da interpretação e, de uma forma ou de outra, uma reflexão a respeito de como o pesquisador pode conhecer um contexto histórico mediante abordagem crítica dos textos nele produzidos (MOSCATELI, 2003, p. 49).

Neste sentido, Bacellar (2015, p. 63) reforça que um dos pontos fundamentais no uso das fontes está na grande necessidade de se compreender “[...] o texto no contexto de sua época [...]”, além de entender que nenhuma fonte é neutra, e que os documentos sempre irão carregar consigo opiniões e impressões de quem os produziu. Neste sentido, reforça Le Goff (1990, p. 548):

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais, continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

É com base em tais afirmações que analisamos e interpretamos as fontes documentais que tecem a estrutura de nossa investigação, composta, especialmente, por obras divulgadas, artigos publicados e arquivos inéditos. Na busca por estas fontes localizamos, no Arquivo Público Nacional, um total de 59 cartas enviadas e recebidas por Mariana Coelho. Dentre elas, a maioria foi de correspondências trocadas com Bertha Lutz, compondo um montante de 49 cartas enviadas e 4

recebidas no período de 1923 a 1940. Além destas, estavam as que escreveu para Maria Sabina¹⁸, Fábio Luz¹⁹, Georgina²⁰, Maria Amália Bastos²¹ e para a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)²². São documentos inéditos, já que, até o momento, não foram utilizados por nenhuma pesquisa.

Além disto, realizamos buscas nos registros de retirada e empréstimos de livros da Biblioteca Pública do Paraná, com o intuito de encontrar vestígios sobre as leituras que Mariana Coelho realizou durante o período em que viveu em Curitiba. Conseguimos localizar estes arquivos que correspondem a documentos de difícil acesso, porque, além de não estarem inscritos no acervo da Biblioteca e os próprios funcionários não saberem de sua existência e tão menos que poderiam ser utilizados para consulta, encontravam-se dispostos na sala da direção da Divisão de Documentos Paranaenses, em meio a centenas de outros documentos não catalogados.

Fizemos busca na hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital e Arquivo Digital de Vila Real (Portugal). Nossa preocupação foi retratar as origens de Mariana Coelho como forma de analisar e traçar os caminhos percorridos por ela como leitora, escritora e intelectual, o que nos levou a utilizar como fonte suas obras: *O Paraná mental* 1908, *A Evolução do feminismo: subsídios para a sua história* 1933, *Um brado de revolta contra a morte violenta* 1935, *Linguagem* 1937, *Cambiantes* 1940, *Palestras educativas*, obra póstuma 1956 e os escritos publicados nos jornais e periódicos locais, além de discursos proferidos em instituições e organizações femininas. No entanto, para uma melhor leitura e compreensão das fontes, entendidas como representação e expressão de seu momento histórico, torna-se necessário

¹⁸ Maria Sabina Albuquerque (1898-1991) foi professora, escritora, jornalista e feminista que assumiu a presidência da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino após Bertha Lutz ter deixado o cargo. Para maiores informações ver: SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

¹⁹ Fábio Lopes dos Santos Luz (186-1938) foi médico, escritor e militante anarquista. Escrevia, em especial, como uma forma de militância política, sendo sua escrita que o levou a ocupar uma cadeira da Academia Carioca de Letras em 1934. Para mais informações, consultar: CAMPOS, Andreia da Silva Laucas de. **Fábio Luz e a pedagogia libertária**: traços da educação anarquista no Rio de Janeiro (1898-1938). Orientador: Roberto Luís Totres Conduru. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

²⁰ No ano de 1937, era secretária da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

²¹ Maria Amália Bastos de Miranda Jordão, em 1930, era a 2º. vice-presidente da FBPF.

²² Foi uma organização que defendia os direitos políticos e civis das mulheres fundada em 1922, no Rio de Janeiro, por iniciativa da feminista Bertha Lutz (QUADROS, 2018).

entendermos como os documentos em sua relação com o pesquisador/historiador se estruturam como verdades históricas.

Sob uma perspectiva histórica das fontes, Le Goff (1990, p. 535) menciona que há dois tipos de materiais: os monumentos, que representam a “herança do passado”; e os documentos, que correspondem à “escolha do historiador”. No capítulo final, intitulado *Documento/Monumento* da obra *História e Memória*, o autor mostra que, em princípio, o monumento era compreendido como tudo aquilo que poderia evocar o passado e perpetuar a recordação, de modo voluntário ou involuntário. Já o documento consistia na evidência que fundamentava o fato, a prova histórica, ainda que resultasse da escolha do historiador. Por se tratar de testemunho essencialmente escrito, o documento possuía maior legitimidade, apesar da intencionalidade do historiador.

Todavia, Le Goff (1990), em sua crítica aos documentos, afirma que todo documento é monumento, em um esforço de acabar com a dicotomia existente entre esses dois materiais da memória. Segundo ele,

[...] não existe um documento objetivo, inócuo, primário [...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente [...] (LE GOFF, 1990, p. 545).

Para o autor, não existe documento verdade, todo documento é uma construção, já que ele corresponde ao resultado de uma aparência, de uma roupagem, de uma montagem, construída de modo consciente ou inconsciente pela sociedade e pelo momento histórico vivido. Devido a isto, há necessidade de o historiador desvelar e desconstruir essa estrutura artificial e aparente do documento.

Ao considerar tais representações sobre o conceito de documento/monumento, compreendemos Mariana Coelho, objeto de nosso estudo, como sujeito histórico de seu tempo; e sua produção, fonte de nossa pesquisa, como construções de seu tempo histórico e de sua trajetória. Sendo, por decorrência, resultado de uma intencionalidade, queira consciente ou não, de quem produziu e/ou de quem pesquisa.

Para compreendermos a trajetória trilhada por Mariana Coelho, é preciso entender os espaços (campos) de circulação e atuação desta agente. Deste ponto de partida, é fundamental esclarecer que o cosmo social, segundo Bourdieu (1996a;

1996b; 2002; 2004a) é constituído por um conjunto de pequenos microcosmos relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são compostos por uma lógica, por leis e necessidades específicas, chamados por ele de campos. Segundo o sociólogo,

[...] quanto mais autônomo for o campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução. Inversamente a hegemonia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente (BOURDIEU, 2004b, p. 22).

Com base nessa afirmação, podemos dizer que “[...] um campo não se orienta totalmente ao acaso” (BOURDIEU, 2004b, p. 27), ele corresponde a espaços de relações de forças entre os agentes que os compõem e entre os agentes com forças externas ao campo. O conceito de campo desempenha função explicativa quando articulado a um sistema teórico mais amplo que compõe sua teoria, em especial quando se apresenta estruturado aos conceitos de capital e estratégia. Ao estudarmos a trajetória de Mariana Coelho, é possível observar que ela circulou, particularmente, entre dois campos, o literário e o intelectual. Alguns esclarecimentos sobre a constituição e a estruturação desses universos, todavia, são necessários.

Segundo Gisèle Sapiro (2017), o campo literário corresponde ao universo social ligado às letras, e, como outros campos, apresenta uma relativa autonomia, porque “[...] é regido por regras próprias que se referem à sua história, além de determinar as condições do capital específico desse universo” (SAPIRO, 2017, p. 88). A autonomia relativa, descrita pela autora, “[...] é fruto do surgimento de um corpo de produtores especializados, habilitados [...]” (SAPIRO, 2004, p. 94). A autora nos conta que o campo se constitui em um espaço que determina as posições que se definem, umas em relação às outras, em função da distribuição de seu capital específico. Como efeito desta condição, as possibilidades de posições se apresentam aos escritores sob a forma de escolhas que fazem no decorrer de sua história, entre elas, o tipo de texto que escreve: rima, verso, narração, entre outros. Essas escolhas estão relacionadas às posições ocupadas por seus autores dentro do campo.

Bourdieu (1987) pondera que a história pessoal ou representação da obra, como expressão de um indivíduo em sua singularidade, só pode ser entendida se for levada para o campo ideológico de que faz parte e que expressa a posição de uma

categoria particular de escritor na estrutura do campo intelectual. Assim, podemos ampliar a compreensão de Mariana Coelho como escritora ao associar com a ideia de autonomização do campo intelectual, do qual ela passou a atuar. Tal ampliação possibilita observar as condições e singularidades que compõem esse campo, e que, ainda, está relacionada com a posição que determinado agente ocupa no campo do poder. A este respeito, Bourdieu (1987, p. 186) declara que

[...] são parcial ou totalmente excluídos os escritores “menores” ou marginais (tanto do ponto de vista estético como do ponto de vista político, como “a boêmia”), sendo portanto incapazes de detectar os princípios de seleção de que tal população é o produto, ou seja, as leis que regem o acesso e o êxito no campo intelectual.

Ao se inserir nos campos literário e intelectual, Mariana Coelho passa a seguir as determinações que compunham e estruturavam estes campos, lançando mão do que Bourdieu (2004a, p. 81) denomina de noção de estratégia, a qual, para ele, corresponde ao “[...] produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais”. Isto é, essa personagem passa a seguir as regras que regem esses universos, dispostas como leis ou não. Desta forma, podemos afirmar que Mariana Coelho faz uso do domínio prático das formas de conduta, como fruto de um *habitus* adquirido, que lhe fornece um sentido prático de como se portar e agir nesses espaços, não necessariamente como objeto consciente de reflexão, mas como força de uma circunstância adquirida na incorporação de uma prática social.

As práticas e relações sociais que Mariana Coelho estabeleceu como leitora e escritora, desenvolvidas ao longo de sua trajetória, possibilitaram o acúmulo de capital cultural e de capital simbólico para transitar entre os campos em que atuou. Ao considerarmos as práticas de leitura e de escrita desenvolvidas por ela ao longo de sua vida, recorreremos ao pensamento de Roger Chartier para auxiliar em tal compreensão. Conforme nos orienta Chartier (2011 p. 20), “[...] cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria”. Com base nesta perspectiva, inferimos que Mariana Coelho, por meio de suas referências e do capital cultural que acumulou como leitora, criou as bases de todo o seu pensamento e de sua escrita, sobretudo no que se refere ao seu

posicionamento em relação ao papel que as mulheres deveriam assumir na sociedade. Assim, podemos afirmar que, a prática diferenciada de escrita, desenvolvida por Mariana Coelho, está diretamente relacionada a suas habilidades e estilos de leituras, e, a cada nova leitura que foi realizando ao longo de sua trajetória intelectual e as posições que passou a ocupar dentro do campo literário foi reestabelecendo e repensando novos conceitos utilizados.

Assim, compactuamos com o conceito de leitura expresso por Chartier (2004, p. 13-14) quando afirma que,

O ato de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulamentá-los. A aceitação dos modelos e das mensagens propostas opera-se por meio dos arranjos, dos desvios, às vezes das resistências, que manifestam a singularidade de cada apropriação.

Com base nos debates aqui levantados, ressaltamos que nossa proposta é analisar a trajetória de Mariana Coelho, enquanto leitora, escritora e intelectual, a fim de restabelecer, em sua complexidade as estratégias aplicadas, por ela, ao mundo social para conquistar espaços, posições e notoriedade que, pouco a pouco foi sendo desenhada dentro dos campos literário e intelectual. Para então, munida de certo capital simbólico, divulgar suas ideias acerca da emancipação feminina.

Assim sendo, pautada pelas discussões teóricas e metodológicas, esta tese está organizada em três capítulos. Na primeira, realizamos uma investigação sobre as origens familiares de Mariana Coelho, tendo em vista sua formação de leitora, no período em que viveu em Portugal. Neste aspecto, o objetivo é discutir alguns princípios de sua trajetória, particularmente em sua formação e inserção no universo da leitura, entendido como espaço de prática social e acúmulo de capital cultural, do qual permitiu a sua conversão, posteriormente, em escritora e o seu modo de intervenção no campo intelectual, sem deixar de reconstituir o processo de sua saída de Portugal e chegada ao Brasil.

No segundo capítulo, procuramos estabelecer o processo de formação de Mariana Coelho como escritora logo à sua chegada ao Brasil, em interlocução com a constituição da figura da escritora dentro de um movimento histórico e cultural mais amplo. Enfatizamos como ocorreu seu processo de incursão ao campo literário paranaense, tais como as relações e associações que passou a estabelecer com

outros agentes e as tomadas de posições dentro do campo, fruto de estratégias estabelecidas e acúmulo de capital simbólico.

No terceiro capítulo, detivemo-nos à análise da inserção e consolidação de Mariana Coelho ao campo intelectual paranaense. Onde, com uma posição já consagrada, pode expor sua defesa sobre a emancipação feminina. Procuramos evidenciar como sua concepção feminista foi se moldando e se constituindo ao longo dos anos por meio das leituras, das ações e das relações que estabeleceu com outras feministas do país e de outras partes do mundo, especialmente com Bertha Lutz, com quem manteve uma relação de amizade e de intercâmbio de ideias em defesa de uma maior participação e atuação social das mulheres.

1 MARIANA COELHO: DE PORTUGAL AO BRASIL

A leitura, ao contrário da carpintaria ou do bordado, não é meramente uma habilidade; é uma atividade de elaboração de significados dentro de um sistema de comunicação (DARNTON, 1988).

Ao investigarmos a trajetória de Mariana Coelho, é indispensável voltarmos o nosso olhar para o cenário e para os caminhos percorridos por ela até sua incursão na vida pública, que teve como ponto fundamental a defesa por uma maior autonomia e participação efetiva das mulheres na sociedade. Nossa pretensão é apurar como ocorreu sua vinculação ao mundo das letras, primeiramente, como leitora e, posteriormente, como escritora.

Intentamos compreender, neste capítulo, não só como a personagem Mariana Coelho se tornou intelectual, mas como as leituras realizadas por ela contribuíram e possibilitaram a sua incursão e a conquista de posições de destaque nos campos literário e intelectual e, ao mesmo tempo, adotando uma postura que, objetiva e subjetivamente, estaria vinculada a esta posição. Ou seja, permitir que ela pudesse vivenciar e expor o seu projeto de emancipação para as mulheres.

Porém, antes de iniciarmos nossa discussão, um breve questionamento se faz necessário. Qual a importância em estudar as leituras realizadas por Mariana Coelho? Podemos pensar em uma possível resposta. As pistas deixadas por meio das leituras que realizou possibilitam a compreensão de aspectos de sua vida e de sua atuação no que diz respeito ao modo como se relacionou com a cultura escrita, sobretudo a feminista, e como se inseriu nos campos literário e intelectual paranaense no final do século XIX e início do século XX.

1.1 DA EDUCAÇÃO DE MARIANA COELHO

Para compreendermos os aspectos da trajetória de Mariana Coelho leitora, investigamos sua origem e seu processo de formação assim como os motivos que a levaram a emigrar de Portugal para o Brasil. No processo de pesquisa, foi necessário, para além de uma compreensão de seu ambiente familiar de convivência, relacionar a personagem a um contexto cultural, social e histórico mais amplo, o qual perpassa o nascimento do leitor na modernidade e o da leitora lusitana e brasileira durante o

século XIX. Por meio de tal delineamento, verificamos que as práticas de leituras indicadas para as mulheres condicionaram aquelas realizadas por Mariana Coelho e como estas leituras foram fundamentais para a formação da gênese de seu pensamento feminista.

Como forma de esclarecer tais relações, contamos com as contribuições de Bourdieu (1996b, p. 81). Segundo ele:

Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vincule a um “sujeito” cuja a única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações.

Alerta o autor que, o propósito de “compreender uma vida” não consiste em uma tarefa simples. A construção de uma trajetória deve considerar as sucessivas posições ocupadas por um agente, bem como as transformações a que está sujeito. Dada sua complexidade, Bourdieu (2009; 2017) pondera que a trajetória possui um enfoque amplo, já que se interessa em compreender como tal agente se preparou para agir nos espaços de seu interesse. Para isto, enumera alguns aspectos para estudarmos as origens sociais, chamando atenção para pontos considerados, por ele, importantes, como a origem geográfica, genealogia e religião familiar.

Com base nas proposições de Bourdieu, consideramos a importância em retratarmos a origem familiar, bem como o processo de formação de Mariana Coelho articulada à sua trajetória de leitura. Para esta compreensão, utilizamos como suporte, já mencionado na introdução, as obras *Mariana Coelho: A Educadora-Feminista*, de Leonardo Soares Madeira Iorio Ribeiro, e *Mariana Coelho: Uma educadora feminista Luso-Brasileira*, de Aires Antunes Diniz, ambas publicadas em 2015. Os autores informam que, durante o período de escrita, estabeleceram “[...] um frutífero intercâmbio de debates [...]” (RIBEIRO, 2015a, p. 11), motivados pela grande coincidência que os uniu em pesquisa: tinham como objetivo principal ressaltar a importância que Mariana Coelho teve como educadora e feminista, assim como sua vinculação entre Portugal e Brasil.

O primeiro livro foi escrito pelo sobrinho tataraneto de Mariana Coelho, professor do Curso de Direito da Universidade Candido Mendes na cidade do Rio de Janeiro. Apesar da obra, segundo o autor, não ter a pretensão de descrever

“[...] uma limitada recolha de fatos históricos [...]”, bem como o “[...] caminho simplório da cronologia [...]” (RIBEIRO, 2015a, p. 2), apresenta a história de vida e a genealogia da família de Mariana Coelho, tomando como fio condutor de sua descrição as referências de atuação da personagem como educadora, escritora e suas ações como defensora do feminismo. Na obra, Ribeiro (2015a) demonstra um trabalho minucioso no levantamento de fontes, sobretudo em relação às impressas e às documentais. Como ele mesmo descreve, sua pesquisa “[...] se mostrou bem mais vasta, partindo da tradição e de documentos familiares, de cartas e anotações pessoais, de antigos jornais, desdobrando-se, com o tempo, em variados caminhos [...]” (RIBEIRO, 2015a, p. 1). Fica claro que a aspiração do autor, ao publicar o seu livro, era dar conhecimento sobre a importante intelectual feminista que pouco falou de si, mas que tanto reivindicou para o gênero feminino. Pretende contribuir para tornar públicos “[...] a vida, a obra e o pensamento de MC, em sua atuação como educadora, escritora, poetisa, contista, ensaísta, literata, cronista, jornalista e feminista [...]” (RIBEIRO, 2015a, p. 2), ou seja, os feitos daquela que, para ele, no seio familiar, era conhecida apenas como a “tia professora, escritora e poetisa”.

O livro *Mariana Coelho: Uma educadora feminista Luso-Brasileira*, escrito pelo professor português Aires Antunes Diniz, foi motivado, segundo o próprio autor, após o nome de Mariana Coelho ter aparecido quando pesquisava o tema feminismo, para uma apresentação que faria no X Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, que ocorreu em Curitiba no ano de 2014. A obra ressalta o período em que Mariana Coelho viveu em terras lusas, enfatizando, em especial por meio de uma profunda pesquisa nos Arquivos Distrital de Vila Real, os motivos que levaram Mariana e sua família a emigrarem para o Brasil. Na obra, há uma apresentação de José Marques, presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, que evidencia a importância de se conhecer Mariana Coelho, uma figura excepcional, que se destacou “[...] como professora e como mulher militante, tendo sabido desenvolver, com extrema delicadeza e sensibilidade inteligente, a sua vocação literária” (MARQUES, 2015, p. 7).

Acreditamos que, para compreender como se deu o processo de inserção de Mariana Coelho no universo da leitura, é imprescindível delinearmos sua origem

familiar. Marianna Candida Teixeira Coelho²³ nasceu no dia 10 do mês de setembro de 1857²⁴. Filha mais velha do Casal Manoel Antônio Ribeiro Coelho e de Maria do Carmo Teixeira Coelho, Mariana Coelho, como ficou conhecida posteriormente, foi batizada no dia 25 do mesmo mês na Igreja de Cumieira em Vila Real. Conforme descrito em sua Certidão de Batismo²⁵:

Mariana, filha de Manoel Antonio Ribeiro Coelho e sua mulher D. Maria do Carmo Teixeira Coelho, nepta paterna de Felix Ribeiro e Maria Amallia Coelho (já defunto o primeiro) de Lamas da freguesia do mesmo nome de Orelhão, Bispado de Bragança, materna de Antonio Joze de Meireles e Maria Engracia de Valcovo freguesia de Santa Comba da Ermida, nasceo dia dez de setembro de mil oitocentos e cinquenta e sete e foi solemnemente por mim baptizada nesta pia baptismal da Igreja de Cumieira dia vinte cinco do mesmo mez e anno, com imposição dos santos óleos. Foram seus padrinhos: Padre Joze Candido de Carvalho por seu procurador Jeronimo Joze Correa Botelho, que apresentou a competente procuração que reconheço, e D. Mariana Maxima Correa Botelho mulher deste procurador. E para constar fiz este termo que assigno. Cumieira vinte e quatro de setembro de 1857 – (ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL, 1857, fl. 69verso)²⁶.

Ela teve mais quatro irmãos, Thomaz Alberto Teixeira Coelho, que nasceu no ano de 1859; Carlos Alberto Teixeira Coelho, em 1863; Rita do Rosário Teixeira Coelho, em 1865, e Maria Natividade Teixeira Coelho, que nasceu no ano de 1870 (ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL, 2017).

Conforme nos conta Ribeiro (2015a), Mariana Coelho dividiu sua vida, durante o tempo em que viveu em Portugal, entre a Vila de Sabrosa e Quinta de Valcovo, na Povoação de Ermida, em Vila Real. Segundo nos relata o autor,

[...] a Quinta de Valcovo tinha grande importância para a família de MC, não só pelo fato de viverem há séculos no lugar – pelo menos desde o

²³ Mariana Coelho após defender a simplificação da língua portuguesa em sua tese apresentada ao Congresso das Academias de Letras e Sociedade de Cultura Literária do Brasil, no ano de 1936, passou a assinar Mariana com apenas uma letra n, em oposição ao modo como foi registrada, com duas letras n. Tendo em vista a preferência da intelectual, optamos por utilizar, na pesquisa, o modo simplificado de seu nome.

²⁴ Pesquisas anteriores indicam divergências quanto ao ano de nascimento de Mariana Coelho, sendo certo que seu aniversário era celebrado no dia 10 de setembro. Alguns estudos apontam o ano de 1858, como a *Enciclopédia de Literatura Brasileira*; o ano de 1857, como na tese *Resgates e ressonâncias: Mariana Coelho*, de Rosana Cássia Kamita, e no *Dicionário mundial de mulheres notáveis*; o ano de 1872, na dissertação *Educação e participação política: a visão de formação feminina de Mariana Coelho*, de Alexandra Padilha Bueno, e o *Dicionário de Mulheres, Dicionário Mulheres do Brasil* e *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*; e o ano de 1873 pelo quarto volume *Vultos Paranaenses*.

²⁵ Para a observação do documento na íntegra, consultar Anexo A (p. 334)

²⁶ Nesta tese, optamos em manter a grafia original da época em que foi escrita.

século XVII – mas pelo fato de a família viver, parcialmente, das produções e rendas da dita propriedade [...] A Quinta de Valcovo foi onde MC passou parte de sua infância, ao lado dos familiares, em terras que pertenciam há séculos à sua família (RIBEIRO, 2015a, p.14).

O autor revela que o próprio nome Valcovo estava ligado à família, tratando-se do sobrenome de antepassados dela, como João José Teixeira de Azevedo de Valcovo, pai do tio padre José da Natividade Teixeira. Possivelmente, o nome do lugar tenha sido incorporado ao sobrenome dos familiares que naquela região viveram, aparecendo nos registros paroquiais pela primeira vez em 1786. Ribeiro (2015a) – que esteve em visita pela região em 2012 – garante que, em uma das passagens do livro *Cambiantes*, Mariana Coelho faz a descrição, em riqueza de detalhes, do próprio lugar.

Quem, á sugestiva meia-luz de uma noite de penumbra, em pleno outono ocidental, passasse pelo *Vale do Andro*, um vale pouco habitado, encimado ao levante por um modesto eremitério, e talvez assim denominado em consequência da vizinhança da respectiva igreja, testemunharia uma destas múltiplas e triviais scenas romanescas que se sucedem frequentemente e principalmente nos povos da apaixonada raça latina. Neste vale, situado á margem de um gracioso e farto arroio, cujas águas deslizam cantarolando num murmúrio encantador de vozes que riem, choram, gemem, consequente efeito de um fácil deslocar em suaves e diminutos açudes naturais, desenhava-se uma modesta habitação em poética herdade, ladeada por dois vetustos e gigantescos ciprestes que a guardavam, severos e respeitáveis, como inabaláveis sentinelas (COELHO, 1940, p. 35).

Ribeiro (2015a, p. 14) mostra, por meio de seu mapeamento genealógico, que, desde o século XVI, parte da família da mãe de Mariana Coelho tinha ligações com a região de Vila Real, “[...] especialmente na Casa dos Mesquitas e no fidalgo Antônio da Mesquita Pimentel, da Quinta da Casa da Capela da Conceição de Sabrosa”. Apesar da maioria de seus antepassados ser constituída por homens ligados ao cultivo da terra, o irmão mais velho, Thomaz Coelho, em relato para a família, “[...] se dizia descendente distante de nobres portugueses” (RIBEIRO, 2015a, p. 14).

Mariana Coelho cresceu neste espaço com marcas deixadas por uma longa tradição familiar, que se estendeu até o modelo de educação ofertado a ela e a seus irmãos. Ao que tudo indica, foi instruída no meio familiar pelo próprio pai, que, segundo Ribeiro (2015), tinha formação na área farmacêutica adquirida na cidade do Porto.

Além de demonstrar ser uma figura influente e distinta na cidade onde vivia, ao exercer a profissão de sua formação e cargo de Tesoureiro da Câmara Municipal de Sabrosa, durante os anos de 1871, 1879 e 1880, fez parte como membro e secretário da Irmandade do Santíssimo Coração de Jesus de Sabrosa e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Sabrosa, revelando ser uma pessoa bastante religiosa.

Ribeiro (2015a, p. 155-156) esclarece que Mariana Coelho recebeu uma educação rígida de seus tios-padres; não somente ela, também recebera a mãe e receberiam os irmãos.

[...] especialmente o Padre José da Natividade Teixeira – tio avô de MC – e o Reitor Padre José Cândido de Carvalho – padrinho e primo de MC –, embora bem mais velhos de idade, que também haviam sido educados por outros “tios-padres” [...] A própria expressão “tios-padres”, transmitida por gerações na família parece-nos ter correlação com os vários clérigos membros da família – nos séculos XVIII e XIX –, que influenciaram na educação de membros da família.²⁷

Diante da compreensão de como se deu seu processo de formação, alguns esclarecimentos sobre o modelo de instrução portuguesa no decorrer do século XIX, sobretudo o ofertado às meninas, fazem-se necessários.

A maioria da população portuguesa, no início do século XIX, era analfabeta. De acordo com Silva (1992), em 1890, cerca de 76% dos portugueses maiores de sete anos não sabiam ler nem escrever. Sobre tais dados, Ribeiro (1999) acrescenta que a diferença entre o número de homens e de mulheres analfabetas era evidente, respectivamente 72% e 85%, ou seja, dentre a população feminina, quase nove em cada dez não sabiam as primeiras letras. A ausência de instrução revelava um país atrasado em comparação ao restante da Europa. Porém, segundo Rafael (2011), as modificações que vinham ocorrendo no campo político, econômico e social, devido ao esforço da emergente classe burguesa, tiveram repercussão na sociedade, que passou a perceber na instrução uma forma de avanço.

A modernização²⁸ e o desenvolvimento econômico, segundo Ribeiro (1999), implicavam um investimento considerável no ensino. A consequência desta política foi

²⁷ Parte da referida citação, corresponde ao relato de Dinah Madeiro Iorio e de Alayde Madeiro Fogliati, sobrinhas netas de Mariana Coelho.

²⁸ O conceito de modernização pode ser compreendido aqui como ato ou efeito de modernizar ou de tornar moderno. Nesse sentido o conceito está relacionando a um conjunto de transformações que se processam no meio social e na estrutura econômica, política e cultural de um território. Ver mais

a ampliação da escolarização e a distensão da rede escolar do ensino primário. “Na segunda metade do século XIX assistimos, por exemplo, a um crescimento no número de escolas femininas (de 153 em 1862, para 1345 em 1900) e, em geral, uma triplicação das escolas públicas entre 1860 e 1900” (RIBEIRO, 1999, p. 189).

O projeto social que pretendia elevar o nível educacional da população de modo geral compreendia que não poderia ser feito sem considerar a população feminina, que, até então, vivia permeada pelas sombras da ignorância. Desta forma, a defesa por uma educação feminina passou a ser considerada um dos apanágios responsáveis pelo avanço da sociedade (RAFAEL, 2011). De acordo com Vaquinhas (2000), foi somente a partir da década de cinquenta do século XIX que a instrução feminina floresceu. As escolas destinadas às meninas proliferaram, “[...] criando-se para efeito a primeira Escola Normal feminina, inaugurada a 9 de Julho de 1862” (p. 97). Tornava-se evidente o reconhecimento de que a educação das mulheres era um contributo inevitável para o projeto de modernização do país.

Com a mudança de mentalidade, a ideia de progresso começou a vincular-se ao princípio de responsabilidade pelas modificações no modelo educativo ofertado às mulheres, já que, até o século XVIII, segundo os apontamentos de Tomé (2017), não existiam leis que regulamentassem tal prática. Todavia, apesar dos indicadores sobre a necessidade de uma educação feminina, não havia propostas educacionais, tampouco escolas destinadas a elas, porque, até então, a ideia que imperava era a de que as mulheres: “[...] nasciam para ser mãe e esposa e para desempenhar essas funções, bastava-lhe ter noção dos valores morais e sentimentais, sendo dispensável a educação intelectual” (RAFAEL, 2011, p. 18). Acreditava-se que as mulheres já estariam bem instruídas quando fossem capazes de ler corretamente suas orações e sabe escrever suas receitas; ir além, seria um perigo para o lar (EXPILLY, 1935). Neste traço de domesticidade, Vaquinhas (2000, p. 97) reforça que “[...] o conteúdo intelectual da educação da mulher era escasso, considerando-se que intelectualidade não rimava com feminilidade”.

Contudo, com o novo objetivo que se apresentava à sociedade, buscou-se promover a educação das mulheres oitocentistas. Na interpretação de Rafael (2011),

em: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique (Org.). **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

esta proposição representou para elas uma pequena transformação em seu papel social, que acompanhou não só a modernização portuguesa, como o crescimento econômico. Porém a educação que passou a ser destinada às lusitanas, na realidade, não tinha como objetivo principal instruí-las nos conhecimentos científicos e filosóficos, mas habilitá-las para o cumprimento de sua nobre missão de esposa e mãe, levando em conta que as mulheres eram as educadoras dos homens quando crianças. Nas palavras de Vaquinhas (2000, p. 97):

Subordinada a este objetivo, solicita-se uma instrução equilibrada, apoiada numa sólida formação moral e religiosa, diferenciada, prática e que, de modo algum, fossem ministrados conhecimentos em demasia sob pena de a mulher se “*masculinizar*”. Enfim, uma instrução que preparasse a rapariga para desempenhar o melhor possível as funções tradicionais de esposa e mãe de família.

O século XIX ficou marcado, portanto, pela prerrogativa da mãe responsável pela educação dos filhos, conseqüentemente, a instrução ofertada para elas tinha como princípio fundamental melhorar a educação masculina.

Rafael (2011) revela que, embora houvesse alguns avanços no desenvolvimento do sistema público de instrução de modo geral, parece que não existia uma forma normatizada, voltada à população, em ascender às letras. A educação, muitas vezes, iniciava-se na própria família, ainda mais com o papel atribuído às mães como primeiras educadoras dos filhos. Diante disso, estabelece-se uma diferença entre dois conceitos que estiveram presentes no processo de modernização portuguesa: o de alfabetização e o de escolarização. O primeiro refere-se a um tipo de relação funcional com a leitura e, por vezes, com a escrita, podendo se apresentar de forma superficial e em níveis desiguais, porém, dependendo da forma que era apreendido, poderia atingir graus elevados de excelência. Já por escolarização, compreende-se a relação estruturada e progressiva com a cultura letrada, aplicada por meio de uma instituição constituída expressamente para esse objetivo: a escola, a qual, a partir da segunda metade do século XIX, passou a se organizar em redes, sob a direção política, pedagógica e administrativa do estado (RAFAEL, 2011).

Rafael (2011) atesta que, até a segunda metade século XIX e após a implementação do sistema público de instrução, o índice de analfabetismo foi caindo gradativamente. Porém a escola representava apenas uma possibilidade, já que, com

frequência, o ensino das primeiras letras ocorria no seio da própria família; foi o que, provavelmente, aconteceu com Mariana Coelho e seus irmãos, segundo nos revelaram as investigações.

Dito isto, podemos considerar que Mariana Coelho foi alfabetizada, porém não temos dados que comprovem sua escolarização. A ausência de informações é possível que se deveu ao fato de que, quando estava em idade escolar, as instituições que ofertavam instrução para as meninas ainda eram bastante deficientes, compondo um número insuficiente de escolas. Apesar de a Constituição de 1822, na avaliação de Rafael (2011), ter outorgado a abertura de escolas para ambos os sexos, um reduzido número foi criado e, na Reforma de Rodrigo da Fonseca em 1835, sequer figurou o ensino feminino. “Em 1836, Passos Manuel criava escolas femininas nas capitais de distritos; em 1844, Costa Cabral autorizava o governo a abrir escolas mistas com vistas à instrução do sexo feminino. Contudo, o número de escolas pouco aumentou” (RAFAEL, 2011, p. 29). Nas palavras de Vaquinhos (2000, p. 98), as instituições destinadas às meninas eram uma raridade, visto ser “[...] o colégio um privilégio da elite, os ensinos – secundário, técnico e superior – inacessíveis ao sexo feminino”. Conforme Outeirinho (1992), a educação familiar e religiosa não foi apresentada como fator único de uma educação feminina deficitária. A própria instrução ofertada pelas autoridades oficiais se constituía como instrumento de reforço de uma posição social feminina já estabelecida.

Em 2014, foi realizada uma pesquisa pelo Ministério de Solidariedade e Emprego e Segurança Social que tratou da evolução da condição educacional da mulher em Portugal, desde o ano de 1112 até 2014. Entre os anos de 1844 e 1845, existiam, em todo o país, 41 escolas oficiais femininas, frequentadas por 1.641 alunas, correspondendo a menos de 4% de todo o alunado. Foi somente a partir de 1850, segundo Rafael (2011), que a instrução destinada às meninas progrediu um pouco. Entretanto, no ano de nascimento de Mariana Coelho, de acordo com os dados expressos no documento, “[...] havia, no ensino, um total de 82.278 alunos, sendo 61.585 no ensino público, dos quais apenas 5.164 eram do sexo feminino” (PORTUGAL, 2014, p. 36). Ou seja, um número bastante reduzido se comparado ao ensino ofertado aos meninos. Além disso, o documento mostra que a única cadeira criada para o ensino primário destinado às meninas, na região mais próxima de onde vivia Mariana Coelho, foi em 1854: “[...] Decreto (pelo Ministério do Reino — Diário do

Governo n.º 47) criando uma cadeira de ensino primário para o sexo feminino em Alijó, Districto de Villa Real” (PORTUGAL, 2014, p. 29). Posteriormente, foram criadas cadeiras para a instrução feminina na região de Vila Real apenas nos anos de 1860 e 1862, até que começassem a ser criadas escolas destinadas a esse público, a partir de 1870. Em 1888, “[...] o governo aprova o diploma legal que autoriza a criação de institutos destinados ao ensino secundário do sexo feminino em Lisboa, Porto e Coimbra” (RAFAEL, 2011, p. 33), apesar, segundo Pinto (2017b), da resistência apresentada por muitos homens e mulheres conservadoras, temendo as perturbações que uma maior instrução pudesse provocar nas mulheres.

Apesar de uma possível educação familiar, é difícil compreender como Mariana Coelho e seu irmão mais novo Carlos Alberto tinham tanto conhecimento. Para Aires Diniz (2015), a explicação poderia advir da existência de um Liceu, de um seminário e de uma biblioteca em Vila Real. Segundo as inferências de Magalhães (2003), a Biblioteca Distrital de Vila Real foi instalada em 1839, a partir do Alvará de 1836, que regulamentava a criação de bibliotecas públicas distritais, tendo como objetivo principal o recolhimento e a preservação dos espólios bibliográficos dos conventos extintos após o *Decreto de extinção das Ordens Religiosas*, publicado em 1834. Rodrigues (2017) faz uma interessante observação sobre como as bibliotecas públicas, com a extinção das Ordens Religiosas em Portugal, desempenharam um decisivo papel na salvaguarda e na gestão de um vasto conjunto de obras oriundas dos mosteiros e conventos extintos. As bibliotecas pareciam ser o lugar mais adequado para conservar e dar uso ao patrimônio facultado por essas instituições. Por outro lado, a proposta de criação destes estabelecimentos, cuja amplitude contemplava, sobremaneira, as “cidades e villas notáveis” (RODRIGUES, 2017, p. 358), demonstrava a necessidade de formar, em todas as capitais de distritos, bibliotecas para o uso dos liceus. Com isso, o Decreto de 1834 acabou por favorecer a criação de bibliotecas públicas por todo território português, como foi o caso da biblioteca de Vila Real.

Além disso, de acordo com Serqueiros (2019, p. 123), as bibliotecas públicas portuguesas começaram a ser instituídas a partir do século XIX, “[...] com a finalidade de ser um particular coadjuvante do sistema instrutivo”. Esse desígnio dado às bibliotecas pode favorecer a compressão das visões e ações governamentais acerca da implantação de bibliotecas públicas distritais, tendo em vista que serviriam como importantes espaços educativos e instrutivos. A este respeito, Pinto (2017a, p. 66)

reforça que as bibliotecas conquistaram uma importância notável, que se traduziu em investimentos educacionais de combate ao analfabetismo, alternativa que priorizava não apenas os mecanismos de ensino formal, mas como forma de beneficiar a instrução popular. “Desenvolveu-se desta forma um conceito de biblioteca livre, pública, muito embora igualmente associado à instrução popular e mais condizente com a democratização das bibliotecas e do acesso à leitura” (PINTO, 2017a, p. 66). Sobre esta mobilização crescente de implementação e popularização das bibliotecas públicas, Ribeiro (1999, p. 197) evidencia que:

O movimento global das bibliotecas públicas mostra-nos, a partir dos anos 80, uma inflexão da sociedade portuguesa no sentido do desenvolvimento e progresso, um movimento que visava acompanhar o passo dos demais países europeus. Em 1883, regista-se o número global de 11 020 leitores, número que atinge 102 098 em 1910, tendo em conta apenas o público leitor das bibliotecas públicas.

Vale ressaltar que as bibliotecas tinham como propósito, segundo Pinto (2017b, p. 83), atender “[...] às necessidades de leituras de quem já conseguira ‘a victoria do aprender’ e tinha por isso ‘sêde de leitura’”. Deste modo, as bibliotecas se tornaram espaços indicados às leituras femininas, tendo em vista que, segundo este autor, a boa leitura por elas divulgadas, moralizava, instruía, elevava a alma e aperfeiçoava o trabalho.

Assim, das três opções possíveis, anteriormente apresentadas, Mariana Coelho poderia ter se valido apenas dos conhecimentos advindos das prováveis leituras realizadas na biblioteca, já que os seminários eram instituições ligadas à Igreja Católica, direcionados exclusivamente ao público masculino e o Liceu de Vila Real, que iniciou suas atividades no ano de 1848, só se tornou misto em 1882, período em que ela já contava com 25 anos de idade. O irmão de Mariana Coelho poderia sim ter se beneficiado de qualquer uma dessas três opções educacionais.

Assim, não o bastante,

[...] a instrução, a escola “pública” aparecerão no século XIX como o substituto das escolas paroquiais, deslocando o poder de ensinar do domínio religioso, representado pelos párocos, para o domínio público estatal, representado pelos professores e deste modo a escola pública corresponde a um novo paradigma social. Quem formará as consciências deixará de ser a esfera religiosa e privada, e passará a ser a esfera política e pública (RAFAEL, 2011, p. 29-30).

Observamos que a família, aos poucos, não só vai deixando de ser a principal responsável pela educação dos cidadãos como passa a delegar essa função ao Estado. Entretanto, ao que tudo indica, Mariana Coelho foi instruída seguindo os “antigos” moldes, esta inferência é devido à carência em ofertas de escolas destinadas a instrução feminina em sua região. O contexto permite supor que, estando os tios próximos, já estavam habituados a educar a família; ou, por uma tradição familiar, os pais de Mariana Coelho preferiam que seguissem tais costumes. De igual modo, o mesmo ocorreu com os dois irmãos, ao que tudo indica, foram educados em âmbito familiar, embora houvesse escolas disponíveis ao sexo masculino. Segundo mostra o documento de passaporte, o irmão mais novo de Mariana Coelho cursou o ensino superior, graduando-se como farmacêutico. Porém, de acordo com os apontamentos realizados por Diniz (2015) em sua pesquisa, Carlos Alberto Teixeira Coelho havia iniciado o curso de Medicina na Universidade de Coimbra; como não o concluiu, cursou Farmácia, mesma formação do pai.

Mesmo que almejasse, Mariana Coelho encontraria grandes dificuldades para cursar o ensino superior, porque, de acordo com Vaquinhas (2000), somente no final do século XIX é que tais instituições abririam suas portas para o ingresso das primeiras mulheres. A autora revela que, “nas primeiras décadas do século XX, as estudantes universitárias eram ainda, na cidade de Coimbra, em escasso número” (p. 100). Além disso, o período em que se inicia a aceitação do público feminino em estabelecimento de ensino superior coincide com a ida definitiva de Mariana Coelho para terras brasileiras.

Apesar de todos os empecilhos, Mariana Coelho pôde ser educada por ter nascido em uma família com condição cultural, social e econômica capaz de proporcionar uma educação que lhe garantisse a possibilidade de tornar-se uma mulher culta, por meio da incorporação e do acúmulo de capital cultural necessário para se tornar uma escritora. No que diz respeito à aquisição de capital cultural, Bonnewitz (2003) infere que a incorporação desse conjunto se dá, sobretudo, pelo sistema escolar ou é transmitido pela família. Esta premissa é discutida por Bourdieu (1999) ao esclarecer que a lógica da apropriação e da transmissão desse capital ocorre por meio de suas ações socializadoras e do conjunto de bens culturais que,

[...] exercem um efeito educativo por simples existência, é, sem dúvida, um dos fatores estruturais da explosão escolar, no sentido em que o crescimento da quantidade de capital cultural acumulado no estado objetivado aumenta a ação educativa automaticamente exercida pelo meio ambiente. Se se acrescentar a isto o fato de que o capital cultural incorporado cresce constantemente, vê-se que, em cada geração, cresce o que o sistema escolar pode considerar como aquisição (BOURDIEU, 1999, p. 75).

Podemos afirmar, segundo os apontamentos de Bourdieu (1999), que Mariana Coelho incorpora seu capital cultural no seio familiar, porque, ao que tudo indica, viveu em um ambiente que lhe possibilitou o acesso ao mundo da leitura e a uma educação distinta. Esse mecanismo ocorreu por meio de pensamentos e ações próprias da classe cultural a qual pertencia, juntamente com o esforço familiar em condescender a cultura, os conhecimentos, os pensamentos e ações por eles expressos.

1.2 DO DOMÍNIO DO ALFABETO AO OFÍCIO DE LEITORA

De acordo com Denipoti (1998, p. 14), “[...] a leitura, uma das atividades hoje considerada das mais normais [...]”, durante muito tempo, teve sua história ignorada pela historiografia, que a via como um ato mecânico ou abstrato. Porém, conforme revela Chartier (2011b), nos últimos anos, ela passou a ser vista como objeto de estudo da história, especialmente da história cultural. Assim, tanto a leitura quanto sua história são encaradas sob diferentes perspectivas e sob diferentes tipos de abordagens metodológicas. Embora o estudo da leitura possa partir de pressupostos diferentes, o espaço em que os pesquisadores operam é o da circulação cultural por meio do estudo das formas de leitura no passado. Desta perspectiva, ao nos voltarmos para as leituras que Mariana Coelho realizou, conseguimos identificar quais os simbolismos ligados a tal prática e como a leitora os expressava e os aplicava em seu mundo.

Durante o período em que viveu em terras lusitanas, Mariana Coelho foi uma ávida leitora. Para tal afirmação, contamos com nossa capacidade interpretativa acerca das pistas e das impressões deixadas em seus artigos escritos para os jornais, revistas, discursos proferidos, livros publicados e cartas enviadas, os quais, além de trazerem informações necessárias sobre a sua história da leitura, representam o

resultado do que aquela prática significou para ela. Assim, investigamos, por meio dos seus escritos, as indicações necessárias sobre as leituras que realizou.

Para interpretarmos tais pistas, contamos com as indicações de Darnton (1992) quando afirma que, para recuperar as leituras realizadas por um personagem é necessária a apreensão das ideias e as suposições subjacentes à leitura de seu passado, tudo que possa oferecer alguma noção daquilo que as pessoas elaboravam quando liam, as escritas de ficção, as autobiografias, as cartas, as pinturas e os escritos polêmicos. Valendo-nos de tais observações, além de considerarmos a leitora Mariana Coelho fonte de estudos, suas produções são igualmente eleitas como objeto desta investigação. Já que, como observa o autor, além de a leitura significar um processo interno, no qual os leitores decodificam, compreendem e estabelecem significados às palavras, tudo aquilo que é produzido pelo leitor pode oferecer uma compreensão do “como” e dos “porquês” da leitura, justificando, assim, a importância de se pensar qualquer produto implícito à leitura enquanto campo fértil de pesquisa.

No entanto, é importante ressaltar que não existe uma fórmula única de abordagem para essas fontes; portanto nosso mapeamento acerca das indicações deixadas por Mariana Coelho levou em consideração as possibilidades e variações de leituras realizadas por ela, pautadas por um quadro de leituras femininas possíveis para sua época. Como forma de compreender as variações de leitura, Lopes e Galvão (2001) revelam que os leitores e suas leituras que passam a ser encarados como objeto de investigação podem revelar muito sobre seus universos simbólicos, sobretudo se forem inseridos dentro de grupos específicos. A este respeito, Chartier (2004, p. 173) contribui ao declarar que as práticas da leitura e suas multiplicidades, enquanto fonte de pesquisa dos historiadores, devem ser investigadas levando em consideração as épocas, os lugares, os ambientes e os grupos que “[...] sempre, é tomado dentro de uma rede de práticas culturais e sociais que lhe dá sentido”.

Com base na conceituação dos autores supracitados e na reconstrução da história da formação de leitores, em nosso caso de Mariana Coelho, podemos afirmar que ela se enquadra em três grupos específicos, os das mulheres, dos escritores e dos intelectuais, os quais apresentam suas particularidades e singularidades de leituras, dos quais nossa pesquisa se propôs a investigar. Assim, ao examinarmos as diferentes maneiras de como ocorre a inserção da personagem no universo da leitura,

é possível entendermos as especificidades de seu pensamento expresso, posteriormente, em suas escritas e em sua atuação na vida pública.

Mariana Coelho inseriu-se no universo da leitura desde muito cedo, como a própria leitora anota: “desde muito mocinha” (COELHO, 13/09/1936, p. 2). Porém, este feito só foi possível porque viveu em um ambiente familiar propício para ser alfabetizada. Momento em que a instrução em Portugal, dentre ela a feminina, passava a ser encarada como uma necessidade social, garantidora do desenvolvimento e da modernização. Diante dessa reconfiguração social, Rafael (2011, p. 2) declara que foi “[...] neste período que alguns políticos exigiram e lutaram pela formação escolar de uma mentalidade científica, como sendo a mais adequada ao progresso e à integração do indivíduo no seu tempo”. Devido à preocupação com a educação ofertada à população, o século XIX marcou o início do hábito de ler no país, contribuindo para a industrialização da imprensa e o crescimento do mercado editorial.

As beneficiárias da nova visão de melhoria educacional da população, tendo em vista o progresso da sociedade portuguesa, foram as mulheres, passando a integrar novo estrato social. A mudança no pensamento em relação às mulheres, segundo Chartier (1999), pode ser vista como uma verdadeira revolução no campo da leitura feminina, já que elas passaram a compor a nova categoria de leitores do século XIX, representando uma parte crescente e significativa do novo público leitor.

A instrução feminina pautada pelo novo cenário social possibilitou a emergência de uma nova figura do século XIX: a leitora, que passou a ser socialmente aceita, reconhecida e valorizada. Sobre tal averiguação, Pinto (2017b, p. 85) avança:

Se atentarmos nas representações iconográficas da leitura, [...] a figura feminina é uma presença marcante que surge, [...] patenteada nas capas das revistas da época, [...] onde se produzem imagens sugestivas do deleite e da curiosidade que a leitura parecia suscitar nas personagens do sexo feminino, fossem elas adultas ou jovens em idade escolar.

Foi em meio a este contexto de transformação, sobretudo em relação às mulheres, que Mariana Coelho despontou como leitora em um universo de leitura criado especial e especificamente para o uso feminino. Tanto que, na observação de Lyons (1999), muitos foram os investimentos para seu emprego e sua manutenção.

Tendo em vista o papel desempenhado pela leitura no decorrer da história, compactuamos com pensamento de Darnton (1992) quando afirma que,

A leitura não se desenvolveu em uma só direção, a extensão. Assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em diferentes épocas. Homens e mulheres leram para salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar suas máquinas, para seduzir seus enamorados, para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir (DARNTON, 1992, p. 212).

Mariana Coelho como uma típica leitora de seu tempo, na mocidade, ao que tudo indica, foi leitora do que estava em voga como leitura caracteristicamente feminina. Prática esta anunciada por ela própria em seu livro *Cambiantes – Contos e fantasias* (1940), última obra sua a ser publicada, porém, segundo a autora, a primeira a ser escrita, ainda quando vivia em terras lusitanas. De acordo com ela:

[...] alguns contos nele insertos foram inspirados quando a idade de ouro das ilusões nos torna transitoriamente felizes, quando todos os sonhos são poetas; na idade florida e ansiosa em que o sonho e o romanticismo empolgam e povoam a imaginação das pessoas que nascem irremediavelmente idealistas e impressionáveis. Mas nem por isso as narrativas desenvolvidas deixam de ter – todas – um grande fundo de compreensível verdade, embora adornadas pelos caprichosos devaneios da fantasia e pelos modestos ensaios intuitivos da arte (COELHO, 1940, p. 14).

Devido a tais características, *Cambiantes* será utilizada como uma das principais bases para as interpretações acerca das leituras que Mariana Coelho realizou em sua mocidade. Apesar de o livro se tratar de uma ficção, ele nos fornece pistas relevantes sobre a sua história da leitura, porque, conforme descreveu Dario Vellozo (1940, p. 9) no proêmio da obra: “A delicadeza de seus sentimentos aparece em todas as paginas; em todos os capítulos a elevação de suas ideias e a sua invejável cultura”.

Porém Mariana justifica sua falta de habilidade no exercício com a pena pela imaturidade juvenil e abstrações por ela causadas.

A falta de riqueza literária que provavelmente ressalta ao leitor numa grande parte do presente livro, é, pois, devida, principalmente, ao facto de ser ela urdida na idade agitada e ao mesmo tempo dominada por puerilidades verdadeiramente infantis e por emoções exageradas, o que é próprio do natural esperançoso alvoreço juvenil – idade que, em regra, não dá margens para estudo profundo, preciso e rigoroso (COELHO, 1940, p. 15).

Dito isto, deixa pistas das leituras que provavelmente realizou em sua juventude. Aquelas que, segundo Rafael (2011), eram indicações de leituras femininas e que estavam relacionadas à sua natureza frágil, sonhadora, aprisionada pela imaginação e emoções, proveniente de romances, dos contos, dos folhetins, ou das poesias. Estas leituras são incorporadas por Mariana, como manifesta no verso presente no conto *O selvagem do casebre*²⁹:

Se no amor já não sou crente
É porque a sorte assim quiz.
- Não está nas mãos da gente
O coração de ser feliz!
(COELHO, 1940, p. 49).

Tal tipo de leitura, evidenciada por sua escrita, era considerado antítese das leituras informativas de domínio público e, por isso, relacionado ao universo masculino.

Supomos que Mariana Coelho teve um repertório de leitura bastante amplo, e os romances que assume ter lido, assim como qualquer moça lusitana oitocentista alfabetizada, foi apenas mais um gênero de leitura que realizou dentre muitos outros. Porém, talvez por um sentimento de culpa devido às características femininas associadas aos romances, procurou se justificar por meio das emoções exageradas, pelos sonhos e emoções causadas pela imaturidade.

É possível observarmos que a leitura se dá por meio de uma diversidade de elementos que a caracterizam como qual o tipo de leitura é oferecido aos seus leitores, em que locais ela se realiza e qual a sua finalidade, ou seja, quais as práticas e os simbolismos que a envolvem. Conforme nos esclarece Chartier (2002b, p. 16-17), a leitura:

[...] tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamental de percepção e de apreciação do real.

²⁹ O conto *O selvagem do casebre* também foi publicado, em 20 de outubro de 1913, na revista *A Bomba*.

O livro *Cambiantes* pode ser considerado um retrato das paisagens, das vivências e das leituras experienciadas por Mariana Coelho quando vivia em Vila de Sabrosa e Quinta de Valcovo. Como constatamos em uma de suas narrativas:

[...] em pleno setembro, uma radiosa e sugestiva primavera atraindo-me num dia de irresistíveis encantos a um bem passeio higiênico – ao que prontamente acedi – desmandando, de preferência, os lugares mais agrestes e solitários onde pude oxigenar livremente os pulmões, com ar puro da manhã (COELHO, 1940, p. 53).

Dos quinze contos que há no livro, grande parte deles realiza uma reflexão sobre o amor, sentimento este, estranhamente, associado a ela, “[...] uma vez que Mariana Coelho sempre prezou a valorização da razão, em especial nas mulheres, pelos preconceitos que a tinham por excessivamente sentimental” (KAMITA, 2005, p. 32). Sobre tal sentimento, tão recorrente em seu livro, a autora justifica: “São as ideias, que esses assuntos românticos despertam, filhas de inapagáveis recordações do passado, de um passado que não volta pois não podemos retroceder á idade primaveril [...]” (COELHO, 1940, p. 14).

Em alguns contos, conseguimos desvelar Mariana Coelho envolta nessa teia de sentimentos, figurando como a própria protagonista de sua narrativa, como no conto ... *Um urso*, em que afirma: “[...] a experiência me tem feito concluir que existem realmente tipos excepcionais que se gabam com o mais curioso desplante, da sua falta de coragem para ligar o seu destino ao de uma mulher de espírito culto [...]” (COELHO, 1940, p. 59). E termina sua sentença de modo resolutivo: “as almas feitas de trevas não compreendem a luz” (COELHO, 1940, p. 59). O urso, para ela, seria um homem incapaz de amar uma mulher sábia e instruída. A leitora poderia estar se referindo a qualquer mulher que apresentasse tais características, porém, no último parágrafo do conto, deixa pistas de que a “mulher de espírito culto” tratava-se de si: “a mulher que, ingênua e imprudente o havia correspondido, usava *pince-nez*³⁰. Daí os agonizantes suores que lhe causava – não a minha pessoa, mas [...] a minha luneta” (COELHO, 1940, p. 60). Consideramos que a mulher, que tão ingenuamente

³⁰ De acordo com o Dicionário Online de Português, “pince nez”, cuja a origem da palavra vem do francês, significa um tipo de óculos leve que se mantem sobre o nariz pela pressão de uma mola. O modelo que remete ao século XV até o início do século XX, era desprovido de hastes. Sua fixação era feita apenas fixando-o sobre o nariz. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pince-nez/>. Acesso em: 1 out. 2018.

sucumbiu a tal sentimento, tratava-se da própria Mariana, porque, assim como em sua história, ela fazia uso desse tipo de óculos. Um objeto tão singular para as mulheres da época estava relacionado àquelas que faziam da leitura uma prática constante, ou que, no mínimo, fossem conhecedoras sobre moda. Acreditamos que Mariana se valia das duas possibilidades.

Para uma melhor compreensão dos simbolismos expressos por ela, dialogamos com as interpretações que Darnton (1992, p. 219) faz ao afirmar que a leitura se liga intimamente aos aspectos físicos e intelectuais, por exemplo, os “[...] leitores do século dezoito tentavam “digerir” os livros, absorvê-los em todo o seu ser, corpo e alma”. Era comum que os aspectos físicos do processo de leitura se projetassem nas páginas dos livros, oferecendo pistas do modo como as pessoas do período realizavam suas leituras e dos sentimentos e sentidos empregados a elas.

A compreensão de como Mariana Coelho e as mulheres do século XIX construíam suas representações de mundo e as empregavam em seu tempo nos permitiu traçar um perfil das leitoras daquele século. Segundo Lopes e Galvão (2001), por meio dos modos de leitura, é possível determinar as apropriações feitas dos materiais lidos. Ao compartilhar dessa especificação sobre os modos de leitura, Chartier (2004, p. 217) declara que “a leitura não é separada de outros gestos culturais [...]”. Esta afirmação identifica, nas abordagens históricas, os principais elementos intrínsecos e extrínsecos às práticas de leitura, que estão relacionados à reconstrução das diversidades expressas por ela. Pautados por tais fundamentos, problematizamos que as mulheres desse período desenvolveram seus espaços e suas práticas de leitura em um contexto mediado por relações de controle e desconfiança, caracterizado pelas ideias expressas desde o século XVIII, quando as mulheres debutavam como leitoras.

A leitura de cunho feminina do século XVIII estava envolta por um universo de solidão e emoção discreta. Muitas mulheres, nesse período, tornaram-se leitoras quase se igualando ao número de leitores, porém, em sua grande maioria, eram incapazes de assinar o próprio nome, como nos conta Lyons (1999). Acreditava-se, de acordo com Sforzi (1996), que ensiná-las a escrever era o mesmo que proporcionar-lhes meios de manter correspondências amorosas com outros homens. Como forma de ilustrar esta crença, Chartier (2011a, p. 81) descreve a história de Agnès, uma leitora que, ao contrariar a vontade de seu tutor Arnolphe, que pretendia formar uma leitora capaz apenas de decifrar o livro que a lhe oferecia “*As máximas do*

casamento ou os Deveres da mulher casada”, aprende a escrever. Ao considerar a escrita feminina como uma perigosa ferramenta de independência, que poderia possibilitar a correspondência amorosa, descreve: “[...] malandra, para que te serve a escrita; contra meu desejo a arte foi revelada [...]” (CHARTIER, 2011a, p. 81). Por meio desta fala, o autor revela a concepção compartilhada pela população do período, até porque era comum as mulheres lerem, mas não era comum que aprendessem a escrever.

A leitura antecede a escrita, já era uma prática comum desde quando ela passou a fazer parte do cotidiano das pessoas. Durante o século XVII, era habitual, nas escolas, as crianças aprenderem a ler antes de escrever, ao invés de desenvolverem as duas habilidades juntas. Segundo Chartier (2011a), normalmente, a criança começava a trabalhar, sobretudo as das camadas mais pobres, antes que iniciasse o aprendizado da escrita. Consequentemente, a capacidade de escrita da população era baixa em detrimento à capacidade de leitura. Ademais, se levarmos em consideração a população feminina, as escolas sequer eram destinadas a elas.

O ensino para as mulheres, segundo Chartier (2011a), estava reduzido apenas à leitura, sobretudo pelo motivo já mencionado anteriormente. Enquanto, em algumas famílias mais abastadas, alguns meninos aprendiam a escrever, as meninas deveriam concentrar-se em saber ler, costurar e fiar. Sobre isto, Lyon (1999, p. 167) nos conta que, “em algumas famílias, havia uma divisão rígida do trabalho com a escrita, pela qual as mulheres liam para a família, enquanto os homens cuidavam da escrita e da contabilidade”.

Apesar de a mulher oitocentista já ter conquistado sua independência em relação à leitura, é importante ponderar sobre as indicações de Chartier (1999), de que a leitura pressupõe, a princípio, a liberdade do leitor. Porém ele avalia que essa liberdade não é jamais ilimitada e absoluta.

Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se exigem (CHARTIER, 1999, p. 77).

Sobre esta questão, Darnton (1992) exemplifica que quase todas as escolas, durante o século XVIII, eram conduzidas pela Igreja e quase todos os livros didáticos eram de cunho religioso, em geral de catecismo ou livros de devoção. Deste modo, o

ensino da leitura, ao invés de “[...] abrir perspectivas sem limites de novas ideias, ela provavelmente permanecia no interior de um círculo fechado [...]” (DARNTON, 1992, p. 223).

Entre as exigências dispostas sobre as leituras femininas no século XIX, estavam as determinações de uma leitura amena e delicada. Entre os gêneros mais indicados, figuravam os romances que compunham o gênero que mais agradava às mulheres segundo as anotações de busca e procura registradas nos catálogos das livrarias, dos gabinetes de leitura³¹ e das bibliotecas. A feminização do leitorado de romances parecia ratificar os princípios dominantes sobre a função da mulher e sua inteligência, já que “[...] estas eram vistas como seres frágeis e sonhadores, aprisionadas nas suas emoções, logo eram limitadas nas suas capacidades intelectuais” (RAFAEL, 2011, p. 41). Em vista de tais características atribuídas ao gênero feminino, Lyons (1999) esclarece que a imagem associada à mulher que lia visava uma leitora com aspirações religiosas e voltada à família, portanto afastada das preocupações da vida pública. Os romances, que eram considerados como leituras frívolas, adequados para leitores de baixa capacidade reflexiva, já que exigiam pouco raciocínio, tendo em vista que seu objetivo principal era a distração, afinava-se com o perfil intelectual atribuído às mulheres. “Afim, desde que se seguisse a fórmula suspiros e sussurros, sentimentalismo e riso fácil, era fácil agradar [...]” a elas (DUMONT; SANTOS, 2007, p. 34).

É evidente que a leitura para as mulheres deveria ter como principal intenção o lazer, esta finalidade acabava as afastando dos textos considerados de boa qualidade. Entretanto Dumont e Santos (2007) questionam: por que a predileção das leitoras por uma literatura considerada de baixa qualidade? Para Boechat (2002), possivelmente, foram os romancistas os principais responsáveis pela criação da figura da leitora romântica. A leitura feminina teria sido alvo de um projeto nacionalista conservador e moralizante de autores acerca das escolhas de suas leituras. Além disso, devido à educação superficial ofertada às mulheres do século XIX, era fácil para elas degustar esse tipo de ficção, não lhes possibilitando a realização de uma leitura mais elaborada.

³¹ Os gabinetes de leitura foram espaços de leitura destinados, sobretudo, àqueles que não dispunham de dinheiro para a aquisição de livros e periódicos. De acordo Ribeiro (1999, p. 193), “lojas de ler e de alugar livros, os gabinetes de leituras foram essencialmente negócios de livreiros, mas também surgiram ligados a associações culturais, profissionais e a folhas periódicas. O gabinete de leitura permitia a fixação do público leitor em local apropriado ou facultava mediante o aluguel do livro, a leitura domiciliar”.

Podemos refletir sobre dois aspectos a respeito desta realidade. A desconfiança acerca da capacidade intelectual das mulheres justifica a resistência e as explicações de Mariana Coelho em assumir que os devaneios provenientes do romantismo povoaram a sua imaginação durante a “idade florida”. Além disso, devido a esta ideia é que ela, ao demonstrar ser uma mulher esclarecida intelectualmente, causou desconforto em muitos homens.

Deste modo, a figura da mulher leitora, aos poucos, foi sendo associada aos romances; e os investimentos na manutenção desta imagem eram grandes. Rafael (2011) aponta que foi criada, especialmente, para o leitorado feminino português uma coleção chamada *A Empresa Horas Românticas*, que tratava de traduzir e publicar os romances da moda, sobretudo os franceses, de modo que seu público pudesse se ocupar com uma série bastante diversificada de leituras. Lyons (1999, p. 171) destaca que: “Para os editores da época, a leitora era acima de tudo uma consumidora de romances”. Afirmo a autora que, com tantos investimentos, a leitura de romances era a atividade favorita das mulheres, eram poucas as que não liam mais de cinco exemplares por mês. “Embora as mulheres não fossem as únicas leitoras deste gênero, elas eram consideradas o principal alvo da ficção romântica e popular” (LYONS, 1999, p. 171). Porém, devido à sua condição de sonhadora, muitas eram as preocupações sobre o voo que a imaginação das leitoras poderia empreender, além do alerta sobre o perigo das leituras de conteúdo muitas vezes duvidoso.

Abreu (2012) alerta que, do ponto de vista moral, eram localizados nos romances vários problemas, acreditava-se que eles orientavam a fazer coisas censuráveis, propiciavam o contato com cenas de adultério, sedução, crimes ou, ainda, ensinavam como burlar as leis. Ainda que não fossem colocados em prática os atos condenáveis exibidos nos romances, sua leitura poderia provocar sensações físicas não recomendáveis em seus leitores, como estimular o desejo, despertando sensualidade e inflamando os sentidos. Deste modo, o contato com as situações consideradas pecaminosas alteraria a percepção de mundo e o conjunto de valores morais, dos quais as pessoas deveriam seguir a fim de pôr freio em seus impulsos.

Segundo Abreu (2012), os prejuízos causados pelas leituras indevidas poderiam ser não somente de ordem moral, mas fisiológica. Acreditava-se que a mulher, devido à sua condição biológica, não estava preparada para adquirir determinados conhecimentos. Sobre sua limitação, Rohden (2004) assevera que, se

a jovem se dedicasse demasiadamente a certo tipo de leitura, restaria pouca energia física para ser investida no florescimento de seus órgãos reprodutores, impedindo a menina de se tornar uma mulher perfeita, colocando em risco uma de suas funções primordial, o de ser mãe. Crença também confirmada por Leite (2005, p. 108), visto que, segundo ela, “[...] existia o perigo latente de influenciar a mente da juventude, operando mudanças intensas na subjetividade das mulheres”. As mulheres deveriam ser leitoras, mas deveriam fugir dos romances libertinos.

Apesar de ter vivido os sonhos e as ilusões típicas das leituras românticas da mocidade, Mariana Coelho parece ter seguido um caminho oposto em relação à maioria das mulheres. Ao que tudo indica, o contato com esse tipo de leitura despertou os indícios daquilo que viria a se tornar a gênese de seu pensamento feminista, por perceber, sobretudo, o modo como as mulheres eram vistas naquele período. Tais vestígios podem ser identificados em uma passagem presente no conto: *Nas malhas do destino*, quando Mariana denuncia a situação de padecimento vivida por uma mãe que se casou pela segunda vez: “[...] como um homem cujo tipo moral representa a ínfima classe dos que, tratando-se de casamento, tem por único escopo achar na aquisição da mulher a posse de um animal doméstico, ou antes um animal de carga [...]” (COELHO, 1940, p. 103). Além de perceber a situação de fragilidade feminina, inclusive reforçada por alguns romances, Mariana apontava que a necessidade que muitas mulheres tinham de amar acabava por colocá-las em uma situação de subordinação, como explicita no conto *Um candidato*: “Colocai a mulher num deserto, nesse deserto um monstro – e ela amará êsse monstro!” (COELHO, 1940, p. 71); ou ainda, no conto *O Selvagem do Casebre*, quando cita a frase de Paulin Limayrac³²: “O coração da mulher amante é um santuário de ouro, onde muitas vezes impera um ídolo de barro”.

Já que nem todos os romances eram considerados adequados e nem todas as leitoras, diferentemente de Mariana Coelho, estavam habilitadas para perceber algumas das suas intenções, a solução pensada pelos defensores dos romances, diante da objeção de cunho moral em relação à sua leitura, foi recorrer ao princípio da combinação entre prazer e utilidade. Já que este tipo de leitura tinha a vantagem de ensinar o seu leitor sem que este percebesse, sendo possível conduzir os leitores para

³² Paulin Limayrac (1816-1868). Jornalista e escritor francês.

o caminho da virtude sem que eles se dessem conta. Assim, ao sair da leitura, só lhe caberia transpor o aprendizado para o mundo real (ABREU, 2012).

Leite (2005) salienta que muitos romances passaram a criar inúmeras imagens de mulheres vivenciando incontáveis situações que dependiam do sentido que o escritor desejava atribuir ao papel feminino, tendo a intenção de agradar com a representação de modelos comportamentais positivos ou negativos. O uso da concepção de leitura adequada e inadequada configurava entre a representação da figura simbólica da leitora presente na criação de muitos destes escritores. Na obra *Helena* de Machado de Assis, escrita em 1876, a personagem principal, em um diálogo com seu irmão, demonstra interesse pela leitura de um romance, mas, com receio em ser reprovada, dá a entender que desiste de sua ação:

- Pensa que gastei toda a tarde em fazer crochet? Perguntou ela ao irmão, caminhando para a sala de jantar.
- Não?
- Não senhor, fiz um furto!
- Um furto!
- Fui procurar um livro na sua estante.
- E que livro foi?
- Um romance.
- *Paulo e Virgínia*?
- *Lescaut*.
- Oh! Exclamou Estácio. Esse livro...
- Esquisito, não é? Quando percebi que o era, fechei-o e lá o pus outra vez.
- Não é um livro para moças solteiras...
- Não creio mesmo que seja para moças casadas, replicou Helena rindo sentando-se à mesa. Em todo caso, li apenas algumas páginas. Depois abri um livro de geometria... e confesso que tive um desejo...
- Imagino! interrompeu D. Úrsula.
- O desejo de aprender a montar a cavalo, concluiu Helena (ASSIS, 1994, p. 23-24).

Deste modo, a imagem associada à leitora esteve presente nas personagens dos romances que, muitas vezes exerciam um papel fundamental na educação das jovens. As heroínas das histórias, representantes de uma feminilidade desejada, defendiam um conjunto de regras e normas que, frequentemente, visavam reforçar princípios e atitudes consideradas femininas. Além disso, Sales (2003) chama a atenção para a representação que muitos narradores oitocentistas construíram acerca a figura feminina em íntimo contato com os livros. De acordo com a autora, a participação feminina nos romances no século XIX evidencia o tímido avanço da

história da leitura feminina. A imagem da leitora é representada em muitos enredos da ficção oitocentista. “A reprodução das cenas de leitura feminina na prosa de ficção ajuda a desenhar o caminho da mulher ao lado dos livros como parte do cotidiano” (SALES, 2003, p. 65) e de uma educação desejada.

Embora as leituras dos romances tenham ocorrido na “idade de ouro das ilusões” de Mariana Coelho, e apesar de seus contos serem a expressão dos fortes pensamentos desse período, suas representações de leitura expressas em suas personagens, longe de representarem o modelo da heroína ou da boa moça, seus contos, geralmente, mostram um certo ceticismo e, em alguns momentos, contrariam os papéis estabelecidos como femininos. De modo geral, suas histórias não apresentam finais felizes, diferente da maioria dos romances daquela época, a moral quase sempre traz uma ideia velada de manifesto ou denúncia revestida por um tom de lição a ser observada.

Entretanto é importante refletirmos, conforme sugere Darnton (1992), que o sentido e o significado conferido a uma obra é construído por seus leitores e não diretamente pelo conteúdo. Portanto, as significações que Mariana Coelho expressou em seus textos igualmente dependem das impressões que ela conferia ao que lia, e não somente às intenções que o autor depositou ao escrever. Ao compartilhar de preocupação semelhante quando define as representações da leitura para seu leitor, Chartier (2002a) amplia o debate, explicando que toda a prática de leitura está envolta pela crença do poder de condicionamento que o texto tem sobre seu leitor, ou seja, o desaparecimento da leitura entendida como exercício autônomo. Neste caso, o leitor estaria submetido a um significado único do texto. Nesta concepção, a leitura seria a compreensão da capacidade que o embate discursivo do texto proporcionaria. Porém, por outro lado, ao considerar a liberdade do leitor como produtor de sentidos, ou seja, quando as possibilidades de análise são levadas para o campo das representações simbólicas, é possível considerar a leitura como um conjunto de experiências e de significados possíveis e reais. Ao tomar por base as palavras de Chartier (1991, p. 181): “[...] o essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos [...] podem ser diversamente apreendidos, manipulados, compreendidos”, pretendemos entender como a leitora Mariana Coelho produziu sentido sobre aquilo que lia.

Com base nas considerações levantadas por Chartier e Darnton, além do próprio sentido que o leitor confere às leituras que realiza, outra imposição

interpretativa se coloca: compreender o modo como os pesquisadores visualizam as representações dadas a um texto ao estudar a história da leitura. Para tanto, duas abordagens devem ser levadas em consideração, primeiramente é importante, ao abordar um texto, ponderar acerca de suas estruturas; posteriormente olhar para o impresso em questão, não como portador de um sentido único, mas, conforme descreve Goulemot (2011, p. 107), como um “[...] lugar de produção de sentido, de compreensão de gozo”. Portanto, a leitura é construção e não a reconstrução de um sentido. Portanto, ao investigarmos as leituras realizadas por Mariana Coelho, procuramos postular sobre tais significações, o que nos possibilitará a construção das possíveis acepções por ela delineadas.

Além dos romances, supomos que a leitora Mariana Coelho fez vezes de outro tipo de leitura bastante em voga entre o público feminino, as crônicas, que passaram a ser veiculadas, em especial, entre os jornais e revistas da época. Nossa suposição parte da observação de que, poucos anos após sua chegada ao Brasil, passou a assinar uma coluna mensal sobre moda, primeiro para o jornal *Gazeta do Povo* e, depois, para o *Diário da Tarde*. Em suas crônicas, ela aconselhava e dava dicas às suas leitoras sobre moda e elegância, demonstrando certo conhecimento acerca do assunto. Acreditamos que este tipo de leitura tenha se dado, inicialmente, durante o período em que vivia em Portugal, já que, quando passou a residir no Brasil, começou a se dedicar intensamente às leituras de cunho mais científico e reflexivo. Mudança revelada pelas impressões que deixou em seus escritos mais tarde.

As crônicas, os tratados e os manuais sobre civilidade, etiqueta e moda começaram a ser difundidos amplamente como leitura de cunho feminino a partir do século XIX. Enquanto os homens, segundo Lyons (1999), discutiam assuntos públicos, pautados em notícias de jornais, em contraposição, a ficção e os manuais de boas maneiras eram debatidos e intercambiados por uma ampla rede de mulheres que pretendiam, sobretudo, estabelecer uma aproximação com o modelo feminino das personagens dos romances que liam. Não temos como afirmar que também foi a intenção de Mariana Coelho quando fez uso desse tipo de leitura. Supomos que não.

Tomé (2013) observa que, dentre os manuais, um deles a conquistar grande popularidade foi *Código do bom tom*, de autoria de um cônego identificado como J. R. Roquette. Publicado em Portugal, pela primeira vez em 1845, fez sucesso, inclusive, entre os leitores do Brasil Imperial. Tendo em vista a emergência da classe

burguesa enquanto modelo de sociabilidade, este manual tornou-se leitura obrigatória ao trazer um conjunto de instruções que definiam especificamente os gestos e os modos que deveriam ser adotados nos novos espaços e acontecimentos da vida social: os teatros, os clubes, os cafés, os salões de baile, os cassinos, entre outros, considerados como símbolos da modernização.

Lyons (1999) revela que a burguesia passou a criar e a incorporar um estilo próprio e distintivo no convívio social, enunciados por um código gestual do qual poderiam reconhecer a si próprios e a identificar possíveis intrusos. Tomé (2013) reforça que, para se ter uma perfeita atuação nos espaços prestigiados de sociabilidade, sem correr o risco de ser identificado negativamente por deselegante, era necessário ter conhecimento sobre os segredos da vida em sociedade, sobretudo para mulheres, uma vez que, além das normas do bem agir, deveriam conhecer e respeitar as regras e hierarquia que separavam o mundo feminino do masculino. O *Código do bom tom* era bastante específico a este respeito:

Logo no princípio já ficamos sabendo que cabe aos homens polidez e urbanidade e às mulheres um falar suave e um ar reservado. O homem se distingue por sua fala inteligente e correta; mulher, por sua atitude modesta e silenciosa [...] se se calarem, cala-te também [...]. Se te divertires, não mostres senão uma alegria moderada; se estiveres aborrida, dissimula e não o dês a conhecer [...] Nunca por sua vontade prolongue a conversação (ROQUETTE, 1997, p. 26).

As diferenças entre homens e mulheres, declaradas pelo modo de ser, de estar e de agir em sociedade, eram expressas nas leituras destinadas e realizadas por cada gênero. Ao público masculino eram reservadas as leituras de cunho político, econômico, filosófico e mundanas; já a leitura destinada ao sexo feminino deveria ser amena e de entretenimento, assim como o seu comportamento nos espaços públicos.

Não temos como afirmar que Mariana Coelho foi frequentadora dos espaços em que a vida social ocorria, uma vez que Sabrosa, onde vivia, de acordo com Diniz (2015), não passava de uma pequena vila, que, provavelmente, não apresentava muitos espaços para pôr em exercício as práticas de sociabilidade. Tampouco Valcovo, que se tratava de uma isolada propriedade rural. Relaciona o autor que o

encantamento de Mariana com as modernidades³³ apresentadas pelo Brasil³⁴ quando aqui chegou é justificável se comparada com o atraso apresentado pela região onde vivia. Diniz (2015), ao investigar os arquivos de Sabrosa do ano de 1892 – ano em que Mariana Coelho emigra para o Brasil –, descreve o tempo que levava a viagem da vila onde a leitora vivia até a cidade mais próxima:

[...] marcando os horários que saíam de Sabrosa às 6h30 da manhã para chegar a Vila Real às 9h30 e com regresso de Vila Real donde saía às 3 horas e meia e chagava a Sabrosa às 6h30 minutos. É de pasmar pois agora esta distância é de 20,8 km e pode ser percorrida em 26 minutos (DINIZ, 2015, p. 194-195).

O trajeto descrito acima, possivelmente, Mariana teve que percorrer quando se mudou para o Brasil, além de tantas outras vezes, quando pretendia ir a lugares que pudesse construir novas relações de sociabilidade ou encontrar novas leituras.

Ela deixa pistas das leituras sobre moda que realizou segundo seu próprio escrito:

- Entre os múltiplos e variados preceitos da moda e da boa educação, que Paris nos envia por intermédio das suas respectivas publicações, encontram-se às vezes, a par de regras imprescindíveis de polidez [...] quem tem de seguir rigorosamente todas as impertinentes exigências do *bon ton*, tudo precisa saber (COELHO, 01/03/1901, p. 1).

Além de demonstrar que estava ciente acerca das orientações de moda e elegância que vinham de Paris por meio de periódicos, os quais provavelmente recebia, já que, de acordo com Silvestre (2009, p. 35), muitas “[...] senhoras consideradas elegantes eram assinantes destes periódicos, recebendo-os em casa, sobretudo aquelas que residiam fora [...]” dos grandes centros. Em *Cambiante*, em seu conto intitulado *Um espelho falso*³⁵ Mariana Coelho dá a entender que frequentava espaços sociais ligados ao refinamento dos costumes, como um ateliê de

³³ A ideia de modernidade sustentada por esta tese segue o conceito apresentado por Jacques Le Goff, de ruptura com o passado. Nesse sentido, modernidade é compreendida com um conjunto amplo de modificações que ocorre nas estruturas sociais, a partir de um longo processo de racionalização da vida, que atinge as esferas econômica, política e cultura. Ver mais em: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique (Org.). **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

³⁴ Modernidades que são descritas em seu livro *O Paraná mental* e que serão abordadas, no próximo capítulo, pela pesquisa.

³⁵ O mesmo conto foi publicado, sem o título no jornal *Diário da Tarde* em primeiro de novembro de 1900, quando foi colunista do quadro *Chronica da moda*.

moda. No conto, a personagem é convidada, pela amiga estilista, a conhecer o seu estabelecimento.

Convidada por uma gentil modista francesa – a quem me ligava mútua e antiga simpatia – para visitar o seu gracioso *atelier*, no qual se havia operado uma transformação de bom gosto, gastei os poucos minutos de espera a observar e a apreciar toda a artística disposição dos mil objetos infalíveis num elegante salão de modas preparado por hábil mão feminina e ... principalmente, parisiense (COELHO, 1940, p. 75).

Ante seu relato, supomos que possa ter frequentado alguns dos espaços de sociabilidade franceses, já que era fluente na língua daquele país quando passou a viver na capital paranaense, lecionando a disciplina de francês na escola em que fundou. Além disso, ao que tudo indica, frequentou tais espaços nos centros urbanos de Portugal, como Vila Real, a cidade do Porto ou Coimbra que ficavam mais próximos da região onde vivia. É passível de ser confirmado pelas informações oferecidas pela sua própria obra *A evolução do feminismo*, onde diz ter colaborado com alguns jornais editados nestas cidades como *O Comercio de Vila Real*, *Jornal da Manhã* e *A Voz Pública*.

O século XIX, foi o século dos periódicos. De acordo com Machado e Sena (2014), o jornalismo português esteve atrasado em relação aos demais países da Europa em função do absolutismo régio e da Igreja Católica que impediam a liberdade de imprensa, por meio de uma legislação censória expressa pela criação de inúmeras medidas restritivas. A implementação da imprensa só ocorreu efetivamente no decorrer século XIX, com a Revolução Liberal do Porto de 1820³⁶, que anulou a censura, possibilitando o nascimento da imprensa. A partir de então, segundo (Ribeiro, 1999), a imprensa se tornou um dos veículos culturais fundamentais para os cidadãos ascenderem na leitura, viabilizando-lhes uma nova dimensão desta prática. Nesse ínterim, ora distraíndo, ora instruindo, a imprensa tinha como objetivo cativar cada vez mais leitores das diferentes camadas da população.

³⁶ A Revolução Liberal do Porto foi um movimento político que ocorreu em Portugal em 1820, de caráter liberal e antiabsolutista. Foi organizada por políticos liberais e militares portugueses e contou com a participação de integrantes do clero, da nobreza e de pessoas do povo. Teve a cidade do Porto como palco, porém, rapidamente, ganhou força, chegando a outras cidades portuguesas. Com o fim da Revolução, foi formada uma Junta Provisória com o objetivo de organizar as eleições para a formação das Cortes Constituintes, cuja missão seria formular a primeira Constituição de Portugal (GOMES, 2018).

Com tal estratégia, a leitura de jornais passou a fazer parte do cotidiano da população, sobretudo, por seu baixo custo e por sua facilidade de manuseio. Castro (2015) destaca que os periódicos, devido ao seu grande sucesso, passaram a fazer parte dos lares, dos cafés, das livrarias, dos salões, das praças, ao apresentarem, por meio de seus temas, os assuntos para as conversas tecidas nos diversos espaços de sociabilidade. Bourdieu (1996, p. 70) acrescenta que “o desenvolvimento da imprensa é um indício, entre outros, de uma expansão sem precedente do mercado dos bens culturais, ligado por uma relação de causalidade circular ao afluxo de uma população [...]”.

Decorrente de tais mudanças, no período, houve um acentuado aumento do mercado editorial que resultou na criação e circulação de vários jornais e revistas, o que contribuiu “[...] para que a imprensa se tornasse um veículo de expressão mais rápido e espontâneo” (RIBEIRO, 1999, p. 208-209). Deste modo, a imprensa periódica passou a ocupar boa parte do lugar até então reservado exclusivamente à cultura livresca, conquistando novas camadas de leitores, dentre elas, o público feminino.

Os jornais, interessados no novo mercado consumidor, passaram a dividir os assuntos segundo o interesse de seus leitores e leitoras. De acordo com Sales (2007), o espaço reservado aos temas de maior afeição do público feminino eram os literários e os de entretenimento. Ali, publicavam-se desde crônicas, críticas, peças de teatro e livros recentemente lançados, folhetins, até piadas, charadas e receitas de cozinha. Na avaliação de Lyons (1999), enquanto se supunha que os homens leriam as notícias, às mulheres, asseguravam-se as seções dos jornais dedicadas aos seriados de ficção romântica. Sobre o conteúdo jornalístico voltado ao público feminino, Perrot (1998, p. 77-79) acrescenta:

[...] as mulheres insinuavam-se no jornal pelos rodapés – a parte de baixo das páginas dos jornais – que lhes eram progressivamente reservados, sob forma de crônicas de viagens ou mundanas e sobretudo de romances-folhetins, cada vez mais femininos por suas intrigas, suas heroínas e até por sua moral.

Devido ao gosto dos leitores pela ficção romântica, em particular entre mulheres, foi criado o gênero textual que ficou conhecido como romance-folhetins. Tal

gênero foi pensado, primeiramente, pela francesa Émile Girardin³⁷, e tratava-se da publicação em pedaços dos romances inventados para o jornal, apresentados em notas de rodapé. Segundo apontamentos de Sales (2003, p. 45),

[...] o romance-folhetim foi uma febre nacional que impulsionou muitos dos nossos grandes autores a utilizarem esse espaço como forma de publicação das suas obras e projeção dos seus nomes entre o público e a crítica. Sendo o jornal o veículo de comunicação mais acessível na sociedade dos oitocentos, talvez este fosse o caminho mais rápido e fácil para o escritor alcançar notoriedade.

Com a popularização dos periódicos entre o público feminino, de fato, as mulheres adquiriram o hábito de ler jornais. Em decorrência disto, foram criados periódicos destinados tão somente à leitura desta clientela. Segundo Perrot (2012), a imprensa destinada ao público feminino na Europa foi criada no século XVIII, tendo como conteúdo principal dicas de moda. Mas, segundo a autora, foi no século XIX que a imprensa teve o seu grande desenvolvimento, sobretudo em razão do sucesso alcançado entre as mulheres que passaram, em muitos casos, a conduzi-las. A imprensa tornou-se um espaço privilegiado de conquista da autonomia e do poder, sendo utilizada como meio para difundir ideias e estabelecer diálogo, tornando-se rapidamente muito popular entre as mulheres.

Em Portugal, a escrita jornalística destinada às mulheres teve início, de acordo com Machado e Sena (2013), em 1807, quando foi lançado, com uma publicação quinzenal, *O Correio das Modas*, o primeiro periódico dedicado às damas lusitanas. Depois deste, muitos outros vieram em seu encalço, tais como *O Recreio*: jornal das famílias (1835-1842); *A Abelha*: jornal de utilidade, instrução e recreio (1836); *O Ramalhete*: jornal d'instrução e recreio (1837-1844); *O Beija-flor*: semanário d'instrução e recreio (1838-1842), dentre muitos outros³⁸.

³⁷ Émile Girardin foi a criadora do jornalismo moderno e do romance em pedados ou em fascículos, na década de 1830. O romance folhetim ou *feuille ton-roman*, como ficou conhecido, logo se popularizou, principalmente, entre as mulheres, adquirindo sua forma definitiva na década de 1840. O próprio Balzac produziu uma novela chamada *La vieille fille* para ser publicada em formato de folhetim em 1836 (RAFAEL, 2011).

³⁸ No Apêndice E, está representada a tabela com a lista dos periódicos femininos editados em Portugal entre os anos de 1807, data do primeiro jornal feminino a ser publicado, até 1890, data do último jornal editado enquanto Mariana Coelho vivia em terras portuguesas.

Segundo Silvestre (2009), entre os periódicos denominados femininos, poucos eram aqueles administrados por mulheres. A maioria era dirigida por homens, alguns mais favoráveis às mudanças sociais, porém boa parte deles buscava reforçar padrões de comportamento relacionados à boa moral e aos valores familiares.

Apesar das incertezas acerca da competência intelectual feminina e de sua predileção por leituras fúteis, muitas mulheres se tornaram colaboradoras na escrita de periódicos. Silvestre (2009) revela que, quando a imprensa dedicada ao público feminino, de fato, proliferou, passou a haver jornais redigidos por mulheres, como o *Vida Feminina*. A Revista semanal *Da mulher para a mulher* (1825), segundo Salvador (2009), era escrita supostamente por uma secretária de redação. Além deste, outros dois periódicos se destacaram: *O Toucador, periódico sem política dedicado às senhoras* (1822), dirigido por Almeida Garrett e Luís Francisco Midosi, e o *Gazeta das Damas* (1822), de propriedade de Caetano António de Lemos e redigido por três colaboradoras anônimas.

Muitas foram as críticas recebidas acerca desta atuação. Muitas delas por considerar este tipo de imprensa periférica, supérflua e imprópria. Conforme demonstra Salvador (2009, p. 97),

Um e outro configuram acusações recorrentes: frivolidades pelo tratamento escrupuloso dado a assuntos irrelevantes ou, pelo contrário, pelo tratamento indiferente dado a matérias importantes; futilidade pela falta de sentido dos discursos, o que ridicularizava ou conferia indignidade a quem os assinava. [...]. Tal mentalidade contribuiu para inferiorizar a imprensa feminina perante a imprensa em geral que ganhava, por razões várias, uma forte consciência do valor de si mesma.

A autora, supracitada revela que muitos dos ataques depreciativos vinham das próprias mulheres e, muitas vezes, eram reforçados pelas próprias redatoras dos periódicos. A exemplo do já mencionado *Vida Feminina*, em que sua escritora esclarece a seu público leitor que, neste veículo informativo, a futilidade feminina seria tratada com todo carinho. Em *O Toucador*, declarava-se que ficariam excluídas de suas publicações a política e a ciência, confirmando assim a “[...] mundaneidade da folha garrettiana motivada e regulada por uma ideologia conservadora [...]” (SALVADOR, 2009, p. 98).

Apesar da inferioridade atribuída à escrita jornalística feminina, sobretudo, por seu conteúdo considerado de baixa qualidade, percebe-se a importância destas páginas para a construção de uma nova identidade para as mulheres lusitanas oitocentistas, dentre elas a própria Mariana Coelho, já que elas passaram, de fato, a compor um grupo de leitores cada vez mais efetivos.

Com a nova identidade conquistada, muitas delas passaram a incorporar gostos considerados mais críticos a suas leituras. Na tentativa de oferecer um conteúdo reflexivo, muitos jornais e revistas, dedicados ao público feminino, passaram a admitir, entre seus textos, matérias que propunham discutir o papel das mulheres na sociedade. Um dos pioneiros a adotar esta proposta, segundo Salvador (2009), foi *O Correio das Damas* (1836-1852), que, por meio da atuação anônima de suas colaboradoras, introduziu, juntamente com suas dicas de moda, conselhos sobre prendas domésticas, receitas de cozinha e outros conteúdos considerados supérfluos, temas sobre direito à educação, ao voto e ao trabalho profissional. Com isso, o periódico revelava “[...] uma intenção formativa, edificante e interventiva, declarando-se uma folha ‘com política’”, p. 98). Além deste, de acordo com Silvestre (2009), outros jornais, como o *Mundo Elegante* (1858-1860), passaram a denunciar, em muitos de seus artigos ou crônicas, as situações de injustiças e opressões que atingiam as mulheres portuguesas. Porém a autora justifica que este periódico, assim como muitos outros, uma vez que eram compostos por várias colaboradoras que redigiam seus artigos, muitas vezes era comum encontrar contradições ideológicas, características de um jornalismo ainda iniciante, em uma sociedade que almejava ser mais sensível às mudanças sociais, mas que, no entanto, mostrava-se acuradamente conservadora. Sobre esta atuação feminina, muitas vezes antagônica, Salvador (2009, p. 100) acrescenta:

Os periódicos, de grande popularidade e variedade em Oitocentos, contaminados por esses antagonismos e contradições, constituem uma fonte para a recuperação de imagens da mulher: reivindicativas ou subordinadas; frívolas e fúteis ou reflexivas e activas; instrumentalizadas ou desprezadas.

Não foi fácil para as mulheres da época romper com os estereótipos naturalizados como femininos. Porém alguns desses jornais e revistas se tornaram canais eficientes para se contrapor a tais determinações, como foi o caso do periódico

A Assembleia Literária, Jornal d'instrução, publicado em Lisboa, entre os anos de 1849 a 1851. Conforme evidencia Salvador (2009), foi o primeiro jornal fundado, pertencente e dirigido por uma mulher, Antónia Pusich. O firme caráter do jornal é evidenciado logo de início, quando uma de suas colaboradoras escreve de modo enfático a seu público sobre a natureza da folha, “[...] trata-se de um ‘jornal redigido pelo espírito feminil’ que investe na luta ‘pela nossa liberdade e pelos sagrados direitos que a sociedade nos tolhe’” (SALVADOR, 2009, p. 105). Para a autora, o nível de carga reivindicativa presente no periódico permite afirmar que ele pode ser considerado o primeiro de cunho feminista surgido em Portugal. Após este periódico, segundo Silva (1983), outros assumiram a mesma linha reivindicativa, como a revista *A Voz Feminina*, criada em 1868, que declarava ser radicalmente feminista.

Werneck (1986) pontua que a imprensa feminina, na missão de ensino à leitora, engaja-se em uma representação mais política, científica e crítica da sociedade. O discurso presente em um desses jornais editados por mulheres deixa clara esta dimensão:

O verdadeiro ideal do nosso seculo presente é a democracia, a santa igualdade. [...]. Bem como temos demonstrado, em vez de ficarmos dentro dos limites dos meios interesseiros e positivos, como são a continua applicação de nossos pequenos recursos em pról de fazer fortuna para nossa família, tratemos sem descanso por todos os meios em nosso alcance de angariarmos adeptos ao nosso ideal – A emancipação da Mulher (*O SEXO FEMININO*, 15/12/1889, p. 1).³⁹

O alargamento e a expansão da leitura feminina possibilitaram a emergência de uma nova visão de mulher, que poderia alçar-se à vida pública e ao conhecimento. Muitas delas fizeram dos jornais o veículo de transmissão em que ouviam e se faziam ouvir, estabelecendo um diálogo direto entre os conhecimentos do universo feminino e suas leitoras. Ao que tudo indica, Mariana Coelho foi uma dessas mulheres que

³⁹ O Jornal feminino e feminista *O Quinze de novembro do sexo feminino*, nasceu por iniciativa de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, em 1873, na cidade de Campanha, em Minas Gerais, sob o título de *O Sexo feminino*. Em 1875, o periódico foi transferido para o Rio de Janeiro, onde sobreviveu até 1890. Desde sua criação, o jornal semanal tinha como principal proposta levar até as suas leitoras informações sobre educação, instrução e emancipação feminina, que eram ofertadas por meio de notícias e entretenimento. Após a proclamação da República, a proprietária imediatamente mudou o nome do periódico para *O Quinze de novembro do sexo feminino*, a fim de demonstrar sua determinação na conquista da liberdade e dos direitos políticos e sociais para as mulheres (HAHNER, 1981).

descortinou os preconceitos que impediam muitas mulheres de romper as barreiras em relação às leituras e escritas impostas a elas.

Deste modo, a leitura feminina começa a escapar da tutela imposta pela sociedade, criando novos textos, para além das palavras reguladas. Ou seja, segundo Rafael (2011, p. 42), as leitoras se emancipam e passam a fazer leituras que lhes convinham, “[...] tanto para se distraírem, como para se instruírem, tornando-se essa mesma leitura um elemento de distinção”. A imprensa passou a representar, de acordo com a autora, o principal veículo de circulação e manifestação do pensamento, do feminino, que luta por uma identidade que, durante muito tempo, foi negada pelas estruturas sociais. A manifestação por novas ideias femininas relacionava-se ao empreendimento de intervenção da mulher em outras áreas sociais e culturais, que dependiam não só da sua afirmação na imprensa, mas igualmente fora dela.

Não encontramos registros que comprovassem a participação de Mariana Coelho nos três jornais que afirmou ter contribuído alguns anos antes de emigrar para o Brasil. Esta constatação pode estar relacionada com a observação de Silva e Denipoti (2016) quando afirmam que, no período, era muito comum a utilização de pseudônimo, por cumprir bem a função de máscara protetora da identidade do autor. Supomos, com base em tais informações, que ela tenha se valido desse artifício, visto ser comum na época manter o anonimato por causa das restrições moralizantes colocadas às mulheres lusitanas, ratificando seu lugar na sociedade enquanto difusoras da moral e dos bons costumes. Sobre isso, declara Vaquinhas (2000) que, embora muitas mulheres tivessem passado a escrever na imprensa,

[...] raras eram aquelas que ousaram afirmar-se jornalistas [...]. Daí o recurso a pseudônimos, anagramas ou iniciais, atrás dos quais as colaboradoras da imprensa periódica escondiam a identidade, preservando-se, assim, da maledicência ou da agressão pública (p. 151).

Esta suspeita é confirmada por Diniz (2015) ao revelar que *A Voz Pública* se tratava de um jornal de caráter republicano, em que a maior parte de seus artigos não eram assinada e as assinaturas encontradas eram pseudônimos. Para o autor, “O próprio jornal parecia não ter diretor, nem qualquer responsável e isso tinha uma razão: muitos estavam presos por escreverem na imprensa republicana ou tinham-se

expatriado”⁴⁰ (DINIZ, 2015, p. 148). Mariana Coelho não deixa claro quantos artigos escreveu para o jornal nem sobre quais assuntos, mas, temendo uma possível represália, não os assinou.

Ao que tudo indica, foi uma ávida leitora e, com base nas interpretações das pistas deixadas por ela, conseguimos inferir quais possíveis leituras realizou. É possível afirmar que leu os textos indicados às mulheres, como os romances, os contos, os manuais de civilidade e etiqueta; assim como conseguimos apreender que o contato com os jornais lhe possibilitou uma proximidade maior com leituras de cunho informativo e reflexivo, além de um convívio com as ideias que defendiam uma melhor posição social para as mulheres. Conforme revela Diniz (2015), em Vila Real, região onde vivia Mariana Coelho, foi o lugar onde nasceu, em 1829, a feminista Catarina Máxima de Figueiredo Feio⁴¹, mãe de Maria Figueiredo Feio Rebelo, conhecida como Maria Feio⁴². Catarina Máxima pode ter sido uma das influenciadoras do pensamento de Mariana Coelho acerca da emancipação feminina durante o tempo em que vivia em Portugal. Em seu livro *A evolução do feminismo* faz menção à feminista:

Pertencem ao século XIX: Catarina Máxima de Figueiredo Feio – poetisa muito distinta, autora de algumas obras em verso e mãe da intelectual Maria Feio. Ambas da cidade de Vila Real, capital de Trás os Montes (COELHO, 2002a, p. 296).

Por meio do que deixou escrito, Mariana Coelho confirma para quais propósitos significaram as leituras que realizou. Foi a escrita de outras mulheres que em princípio

⁴⁰ Tal fato era em decorrência da Revolta Republicana que correu no dia 31 de janeiro de 1891 na cidade do Porto. Foi o primeiro movimento revolucionário que teve por objetivo a implantação do regime republicano em Portugal. Disponível em: <http://aves.edu.pt/vabrunhais/?p=53>. Acesso em: 20 jul. 2018.

⁴¹ Catarina Máxima de Figueiredo Feio (1829-1884), escritora portuguesa, publicou os seguintes livros: *Extracto de um Albúm*; *Fragmento de Prosa e Verso*; *Viuvez e Saudade* e *Última Instância*. Colaborou também em jornais e revistas, como *Novo Almanach de Lembranças Luzo-brasileiro* nos anos de 1876 e 1877, com *Diário de Notícias*, no qual publicou um folhetim intitulado *A tradição de Família, Leitura para o Serão de Minhas Filhas* e um texto chamado *Um Salvé a Villa Real* publicado no *Diário Ilustrado* 1875. Disponível em: <http://www.dodouropress.pt/index.asp?idedicao=66&idseccao=555&id=4525&action=noticia>. Acesso em: 20 jul. 2018.

⁴² Maria Figueiredo Feio Rebelo Castelo Branco (1870-1939), poetisa portuguesa, conhecida por Maria Feio, natural de Guiães (Vila Real), publicou seu primeiro seu primeiro verso no *Novo Almanach de Lembranças Luzo-brasileiro*, aos 11 anos. Autora das seguintes obras: *Alma de Mulher*; *Calvário de Mulher*; *Artes e Artistas*; *A Beleza da Mulher*; *Contos Verdadeiros*; *Vozes do Coração*; *Lázarus e Madalenas*; *Verdades (sobre problemas sociais)*; *Corações Infantis*; *Argumentos (cartas)* e *Sonho de Amor* (versos). Colaborou nos jornais *A Capital*, *Luta*, *Vanguarda*, *Novidades* (Lisboa), *O Primeiro de Janeiro* e *O Comércio do Porto*. Além de ter proferido diversas conferências. Disponível em: <http://www.dodouropress.pt/index.asp?idedicao=66&idseccao=555&id=4529&action=noticia>. Acesso em: 20 jul. 2018.

inspiraram a sua condição de escritora em defesa dos direitos das mulheres (COELHO, 2002a). Possivelmente, Catarina Máxima tenha sido uma das inspirações.

Tanto a autora mencionada anteriormente quanto sua filha, citadas por Mariana Coelho em sua obra, colaboraram com publicação de poesias para *O Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*. Tal anuário, que teve bastante êxito entre o público português e brasileiro, foi fundado em 1851 e publicou anualmente até 1932. No início, era intitulado apenas como *Almanach de Lembranças*, mas, já no quinto número, adotou o nome *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, tendo, em 1872, passado a chamar-se *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*. Em suas páginas, que em alguns volumes chegava a ultrapassar quinhentas, eram publicadas poesias, textos em prosa, passatempos e curiosidades, por vezes com colaboração dos próprios leitores, dentre eles Mariana Coelho, que, antes de emigrar para o Brasil, publicou uma poesia na edição de 1887⁴³, possivelmente na condição de leitora colaboradora (ROMARIZ, 2011).

Acreditamos que os anos que antecederam a chegada de Mariana Coelho ao Brasil e ao Paraná foi o período em que teve contato com leituras de cunho informativo, filosófico, histórico e científico. Algumas dessas leituras são reveladas nos textos que escreveu, deixando clara suas várias influências, sobretudo as relacionadas às referências que faz sobre igualdade, pacifismos, direitos humanitários, justiça, evolução e progresso, as quais, recorrentemente, aparecem em sua escrita. Muitas destas leituras são indicações da própria Mariana, reveladas em seus escritos posteriores, as quais evidenciam a gênese de um possível pensamento anarquista, que irá influenciar o feminismo defendido por ela, posteriormente.

Quando expõe sua concepção sobre progresso e evolução, que são tratados por ela quase como sinônimos, a leitora Mariana Coelho se distancia, ou até mesmo se contrapõe ao princípio evolucionista de Darwin. Tais concepções são encaradas como elementos fundamentais para sua reflexão acerca da inferioridade atribuída à mulher na sociedade. Como forma de explicar tal conjuntura, Mariana se fundamentou nas ideias do sociólogo russo Jacques Novicow⁴⁴, as quais aparecem na gênese de

⁴³ Conferir poesia publicada em Anexo G (p. 341).

⁴⁴ Jacques Novicow (1849-1912) foi um sociólogo russo que passou grande parte de sua vida na França, onde escreveu a maior de suas obras. Antidarwinista de esquerda, foi autor de *A crítica ao darwinismo social*; *A luta entre as sociedades humanas* e *Miséria e os fenômenos naturais*, entre outros. Para ele, a teoria evolucionista, assim como as concepções de luta pela vida e seleção foram o motor da luta de classes e declararam uma guerra contínua de todos contra todos. Disponível em:

seu pensamento feminista, tomando por base as leituras que realizou sobre seus escritos. Pautada pela ideia de que a função e o estímulo atribuído a determinado órgão do corpo possibilita sua criação e desenvolvimento, a leitora estava convencida de que a desvantagem feminina diante da masculina estava diretamente relacionada à escassa falta de educação da qual as mulheres foram submetidas durante anos, “[...] dando o fato como resultante, a sua inferioridade secular na ciência e na arte” (COELHO, 2002a, p. 39).

Os primeiros contatos com as ideias defendidas pelo sociólogo ocorreram quando a leitora Mariana Coelho vivia em terras portuguesas, como ela mesma pondera: “[...] naqueles tempos em que ainda não corriam o mundo as arrojadas teorias de Novicow [...]” (COELHO, 1940, p. 27). Ou seja, em um momento, ao que tudo indica, em que poucos conheciam os princípios defendidos por ele. Não pudemos elucidar como tinha acesso a esse tipo de leitura, ou quem o indicava, somente sabemos que o lia.

Ao seguir esta mesma linha de defesa, deixa transparecer alguns pontos de contato com as leituras do antropólogo Létourneau⁴⁵, ao afirmar “[...] não existir em todo reino animal, princípio algum que justifique a inferioridade relativa da sexualidade feminina [...]” (COELHO, 2002a, p. 38-39), utilizando como justificativa: “[...] até mesmo entre várias espécies do reino animal inferior, a fêmea é superior em força e forma, ao macho – sendo por ele respeitada, e até temida” (COELHO, 2002a, p. 39). Leituras estas, que Mariana iniciou durante o período em que viveu em Portugal, deixando pistas no conto *Eterno Tema* de seu livro *Cambiantes*.

Ao tomar por base as leituras de cunho científico acerca dos escritos de Novicow, a leitora Mariana Coelho se declarava adepta e defensora dos ideais pacifistas. Segundo Diniz (2015), este autor continuou a inspirar a leitura e os pensamentos até mesmo quando passou a viver no Brasil, fazendo menção ao sociólogo nas obras *A evolução do feminismo*, de 1933, e em *Um brado de revolta contra a morte violenta*, 1934. Novicow acreditava que os conflitos raciais eram uma explicação injusta para as guerras. Ao defender o desaparecimento das barreiras e

https://editoracontexto.com.br/downloads/dl/file/id/.../raca_pura_primeiro_capitulo.pdf.... Acesso em: 21 jul. 2018.

⁴⁵ Charles Letourneau (1831-1902) foi um antropólogo francês antidarwinista, lamarckista. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n1/13.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

dos preconceitos existentes entre as raças e entre os sexos, preconizava que a civilização deixaria de ser o apanágio dos brancos e dos homens.

Ao denotar os pontos de aproximação com os ideais pacifistas, advindos das leituras que realizou, acompanhado por um sentimento de gratidão à pátria que lhe acolheu tão prontamente e sem nenhum tipo de distinção, declara que:

[...] a hospitalidade toda fraternal com que o nosso *Brasil* adoravelmente cosmopolita e democrata acolhe, sem distinção de raças e de crenças, todos os que aqui afluem vindos de todos os pontos do globo, vemos este *Brasil* crescer, elevar-se – magnânimo e idealista – fulgurando entre todos os povos da Terra – dos quais é, conseqüentemente, a sua segunda e generosa pátria (COELHO, 1934, p. 13-14).

Mariana Coelho deixa transparecer, ao defender tais ideais, indícios de uma postura anarquista ainda incipiente, porém em desenvolvimento. Podemos perceber esta manifestação ao tomarmos conhecimento dos princípios expressos pelo anarquismo português da segunda metade do século XIX, que sustentava, sobretudo, o estabelecimento da igualdade econômica e social para todos, ao defender o direito à educação para ambos os sexos e advogar sobre a importância do espírito de solidariedade internacional, rejeitando veementemente a rivalidade entre as nações (GOMES, 2005).

Em *Um brado de revolta contra a morte violenta*, obra da qual o excerto anterior foi retirado, Mariana Coelho foi pujante ao revelar o sentimento e a convicção em relação ao que compreendia como dever de uma nação em devoção ao espírito de união e de benevolência ao próximo, posicionando-se contra qualquer tipo de diferenciação entre os seres humanos. Segundo ela, essa “retrógrada intransigência”, se referindo à diferenciação, é contrária aos valores que deveriam ser devotados à fraternidade e ao amor entre as raças (COELHO, 1940).

Em sua obra, a leitora recomenda: “Se o povo de todas as nações lesse com a devida compenetração os livros impressionantemente realistas de Erick Maria Remarque [...] não haveria um só homem verdadeiramente cômico dos seus deveres humanitários e do seu direito à vida [...]” (COELHO, 1934, p. 14). Ademais, sugere a leitura do escritor alemão Max Nordau que, na sua visão, tratava-se de um dos mais “[...] valorosos e hábeis manejadores da pena – duma pena impoluta [...]” (COELHO, 1934, p. 13). As leituras de cunho científico e filosófico, que se iniciaram ainda quando

vivia em Portugal, foram as grandes responsáveis por possibilitar seu contato e, mais tarde, o seu acesso à vida pública, por meio da sua escrita.

Mariana Coelho parecia começar a despontar na esfera pública portuguesa quando, por dificuldades financeiras, juntamente com a mãe e a irmã, são levadas a emigrar para o Brasil, tendo a capital do Paraná como destino. Não teve tempo de pôr à prova sua atuação enquanto figura de destaque.

Segundo descreve Ribeiro (2015a), a situação econômica da família começou a dar sinais de declínio depois das mortes do tio avô Thomaz José Teixeira Coelho, em 1873, do padrinho de batismo, o Reitor José Candido de Carvalho, em 1880, e do pai Manuel António Ribeiro Coelho que, de acordo com seu assento de óbito faleceu aos cinquenta anos idade, no dia 7 de setembro de 1882, em Sabrosa, Comarca de Vila Real; não é especificada, no documento, a causa da morte⁴⁶. Em homenagem carinhosa ao pai, registrada no livro *O Paraná mental*, Mariana Coelho rememora: “Por entre as atribulações da minha existência perpassa sempre a tua imagem querida apontando-me, com um sorriso envolto em lágrimas, o caminho do dever” (COELHO, 2002b, p. 5). O pai deixou a mãe com três filhas e um irmão menor de idade. O irmão mais velho de Mariana Coelho, Thomaz Alberto Teixeira Coelho já havia partido para o Brasil em 1871, aos 12 anos de idade, conforme consta em seu registro de passaporte:

Vila Real, 24/04/1871
Requerente: Tomás Alberto Teixeira Coelho
Idade: 12 anos
Freguesia: Sabrosa
Concelho: Sabrosa
Distrito: Vila Real
Destino: Brasil
(ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL, 2017).

Segundo Ribeiro (2015a), ele havia se mudado para a capital paranaense a fim de suceder o tio José Natividade Teixeira de Meireles, que era um próspero e conhecido comerciante em Curitiba, já que este não tivera filhos. Conforme descreve Diniz (2015, p. 204):

⁴⁶ Ver documento no Anexo B (p. 335).

[...] José Natividade de Meireles tinha vindo com 19 anos para o Brasil, mais propriamente para o Rio de Janeiro, tendo obtido o passaporte em 12 de Abril de 1850, sendo natural de Vila Real. Teria por isso em 1892 cerca de 62 anos. Foi este nesta sua imigração abonado moralmente pelo tio Padre José da Natividade Teixeira. Era, portanto, ligeiramente mais novo do que a mãe de Mariana, Maria do Carmo.

O autor evidencia que a partida do irmão mais velho para o Brasil já revelava o início da dificuldade econômica da família de Mariana Coelho em Portugal. A situação financeira se agravou quando uma forte crise assolou a região onde vivia. Tal instabilidade ficou conhecida como a “crise da filoxera”. Diniz (2015) explica que grande parte da agricultura do país estava voltada para a produção de vinho e a filoxera tratava-se de uma praga que destruía as plantas e tornava esta moléstia bem mais danosa para a economia. Segundo ele, Portugal estava atrasado cientificamente se comparado à França e a outros países da Europa quando a filoxera começou a se manifestar no país, em 1863. Trinta anos após o início da calamidade, o país não havia reunido recursos definitivos para enfrentar o problema. Com a instalação da crise e seu agravamento devido à incapacidade administrativa do governo português e da falta de conhecimento científico e tecnológico para tratar a moléstia, iniciou-se uma emigração em massa para o Brasil, da qual a família de Mariana Coelho fez parte. Conforme revela Diniz (2015, p. 124), muitos foram “[...] obrigados a emigrar por ser a única forma de sobrevivência”.

O problema com a filoxera também foi motivo de preocupação no Brasil. A ansiedade causada com a presença da praga no país foi noticiada em tom de alerta por vários em jornais. No entanto, no período em que ela chegou ao país, já tinham descoberto a forma de acabar com a moléstia. De acordo com notícia no jornal Diário da Tarde:

Quando o *phylloxera* principiou a dizimar os vinhedos na Europa, é incalculável o que lá se escreveu, o que se experimentou, o que se imaginou, para vencer a praga.

De todo esse movimento, de toda essa agitação, em que os particulares, as comunas, os departamentos científicos e os governos centraes colaboravam activa e energicamente, resultou bem clara a noção de que o unico meio eficaz de dominar o *phylloxera*, consiste na plantação de especies de parreiras que resistem aos seus ataques, que estejam, se assim nos podemos exprimir, vaccinadas contra o mal.

De facto, está bem verificado que as videiras de origem *americana*, em sua maioria, são quasi insensíveis ao *phylloxera*, e isso porque,

sendo o parasita originário da America as videiras que ali existem em estado selvagem, já são produto de uma seleção natural, que vem de longa data, e já estão assim adaptadas ao convívio do animalzinho (O PHYLLXERA, 16/01/1901, p. 1).

Portugal, em meados da década de 1890, ainda não havia descoberto a forma de lidar com tal parasita, a condição financeira de boa parte da população se tornou insustentável, dentre elas a da família de Mariana Coelho, que não conseguia mais manter as propriedades pertencentes à família. Os altos juros anuais referentes ao pagamento de hipotecas fizeram com que, em 1888, Mariana Coelho juntamente com seu irmão Alberto Teixeira Coelho assinassem uma escritura de confissão de dívida ao senhor Comendador José Justino Teixeira Coelho, referente à Quinta da Castanheira e oferecessem como garantia a Quinta de Serrinho, em Aguanaes, no limite de Andrães e mais três matas de pinheiros em locais distintos⁴⁷. Em 1889, a família vendeu uma casa em São Martinho d'Anta, na Vila de Sabrosa⁴⁸. Conforme revela Diniz (2015), a execução hipotecária referente à propriedade de Quinta de Valcovo foi feita somente em 1904, cerca de dez anos após sua partida para o Brasil. Segundo o autor, o referido processo judicial foi noticiado por vários jornais de Vila Real.

Em 1892, momento em que a instrução, a leitura e a imprensa feminina já haviam se estabelecido em Portugal, a leitora Mariana Coelho, aos 34 anos de idade, emigra, com a mãe e a irmã mais nova, para o Brasil, conforme informações do registro de passaporte de Maria do Carmo:

Vila Real, 13/07/1892
 Requerente: Maria do Carmo Teixeira Coelho
 Idade: 64 anos
 Freguesia: São Martinho de Anta
 Concelho: Sabrosa
 Distrito: Vila Real
 Acompanhantes: Mariana Coelho (filha, 34 anos) e Maria da Natividade (filha, 22 anos)
 Destino: Brasil
 (ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL, 2017).

⁴⁷ Vide documento no Anexo C (p. 336).

⁴⁸ Vide documento no Anexo D (p. 337).

A irmã mais velha, Rita do Rosário Teixeira Coelho⁴⁹, havia falecido no dia 2 de junho de 1888, aos 22 anos de idade, conforme dados obtidos em seu assento de óbito, sem mencionar o motivo de sua morte. Já o irmão mais novo, Carlos Alberto Teixeira Coelho, permaneceu em Portugal, emigrando para o Brasil no ano de 1893, acompanhado da esposa e da filha de 8 meses, de acordo com as informações expressas em seu registro de passaporte do Arquivo Distrital de Vila Real (2017):

Vila Real, 26/09/1893
Requerente: Carlos Alberto Teixeira Coelho
Idade: 30 anos
Freguesia: São Martinho de Anta
Concelho: Sabrosa
Distrito: Vila Real
Acompanhantes: Júlia da Conceição Monteiro (esposa, 21 anos) e
Maria da Conceição (filha, 8 meses)
Destino: Brasil.

Rocha Pombo faz um belo relato, no proêmio da obra *O Paraná mental*, de Mariana Coelho, sobre este significativo momento de sua vida, quando deixou o “pátrio céu de sua terra natal” e seguiu em busca de novos ares para se estabelecer, encontrando guarida na capital paranaense.

[...] é provável, que uma circunstância lhe completasse os dotes excelentes: a mudança de aspectos que seu espírito passando de Portugal para aqui a intensidade em que as pompas desta incomparável natureza americana lhe pôs os esplendores do coração, dando-lhe, para amar a nova terra, a espontaneidade, o másculo vigor, a paixão, a ternura quase piedosa com que sabe amar aquela outra – a pátria que lá ficou quem sabe se para sempre, e cujo culto dir-se-ia que revive no culto de que se exalta ela agora (POMBO, 2002, p. 13).

Rocha Pombo, que se tornou um grande amigo de Mariana, descreve a transferência da família Coelho para o Brasil da seguinte maneira: “Tendo parente em Curitiba, viera ela, de Portugal para ali, com toda a sua família (mãe, dois irmãos e uma irmã) [...]” (POMBO, 2002, p. 11).

Quando Mariana deixa Portugal, do mesmo modo, deixa para trás um movimento feminista em pleno processo de efervescência, tendo como representantes algumas de suas conterrâneas. Conforme declara Silva (1983, p. 876):

⁴⁹ Vide documento no Anexo E (p. 338).

Mais perto do final do século, várias mulheres, individualmente, começaram a fazer ouvir a sua voz, chamando a atenção para a situação das mulheres, situação de inferioridade, quer legal, quer social, quer ainda cultural, e para a necessidade de alterar, nomeadamente através de um processo de educação e de valorização a empreender urgentemente.

Estas mulheres, tanto as consideradas mais radicais como as consideradas mais conservadoras, ousaram contradizer as normas sociais impostas ao sexo feminino de seu tempo. Dentre elas, estavam nomes como:

Caiel, pseudónimo de Alice Pestana, é uma das precursoras radicais; Maria Amália Vaz de Carvalho, a grande escritora, é uma não feminista profundamente preocupada com a educação das mulheres; Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a sábia, é também uma feminista consciente de carência e da pobreza cultural das mulheres; Ana de Castro Osório é talvez a teórica mais notável do feminismo e uma das militantes mais empenhadas; Adelaide Cabete é uma das dirigentes mais impulsionadoras e prestigiadas da corrente feminista e das suas várias expressões (SILVA, 1983, p. 876).

Estas foram algumas das que principiaram associações e organizações, expoentes que deram vozes à *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*⁵⁰ (LRMP), organização da qual Mariana Coelho dedica várias páginas em sua obra *A Evolução do feminismo* para descrever os feitos destas “mulheres de valor e de talento” de quem, claramente, foi leitora. A Liga tinha como objetivo fundar uma biblioteca e publicar estudos destinados a instruir e educar as mulheres portuguesas, difundindo ideias sobre a emancipação feminina. Segundo a própria Mariana Coelho (2002a, p. 186), entre os feitos da LRMP estavam a criação das seguintes associações: “[...] Obra Maternal⁵¹, Grupo das 13⁵², Liga Republicana das Mulheres Democráticas e Associação de Propaganda Feminista [...]” (COELHO (2002a, p. 186), além de ter sido afiliada à Aliança Internacional pelo Sufrágio das Mulheres e de ter sustentado o jornal *A Mulher Portuguesa*. Foi a primeira, a mais duradoura e a mais combativa

⁵⁰ A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas foi uma organização e associação política e feminista fundada em 1908, apoiada pelo Partido Republicano Português. O voto, o direito à instrução, ao trabalho e à administração dos bens, o combate à prostituição e à mendicância infantil constituíram-se como temas que norteavam suas ações (PIREZ, 2012).

⁵¹ Criada por Maria Veleda, a Obra Maternal foi um movimento que tinha como intuito tirar das ruas as crianças abandonadas e acabar com a mendicância infantil (PIREZ, 2012).

⁵² Grupo formado por mulheres que agiu com os revolucionários na Revolução de 14 de maio, que tinha como líder a escritora Maria Veleda (COELHO, 2002a).

organização a conciliar defesa e difusão dos ideais feministas e republicanos (PIREZ, 2012). As ideias expressas por estas mulheres que compunham a Liga serviram de inspiração para as leituras de Mariana Coelho, visto que as ideias delas podem ser observadas na evolução do seu pensamento feminista.

Além do feminismo, Mariana Coelho já demonstrava inclinação e afeição em relação aos ideais socialistas e anarquistas. De acordo com a própria autora:

Eu tenho uma íntima fé, Senhores, nas classes trabalhistas, nas classes proletárias, nas multidões operárias grevistas [...] Eu tenho uma fortalecida fé nessas classes modestas que, quando seguramente possuídas da precisa – pois que sem ela não há progresso nem liberdade – impelidas pela consciência do seu valor, amparadas pela justiça social, farão a greve geral, permanente, intransigente, pela paz do mundo! (COELHO, 1934, p. 10).

Em tom de recordação, descreve as primeiras impressões que teve da classe trabalhadora em sua infância:

Quando eu era criança, as classes proletárias inspiravam-me, na sua atraente humildade, uma simpatia tão grande quanto é grande a esperança que hoje me incutem. Nas delirantes e ruidosas manifestações do dia 1º. de Maio, sem eu mesmo ainda compreender a sua significação e cuja origem vem ao encontro dêste palpitante assunto [...] eu corria á janela para apreciar a simbólica passeata dos alegres e entusiastas operários com a sua bóina característica, o seu clássico: - “Viva a Revolução Social” (COELHO, 1934, p. 11).

O apreço e a crença que demonstra ter na classe trabalhadora como agente de mudança da realidade social são provenientes das leituras que se iniciaram ainda em Portugal. Aspectos estes que estão presentes no feminismo expresso por ela posteriormente, sobretudo ao propor uma versão mais social ao movimento.

O período de infância de Mariana Coelho também marca o despontar das ideias advindas do socialismo utópico na sociedade portuguesa, que, aos poucos, conforme ressalta Zarcone (2020), vai ultrapassando os limites dos círculos intelectuais progressistas e introduzindo-se nos ambientes operários à beira duma expansão. É neste momento que nascem os primeiros jornais operários, porém o movimento anarquista só se fortalece dentro da classe operária a partir da década de 1880 (PEREIRA; CASTRO, 1998). Sobre isso, Zarcone (2020, p. 6) esclarece que, entre 1886 e 1900, havia em circulação oito jornais em Lisboa, seis no Porto e quatro em

Coimbra, responsáveis por difundir o pensamento libertário. Com isto, a propaganda anarquista acabou por congrega um relevante número de adeptos.

Tal acepção é confirmada por Diniz (2015) quando declara que, um pouco antes de Mariana Coelho e sua família deixarem o país, começaram a ser discutidos, nos círculos de poder português, os princípios anarquistas enquanto ideias políticas, que se tornaram conhecidos do público português a partir da publicação e divulgação destes periódicos que serviram como porta-vozes de um novo ideário social. O anarquismo português, segundo Zarcone (2020), incorporou um certo caráter de positivismo libertário e isto explica a facilidade com que alguns simpatizantes ou adeptos desse movimento estabelecessem uma relação bastante próxima com o republicanismo. Vivendo nesse contexto, devemos supor que Marina Coelho foi uma leitora e defensora de tais princípios, tendo em vista que eles são recorrentemente defendidos em seus escritos posteriores.

Podemos afirmar que as leituras realizadas por Mariana Coelho revelaram que ela compartilhou das práticas autorizadas e indicadas às mulheres portuguesas de seu período. Porém seus escritos anunciam a realização de leituras distintas, as quais, por muito tempo, ficaram de fora do repertório do público feminino. Mediante as pistas deixadas pela leitora Mariana, conseguimos indicar a sua presença em um íntimo contato com os livros, possibilitando-nos perceber que foram estas leituras as responsáveis por formar as bases de seu pensamento crítico e feminista. Leituras que se estenderam ao longo de sua vida, tendo continuidade do outro lado do Atlântico, quando passou a viver na capital paranaense.

1.3 UMA LEITORA LUSITANA EM CURITIBA

Mariana Coelho chegou ao Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, juntamente com sua mãe e irmã, no dia 21 de agosto de 1892. Em comemoração à chegada delas, seu irmão Thomaz Alberto Teixeira Coelho, que já vivia no país há mais de vinte anos, residindo na cidade de Florianópolis, onde, segundo Ribeiro (2015), se casara e se tornara comerciante, publicou suas felicitações em nota em um jornal local. Era tamanha sua satisfação com a chegada dos familiares que anunciava a distribuição de esmolas aos pobres e a realização de uma missa.

Figura 1 – Declaração os pobres



Fonte: COELHO, T. A. T. (21 de agosto de 1892).

Assim que pisou em terras brasileiras, Mariana Coelho se impressionou com as belas paisagens e a exuberante natureza apresentadas pelo país, relatando suas impressões em seu livro *O Paraná mental*. Segundo ela, logo que desembarcou na cidade do Rio de Janeiro, muitas foram as inspirações que sentiu ao se deparar com o “[...] formoso céu da grande pátria brasileira [...]”, descrevendo, com sua “[...] humilde pena, embebida na paleta da inspiração [...]” (COELHO, 2002b, p. 19), toda sua admiração:

[...] guardo ainda bem viva a que ali experimentei num passeio que dei ao célebre Corcovado, sinuoso e gigantesco morro, efetivamente um tanto derreado, e de cujo topo, quase atingido pelo caminho de ferro, se goza um panorama surpreendente e único! Vistas de tão elevada altura, as mil embarcações fundeadas na famosa e ampla Guanabara são quase microscópicas.

No trajeto da cidade à estação, nos arrabaldes, e da estação ao Corcovado, pude concluir que a vegetação no Brasil é soberba e assombrosamente pujante! Em presença de uma natureza tão pródiga em riqueza de vegetabilidade, sente-se a alma extasiada e arrebatada ao país dos sonhos!

[...] A cidade, profundamente iluminada por milhares de luzes – um firmamento na terra – semicercada de mar e de faróis, repleta, em suma, de mil atrativos ideais, formava um quadro apenas concebível em contos de fadas! E à semelhança de uma cintilante chuva de estrelas cadentes, cruzavam-se no ar, na densa escuridão da noite, miríades de pirilampos brilhando de fosforescência na sua aérea iluminação (COELHO, 2002b, p. 19-20).

Não economizou elogios ao chegar no Paraná, considerado por ela como: “[...] um dos estados de mais grandioso futuro da próspera e jovem república brasileira [...]” (COELHO, 2002b, p. 109). A leitora Mariana Coelho, impressionada com as admiráveis e até “assombrosas” belezas naturais, surpreende-se com a belíssima e moderna estrada de ferro que cruzava a Serra do Mar ligando Paranaguá a Curitiba. Descreve o percurso em um rico e minucioso composto de detalhes:

Quando pisei terras paranaenses, outra maravilha que honra a engenharia brasileira, me surpreendeu a estrada de ferro que galga a serra do Mar, e cujo conjunto de belezas, em que a Arte e a Natureza se dão amoroso amplexo, fascina e entusiasma os estrangeiros que têm a aventura de a admirar!

Parece incrível que o homem levasse à conclusão uma estrada cercada de tantos e tão medonhos precipícios, costeando e atravessando uma cordilheira de soberbas e escarpadas montanhas, belas no seu grandioso aspecto atraente e terrífico, aliando todas as belezas imagináveis do abismo, que se impõem ao viajante como um dos mais majestosos atrativos do Belo!

À medida que a locomotiva avança, aparece e desaparece por entre os quinze túneis que perfumam com extrema graça estes assombrosos morros e rochedos, desenrola-se sucessivamente, à vista do espectador deslumbrado, o quadro mais variado e surpreendente que se pode imaginar – embelezado ainda pela vista deliciosa de estrepitosas e lindas catadupas despenhando-se em cachões alvíssimos e ruidosos, e dos rios que serpeiam cristalinos ao fundo dessas colossais montanhas! (COELHO, 2002b, p. 20).

A estrada de ferro que descreveu tão admirada representa um dos grandes símbolos da modernização e da inovação da engenharia paranaense. Sua idealização foi influenciada e conduzida, sobretudo, por uma elite econômica ligada ao comércio da erva mate e da madeira. Sua construção teve início em 1880 (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001) e concluída menos de cinco anos depois de sua inauguração, foi marcada por grande festividade e pela presença de figuras ilustres. Conforme descreve Rocha Pombo (1980, p. 114-115):

[...] recebendo a Província por essa ocasião a visita da Princesa Imperial, e de seu esposo o Conde d'Eu e de muitos brasileiros notáveis. A estrada de ferro do Paraná, no juízo insuspeito de eméritos profissionais, é um verdadeiro monumento da engenharia nacional.

Rocha Pombo (1980) destaca como a estrada de ferro transformou a vida e o cenário da população que vivia na capital naquele período. Curitiba ganhou ares de cidade grande e de centro econômico com impulso e vitalidade: “[...] numerosas fábricas se montaram; a edificação aumentou espantosamente; criaram-se bancos e casas bancárias e de câmbio; construiu-se uma linha de bondes e a fisionomia da vida local mudou completamente” (POMBO, 1980, p. 115). Juntamente com tais inovações, chegou o telefone, o telégrafo e a luz elétrica e, com ela, a iluminação pública (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001). A estrada de ferro trouxe grandes transformações culturais e urbanas para a capital paranaense, além de trazer Mariana Coelho, que se deparou com uma Curitiba que já apresentava ares de desenvolvimento e de centro urbano.

A escolha de viver na capital paranaense se deu, conforme indica Ribeiro (2015a), pelo fato de o tio, José Natividade Teixeira de Meirelles, já estar estabelecido na cidade há muitos anos, desde 1850, quando chegou ao Brasil aos 19 anos de idade, tornando-se um “[...] próspero comerciante, capitalista, ‘sócio chefe’ da empresa T. de Meirelles & Companhia, maçom, sócio do ‘Club Curitybano’⁵³ e proprietário de escravos” (RIBEIRO, 2015a, p. 20). Casou-se com Maria de Jesus Pereira, porém não teve filhos. Por isto, quando chegou à capital paranaense, juntamente com a mãe e a irmã, Mariana Coelho passou a residir com o tio.

Nesse momento, Curitiba começou a exibir novos padrões de comportamento, compatíveis com a nova configuração urbana e modernização que se apresentava. Os espaços públicos transformavam-se em lugares de encontro, masculino, feminino e familiar.

Nas ruas principais, surgiram agências bancárias e casas comerciais; as senhoras procuravam as lojas de tecidos e armarinhos. Nelas, a divisão entre público e privado, separando homens e mulheres, tornou-se menos nítidas. Eles se encontravam nas ruas, compondo o movimento dos transeuntes. Os homens sentavam-se nos cafés, frequentavam os bares e disputavam nos salões de bilhar; [...] as mulheres *faziam avenida* nas artérias por onde transitavam os bondes e os automóveis, apreciava *vitrines*, seduzidas pelas ofertas de sedas, chapéus e calçados vindos de Paris e outros centros da moda (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 72).

⁵³ O Club Curitybano, logo após a sua fundação, em 1881, tornou-se um importante espaço de encontro de escritores, jornalistas, políticos, dentre outros profissionais que se reuniam para debater e divulgar suas ideias (MARACH, 2013).

Mariana Coelho vivenciou uma Curitiba que começava a delinear uma esfera pública com ares de vida agitada. Na avaliação de Andrade (2002), a ideia de cidade moderna e desenvolvida era percebida tanto na atuação objetiva de transformação do ambiente, quanto na disseminação de ideias que conduzia a organização de seu espaço urbano, já que a capital do estado se pretendia avançada não apenas em seu aspecto estrutural, mas, igualmente, em seu aspecto cultural. A junção dos dois aspectos demonstra que os ideais de modernidade estavam afinados com as práticas sociais e culturais. Foi nessa atmosfera que o Club Curitibano foi fundado, assim como o Centro de Letras do Paraná e, posteriormente, a Academia de Letras do Paraná, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, o Instituto Neo-Pitagórico, o Passeio Público, além das bibliotecas, das livrarias, dos teatros, dos cinemas e dos parques. De acordo com a própria leitora Mariana Coelho:

Como se vê, todos os ramos da atividade humana aqui se desenvolvem dum modo animador: instrução, letras, artes e indústria se acham, relativamente, num lisonjeiro grau de progresso, atendendo a que é um povo que conta apenas meio século de existência (COELHO, 2002b, p. 109).

Sobre a notável demonstração de progresso evidenciado pelo Estado, Habermas (2003) acrescenta que muitos desses espaços de sociabilidade estavam relacionados à vida literária, tendo em vista que muitos deles serviam como lugares de leitura ou lugares onde muitos se reuniam para discutir sobre o que se lia. Estes espaços ganharam destaque e importância, em especial por configurarem como lugares de encontro e de troca de influências entre a elite letrada. Além de representar e proporcionar novas experiências que se projetavam sob a forma de um nível de civilização almejado.

Com a ampliação e valorização dos locais onde as práticas de leituras se manifestavam, as livrarias e as bibliotecas se tornavam espaços expressivos. Com a popularização da leitura, os investimentos neste campo se ampliaram, propagandas de livrarias e de livros editados começaram a configurar com frequência nas revistas e nos jornais da capital. Conforme evidencia o anúncio feito pela Livraria Impressora, no periódico *O Olho da rua*:

Figura 2 – Propaganda da Livraria Impressora

LIVRARIA IMPRESSORA
Rua 15 de Novembro, 63
FRANCISCO FOLCH

A VOZ DA ÍNDIA
POR
LUIS JACOLLIOT

Com este título acaba de sair do prelo, vertida para o português, esta importantíssima obra do sábio indianista LUIS JACOLLIOT, considerada como uma das melhores joias literário-científicas da actualidade.

A Voz da Índia não deve faltar em nenhuma bibliotheca, pois é um repositório das gerações passadas na qual os povos modernos aprendem o que de mais bello se encontra na religião, leis, usos e costumes dos povos orientaes.

Todos os homens de sciencia, theologos, magistrados, juristas, psychologos, todos enfim, que se dedicam ao estudo da Antiguidade, do Direito e da Religião, encontrarão neste precioso livro a solução dos mais difficeis problemas, principalmente aquellos que dizem respeito á Razão e a Fé.

Tradução auctorizada de D. DUARTE VELLOSO

Cada exemplar de 185 paginas, magnificamente impresso 2\$000 reis.

Os pedidos acompanhados da respectiva importancia, devem ser feitos ao editor, — FRANCISCO FOLCH — Livraria Impressora

Fonte: O Olho da Rua (23 de janeiro de 1909, p. 26).

No anúncio, que ocupava uma página inteira, a livraria destacava, por meio de uma bonita e chamativa imagem de mulher, o livro que acabava de sair do prelo. Na avaliação de Denipoti (1998), várias táticas eram utilizadas pelas livrarias para atrair o público leitor para suas lojas. Muitas divulgavam uma lista variada dos livros que dispunham, com o intuito de atender à demanda de seu leitorado, além de oferecer uma gama de outros serviços e produtos. Devido à variedade de artigos com que estes estabelecimentos trabalhavam, muitas livrarias acabaram se tornando verdadeiros pontos de comércio de variedade, bem como de encontro para debates e circulação de ideias.

Até Mariana Coelho, já ávida leitora, quando passou a viver na capital, foi, possivelmente, uma frequentadora desses espaços de convivência destinados à

leitura. Em textos escritos para a coluna *Chronica da Moda* que assinava no jornal *Diário da Tarde*, no início do século, ela fazia menção à Livraria Econômica, fundada em 1894, que era a responsável pela publicação do popular anuário *Almanack do Paraná* que, em sua descrição, tratava-se de uma leitura imprescindível, “[...] pois que fulguram nas suas paginas preciosas bellas producções de escriptores e pintores, que abrilhantam o meio artistico [...]” (COELHO, 01/12/1900, p. 1). No mesmo texto, a leitora chama atenção ao reconhecer o esforço desempenhado pelo literato Leoncio Correia e pela Livraria Impressora em promover o progresso artístico e literário na capital. “A isso nos impelle a consciencia, em presença do seu generoso impulso dado ás muitas obras litterarias de auctores paranaenses, impressas na aperfeiçoadissima typographia Impressora” (01/12/1900, p. 1). Segundo a autora, a “esforçada empresa”, responsável por sua edição, também oferecia “[...] ao publico trabalhos typographicos que attingem o grau de perfeição [...]” (COELHO, 01/11/1900, p. 1). Por intermédio de sua apreciação, percebemos a importância que tais espaços foram adquirindo no início do século, sobretudo para os apreciadores da boa leitura, como Mariana Coelho.

De acordo com a investigação de Denipoti (1998), em Curitiba, um dos primeiros estabelecimentos a se dedicar ao comércio de livros foi Pendula Meridional, fundada em 1876. Posteriormente, a livraria que mais se destacou foi a Impressora Paranaense, fundada em 1880, a princípio dedicando-se à impressão de rótulos e etiquetas para os barris que transportavam a erva-mate, apenas em 1897, passou a publicar livros. No início do século XX, outras casas livreiras foram fundadas: em 1908, a Livraria Polaca; em 1911, o estabelecimento de João Haupt, que levava o nome do proprietário, e a Livraria Mundial em 1913. Além destas, outras foram abertas, porém com uma existência breve. A Livraria Mundial foi a que mais se destacou dentre o público curitibano, além de liderar a distribuição de livros no estado por trinta anos, tornou-se reduto de intelectuais, escritores e artistas, que se reuniam no fim das tardes para discutir as novidades literárias que estavam em voga, chegando a ser comparada à Livraria Garnier do Rio de Janeiro.

Ao que tudo indica, Mariana Coelho foi uma frequentadora da livraria, sobretudo porque, com frequência, fazia encomendas de livros, conforme assume ela própria em cartas escritas à amiga Bertha Lutz. Em uma das cartas, confirma ter recebido o livro que encomendara na livraria, conforme sua narrativa: “Hoje preciso dizer-lhe que a Livraria Mundial de Curitiba recebeu, finalmente, o ‘Perfil da Mulher Brasileira’” (COELHO, 06/12/1924, p. 1). Consideramos, ante tal informação, que, além de

confirmar que frequentava espaços como estes, deixava pistas das leituras que realizava.

Apesar dos novos padrões culturais de comportamentos atribuídos às mulheres, adequado ao novo modelo de convívio social caracterizado pelo processo de modernização, Mariana Coelho pode sentir as dificuldades e a resistência enfrentadas por aquelas que – assim como ela – pretendiam frequentar espaços públicos, como as livrarias. Estes ambientes eram considerados, por muitos, como redutos masculinos. Em caráter de protesto, ela denuncia, em seu livro *O Paraná mental*, o que chama de “opinião retrógrada”, apresentada por um comportamento social de “segunda classe” expressa por alguns homens em qualquer centro do mundo civilizado. Segundo ela, quando uma mulher aparecia em espaços públicos como este, para esta categoria, era

[...] motivo de sorrisos alvarmente *inteligentes*, de frases saturadas de ridículo, acontecendo muitas vezes que, quando ela atravessa uma rua, atrai a curiosidade de espectadores trocistas... impagáveis, mirando-a com uma curiosidade de quem vai ver o *urso*! Porque há escritores que em tudo admitem o progresso, menos no desenvolvimento intelectual e social do sexo feminino! Ora, tal absurdo não se impinge, a estas horas, em letra redonda! (COELHO, 2002b, p. 93).

No fragmento anterior, Mariana chama a atenção para o modo como se sentia ao frequentar lugares, alguns públicos, onde a presença feminina não era bem vista. A impressão que muitos homens deixavam era de estarem vendo um animal selvagem fora de seu habitat natural. Referia-se a leitora ao modo como era percebida: “É verdade que, um urso em plena zona tropical, contrastava com os tons da paisagem, era exótico no meio ambiente [...]” (COELHO, 1940, p. 54). É possível percebermos que a “segunda classe” à qual se referia realmente achava que estas mulheres estavam fora de seu ambiente natural, a esfera privada. Neste sentido, Perrot (2005) nos ajuda a problematizar a situação descrita por Mariana Coelho quando afirma que as mulheres que se inscreviam nos espaços públicos – universo masculino –, sem a presença de um marido, de um pai ou irmão, eram tratadas como verdadeiros ornamentos.

A conjuntura, denunciada por Coelho, é compreendida por Bourdieu (2016) como uma máquina simbólica que tende a ratificar, como naturais, as arbitrárias divisões constituídas entre os sexos. Portanto, segundo ele, tais definições se

alicerçam e se circunscrevem na própria estrutura social e na distribuição estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois gêneros que se expressam nos espaços destinados a cada um: o público reservado aos homens; a casa reservada às mulheres. Esta determinação apreende o mundo social, “[...] e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação [...]” (BOURDIEU, 2016, p. 22). Na argumentação tecida pelo autor:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2016, p. 21).

De acordo com as análises de Perrot (1998), no espaço público, mulheres e homens se encontravam em duas extremidades na escala de juízos, traduzindo-se em uma divisão social dos papéis, das tarefas e dos espaços sexuais. O homem público e político desempenhava um papel importante e reconhecido, o espaço público representava o seu santuário. Já o público para as mulheres, durante muito tempo, foi considerado um local problemático e de deslocamento. “Prende-se à percepção da mulher uma ideia de desordem. Selvagem, instintiva, mais sensível do que racional, ela incomoda, ameaça [...]” (PERROT, 1998, p. 8). Devido a sua presença desestabilizadora nos espaços públicos, conforme relata Alves (2005, p. 89), o comportamento idealizado para as mulheres era traduzido

[...] pelos olhos baixos, cabeça inclinada para o chão, gestos comedidos e silenciosos que representavam a jovem delicada, casta, o verdadeiro anjo à espera de mãos fortes e preparadas que através do casamento, delinearía seu caráter transmutando-a em outra representação, que era a imagem e o papel de mãe de família.

Apesar dos novos modelos de sociabilidade, pautados por um universo da leitura, a ideia que predominava naquele período era de que as mulheres foram criadas para a família e para as tarefas domésticas. “Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade” (PERROT, 1998, p. 9). Devido às características atribuídas às mulheres, Mariana Coelho se sentia um urso

ao frequentar espaços públicos, porém, apesar dos olhares intimidadores, não deixou de frequentá-los.

Assevera Trindade (1996) que as mulheres da Primeira República passaram a apresentar múltiplas facetas que circulavam entre dois extremos, o da figura doméstica e o da dama social. A figura feminina curitibana, educada para o mundo interior, era solicitada a dar uma contribuição externa. Roncaglio (1997, p. 72-73) expõe que as “[...] mulheres passaram a atuar na imprensa, nas artes, nas associações beneficentes; ingressaram nos serviços públicos, nos escritórios particulares e nas fábricas, imprimiram novos valores e comportamentos na vida pública e privada [...]”. Porém, para realizar um trabalho externo, deveriam reunir tanto o desembaraço quanto o recato, que tinha tanto da moça de família, acostumada a viver em ambientes restritos, quanto o da treinada para a vida social. Além disso, o trabalho fora do espaço familiar era indicado somente para aquelas “[...] atingidas por fatalidades – mulheres pobres que não tinham pai ou maridos para sustentá-las [...]” (RONCAGLIO, 1997, p. 74).

Apesar dessa pequena e limitada contribuição feminina fora do ambiente doméstico, Trindade (1996) assegura que a mulher, sob esta nova configuração social, tanto no espaço público quanto no privado, deveria sempre ter a tríade família, sociedade e pátria como referência. Assim, a mulher republicana deveria apresentar

[...] atributos que a tornem apta a exprimir uma face interna e intimista, voltada à manutenção da unidade familiar, e uma figura externa e pública que preencha os interesses da sociedade e da Nação. A primeira a “mulher interior”, contida, restrita aos espaços domésticos e ao círculo da parentela; a segunda, a “mulher manifesta”, aberta aos espaços do mundo social, do mercado de trabalho e da comunidade política (TRINDADE, 1996, p. 31).

Mesmo as mulheres estando limitadas pelo ambiente doméstico e pertencentes ao privado, segundo Habermas (2003), passaram a se posicionar, ainda que de forma limitada, na esfera pública à medida que se entregavam ao discurso literário, ainda que para debater sobre os personagens da ficção romântica. Essa condição poderia, aos poucos, possibilitar-lhes uma ponderação sobre seu próprio papel dentro da esfera social.

Entretanto, com o advento da República, a imagem da família passou a ser reforçada como o esteio da sociedade curitibana da virada do século. Conforme

destaca Alves (2005), a mulher pública logo foi retirada de cena para desempenhar seu papel de esposa, dedicando-se exclusivamente ao marido e aos filhos. A construção de uma família tornou-se uma missão social, apoiada, sobretudo, pelos ideais positivistas que compreendiam o casamento e a maternidade como a função primordial da mulher.

Considerando a mulher como elemento mediador entre o homem e a humanidade, a família e a República, o positivismo valoriza, sobremaneira, as “virtudes maternas” da abnegação, do carinho e do desvelo, as bases de uma sociedade perfeita (TRINDADE, 1996, p. 117).

Tais convicções acerca do papel que deveria ser desempenhado pelas mulheres na sociedade, guardiãs da moral e mantenedoras dos bons costumes, não favoreciam uma postura feminina que ocupasse espaços públicos destinados às práticas de leitura e ao debate. Parece que a grande aversão em relação à participação feminina nesses espaços, demonstrada muitas vezes pelas próprias mulheres, estava em parte, conforme avalia a própria Mariana Coelho (04/03/1901, p. 1), na “[...] perspectiva que lhe apresenta por um prisma degradante a mulher no café ou na praça pública discutindo [...]” e debatendo temas que deveriam ser de interesse masculino.

Fanini (2008) chama a atenção para o fato de que a República não fez mais do que reforçar uma tendência que já vinha se delineando ao longo do Império. Mariana Coelho, ao se contrapor ao modelo de sociabilidade feminino reservado às curitibanas do período, representava para muitos um verdadeiro urso, ainda mais por ter rejeitado as funções consideradas primordiais atribuídas ao seu sexo. Mariana, quando chegou a Curitiba, já estava próxima de completar 35 anos, ou seja, para os padrões sociais atribuídos às mulheres, já havia passado do período destinado ao enlace matrimonial. Maia (2007) aponta que as mulheres que permaneciam celibatárias constituíam uma figura desestabilizadora, porque, além de recusar os papéis destinados a elas, o de mãe e de esposa, criavam possibilidades para pleitear, não só os espaços públicos já ocupados parcialmente por elas, como outros espaços de trabalho e campos de atuação até então restritos à presença feminina. Deste modo, as mulheres inuptas eram sinônimas de figuras indesejadas e, de certa maneira, até mesmo ameaçadoras, porque desequilibravam e colocavam em risco a natureza feminina e a estrutura

familiar. Assim, a “solteirona” nasce como uma figura estereotipada da mulher que, segundo Fanini (2008), representava a mácula da “mal-amada”, da infertilidade e da solidão, por lhe faltar o amor e as sagradas aflições da maternidade. Já que a felicidade da mulher, “[...] tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia a sua estabilidade ou prosperidade econômica” (SAFFIOTI, 1976, p. 33).

Ao se contrapor a tais ideais, Mariana Coelho compunha o grupo das celibatárias convictas, da qual fazia parte a maioria das feministas que lutava pelo direito de maior participação feminina na vida pública. Compreendia-se que o casamento poderia representar um empecilho, por impedir a mulher de “[...] emancipar-se do seu modesto papel de dona-de-casa”, já que todo o poder se concentraria “na mão egoísta do seu senhor” (COELHO, 2002a, p. 45). Ela acreditava que o casamento representava o único alicerce em que o homem pudesse firmar, confiante, o centro do seu predomínio sobre a mulher. Justificava sua crença dizendo: “O nosso fraseado baseia-se simplesmente na razão de quem nem todas as mulheres estão nas condições de mera sujeição à vida doméstica” (COELHO, 2002a, p. 46).

Como Mariana Coelho não se limitou às estruturas legitimadas de dominação, ao que tudo indica, optou pelo celibato, visto que a vida conjugal, nesse período, não lhe permitiria a dedicação com que devotou ao seu propósito. Para ela, conforme expõe à Bertha: “[...] a mulher deverá escolher entre a sua e a pátria do marido. Sou solteira; mas faria tudo quanto eu pudesse pela emancipação do nosso sexo. Oh! temos sofrido tanto!...” (COELHO, 21/01/1925, p. 2). A convicção com que expressa seu ponto de vista se deve ao fato de que grande parte das mulheres casadas, que tinham a seu cargo os cuidados da casa e da família, sob o jugo da dominação de “seu senhor”, não poderia trabalhar fora sem sua permissão. Mais do que isso: “Autorizava-se mesmo o uso da legítima violência masculina contra excessos femininos. [...] A condição de sujeição imposta pela lei e pelos costumes: serva do marido e dos filhos, sua única realização aceitável acontecia no lar” (DEL PRIORE, 2006, p. 246-248).

Diante de tais designações, observamos que Mariana Coelho abdicou de tais normas e valores ao opor-se, segundo Bonnewitz (2003), às maneiras de ser e agir consideradas desejáveis e às ideias já formalizadas que orientam as ações e os comportamentos de uma sociedade ou de determinado grupo. Acreditamos que a personagem optou pelo celibato, tendo em vista que o matrimônio e as atividades

maternas e domésticas não lhe permitiriam trabalhar em defesa da emancipação feminina a contento. Bourdieu (2017, p. 64) afirma que, de modo geral, os escritores e os intelectuais apresentam uma taxa de celibato “[...] relativamente elevadas e um baixo número médio de filhos [...]”, se comparados a outros agentes de outros campos do conhecimento, como, por exemplo, o campo acadêmico. Compreendemos por esta constatação que os posicionamentos políticos, ideológicos e sociais são constituídos de acordo com a prática proposta pelo campo ao qual o sujeito está inserido ou pretende inserir-se (BONNEWITZ, 2003). Esta prática é chamada por Bourdieu (2004b) de estratégia, ou seja, corresponde ao produto do senso prático, no sentido de se ajustar às determinações de um campo específico, produto do *habitus* incorporado no ambiente de convívio estabelecido ao longo de sua trajetória. Tendo em vista seus ideais feministas, Mariana Coelho, apesar da rejeição da sociedade, foi para a arena do espaço público e, assim como a maioria deste grupo, rompeu com as amarras que a prendiam ao lar.

Outro espaço público de leitura que Mariana Coelho, ao que tudo indica, utilizou foi a biblioteca. A partir de 1892, quando se instalou em Curitiba, existiam duas bibliotecas na cidade que poderiam ter lhe suprido, mesmo que modestamente, as necessidades de leitura: Biblioteca Pública do Paraná (BPPR) e a Biblioteca do Club Curitybano.

De acordo com Denipoti (2018), a BPPR, fundada em 1859, correspondia ao primeiro estabelecimento do gênero criado no Paraná. No livro *O Paraná no Centenário*, publicado em 1900, Rocha Pombo (1980) descreve que sua fundação representou para os “[...] paranaenses uma grande tendência para alargamento dos horizontes intelectuais da população [...]” (DENIPOTI, 2018, p. 124). Entretanto, na interpretação de Denipoti (2018), a Biblioteca funcionou de forma provisória no início, passando por várias reformulações até se instalar em uma sede definitiva na década de 1950, quase cem anos após a sua fundação. Durante muito tempo, dependeu de doações de particulares e lista de assinaturas para poder funcionar, mesmo que de modo precário. Nas palavras do autor:

Ainda que antes de 1952, a BPPR tenha sido mais uma intenção do que um fato, ela existiu desde meados do século XIX na forma de uma pequena sala de livros, funcionando em salas cedidas por diversos órgãos do Estado, principalmente o Gymnasio Paranaense. Nas décadas iniciais deste século⁵⁴, as descrições da BPPR são as de um

⁵⁴ O autor refere-se a uma publicação feita pelo jornal *Gazeta do Povo*, em 1920, intitulada “A nossa biblioteca”.

órgão estatal abandonado pelo governo e razoavelmente restrito a um público de estudantes do Gymnasio (DENIPOTI, 2018, p. 115).

Porém, conforme demonstra o relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná, pelo então presidente da província, Antônio Luiz Affonso de Carvalho, no ano de 1870, sua criação havia sido recebida com grande aceitação pela população, apesar das características particulares apresentadas pelo estabelecimento, sobretudo em relação ao empréstimo de livros.

Este estabelecimento instalado a 25 de Fevereiro de 1859 teve começo com grande aceitação da idéia, promovendo-se uma subscrição que subio á 4:311\$640 réis: [...] E uma biblioteca publica, em que a leitura é gratuita, quem precisa do livro, vai consultal-o no estabelecimento: os gabinetes de leitura, que alugam livros, ou os dão aos seus socios mediante mensalidade adiantadas, podem prestal-os porque tem um empregado incumbido de procural-os nos prazos estipulados e a si há estrago ou falta, o leitor paga do prompto o livro ou a encadernação. [...]. Quem quer estudar com afinco sobre uma matéria difficil, que demanda maiores investigações e consultas, vai com gosto a biblioteca, onde os livros lhe estão á mão e até lhe é incommoda a conducção para casa (CARVALHO, 1870, p. 18).

Foi necessário explicar o caráter particular de funcionamento da biblioteca, visto a falta de familiaridade da população com esse tipo de organização, que, por se tratar de um órgão público, dependia de doações. O acervo composto por aproximadamente 900 títulos e 2.000 exemplares não poderia ser emprestado, devendo ser somente retirados para consulta local. Sobre isso, Denipoti (1999) enfatiza que nenhum leitor poderia requisitar mais do que duas obras de cada vez e, de forma nenhuma, poderia tirar ou mesmo tocar algum livro das estantes, sob pena de ser constrangido logo ao sair da Biblioteca. Além disso, todo aquele que necessitasse de qualquer livro deveria fazer o pedido por escrito ao bibliotecário, que lhe entregaria em mãos.

Na tentativa de trilhar os caminhos percorridos por Mariana Coelho, assim que chegou a Curitiba, valendo-nos de suas práticas de leitura, pesquisamos pistas nos registros de obras retiradas ou consultadas pelos usuários da BPPR durante o período em que viveu na capital. Por meio da observação destes registros, conseguimos compor um panorama geral do universo de leitura das mulheres da capital paranaense

no início do século XX⁵⁵. Com base na observação deste material, foi possível compreendermos o cenário de leitura em que Mariana Coelho estava posta e em que medida se aquinhoou deste acervo ou, pelo menos, parte dele, já que os livros de registro de retirada possibilitam em parte a construção das leituras do passado.

Os arquivos disponibilizados para observação, existentes na Biblioteca, datavam dos anos de 1922 até 1937⁵⁶, não encontramos registros de retirada de obras anteriores a estas datas, os quais evidenciaram que, durante o período indicado, Mariana não emprestou nenhum livro. Inferimos que, possivelmente, as leituras disponibilizadas pela Biblioteca não saciassem seu desejo de conhecimento. Em carta escrita à Bertha Lutz, Mariana confirma esta suspeita, ao afirmar à amiga ter ido até a Biblioteca Pública em busca da obra *Menores e loucos*, de Tobias Barreto, porém sem sucesso em seu empreendimento (COELHO, 17/11/1924).

Além disso, é possível inferir que, como os arquivos disponíveis se iniciaram em 1922, quando Mariana Coelho já contava com 65 anos de idade e como já havia sido proprietária de um colégio, no momento era diretora de outro e se preparava para publicar sua obra *A evolução do feminismo*, provavelmente já possuísse sua própria biblioteca. Hipótese confirmada em cartas que escreveu para a amiga Bertha, afirmando que chegara para ela um livro que havia encomendado de Londres “[...] por indicação de Mrs. Katherine Bompas, intitulado: ‘Woman in Science’ [...]” (COELHO, 05/06/1926, p. 3). Demonstrava, com sua informação, que costumava comprar livros de seu interesse com o intuito de integrá-los a uma biblioteca particular. Provavelmente, tenha frequentado a Biblioteca antes da data indicada pelos arquivos, porém, devido à falta de fontes que evidenciem tal suposição, não podemos afirmar com precisão.

De acordo com os estudos realizados por Denipoti (1999), as mulheres só despontam como leitoras assíduas a partir da década de 1920. Com base nesta observação do autor, e ainda que faltem muitas informações, foi possível entrever algumas práticas de leituras associadas ao público feminino frequentador da BPPR. As leitoras que lá iam para emprestar seus livros raramente estavam sozinhas, era comum irem reunidas em um grupo de garotas, conforme denunciam os registros de

⁵⁵ No início do século XX, os livros disponíveis no acervo da BPPR já podiam ser emprestados aos usuários.

⁵⁶ Dentre o período observado, somente os livros de registro dos anos de 1922, 1924, 1925, 1926, 1928, 1929, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1937 foram encontrados. Fechamos na data de 1937, tendo em vista que o recorte temporal de nossa pesquisa é de até 1940.

retirada de livros. Devido à frequência quase diária das leitoras e ao tamanho do grupo das que frequentavam a Biblioteca, variando entre cinco a dez meninas, supomos que a maioria delas eram alunas da Escola Normal anexa ao Gymnasio Paranaense⁵⁷, instituição que abrigava o acervo da Biblioteca naquele período.

O Paraná, no final do século XIX e início do século XX, passava por importantes mudanças de cunho político, pautadas por ideias de modernização e progresso atreladas ao advento da República. Denipoti (2018, p.186) afirma que “[...] a leitura surge nesse contexto como preocupação primordial, que estabelecia os limites dos que pertenciam à sociedade em termos reais, ou seja, que podiam exercer suas prerrogativas de cidadãos”. Apesar de haver a preocupação com a expansão do mundo das letras, o autor esclarece que a capacidade da leitura estava restrita a uma pequena parcela da sociedade, dentre esta minoria, encontravam-se as mulheres.

Embora compondo o grupo da minoria letrada, as mulheres que tinham a oportunidade de frequentar a escola recebiam uma educação que vinha ao encontro da função social atribuída a elas. A educação pensada para as mulheres teria em vista uma formação pautada na prerrogativa da boa companheira, da mãe dedicada e da protetora da moral e dos valores familiares.

Com base em uma educação que deveria ser diferenciada, havia a segregação sexual entre a Escola Normal e o Gymnasio Paranaense. Apesar de ambos funcionarem no mesmo prédio, segundo Rosemberg (2012), a convivência de moças e rapazes no mesmo espaço escolar não era vista como uma prática adequada pela Igreja Católica e nem pelo ideário positivista.

Cabe-nos aqui abrir um parêntese sobre alguns aspectos envolvidos no processo e nas práticas de leitura. Conforme relata Zacharias (2013), no início do século XX, os matriculados no curso secundário (Gymnasio Paranaense) eram, acima de tudo, homens e a maioria das matrículas na Escola Normal era de mulheres. De acordo com Rosemberg (2012), criadas entre 1830 e 1840, as escolas normais eram frequentadas inicialmente apenas por homens. Porém, com a ideia de que as mulheres seriam melhores educadoras do que os homens devido a suas características naturais e a sua nobre missão social, elas passaram a compor este

⁵⁷ A *Escola Normal* da capital paranaense funcionou anexa ao Ginásio, desde sua criação em 1876 até o ano de 1922, compartilhando o mesmo espaço e o corpo docente durante todo este período. No ano de 1923, foi inaugurado um novo edifício para abrigar a Escola Normal, que deixou de funcionar no mesmo prédio do ginásio (ZACHARIAS, 2013).

espaço que, aos poucos, foi se tornando eminentemente feminino. Fanini (2008) explica que, devido ao vínculo simbólico que relacionava o papel da mãe ao de professora primária, em meados da década de 1930, dentre o total de alunos que frequentavam as escolas normais, 90% eram mulheres.

Com base em tais prescrições, as leituras realizadas pelas alunas da Escola Normal e frequentadoras da Biblioteca deveriam ter como objetivo as atribuições e as restrições conferidas ao sexo feminino, não fugindo das representações que legitimavam uma tradição ancorada na cultura. Os registros de retirada de livros nos mostram uma gama de interesses e preferências por romances – gênero considerado compatível com a natureza feminina – com destaque para os livros *O moço loiro*, *Os dois amores*, *Um noivo à duas noivas* e *Baronesa do amor*, de Joaquim Manoel de Macedo; *O Rajá do Pendjab*, de Coelho Netto; *Diva*, *As minas de prata*, *O guarani* e *Iracema*, de José de Alencar; *A escrava Isaura* e *Rosaura a enjeitada*, de Bernardo Guimarães e *Ouro sobre azul*, de Visconde de Taunay. Observamos também que havia um grande intercâmbio entre as obras lidas, as quais, frequentemente, eram repassadas de uma leitora para outra, porque, como sugere Denipoti (1999), aqueles livros que mais lhes chamavam a atenção e lhes despertavam a emoção eram recomendados entre si. Assim sendo, constatamos que boa parte das mulheres do início do século XX mantinha as mesmas práticas de leitura das mulheres do século anterior, porém com mais liberdade e menos controle e vigia.

Ao que tudo indica, Mariana Coelho, com base nas inúmeras impressões que deixou em seus escritos, no início do século XX – momento em que já havia se estabelecido em Curitiba há alguns anos –, interessava-se, sobretudo, por leituras de caráter científico, filosófico, históricos e político, tendo em vista os debates que, naquele momento, iam ao encontro de seus princípios, em especial aqueles relacionados à posição e à função da mulher na sociedade. Ela questionava o modelo social atribuído às mulheres e a ideia de uma natureza tipicamente feminina; e, as leituras que realizava eram pautadas pelos mesmos interesses. Já as leituras de cunho sentimental teriam feito parte de sua mocidade, assim como a predileção da maioria das garotas que frequentavam a BPPR nesse período.

De modo a satisfazer suas necessidades de leitura, outra biblioteca que Mariana Coelho provavelmente teria frequentado foi a do Club Curitybano. O que possibilitou a sua incursão a esta agremiação foi o fato de seu tio, José Natividade Teixeira de

Meirelles, ser sócio. De acordo com os apontamentos de Denipoti (1998), inaugurado em 1871, o *Club Literário Curitibano*, três anos após iniciar suas atividades, já contava com mais de 700 volumes de diversas obras científicas e literárias. Em 1881, a instituição mudou de nome passando a se chamar *Club Curitybano*. Esta biblioteca, que podia ser utilizada somente por seus membros, funcionava como um dos grandes atrativos para os sócios, ou para aqueles que pretendiam se associar, além de representar um importante ponto de encontro de leitores e escritores que consultavam seu acervo. Como afirma Marach (2013), a agremiação ocupava uma posição de destaque na vida social de seus sócios, por congregar os interessados no lazer como também nas informações que aquele espaço poderia proporcionar.

Ao desempenhar um importante papel dentro da sociedade paranaense, sobretudo, por divulgar as ideias expressas por sua elite letrada, como é possível observar em declaração feita por um jornal local que afirmava ser o Clube: “[...] a mais util sociedade litteraria de todas as que entre nós existe” (A GALERIA ALLUSTRADA, 30/04/1889, p. 2). Constatamos que Mariana Coelho frequentou este espaço que, além de lhe proporcionar boas leituras, permitiu o contato e a relação com os homens de letras do Paraná. Tal suposição pode ser comprovada em carta que Mariana escreveu à Bertha Lutz, afirmando ter distribuído Boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para a Biblioteca do Club Curitybano, declarando à amiga tratar-se de: “[...] um club de gloriosas tradições” (COELHO, 13/09/1935, p. 2). Em outra carta, Mariana escreve comentando que pretendia entregar à biblioteca do Clube um exemplar do Boletim intitulado *A Mulher*, porém, devido ao número reduzido de exemplares que recebera, não tinha sido possível concluir tal tarefa (COELHO, 30/03/1936).

Mesmo estando longe dos centros de efervescência cultural do país, as leituras que Mariana Coelho foi realizando ao longo de sua trajetória no Paraná foram se tornando cada vez mais impulsionadas por “[...] sua tenacidade e sua abnegação no espinhoso posto que abraçou pela divina causa [...]” em defesa do sexo feminino (COELHO, 13/09/1935, p.2). Suas leituras tinham como objetivo principal embasar seus pressupostos para a escrita de seu livro *A Evolução do feminismo: subsídios para sua história* que tinha como ponto de referência os conceitos de igualdade, justiça e progresso, como forma de alcançar a então esperada evolução feminina. Em suas palavras:

Para estabelecer o verdadeiro e indispensável equilíbrio social, necessário se torna impeli-la a compreender que a situação que lhe compete é a que deve estar sempre em relação com a evolução social operada, e que, para poder acompanhar o infalível movimento evolutivo, precisa cultivar e esclarecer o espírito – que deve, conseqüentemente, atingir um certo e justo paralelo com o espírito masculino (COELHO, 2002a, p. 33).

Entendia que, para uma sociedade progredir, as mulheres deveriam evoluir ao mesmo patamar dos homens, pautado pelas mesmas oportunidades a eles ofertadas; esta seria a justiça e a igualdade pensada por ela.

Tendo em vista a escrita de seu livro *A evolução do feminismo*, Mariana Coelho se dedicou ferrenhamente à leitura, sobretudo daquelas que pudessem fundamentar seus ideais feministas. Uma importante referência utilizada por ela, que tanto a inspirou, foi o sociólogo russo Jacques Novicow, autor que já vinha lendo desde o período em que vivia em Portugal. Em plena demonstração de admiração e respeito a seus estudos, em especial por aqueles sobre igualdade, logo no primeiro capítulo utiliza, em sua obra, uma citação do autor: “A emancipação da mulher é um dos fuzis da cadeia imensa que vai da selvageria à civilização” (COELHO, 2002a, p. 37). Em conformidade com esse espírito, foi leitora de um importante elenco de autores – pistas deixadas em seu livro. Além de Novicow, seu repertório contava com Platão, Charles Fourier, Balzac, Condorcet, entre outros, que ajudavam a justificar e a encontrar as raízes de suas concepções. Além destes pensadores, podemos inferir sobre as leituras que realizou como forma de crítica. Para ela, “Dentre os pessimistas mais notáveis com relação ao sexo feminino, do século XIV ao século XIX, salientavam-se: Jean de Meung, Boccaccio, Molière, Napoleão, Schopenhauer, Nietzsche... [...]” (COELHO, 2002a, p. 40-41). Além dos mencionados acima, entrou para sua lista, o escritor francês Victor Hugo que, apesar de considerado como um dos “[...] grandes vultos literários de seu tempo [...]” (COELHO, 2002a, p. 146), também o menosprezou, porque ele atribuiu definições infelizes às mulheres, referindo-se a elas, por exemplo, como “diabo muito aperfeiçoado”. Igualmente, contrapôs-se em relação a alguns autores do cristianismo, como Tertuliano, Santo Agostinho e São Jerônimo.

No entanto, suas preferências de leitura estavam nas escritoras. Estas aparecem como importantes orientadoras de seu pensamento. Na obra *A evolução do feminismo*, demonstrou uma história evolutiva do feminismo – tendo em vista a

ideia de evolução defendida por ela – considerando desde as primeiras mulheres a escrever em defesa de seus direitos. Com base histórica, apresentou um amplo panorama de leituras acerca das obras femininas publicadas até mesmo em séculos bem anteriores ao seu. Dentre elas estavam Cristine de Pisan (1363-1430), com suas obras *Epístola ao Deus* e *Livro das três virtudes*, dedicadas às mulheres. Segundo Muzart (2003), a obra desta autora foi considerada, por muitos teóricos, como a formulação do primeiro protesto em objeção aos preceitos discriminadores contra as mulheres. De modo admirável, Mariana Coelho já a conhecia e a citou em seu livro. Outra autora a ser mencionada por ela foi Louise Labé (1524-1566), poetisa francesa; Marie de Romieu (1545-1590); Modesta Pozzo di Zorzi, pseudônimo de Moderata Fonte (1555-1592), poetisa italiana que escreveu *O valor das mulheres: onde é claramente revelada sua nobreza e sua superioridade aos homens*, publicado somente após a sua morte; Lucrezia Marinelli (1571-1653), que dentre as muitas obras que escreveu está *A nobreza e a excelência das mulheres, com os defeitos e fracassos dos homens*⁵⁸; Anne Marie de Schurman (1607-1678), que “[...] demonstrou em 1641, numa “Dissertação” em latim, que a mulher de espírito, virtuosa e inteligente, se poderia aplicar a tudo, até ao ensino e à política” (COELHO, 2002a, p. 44); Antoinette de Bourignon (1616-1680), “[...] que defendeu altivamente a igualdade dos sexos no seu livro *Obras [...]*”(COELHO, 2002a, p. 44); Mary Wollstonecraft (1759-1797), grande escritora, defensora dos direitos das mulheres, escreveu o livro *Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher*⁵⁹, “[...] que foi aceito como o evangelho do sufragismo feminino da época” (COELHO, 2002a, p. 44); Nísia Floresta (1810-1885), considerada como uma das primeiras feministas brasileira, autora de várias obras sobre a emancipação feminina; Julia da Costa (1844-1911) que, segundo Mariana Coelho, foi a “[...] primeira e única literata paranaense; distinta poetisa e prosadora. Publicou dois volumes de verso: o primeiro intitulado *Flores dispersas*; e o segundo, *Bouquet de violetas*” (COELHO, 2002b, p. 39); Leolinda Daltro (1859- 1935), “feminista e publicista, publicou, em 1917, um opúsculo sobre o sufrágio feminino, sendo redatora e

⁵⁸ Título original, *La nobiltà et l'eccellenza delle donne, co' diffetti et mancamenti de gli huomini*, traduzido pela autora.

⁵⁹ A obra, que tem como título *A Vidications of the Rights Of Woman* foi traduzida pela primeira vez no Brasil por Nísia Floresta em 1832, sob o título, *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*. O livro foi uma tradução livre da autora, teve mais duas edições, uma em Porto Alegre, em 1833, e uma terceira no Rio de Janeiro, em 1839, editada pela Casa do Livro Azul, que anunciava sua venda na imprensa por 500 réis (TELLES, 2010).

proprietária dos jornais de livre pensamento: *A Verdade* em 1902, *A Política* em 1909, e a *Tribuna Feminina* em 1916” (COELHO, 2002a, p. 151); Myrtes de Campos (1875-1965), que relatou a tese *Condição e Direito da Mulher*, para a organização do *Livro Jurídico do Centenário da Independência*; Julia Lopes de Almeida (1862-1834); Bertha Lutz (1894-1976), que era considerada por Mariana – apesar da relação difícil estabelecida entre as intelectuais⁶⁰ – uma grande amiga e orientadora de seu pensamento. Dentre as muitas correspondências que trocaram, Bertha sempre lhe fazia indicações de leituras, ou, em alguns casos, emprestava-lhe livros. Mariana Coelho costumava enviar seus escritos para que Bertha os lesse e os avaliasse. Ou seja, havia um grande intercâmbio de leitura envolvida na relação entre as duas amigas. Conforme é possível observar em carta escrita à Bertha Lutz:

Relativamente aos livros indicados por V.Ex^a. – que muito auxiliariam as minhas respectivas intenções na laboração do meu livro, nem os achei nas livrarias daqui, nem nas do Rio e nem na bibliotheca publica! O livro de Tobias Barreto “Menores e Loucos”⁶¹ nem nos advogados encontrei, infelizmente! Hoje escrevo ao distinto escritor Austregesilo, [...], pedindo-lhe em exemplar do “Perfil da Mulher Brasileira”⁶². O Livro que V.Ex^a. me enviou, sobre o sufrágio feminino também muito me convém (COELHO, 17/11/1924, p. 2-3).

Deste modo, boa parte das leituras realizadas por Mariana Coelho eram proveniente de livros que emprestava dos amigos, de bibliotecas ou encomendava por meio das livrarias ou editoras. Em outra correspondência com Bertha, conta que

⁶⁰ Relação esta, que melhor será abordada nas subseções 3.2 e 3.3 desta tese.

⁶¹ *Menores e Loucos em Direito Criminal e Estudos de Direito* de Tobias Barreto. Conhecido por sua poesia, Barreto era talvez mais jurista que poeta. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife, da qual foi depois catedrático, tendo entre seus discípulos Clóvis Beviláquia, Graça Aranha e Sílvio Romero. Tobias foi um inovador e lutou incessantemente contra a estreiteza do ambiente cultural (LISZT, 2006).

⁶² Antonio Austregésilo foi o criador da primeira escola de neurologia do Brasil, sendo o primeiro professor da Cátedra de Neurologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1912, posteriormente denominada Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil e atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publicou numerosas obras, no Brasil e no exterior, versando sobre temas médicos, especialmente na área de neurologia, na área de psicologia, além de vasta obra literária. Suas publicações contribuíram significativamente para o desenvolvimento da neurologia brasileira, tornando-a reconhecida internacionalmente. Sua obra *Perfil da mulher brasileira* foi resultado de uma conferência feita pelo autor, tornando-se livro. Na obra, o autor faz referências à mulher na história do mundo, delineando o que as sociedades, em diferentes momentos históricos, esperavam dela (AUGUSTO, 2015).

havia escrito para a feminista inglesa Katherine Bompas⁶³, e esta lhe indicara o livro *Women in Science*. Mariana encomendou o livro, porém, conforme sua narrativa:

[...] o director da Livraria Mundial fez para Londres o pedido aos respectivos editores, por intermedio uma de Casa onde êle é freguês; porém, nunca obtivemos resposta! Em vista disto escrevi a Mrs. Katherine Bompas pedindo-lhe a remessa do livro e enviando-lhe, por intermédio de Banco de Londres a respectiva importancia: 13 shielings e 6 pence (COELHO, 08/02/1927, p. 3).

Em seus escritos, fica evidente que Mariana Coelho mantinha contato e um intercâmbio de leitura com feministas de outros países. Dentre eles com Portugal, trocando correspondências com a Liga Republicana das Mulheres Portuguesa – já mencionada anteriormente – em especial, com a integrante Ana de Castro Osório⁶⁴, com quem estabeleceu uma relação amizade. Relação esta evidenciada em uma de suas cartas: “[...] A distincta escritora e minha amiga Anna de Castro Osorio disse-me de S. Paulo que D. Bertha me ia escrever” (COELHO, 23/03/1924, p. 2).

Mariana Coelho permitiu vislumbrar outras presenças em sua trajetória, como as leituras acerca dos escritos sobre a doutrina espírita. Dois anos após a sua chegada a Curitiba, ela publica um artigo no jornal *Diario do Commercio*, intitulado “Paraná”; dentre os assuntos tratado no texto, referia-se ao fundador e propagador da doutrina no mundo. Em declarada afeição aos princípios dessa doutrina, revelava-se conhecedora do assunto ao fazer indicação sobre as leituras que realizou:

Entre as muito bem concebidas obras espiritas que o alludido escriptor francez deixou sob pseudonymo de Allan-Kardec, contam-se como principalmente fundamentaes, as seguintes:

Livros dos espíritos – para a parte philosophica; *Livro dos medius* – para a parte experimental e scientifica, e o *Evangelho segundo o espiritismo* – para a parte moral.

A primeira parte do livro intitulado – *O céu e o inferno*, é desenvolvida com incontestavel erudição e verdade – apresentando os pontos cardeaes desta doutrina, d’uma maneira altamente sympathica e conforme com a sciencia e a razão (COELHO, 17/03/1894, p. 1-2).

⁶³ Katherine Bompas foi uma feminista inglesa autora da obra *The woman citizen and social security: criticism of the proposals made in the Beveridge report as they affect women*, de 1943 (“A Mulher cidadã e a Seguridade Social: uma crítica às propostas feitas no Relatório Beveridge e como elas afetam as mulheres”, tradução da autora) escrita juntamente com Elizabeth Abbott.

⁶⁴ Ana de Castro Osório, de acordo com Gomes (2016), foi uma intelectual atuante no campo cultural e político português do início do século XX, sobretudo, por sua militância feminista e republicana dentre as representantes da *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*.

Além dos livros, a leitora fez alusão aos nomes de alguns cientistas adeptos da doutrina, permitindo-nos apreender outras leituras que ela realizava: “Que o phenomeno existe, prova-o o testemunho insuspeito de nomes por demais conhecidos pela sua immortal aureola scientifica, taes comon – Flammarion, Lombroso, Edison, Carlos Richet, Schiapparell, etc., etc., etc., etc.” (COELHO, 17/03/1894, p. 2).

O Kardecismo, de acordo com Cordioli (2009), impôs-se amplamente no meio literário e intelectual, encontrando em Curitiba um campo propício para sua divulgação, por representar uma possibilidade de resposta às transformações causadas pela destituição das referências tradicionais que, aos poucos, eram substituídas pela modernização e expansão urbana. Como uma doutrina universal e sem fronteiras, ela serviria como instrumento para a restauração da solidariedade entre os homens e a edificação da sociedade.

Ao tratar do tema no jornal, dirigindo ao público suas próprias impressões e indicações de leituras, mais do que uma simples leitora, Mariana, procurava, de forma assertiva, aproximar-se da sociedade letrada curitibana. Este tipo de prática, conhecido como resenha, na interpretação de Denipoti (2018), funcionava como espaço privilegiado de leituras do passado. Muitas delas, presentes nos jornais da época, eram realizadas por literatos já de reconhecida importância na esfera pública, dentre eles configuravam nomes como Dario Vellozo, Julio Pernetta, Silveira Neto, Nestor Victor de Castro, Rocha Pombo, Leoncio Correia, Tasso da Silveira, Romário Martins, entre outros. Era um grupo de jovens interessados em leitura e responsáveis por grande parte das publicações nos jornais e da atividade editorial em Curitiba, engajados ativamente na edição e redação de periódicos. Comprometidos com a divulgação de um conjunto específicos de ideias, eles tinham como objetivo estabelecer e conduzir seus leitores em suas leituras, compartilhando com eles suas impressões e opiniões. Denipoti (1998, p. 147) ajuda a sustentar esta ideia quando afirma que, “[...] as resenhas buscavam sobretudo *recomendar* as leituras que seus autores realizavam. Eram recomendadas aos leitores não somente as obras, mas também a forma como essas leituras foram feitas”. Deste modo, ler o que escreviam estas figuras de destaque da sociedade curitibana significava também se aproximar da esfera literária criada por eles.

Mariana Coelho, como boa e atenta leitora das obras recomendadas por aqueles de quem gostaria de se aproximar, passou a estabelecer relações com este

grupo de literatos. Em sua obra *O Paraná Mental*, alude e recomenda as inferências que fez sobre este ilustrado grupo. Ao basear-se nas características inerentes à obra e ao autor, indica a leitura daquele que viria a ser um grande e querido amigo, Rocha Pombo. Em sua conjectura, o autor representava um

[...] consciencioso historiador e ilustrado jornalista e romancista. Obras publicadas: *Supremacia do ideal*, *Dadá*, *A honra do barão*, *Visões*, *Petrucello*, *Marietta*, *No hospício*, *História da América*, *O Paraná no Centenário*, *O grande problema*, e a monumental *História do Brasil* etc. Como se vê, e atendendo ao valor intrínseco de suas obras, é uma mentalidade verdadeiramente prodigiosa que sobremodo honra a sua Pátria [...] (COELHO, 2002b, p. 32).

Tão logo Mariana Coelho chegou a Curitiba, Rocha Pombo se tornou, conforme as pistas deixadas no livro *O Paraná Mental*, um grande amigo e companheiro de letras. No proêmio da obra, escrito por ele, o literato revelava: “[...] fui eu, se não dos primeiros, ao menos dos mais solícitos em aplaudir a inteligência e o coração de D. Mariana Coelho, no momento em que, com sua aparição, ela surpreendeu os intelectuais do Paraná” (POMBO, 2002, p. 11). Ele, igualmente, demonstrou ter estabelecido um vínculo de apreço com toda a família de Mariana, ao se reportar a cada um dos irmãos:

[...] Teixeira Coelho, homem de letras, poeta e prosador, que não é um desconhecido lá no velho reino. No Paraná tem feito jus às simpáticas e à alta estima das boas rodas. Eu mesmo tive ensejo que publicar dele muitas produções em prosa e verso; e quero crer que só a vicissitudes da vida é que ele deve o não ter feito ainda no Brasil um nome ilustre (POMBO, 2002, p. 11).

E assim continuou sua descrição elogiosa:

O outro irmão é o Thomaz Coelho, uma das criaturas mais estimáveis que já conheci entre esses entes que se diria passarem pelo mundo como a esgueirar-se da grande luz, preferindo sempre a doce e consoladora penumbra dos que se resignam na luta tremenda (POMBO, 2002, p. 11-12).

Sobre a irmã, Rocha Pombo (2002, p. 12) deu a entender que mantinham uma relação de confiança: “A irmã, a meiga confidente, e companheira dos mais belos dias – está hoje, como os dois irmãos, casada”.

Ao se referir a Rocha Pombo, Mariana Coelho deixou sempre evidente o forte laço de amizade que permeava a relação dos dois. Na primeira carta que escreveu à Bertha Lutz, Mariana pedia para que esta – que não a conhecia até então – tomasse referências sobre sua personalidade com o ilustre amigo: “Como me não conhece, póde a D. Bertha informar-se da minha humilde individualidade, pelo velho e distinto amigo Dr. Rocha Pombo – escritor paranaense distinctissimo” (COELHO, 02/01/1923, p. 3).

Rocha Pombo, no período em que Mariana Coelho passou a estabelecer vínculos de amizade e profissionais, já era considerado uma figura pública de destaque. De acordo com os estudos realizados por Campos (2006, p. 23), ele teve uma trajetória marcada pela atuação em diversos campos, “[...] como o exercício do magistério, a atuação na área do jornalismo, na esfera política, principalmente no legislativo, na literatura, enfim, numa série de instituições culturais e políticas do Paraná e do Brasil”. Além disso, de acordo com o autor, o intelectual foi um grande defensor dos processos de modernização e de elevação cultural da população no Estado, compreendendo estes como produtos do progresso e da civilização. Sustentava a criação de um amplo projeto educativo, porque acreditava que ser necessário mudar o modo de pensar e de agir dos indivíduos para alcançar a mudança social desejada. Apesar de defender um abrangente modelo educacional, assim como Mariana Coelho, todo seu arcabouço intelectual foi conquistado fora dos meios acadêmicos. Rocha Pombo foi um autodidata, dedicando parte de sua trajetória à leitura, à escrita, sobretudo ao jornalismo e ao debate político paranaense.

Além de Rocha Pombo, dentre os autores recomendados por Mariana Coelho, estavam Nestor Victor de Castro que, segundo ela, tratava-se de um “[...] crítico, romancista e poeta [...]” (COELHO, 2002b, p. 32), que tanto tinha se imposto à administração dos intelectuais; Leoncio Correia, descrito por ela, como poeta parnasiano e jornalista; Emiliano Pernetta, “[...] cintilante conferencista, poeta simbolista, distintíssimo artista do verso [...]” (COELHO, 2002b, p. 34); Silveira Netto, poeta e prosador; Emilio de Menezes, que, ao ser considerado por ela, como um “dulcíssimo poeta”, questionava: “quem não conhece e não admira suas sublimes poesias? Quem não extasia ao saborear os seus deliciosos *Três olhares de Maria?*” (COELHO, 2002b, p. 35), declarava-se, portanto, como grande leitora e apreciadora deste escritor; Dario Vellozo, que em estimada admiração, aquele que viria a se tornar

um grande amigo, declarava: “Não faço, precisamente, uma *apreciação* deste mimo literário porque a minha escrupulosa consciência me insinua que não cabe tal arrojo a quem apenas tateia vacilante, humilde e ansiosa, os nobilíssimos umbrais da Arte” (COELHO, 2002b, p. 36). Indicava, ainda, Julio Pernetta que, para ela, representava um “[...] nevrótico literato a destacar-se-nos através da fina sensibilidade que se palpa em todos os seus trabalhos [...]” (COELHO, 2002b, p. 40); Antonio Braga, que se tratava de um “[...] distinto e digno poeta que, conjuntamente com Dario Vellozo, Silveira Netto e Julio Pernetta fundou, em 1895, a bela revista de arte *O Cenáculo*, onde colaboraram as melhores penas paranaense daquele tempo” (COELHO, 2002b, p. 49); Romário Martins, para o qual dedicou várias páginas de seu livro na descrição de suas obras; e ainda, Ricardo de Lemos; Nestor de Castro; Jayme Balão; Lucio Pereira; Sebastião Paraná; Euclides Bandeira; Leite Junior; e, dentre os vários outros nomes que menciona, não deixou de fora seu querido irmão Teixeira Coelho, descrevendo-o como crítico, jornalista e poeta, autor de *O bombeiro voluntário* (poemeto); *Paraná e Catarina* (a propósito dramático-cômico em prosa e verso) e *Lyra antiga* (verso). Desta forma, almejava, por meio da sua escrita, atingir notoriedade suficiente para que suas ideias pudessem, assim como a escrita daqueles que admirava, servir como referência de leitura aos seus leitores⁶⁵.

O acesso às leituras de Mariana Coelho possibilitou a ampliação de seu capital cultural, passando a se relacionar e a se vincular a um espaço e a um grupo que ia além de seu ambiente familiar. Com base em Bourdieu (2007), é possível sustentar que o recurso utilizado por ela gerou “[...] uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas, [...] em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis” (BOURDIEU, 2007, p. 67, grifos do autor). Em outras palavras, a extensão da rede de relações pode efetivamente mobilizar um volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um a quem está ligado, estando aptos a proporcionar benefícios materiais ou simbólicos.

E essa ampliação de seu capital foi fundamental para sua iniciação e sua participação na vida pública da capital paranaense após sua chegada ao Estado. A

⁶⁵ No capítulo dois, será melhor discutida a relação de sociabilidade que Mariana Coelho estabeleceu com o grupo dos literatos paranaense.

princípio, sua atuação se deu como leitora e como divulgadora de algumas leituras que teve contato; posteriormente, ainda que timidamente, passou a publicar seus escritos para alguns jornais de circulação local. O próprio Rocha Pombo, no proêmio feito para o seu livro *O Paraná Mental*, refere-se a esse momento da sua trajetória: “Quando D. Mariana Coelho chegou ao Paraná redigia eu em Curitiba um diário, e tive ocasião de publicar alguns contos e poesias com que ela, de um momento, se insinuou na estima da sociedade paranaense” (POMBO, 2002, p. 12).

Por seu esforço e persistência, Mariana Coelho, em 1895, deixou de ser apenas a leitora e passou a ser conhecida como escritora, conforme é explicitado no jornal *A Republica*⁶⁶, ao felicitar o tio pelo aniversário da esposa:

No dia 21 do corrente fez os seus 64 annos de idade o cidadão José Natividade Teixeira de Meirelles, antigo negociante desta praça, e hoje completa também mais um anno de existencia sua esposa D. Maria Pereira de Meirelles, tios da *distincta escriptora D. Marianna Coelho* (ANNIVERSARIOS, 25/01/1895, p. 1, grifos nossos).

Mariana Coelho foi igualmente retratada desta forma por Rocha Pombo (1980) em seu livro *O Paraná no centenário (1500-1900)*, que teve a primeira edição publicada em 1900. Na parte em que trata da “Eclosão intelectual”, refere-se ao vasto “movimento literário” e ao “notável movimento intelectual” que, desde 1875, vinha preparando a arena para a presente “geração que brilha no Paraná”. Entre os nomes por ele aludidos estava, em nota de rodapé, o de Mariana Coelho, que, segundo ele, trata-se de um espírito adventício, reconhecida como: “[...] distinta poetisa e prosadora correta e fluente, tão digna de simpatia e de estima pela perseverança e fanatismo com que trabalha” (POMBO, 1980, p. 133). Ela foi a única mulher mencionada em sua obra.

Leitora diligente, Mariana Coelho deixou em seus escritos incontáveis indícios não somente em relação aos autores e obras que leu, mas sobre os próprios modos de aprendizados intrínsecos à sua leitura. Deste modo, o estudo da leitura foi, de fato, o ponto de partida para uma compreensão das vertentes do pensamento e das ações

⁶⁶ O jornal *A Republica*, órgão do Clube Republicano de Curitiba, foi fundado em 1886 e se manteve atuante até 1930. O periódico semanal que teve um período de existência de 44 anos, representou um importante veículo de manifestação política da elite local durante o período em questão (CORRÊA, 2009). Para Mariana Coelho, o jornal representou um importante espaço para manifestação de suas ideias e interlocução com a elite letrada paranaense.

de Mariana Coelho como leitora culta e dedicada que se transformou em referência emblemática da escritora e intelectual feminista, que, claramente, aprimorava e aprofundava as ideias para, depois de devidamente refletidas, fazer uso na prática e em suas publicações. Era uma divulgadora do que lia e do que acreditava (LEITE, 2005).

Podemos afirmar que a leitura tem sua história, e que podemos compreendê-la como um processo bastante complexo, já que o pesquisador, ao atribuir sentido a uma leitura historicamente empregada por um indivíduo que teve uma vida singular, deve operar para além das palavras, partindo dos textos lidos para compreender o que foi empreendido fora deles. Assim, o estudo das práticas de leitura é capaz de auxiliar na transcrição de informações sobre diferentes agentes, diferentes épocas e diferentes sociedades, por meio da reconstrução das apropriações e os diversos usos que dela eram feitos. Com base nessas considerações, foi possível aproximar a leitora Mariana Coelho das leituras que realizou, de sua materialidade e dos significados que atribuiu a elas, expressas em suas obras e em seus textos impressos. Esta via nos proporciona a possibilidade de inferir como as leituras realizadas por ela podem revelar os modelos teóricos, suas apropriações e seus princípios sobre a emancipação feminina. Estas constatações nos alerta que é preciso escrever com mais atenção sobre a escritora Mariana Coelho, conhecida e respeitada entre seus pares, aspecto que passaremos a tratar no próximo capítulo desta tese.

2 MARIANA COELHO NO CAMPO LITERÁRIO

O poeta, o escritor, o compositor, que transmitem à pena o mágico poder que recebem da inspiração, se o sol do amor a ilumina, são mais cintilantes as produções das grandes e variadas impressões que se entrechocam na sua imaginação prodigiosa e fecunda (COELHO, 2002b).

Para analisarmos como se deu o ingresso de Mariana Coelho no campo literário paranaense, é importante compreendermos, tendo vista sua trajetória, que as práticas de leitura desenvolvidas pela personagem tiveram um papel fundamental e se constituíram em condição determinante para sua formação e reconhecimento como escritora em defesa da emancipação feminina. Tendo isto em vista, objetivamos compreender a forma como organizou suas estratégias e quais relações estabeleceu com os agentes que compunham esse campo, de modo a favorecer sua inserção, a conquista de posições, seu reconhecimento, sobretudo pelos seus pares, bem como sua consagração neste campo⁶⁷.

Entendemos e defendemos que a atuação de Mariana Coelho no campo literário se deu, a princípio, como escritora de versos e poesia, porém, a partir das relações que estabeleceu com a elite letrada paranaense, como forma de angariar uma melhor posição e conquistar notoriedade dentro do campo literário, passou a dedicar-se à escrita de ensaios, gênero literário de maior prestígio, em especial, aqueles dedicados a expor suas ideias feministas.

2.1 PELA PENA E PELA PALAVRA: DO FAZER-SE ESCRITORA AO FAZER DA ESCRITORA

“Pela pena e pela palavra” (COELHO, 13/10/1936, p.1) foi a definição dada por Mariana Coelho para descrever sua trajetória de dedicação ao trabalho docente,

⁶⁷ Bonnewitz (2003), ao se referir à ideia de campo apresentada pelo sociólogo francês Bourdieu, afirma que estes são produtos da divisão social do trabalho, podendo ser definido como uma disposição de relações objetivas entre posições definidas que se impõem aos seus ocupantes (agentes), por sua situação atual e potencial na estrutura da distribuição dos diferentes tipos de poder e capital, cuja posse comanda suas relações com outras posições, que pode ser, inclusive, de dominação e subordinação. Segundo Passiani e Arruda (2017), os campos são atravessados por relações de força e por formas particulares de lutas que tendem a acumular os capitais gerados por cada campo, sendo que é a propriedade do capital que irá definir a posição de dominantes e dominados e o emprego do poder de uns sobre outros.

literário, intelectual e em defesa da emancipação feminina, desenvolvido, sobretudo, no estado do Paraná. De acordo com a definição de Leonor Castellano (1956, p. 9):

Nessa longa e produtiva trajetória através da vida intelectual, pelo espaço de sessenta e dois anos, pois principiou a escrever em 1887, tem demonstrado ser uma intrépida sentinela dos direitos e deveres da mulher; cultora elegante e castiça dos torneios linguísticos; vibrante propagadora dos ideais pacifistas e, ainda, uma perfeita, atilada e erudita educadora.

O retrato que acabou de ser delineado acima, “[...] de uma figura feminina que tanto nobilitou sua pátria, sua família, sua escola, seus amigos, seus confrades [...]” enquanto “[...] sementeira de ações dignas, úteis e belas” (CASTELLANO, 1956, p. 11), será a propulsora das investigações aqui travadas, como forma de compreender as estratégias utilizadas por Mariana Coelho para se inserir no campo literário paranaense, por intermédio de suas atividades literárias e docente.

Torna-se importante esclarecer que o campo literário, como qualquer outro campo “[...] é um espaço de lutas, uma arena onde está em jogo uma concorrência ou competição entre os agentes que ocupam diversas posições” (LAHIRE, 2017, p. 65). E “[...] essas lutas que visam a conservar ou transformar a relação de forças instituídas no campo de produção têm, evidentemente, o efeito de conservar, ou de transformar, a estrutura do campo das formas que são instrumentos e alvos nessas lutas” (BOURDIEU, 1996b, p. 63). Em consonância ao que afirma Bourdieu (1996b), ao entrar no jogo, Mariana Coelho aceita tacitamente as limitações e as possibilidades inerentes a ele, que se lhe apresentam como a todos aqueles que tenham a percepção desse jogo. Desta forma, justifica Bega (2013, p. 35) que, “[...] dominantes e dominados são necessariamente coniventes, adversários cúmplices que, pelo antagonismo, delimitam o campo legítimo de discussão”.

Constatamos que, tão logo chegou a Curitiba, Mariana Coelho passou a se dedicar aos deveres de escritora. Com um ano de estadia na capital paranaense, publicou seu primeiro trabalho para a *Revista Azul*⁶⁸, de propriedade e direção de Julio Pernetta e redação de Dario Vellozo, figuras estas que, além de se tornarem futuros confrades da escritora, correspondiam a personagens bastante conhecidas na

⁶⁸ No ano de 1893, Julio Pernetta, Dario Vellozo e Leoncio Correia criaram a *Revista Azul*, periódico quinzenal no formato de oito páginas. Com a Revolução Federalista em 1893, a revista foi suspensa (MARACH, 2014).

sociedade letrada curitibana. A Revista da qual Mariana Coelho fez sua estreia, de cunho artístico e literário, de acordo com o *Dicionário Histórico Biográfico do Estado do Paraná* (1991, p. 63, grifos na obra), era destinada, sobretudo, às leitoras; era o “[...] resultado dos esforços contra o indiferentismo e uma resposta às necessidades etéreas do leitor, aliás, da *leitora*”. A publicação, de agosto de 1893, tratava-se de uma pequena poesia sentimental intitulada *Madrigal*:

Como a luz que attrahe, fulmina
 Doudejante borboleta,
 Esse olhar prende e fascina
 Em ondas de luz inquieta!
 - Invejo a tragica sina
 Do teu amor, borboleta!
 (COELHO, ago. 1893, p. 3).

Tal como seu verso, ela iniciava de modo acanhado suas publicações, a princípio como escritora de poesias e versos, forma como era mais aceita a escrita feminina na época. Na acepção de Leite (2005), a literatura feminina, até o século XIX, era caracterizada pelo predomínio, inicialmente, da poesia e dos versos, que acabavam canalizando as inspirações e os interesses daquelas que não podiam se dedicar a outros temas. Sob a crença, acrescenta Fanini (2008), que os homens eram mais intelectuais, racionais e teóricos, porque estudavam e pensavam; e as mulheres mais intuitivas, sentimentais e amorosas, por sentirem e criarem espontaneamente; este tipo de escrita estava mais propensa ao gênero feminino. Sem poderem romper tais barreiras da escrita, muitas mulheres, revela Alves (2005), aceitavam tais imposições, sem aderir a confrontos mais radicais, como estratégia para burlar e circundar este cerco. Foi o que fez Mariana Coelho. Ao tentar alçar gêneros mais consagrados dentro do campo literário, compreendeu que a publicação de escritas sentimentais era um caminho possível para se inserir no, então, restrito campo literário.

De modo consciente ou inconsciente, a estratégia que tem como princípio gerador o *habitus*, incorporada por Mariana Coelho, para Bourdieu (1987), representa as práticas e a tentativa de ajustamento da agente às estruturas na qual pretendia ser produto⁶⁹. Mariana Coelho, que tinha como empreendimento ingressar e conquistar

⁶⁹ Desta maneira, Mariana Coelho passa a incorporar o *habitus* do campo, de modo a se inserir no jogo onde dominam forças opostas. Para Bourdieu (2004a, p. 81), estratégia “[...] é produto do senso

posições no campo literário paranaense, passou a incorporar o *habitus* desse campo, sobretudo o indicado às mulheres. Atendendo a tais postulados sociais, como estratégia para se inserir no cânone literário como escritora, aproveitou os espaços abertos por alguns jornais da capital paranaense e tratou logo de publicar sua escrita autorizada – versos e poesias – fazendo isso até o final do século XIX⁷⁰. Por esta via e de modo modesto, passou a ser conhecida como escritora. Segundo Bourdieu (1996b, p. 61), é “[...] no horizonte particular dessas relações de força específicas, e de lutas [...] que se engendram as estratégias [...]”.

Porém Mariana Coelho só teve oportunidade de se estabelecer e ser reconhecida efetivamente por sua escrita, porque outras mulheres antes dela passaram a ser alfabetizadas, tornaram-se leitoras e começaram a publicar, mesmo que, a princípio, apenas seus versos e poesias. E, por esforço e estratégias de algumas, passaram a investir em empreendimentos literários maiores e mais ousados, utilizando-se de suas capacidades intelectuais como modo de inserção em um campo de atuação até então negado a elas. Isto posto, torna-se possível deduzir que a literatura de cunho feminina é recente se comparada à masculina. Se lembrarmos um pouco do papel social atribuído às mulheres, exposto nesta pesquisa até agora, não fica difícil compreendermos o porquê.

Devido à sensibilidade natural associada às mulheres, os temas e gêneros literários considerados como mais adequados a elas seriam aqueles ligados à expressão de sentimentos e emoções, como as poesias, versos e romances sentimentais. Esta é a causa deste gênero literário logo ter se caracterizado como estilo de escrita feminina. Ademais, acrescenta Leite (2005) que, dentre os muitos temas interditados às mulheres, a poesia encontrava o seu lugar como possibilidade de escrita facultada.

Entretanto, mesmo para aquelas que decidiam publicar seus versos, a profissionalização deste tipo de escrita não era bem vista por muitos. Como forma de exemplificar tal desaprovação, Eleutério (2005) descreve uma situação em que Olavo

prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais”.

⁷⁰ Publicou na *Revista Azul*, em 1893, as poesias *Madrigal*, *Miragem* e *Na orla do abysmo*. Na revista *O Cenáculo*, em 1893, *Inspiração*. Para *A Arte*, em 1894, *Amor e sombra* e *A minha flor*. Para a revista *Club Curitybano*, de 1894, as poesias *Fatalismo*, *Protesto* e o verso, *No álbum de minha amiga*. Para o jornal *A República*, em 1895, *A minha estrela*, *Vacillante!...* e *Luz*, em 1896 *Angilidade*. Para o Anuário *Almanach do Paraná*, em 1899, *Sonhando....*

Bilac advertia sua noiva que tinha intenção de publicar suas poesias, muitas delas escritas para o próprio escritor, de que a escrita feminina até era algo aceitável, mas publicar era condenável, sob a pena de mácula da imagem feminina. O escritor completava seus argumentos afirmando que havia, no Brasil e em Portugal, por volta da década de 1890, aproximadamente cem mulheres que escreviam e nenhuma delas que não fosse “mal falada”.

Mesmo com a rejeição de muitos, a publicação de versos e de poesias se estabeleceu como um espaço destinado e bem definido para as mulheres dentro do campo literário. Alves (2005) afirma que, embora as publicações de obras isoladas, como as poesias e até algumas ficções, tivessem sido aceitas, poucas escritoras ultrapassavam a marca de um ou dois livros publicados, tal era a objeção, acompanhada pelas críticas negativas da sociedade. Podemos dizer que, ante tal constatação, Mariana Coelho foi uma das escritoras a conseguir romper com tais imposições no estado do Paraná, já que, em toda sua trajetória, teve cinco obras publicadas⁷¹; sem dúvida, não sem sofrer fortes críticas de início.

Assim como Mariana, outras mulheres ousaram romper com tais demarcações ou fugiram das determinações textuais impostas a elas. Estas mulheres, que se arrojaram para além de seu delimitado território, passaram a ser vistas com certo espanto pelos homens de letras. A exemplo disso, temos o caso do escritor Graciliano Ramos que chegou a duvidar que a obra *O Quinze*, de Raquel de Queirós, havia sido escrita realmente por ela:

[...] por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, de mulher nova. Seria realmente mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça:
Não há ninguém com este nome. É pilheria. Uma garôta assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado.
Depois conheci *João Miguel* e conheci Raquel de Queirós, mas ficou-me durante muito tempo a idéia idiota de que ela era homem, tão forte estava em mim o preconceito que excluía as mulheres da literatura. Se a moça fizesse discursos e sonetos, muito bem. Mas escrever *João Miguel* e *O Quinze* não me parecia natural (RAMOS, 2002, p. 133).

Os textos femininos considerados dignos de elogios, quando não acusados de fraude, eram consagrados por serem tão “bons quanto os masculinos”. A força com

⁷¹ Mariana Coelho considera como sendo suas obras seis composições, porém, dentre elas, apenas cinco foram editadas no formato de livro; devido a isto, aqui nos referimos a cinco obras.

que se operavam tais crenças e discursos, do qual Graciliano Ramos é exemplo, nas palavras de Fanini (2008), fazia-se sentir, no processo de viabilidade feminina a gêneros textuais diferenciados dentro do campo literário, em que as escritoras, ao ousarem abandonar o anonimato e irromper os entraves à profissionalização, viam-se rotuladas como “amadoras”, ou recebiam a classificação de “excepcionais”. Assim, a ideia de excepcionalidade feminina estava relacionada à imagem de transgressão a um comportamento ou a uma posição socialmente posta e aceita.

Gilberto Freyre (2013, p. 141), em seu livro *Sobrados e mucambos*, retrata bem esta concepção:

Nas letras, já nos fins do século XIX apareceu uma Narcisa Amália. Depois, uma Cármen Dolores. Ainda mais tarde, uma Júlia Lopes de Almeida. Antes delas, quase que só houve bacharelas medíocres, solteironas pedantes ou simplórias, uma ou outra mulher afrancesada, algumas das quais colaboradoras do *Almanaque de lembranças luso-brasileiro*. E assim mesmo foram raras. Nísia Floresta surgiu – repita-se – como uma exceção escandalosa. Verdadeira machona entre as sinhazinhas dengosas do meado do século XIX. No meio dos homens a dominarem sozinhos todas as atividades extradomésticas, as próprias baronesas e viscondessas mal sabendo escrever, as senhoras mais finas soletrando apenas livros devotos e novelas que eram quase histórias do Trancoso, causa pasmo ver uma figura como a de Nísia.

Tal como este fragmento evidencia, o trabalho intelectual feminino soava estranhamente ao universo letrado masculino, restando para as mulheres que escreviam serem admitidas como excepcionais ou serem subjugadas por sua escrita (ELEUTÉRIO, 2005). Alves (2005) corrobora com tal ideia ao afirmar que as análises sobre as criações femininas sempre vinham acompanhadas de uma observação de juízo. Tais produções eram sempre consideradas de baixa qualidade, quando não, suas escritoras eram portadoras de alguma qualidade fora do normal, que sempre deveria ser especificada. Para Alves (2005, p. 93-94), “[...] se as histórias literárias do século XIX têm a tendência de diminuir tal produção, pode-se até justificar que seus autores estavam ainda sob o peso do discurso ideológico da construção da Modernidade [...]”.⁷²

⁷² Esse discurso ideológico via como desvio de comportamento a saída da mulher de suas tarefas do lar para se dedicar à vida literária (ALVES, 2005).

Diante do comedido quadro de ascensão da escrita feminina em um campo literário dominado por posições masculinas, era comum atribuir às mulheres que escreviam, conforme pontua Duarte (1987, p. 19), “[...] um estatuto inferior frente a um escritor [...]”. A autora conta que, José Veríssimo chegou a lamentar o fato de a língua portuguesa, diferente da francesa, possuir feminino para as palavras “autor” e “escritor”. Segundo ele, neste aspecto, os franceses “[...] seriam portadores de “inapreciável vantagem” porque estariam “desobrigados das cortesias” que as “convenções sociais impunham no tratamento a uma mulher” (DUARTE, 1987, p. 19-20).

Conforme evidencia Fanini (2008), tal era esta crença cristalizada no cânone literário que a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, no Rio de Janeiro, só foi integrar uma mulher em uma de suas cadeiras no ano de 1977. A agremiação estava assegurada por uma constituição marcadamente androcêntrica, que permaneceu inalterada por décadas, apesar das reivindicações por participação feminina corresponder a uma exigência antiga, conforme é demonstrado na grande campanha feita pela revista carioca *O Malho*⁷³, que teve início em agosto de 1936, sob o título *Levamos a Mulher à Academia de Letras!* e se estendeu até fevereiro de 1937. A campanha levantada pela revista alegava:

Não há nenhuma disposição, nos Estatutos da Academia Brasileira de Letras, negando terminantemente o ingresso á mulher para aquelle grêmio de intellectuaes.

Entretanto, até agora, por uma questão de simples interpretação desses Estatutos, as nossas mulheres de letra não lograram sentar-se nas poltronas da Illustre Companhia.

Tal facto é uma enorme injustiça, o que muitos dos occupantes das cathedras academicas sinceramente reconhecem, embora não se animem a tornar a iniciativa da reforma regimenta, indispensavel, na opinião de alguns hermeneutas, para que a intellectual do sexo frágil possa ali ter entrada (LEVAMOS A MULHER À ACADEMIA DE LETRAS!, 13/08/1936, p. 12).

O grito lançado pelo movimento de reivindicação pelo direito das mulheres proposto pela revista causou uma grande agitação no mundo literário devido à ação

⁷³ *O Malho* foi uma revista carioca ilustrada de sátira política e de humor. Nasceu no ano de 1902, e circulou por mais de meio século, até 1954, com uma breve pausa no ano de 1930, devido à Revolução de 1930. Publicada semanalmente, ficou conhecida devido às charges e caricaturas que ironizavam a política nacional. Seu surgimento deveu-se ao caricaturista francês Crispim do Amaral, fundador e diretor artístico da revista. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MALHO,%20O.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

promovida, que contou com uma série de entrevistas realizadas com membros da Academia, com o objetivo de divulgar suas opiniões acerca da entrada das mulheres para a agremiação. Segundo o próprio periódico, “A divulgação que vimos fazendo agora, da opinião dos membros da Academia B. de Letras, sobre o ‘caso nacional’ em que se tornou a campanha de ‘O MALHO’ [...]”, conseguiu constatar que a maioria dentre os intelectuais era “[...] absolutamente sympathica á entrada de senhoras para aquelle grêmio [...]” (LEVAMOS A MULHER..., 08/10/1936, p. 21). A revista fez questão de divulgar a lista com a opinião dos 27 acadêmicos entrevistados⁷⁴, em que “[...] 20 manifestaram-se favoraveis a entrada de Eva para a academia de letras” (LEVAMOS A MULHER À ACADEMIA DE LETRAS!, 24/12/1936, p. 28). Dentre os apoiadores, a grande justificativa foi de que: “[...] cedo ou tarde as brasileiras de valor transporão o nosso pórtico, accrescentando que “cumpre á Academia acelerar a victoria dessa idéia em marcha” (LEVAMOS A MULHER À ACADEMIA DE LETRAS!, 24/12/1936, p. 29)

Apesar da simpatia que demonstraram alguns literatos com a possibilidade da presença feminina na Academia, e ainda que tenham feito parte da pauta levantada por alguns periódicos, como *O Malho*, Fanini (2010, p. 149) declara que sua presença foi mantida fora de cogitação, sobretudo durante os oitenta primeiros anos de sua existência, “[...] inicialmente estabelecido entre seus membros fundadores, mas logo transformado em legado [...]”. Isso ficou expresso pelo tempo em que o veto feminino esteve alicerçado em seus pressupostos, sendo quebrado somente anos após a sua criação com o ingresso de Raquel de Queirós, que simbolizou bem a desconfiança à integração feminina ao campo literário.

De acordo com os apontamentos de Zahidé Muzart (2003), durante muito tempo, as mulheres foram toleradas no cenário literário, demorando bastante para conquistarem o respeito como escritoras. Devido a isso, é possível entender a cautela de Mariana Coelho ao estabelecer sua estratégia para se inserir no campo literário – rigorosamente masculino – tendo em vista que isso ocorreu quase 40 anos antes de Raquel de Queirós publicar sua primeira obra *O Quinze*, período em que as forças que operavam dentro deste universo eram ainda mais distintivas.

Bourdieu (2016) nos auxilia na compreensão desse panorama de desconfiança e descrédito ao afirmar que as relações dentro de um campo estão estabelecidas e

⁷⁴ Observar a lista dos intelectuais citados no Anexo H (p. 342).

mediadas por relações de poder relacionadas às posições ocupadas. Nesse caso, as mulheres se encontravam em uma posição de dominação e subordinação; o predomínio da “[...] visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do *preconceito desfavorável* contra o feminino, instituindo na ordem das coisas [...]” (BOURDIEU, 2016, p. 53). Era como se a feminilidade mantivesse as mulheres encerradas em um tipo de confinamento simbólico, como se fosse uma barreira em que poucas eram capazes romper.

Na tentativa de superar tais imposições, desde a década de 1900, já sendo conhecida como escritora de versos e poesia, Mariana Coelho passou a enveredar, com maior frequência, por outros tipos de escrita. Ao se aventurar para além da escrita sentimental, procurou se dedicar a outro gênero literário também aceito como escrita feminina, as crônicas. No período de 1900 a 1901, esteve à frente de uma coluna mensal, editada pelo jornal *O Diário da Tarde*, chamada *Chronica da Moda*, a qual já mantinha, anteriormente, no periódico *A Gazeta do Povo*.

Como colunista, Mariana prestava orientações e dicas sobre moda, estilo e outros temas considerados de interesse feminino e, conforme declarou uma colega que assinava um quadro no mesmo diário, sob o pseudônimo de Atalanta, fazia isso com “culto entendimento”. Antes mesmo de sua estreia como colunista do quadro, foi bastante elogiada por tal colega, que não deixou de enaltecer seu entendimento e seus relevantes conselhos sobre o tema: “A gentilíssima escriptora, senhora M. Coelho, tem abrilhantado ultimamente as colunas da sympathica “Gazeta do Povo”, com estudos preciosissimos para o nosso sexo e que se referem ás constantes mutações no aspecto dos vestuarios femininos” (ATALANTA, 11/09/1900, p. 1).

Apesar de aceitar o convite para dirigir uma coluna sobre moda, tendo em vista sua estratégia para se inserir no campo literário, a sua atuação tinha a intenção de produzir e levar a suas leitoras uma escrita mais instrutiva, tendo em vista uma educação não formal. Concebia esse espaço concedido a ela uma possibilidade de manifestação desta intenção, utilizando a coluna *Chronica da Moda* para introduzir e divulgar temas considerados por ela de maior relevo, como literatura, música, arte, ciência e assuntos acerca da emancipação feminina que, em sua concepção, eram mais importantes do que aqueles que deveriam ser abordados pela coluna, chegando a afirmar que as orientações de moda e estilo não passavam de “esquisitices”

desnecessárias. Por esse meio de comunicação, Mariana Coelho aproveitou a oportunidade para iniciar uma exposição sobre suas ideias feministas, dentre elas a educação e o direito ao voto feminino.

Além de tentar introduzir temas delicados à condição social feminina daquele período, passou a utilizar-se de um gênero literário pouco comum entre as mulheres, o ensaio. Para Muzart (2003, p. 144), a escritora ainda foi além, visto que

[...] foi no ensaio polêmico que se distingue Mariana Coelho, gênero em que as mulheres deixam poucas páginas no século XIX. [...] O ensaio, como gênero masculino – pois expressava idéias –, foi raramente usado pelas mulheres. É somente a partir do século XX que as mulheres exploram tal gênero. No século XIX, usaram de muita estratégia para, mantendo-se nas margens, expressarem publicamente por sua poesia e ficção mais do que lhes era possível ou permitido.

Kamita (2005) guarda uma aproximação com as observações de Zahide Muzart ao afirmar que era pouco comum as mulheres se dedicarem a expressar suas opiniões por meio da escrita, já que

[...] nos ensaios a voz era a de quem assinava ao final, ou seja, a exposição e os “riscos” assumidos eram maiores. Uma mão feminina produzindo páginas em que expressassem seus pensamentos era uma novidade, partindo da premissa de que tinha o *cérebro fraco* (KAMITA, 2005, p. 23-24, grifo da autora).

Com base em tais definições, Mariana Coelho causou bastante desconforto e polêmica com seus escritos, encontrando resistência de outros homens e mulheres que pensavam de modo diferente, resultando em discussões acaloradas nas folhas do *Diário da Tarde*⁷⁵. Ao que tudo indica, devido ao seu posicionamento ousado, bastante incomum para a época, ficou tão pouco tempo à frente do quadro *Chronica da Moda*, do qual, de acordo com Bueno (2010), foi substituída por Mme. Courtois, que manteve a coluna compatível com seu título, ou seja, abordando assuntos relativos à moda e à elegância.

Para compreendermos a dificuldade enfrentada por Mariana Coelho em se inserir, nesse momento, no campo literário paranaense, recorreremos às concepções do sociólogo Pierre Bourdieu. Com base nos postulados do autor, constatamos que a

⁷⁵ Estas discussões serão melhor debatidas no capítulo 3.

escritora se antecipou em se aventurar em tal gênero de escrita. Mariana, que já era conhecida como escritora, reconhecimento alcançado desde as publicações de suas poesias para alguns jornais de Curitiba, ainda não havia conquistado uma posição de destaque dentro do campo literário, nem o capital simbólico necessário para que suas ideias fossem recebidas sem que sofressem fortes críticas. Mariana Coelho, nas palavras de Bourdieu (1996b), ainda era compreendida como uma escritora “maldita” dentro das relações estabelecidas no campo literário. O autor auxilia em nossa interpretação, ao definir que o campo literário “[...] é um espaço de relações objetivas entre posições – a do artista consagrado e a do artista maldito [...]” (BOURDIEU, 1996b, p. 60). Nesse horizonte interpretativo, podemos pensar a condição de Mariana Coelho, porque ainda não havia alcançado sua consagração como escritora. Além disso, segundo Bourdieu (1987, p. 159), todas as posições típicas de um campo “[...] não se apresentam disponíveis com a mesma probabilidade aos ocupantes de uma determinada posição no campo [...]”. Diante de tais esclarecimentos, compreendemos que só pelo fato de ser mulher, já se encontrava em uma condição desfavorável. Isto é, para que suas ideias sobre a emancipação feminina fossem expostas e aceitas como autoridade literária, ela necessitaria ter acumulado uma quantidade de capital simbólico que lhe garantisse um posicionamento e um grau de autonomia que não havia se efetivado até aquele momento.

Apesar de todos os preconceitos e tabus acerca das mulheres emitirem suas opiniões e pensamentos por meio da escrita, e da repreensão sofrida por Mariana Coelho, foi nos ensaios que continuou a se dedicar com maior afinco. Foi em defesa das mulheres que a escritora se destacou em sua escrita ensaística. Sua primeira publicação sobre emancipação feminina foi para a revista de arte *Breviário*, dirigida por Romário Martins e Alfredo Coelho, em agosto de 1900, sob título de *Emancipação da Mulher*. No texto, denunciava a “tradicional treva da ignorância” da qual as mulheres, durante muito tempo, estiveram mergulhadas e, para estabelecer o verdadeiro e indispensável equilíbrio social, era necessário “cultivar e esclarecer” o espírito feminino (COELHO, ago. 1900, p. 7).

Assim, a exemplo da publicação de Mariana Coelho, a imprensa passou a reservar, enquanto espaço de divulgação de ideias femininas, uma possibilidade de incursão das mulheres ao então restrito campo literário. Alves (2005) aponta que, devido aos obstáculos colocados sobre a produção literária feminina, muitas autoras passaram a se reunir em grupos para fundar suas próprias revistas e jornais, nos quais

poderiam expressar-se literariamente e exercer sua atividade intelectual. Como o audacioso *O Jornal das Senhoras*, um dos primeiros periódicos editados por mulheres no Brasil. Conforme revela Hahner (1981), o jornal foi lançado em 1852, por iniciativa de Joana Paula Manso de Noronha, uma argentina separada do marido que passou a viver no Rio de Janeiro. De acordo com sua idealizadora, o periódico tinha a intenção de trabalhar para melhorar a condição social da mulher, com vistas à sua emancipação moral. Segundo Hahner (1981), Joana Paula teve que lidar com o estranhamento e a oposição daqueles que consideravam indevido tratar de direitos e educação das mulheres, assim como com censuras, comentava-se que este tipo de texto não deveria circular nas casas de família, por ser era escrito por uma “separada”. A oposição em relação à escrita periódica feminina também ficou expressa na primeira página do primeiro número do jornal mineiro *O Sexo Feminino*, editado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que já esperava resistência da população. Já no texto de abertura, intitulado *A educação da mulher* (07/09/1873), dizia:

Zombem muito embora os *pessimistas* do aparecimento de um novo órgão na imprensa – *O Sexo Feminino*; tapem os olhos os *indifferentes* para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso; rião os *curiosos* seu riso sardônico de reprovação á idéa que ora surge brilhante no horizonte da cidade da Campanha; agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do *Sexo Feminino*; persigão os *retrogrados* com seus diteiros de chufa e mofa nossas conterraneas, chamando-as de *utopistas*: *O Sexo Feminino* aparece, hade lutar, e lutar até morrer: morrêrá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido.

Apesar de toda objeção e resistência demonstrada, na interpretação de Gotlib (2003), o periodismo feminino⁷⁶ funcionou como verdadeiro veículo de emancipação,

⁷⁶ Os primeiros jornais feitos para o público feminino, porém fundados e dirigidos por homens, no Brasil, foram o periódico carioca *O Espelho Diamantino*, lançado em 1827 e o *Espelho das Brasileiras* no Recife, 1831. No ano de 1839, foi criado o primeiro jornal feminino dirigido por mulheres, o *Correio das Moças* que funcionou até 1841 e que trazia em seu bojo conteúdos variados. Posteriormente, foi editado o *Jornal da Senhoras*, cujo primeiro número foi lançado no dia primeiro de janeiro de 1852, também no Rio de Janeiro, anunciando como objetivo de suas publicações a educação das mulheres. Em 1862, ainda no Rio, é iniciada a publicação do jornal *O Bello Sexo*. Em 1873, foi fundado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, *O Sexo Feminino*, em Campanha da Princesa em Minas Gerais, jornal que também defendia a educação feminina. No ano seguinte, surgiram *O Domingo* e o *Jornal das Damas*, no Rio de Janeiro, seguido, no ano de 1875 do *Myosotis*, de Maria Heráclia, lançado no Recife e do enérgico *Echo das Damas*, em 1879, no Rio. Em 1882, na mesma cidade, é fundado o jornal feminista *O Direito das Damas*, por Idalina d’Alcantara Costa. No ano de 1884, foi fundado pelas irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, o primeiro jornal feminino do Rio Grande do Sul, o *Corymbo*; este periódico teve uma grande longevidade, sendo editado até 1944. Em 1888, foi fundado o jornal *A Família* por Josefina Álvares de Azevedo, em São

“[...] que possibilitou a divulgação dos textos das mulheres, tanto literários quanto mais propriamente políticos [...]” (GOTLIB, 2003, p. 32).

De acordo com as análises encaminhadas por Maia (2006), desde a última década do século XIX, a imprensa passou a ser o principal espaço para informação, formação de valores, gostos e comportamentos da sociedade paranaense, tendo Curitiba e o litoral como seus principais representantes. Por meio dos periódicos, a população paranaense – dentre elas a feminina – passou a ser orientada acerca dos conhecimentos políticos, econômicos, culturais, comportamentos éticos e valores sociais, morais e ideológicos.

A imprensa feminina tinha como principal objetivo tratar de questões ligadas a este universo, algumas de modo mais conservador, muitas vezes reforçando o papel social atribuído às mulheres, e outras expressando ideias mais avançadas, problematizando questões de caráter político, educacional, incluindo o direito ao voto e divórcio para os mais ousados. Seja de modo mais sutil ou de modo mais explícito, de acordo com Alves (2005), a imprensa passou a dar espaço às publicações femininas. A autora aponta que muitas escritoras se utilizavam de jornais para iniciar na carreira, ou seja, romper as barreiras que as afastavam do campo literário. Foi o que ocorreu com Mariana Coelho que iniciou sua escrita com publicações para periódicos da capital paranaense, utilizando deste meio até que tivesse condições de editar alguma obra completa. Entretanto muitas “[...] só conseguiram permanecer nesse meio, sem possibilidade de editar em livro suas criações [...]” (ALVES, 2005, p. 93).

Apesar de Mariana Coelho ter sido uma colaboradora dos jornais curitibanos, não havia imprensa feminina na capital paranaense. As mulheres que se dedicavam a tratar de temas femininos faziam de modo isolado ou solitário para os jornais e revistas fundados e dirigidos por homens. Isso evidencia que a conquista por posições dentro do campo literário pelas escritoras no Paraná não foi algo fácil. Esta conquista, conforme podemos observar, iniciou-se com Júlia da Costa (1844-1911), que segundo

Paulo, transferindo-se no ano seguinte para o Rio de Janeiro, onde funcionou até 1897; o jornal se destacou por suas reivindicações mais firmes, chegando a defender o divórcio. Em 1897, é fundada, em São Paulo, a revista *A Mensageira*, dirigida por Presciliana Duarte de Almeida; a revista, por se denominar literária, costumava noticiar entre suas páginas, livros publicados por escritoras brasileiras e estrangeiras. Em 1898, é fundado na cidade de Bagé no Rio Grande do Sul o jornal *Escrínio*. E em 1919 é criado, no Rio de Janeiro, a *Tribuna Feminina*, jornal ligado ao partido Republicano Feminino de Deolinda Darlro (HAHNER, 1981; GOTLIB, 2003; TELLES, 2010).

Woellner (2007) foi a primeira mulher paranaense a publicar um livro. Na obra *O Paraná Mental*, de 1908, Mariana Coelho, dentre os mais de cem literatos destacados, apenas Júlia da Costa é referenciada por ela. O primeiro trabalho da preambular escritora, intitulado *Flores Dispersas*, foi editado em 1867 e o segundo, *Bouquet de Violetas*, no ano seguinte (COELHO, 2002b). Além de suas duas obras,

Colaborou com periódicos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além da poesia dedicou-se também à prosa, com a publicação de folhetins. [...] Como era bastante comum à época, a escritora utilizou alguns pseudônimos: “A Sonhadora”, “A Americana” ou variações com iniciais ou parte de seu nome (KAMITA, 2005, p. 127-128).

Mariana Coelho, em ficha preenchida para o 3.º Congresso Nacional Feminino, que ocorreria no Rio de Janeiro, no ano de 1936, promovido pela *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, da qual era associada, afirmou: “Dizem distintos Intelectuais paranaenses que, depois da distinta poetisa paranaense, Julia da Costa – há muito falecida – foi eu a primeira mulher que começou a escrever em público no Paraná” (COELHO, 14/09/1936, p. 2). Assim, ao que tudo indica, ela foi a segunda mulher a ser considerada escritora no estado no Paraná e, segundo Woellner (2007, p. 16,) “[...] a primeira escritora a publicar um livro de análise literária”.

Constatamos que o Paraná foi o lugar em que a escritora constituiu seus laços tanto afetivos como literários e não somente se colocou como uma efígie feminina dentro do Estado, mas igualmente se estabeleceu como escritora paranaense. Após Mariana Coelho, outras mulheres se destacaram no cenário literário paranaense. Dentre elas, Escolástica Morais Vellozo (1874-1961) esposa de Dário Velloso, que, de acordo com Kamita (2005, p. 132-133),

[...] colaborou na revista Clube Curitibano assinando Emílio Viscontini, conservando no pseudônimo, portanto, as iniciais de seu nome. O cuidado com os doze filhos afastou-a relativamente das artes, tendo voltado sua atenção à família e ao lar. [...] Mas, à medida que o tempo passava e os filhos cresciam, foi retornando, gradualmente, suas atividades ligadas à literatura e à música. [...] A escritora foi, também, uma das fundadoras do Instituto Neopitagórico, do qual, com o nome iniciático de Ione participou ativamente. Nas sessões literomusicais ali promovidas, executava os clássicos ao piano e lia seus textos em prosa ou em poesia. Com o novo pseudônimo, colaborou nas revistas *Mirto e Acácia*, *Luz de Krotona*, *A Lâmpada* e *Clube Curitibano* (2ª. Fase).

Para além de sua perceptível inteligência e indiscutível habilidade com a pena, segundo Maria Nicolas (1977), autora do livro *Pioneiras do Brasil: Estado do Paraná*, Escolástica Vellozo também ficou conhecida por ser a “primeira rainha da beleza curitibana”, quando, em sua mocidade, ganhou o concurso de beleza realizado pela agremiação Clube Curitibano.

A escritora ficou viúva em 1937, conforme declara Kamita (2005) e viveu de modo lúcido até avançada idade, continuando a sua escrita, em especial as suas memórias. Deixou os originais de *Fragmentos*, *Pétalas de saudade*, *Dario Vellozo*, *História para meus netos*, *Um desafio de reminiscências* e *Rocal de saudades*.

Outra escritora a se destacar foi Maria Cândida de Jesus Camargo (1868-1949). Nascida em Ponta Grossa, foi professora primária em várias cidades paranaenses e colaborou com diversos jornais e revistas do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Apesar de, desde menina, “abraçar a lira poética”, não publicou nenhum livro em vida. Sua obra *Júbilos e Mágoas*, publicada em 1953 por seus familiares, reuniu seus principais trabalhos, que foram editados somente após a sua morte (NICOLAS, 1977).

Outro nome que merece citação é o da professora Pompília Lopez dos Santos (1900-1993) que, aos seis anos de idade, iniciou seus estudos como aluna do primeiro Jardim de Infância de Curitiba; posteriormente, foi aluna no Colégio Santos Dumont, “[...] dirigido pela ilustríssima Mestra Mariana Coelho” (NICOLAS, 1977, p. 272); e, aos quatorze anos, já organizava grêmios culturais, como o Clube Mozart e o Grêmio das Violetas, da Escola Normal de Curitiba, onde se formou professora em 1918. Passou a lecionar francês para o ensino secundário em várias cidades do Estado, ao mesmo tempo que começou a publicar suas primeiras crônicas e biografias para os jornais. Foi pioneira em muitas iniciativas culturais e educacionais, bem como fundadora de várias entidades e associações no Paraná, dentre elas, a mais significativa, a Academia Feminina de Letras do Paraná, no ano de 1970, tornando-se a primeira presidente da instituição, função que exerceu pelo período de dez anos. Foi a primeira mulher a ingressar na Academia Paranaense de Letras, quebrando velhos tabus, sobre a presença de mulheres dentre seus associados. Seu romance histórico *Origens*, de 1961, obteve o primeiro prêmio em concurso promovido pelo Centro de

Letras do Paraná, recebendo o título de Vulto Emérito de Curitiba em 1978, entre outras honrarias⁷⁷ (NICOLAS, 1977).

Não podemos deixar de considerar, dentre as distintas escritoras do Paraná, uma das maiores poetisas que o estado teve, Helena Kolody (1912-2004). Seus primeiros versos datam de 1924, período em que tinha apenas doze anos de idade. Seu primeiro poema a ser publicado foi *A Lágrima*, em 1927 e, a partir de 1930, seus versos passaram a configurar, periodicamente, entre as páginas das revistas e jornais de Paranaguá, sobretudo pela revista *Marinha*. Foi normalista entre os anos de 1927 a 1931 na Escola de Professores da Capital, formação que possibilitou a sua dedicação ao magistério, de “[...] 1932 à década de 1960 Helena foi professora do curso normal, e de 1952 à também década de 1960 Inspetora Federal do Ensino Secundário, [...] bem como o início de seu reconhecimento como poetisa, por suas alunas, primeiras fãs” (ARAUJO; ORLANDO, 2017, p. 184). Seu primeiro livro a ser publicado foi *Paisagem Interior*, em 1941, dedicado ao pai que havia falecido dois meses antes da edição da obra. Ao longo de sua trajetória, Helena Kolody publicou mais de vinte obras e foi ganhadora de vários prêmios e homenagens, dentre eles, o de membro da Academia Paranaense de Letras, no ano de 1991. Fato descrito pela própria escritora: “Fui eleita para a Academia Paranaense de Letras aos 80 anos de idade e a segunda mulher a ser admitida no fechado círculo masculino. A primeira, Pompília Lopez dos Santos, foi quem me abriu as portas” (KOLODY, 1997, p. 91).

Diante de tais considerações, podemos afirmar que Mariana Coelho foi uma das precursoras, como figura feminina a se sobressair no campo literário paranaense, abrindo caminho para outras escritoras que vieram em seu encalço. Tal afirmação é evidenciada, pela obra ontológica, *Um século de Poesia*, publicada pelo Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC) em 1959. De acordo com Woellner (2007), esta produção, que corresponde a uma coletânea de 620 páginas, com obras completas de todas as poetisas e escritoras paranaense (42 no total) que se destacaram no cenário literário até a referida data de sua publicação, considera Marina Coelho como “reflexo da alma poética feminina do Paraná”, durante um século de vida literária no Estado. Apesar de ser destacada por suas poesias, sabemos que foi pela sua escrita ensaística, sobretudo aquela em defesa das mulheres, que ficou

⁷⁷ A escritora, que tem um longo repertório, escreveu ainda: *Literatura Infantil*, 1944, estudos; *Raquel Prado*, 1953; *Azevedo Macedo*, 1955 e *Georgina Mongruel*, 1971, biografias; *Páginas de Saudade*, 1955; e os romances *Afinidade*, 1949, 1951 (2 edições), *A Fila Triste*, (1951, 1956 e 1970, 3 edições) e *Caminhada – da Universidade de Itaipu*, 1975, memórias (ARAUJO; ORLANDO, 2017).

conhecida. Escrita esta que deixou marcas indeléveis nas páginas da história literária paranaense.

2.2 INSERÇÃO NO CAMPO LITERÁRIO PARANAENSE

Para compreendermos como se deu o ingresso de Mariana Coelho ao campo literário paranaense, torna-se fundamental recorrermos a alguns conceitos-chave bourdieusianos, a fim de tornar as análises aqui apresentadas mais claras. Com base em tais ideias, procuramos entender como este campo de interesse, a partir da última década do século XIX, adquiriu contornos mais definidos, de modo a condicionar as relações entre os agentes que compõem e coabitam este sistema e as relações que estabelecem com a sociedade mais ampla. Partimos, deste modo, da investigação da atuação da escritora Mariana em seu interior, tendo em vista os núcleos que se organizam em uma ampla teia de relações que incorpora desde o indivíduo até as instituições mais organizadas.

Apesar de todos os campos serem regidos por uma lógica universal, Bourdieu (2004a) esclarece que há especificidades entre eles. O campo literário, juntamente com o artístico e o intelectual faz parte do campo de produção cultural que, segundo o autor, corresponde a um mundo social absolutamente particular. Com base em tais subjetividades, comungamos da avaliação de Bega (2013), ao afirmar que, no final do século XIX, período em que Mariana Coelho passou a se inserir nesse universo, o campo literário paranaense estava em pleno movimento de definição, uma vez que, segundo a autora, seu processo de autonomização corria em vias de consolidação⁷⁸. Isso quer dizer, que o campo literário paranaense se encontrava em um processo de dependência e vínculo a fatores externos, como, por exemplo, a necessidade de um mercado editorial para fins estritamente econômicos, além da interdependência e necessidade de apoio dos campos político e intelectual⁷⁹. Ocupava, portanto, uma posição dominada no campo do poder.

⁷⁸ O processo de autonomia assume importância fundamental quando um campo ainda não se encontra completamente consolidado. Para Bourdieu (1996a), o grau de autonomia de um campo de produção cultural revela-se com base na relação de hierarquização interna e externa. Quanto maior for a sua hierarquia interna, maior será seu grau de autonomia e, com isso, sofrerá menos a ação dos fatores externos.

⁷⁹ Segundo Bega (2013), no Paraná, estes campos, definidos por interesses e lutas distintas, também não haviam firmado significativamente sua autonomia.

Na perspectiva bourdieusiana, o campo literário se configura como espaço de disputas internas entre posições desiguais, que se manifestam por meio das práticas estabelecidas pelos agentes que o compõe. Dentro dessa conjuntura, o campo literário paranaense se apresentava enquanto espaço de relações objetivas, que se manifestava por meio de regras e desafios específicos, em que seus agentes, situados em posições diferentes em seu interior – conforme já mencionado no capítulo anterior – encontravam-se dispostos entre dominados e dominantes. Entre os dominados estavam, particularmente, os recém-chegados ao campo, que, em meio a uma relação de força, selecionavam estratégias para conquistar uma melhor posição. Condição prescrita a Mariana Coelho quando passa a integrar este meio, “[...] permanecendo o fato de que essas relações de força que se impõem a todos os agentes que entram no campo [...] pesam com especial brutalidade sobre os novatos” (BOURDIEU, 2004a, p. 170). Nesse processo, uma das mais importantes questões, que estava em embate no jogo travado no interior do campo literário paranaense naquele momento, era a definição de seus limites e quais agentes estavam autorizados a participar desse jogo.

Com o intuito de se inserir no recente campo literário paranaense, Mariana Coelho passou a participar do jogo de forças existente em seu interior, compartilhando de um *habitus* tipicamente literário⁸⁰, por meio, em princípio, da subordinação de sua escrita e do direcionamento de suas ações com a finalidade de possibilitar o seu ingresso nas instituições e na tomada de posições caracterizadoras por este campo. Tal afirmação se relaciona à ideia de que:

A lei que rege a relação entre as estruturas objetivas do campo (em particular, a hierarquia objetiva dos graus de consagração) e as práticas por intermédio do *habitus* – princípio gerador de estratégias inconscientes ou parcialmente controladas tendentes a assegurar o ajustamento às estruturas de que é produto tal princípio – constitui apenas um caso particular da lei que define as relações entre as estruturas, *habitus* e a prática, e segundo a qual as aspirações sugestivas tendem a ajustar-se às oportunidades objetivas (BOURDIEU, 1987, p. 160).

Tendo em vista as aspirações e os interesses de Mariana Coelho, entendemos a importância de analisar as relações de força, as estratégias e as disposições que se estabeleceram dentro do campo literário no Paraná. Para tanto, inserimos a

⁸⁰ “A cada campo corresponde um *habitus* (sistema de disposições incorporadas) próprio do campo [...] Apenas os que tiverem incorporado o *habitus* próprio do campo estão em condições de disputar o jogo e de acreditar na importância dele” (LAHIRE, 2017, p. 65).

personagem num conjunto histórico mais amplo, mediado por relações e vivências estabelecidas com outros agentes e, particularmente, seus posicionamentos dentro desse espaço.

O processo modernizador pelo qual vinha passando a sociedade brasileira do final do século XIX e início do século XX estava pautado por um ideário liberal europeu, cujas ações de renovação foram delineadas, sobretudo, pelos modos de pensar da Belle Époque⁸¹ que, segundo Maia (2006), foram convertidos e apresentados à sociedade, sobretudo, na forma literária. Por esta via, a formação da cultura da Belle Époque no país foi marcada pela presença de escritores, jornalistas, artistas e intelectuais que passaram a defender a necessidade de uma ação reformadora, visando remodelar a estrutura social, política e cultural dos Estados.

De acordo com Sevcenko (1983), o resultado desse processo de modernização, vivenciado pela Belle Époque, foi a tentativa de tornar as principais capitais do país em centros cosmopolitas, alimentadas pela produção cultural e literária. O engajamento a tais ideias ficou a cargo dos homens de letras, como responsáveis por mudar o cenário político, econômico e social brasileiro. A fim de elevar o nível cultural e material da população, “[...] esses literatos postavam-se como os lumes, ‘os representantes dos novos ideais de acordo com o espírito da época’, a indicar o único caminho seguro para a sobrevivência e o futuro do país” (SEVCENKO, 1983, p. 82). Este movimento de mudança no cenário nacional, assinalado pela ampliação das atividades intelectuais e literárias e pelo alargamento do mercado editorial, estendeu seus efeitos para além da capital federal, ressonando em outros Estados do país, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais e Paraná.

No Paraná, segundo as interpretações de Maia (2006), vinte anos após o seu processo de emancipação, que ocorreu em 1853, começava a se estabelecer uma elite letrada no Estado. Foram estes homens, recém-formados nas letras, que, no final do século XIX e com o advento da República, assumiram o papel de condutores do pensamento europeu, enquanto agentes da modernidade e difusores das ideias de civilidade. Conforme Campos (2006, p. 25), havia, nesse período, uma intensa

⁸¹ A expressão francesa *Belle Époque*, que significa Bela Época, aparece no final da Primeira Grande Guerra, para nomear, de modo nostálgico, o alvorecer do século XX, período identificado entre a década de 1870 a 1914, percebido como um ciclo de estabilidade, de paz e de felicidade, em contraste com a dura experiência vivenciada durante os anos do sangrento conflito, que alterou o mapa da Europa. O uso da expressão tornou-se corrente por volta da década de 1950. Imaginava-se, com ela, inaugurar uma nova era no país, pautada no progresso e na civilização (GUIMARÃES, 2012).

discussão entre o grupo de dirigentes sobre a modernização do estado e da capital, que se expressava, sobretudo, num processo de transformação “[...] dos modos de pensar, de sentir e de ser dos indivíduos”.

Conforme argumenta Salturi (2007), no Estado, a ideia de modernidade começou a se desenvolver com as transformações que se deram em âmbito social e cultural no período que antecedeu a instauração da República, momento em que a Monarquia passou a ser compreendida, por muitos homens do recente círculo literário, como regime arcaico e ultrapassado, ao passo que o republicanismo passou a ser visto como sinônimo de progresso. Em meio a essa atmosfera de mudança promovida pelo processo de reorganização da sociedade, desenvolveu-se na elite letrada paranaense, sob a égide da difundida Belle Époque europeia, o movimento estético simbolista que iria, no Paraná, configurar a gênese do campo literário e embasar todo o processo de modernização do Estado.

De acordo com as análises de Bega (2013), foi no Rio de Janeiro que eclodiu o movimento simbolista, porém foi no Paraná que ele se ampliou e se estabeleceu, adquirindo características próprias. O Simbolismo paranaense acabou desenvolvendo uma postura ideológica contraditória ao movimento original europeu e ao vivenciado em outros Estados do país. O Simbolismo no Paraná, mais do que um movimento estético, desenvolveu um aspecto pluralista, firmando-se como movimento subjetivo que assumia uma atitude anticlerical ao estabelecer uma relação forte com o republicanismo e com o cientificismo, opondo-se à monarquia decadente e aos preceitos da Igreja Católica e seu vínculo com o Estado, considerado como um dos principais elementos de atraso da sociedade. Em contraponto a esta relação, utilizou-se do misticismo como expressão de religiosidade, configurando-se como profanador dos símbolos religiosos, além de expressar-se de modo subjetivo aos meandros dos mistérios, do inconsciente e do sobrenatural. São estas subjetividades do movimento no Paraná que aproximam e integram Mariana Coelho ao grupo dos simbolistas e não ao Simbolismo entendido como expressão estética e literária, marcada pela poesia cheia de sinestesia, aliteraões e musicalidade, que se expressava por meio de um misto de sentimentos decadentistas, sendo esse viés duramente criticado por ela.

Apesar de o Simbolismo no Paraná compor as bases de parte das atividades literária e cultural, representando uma possível porta de entrada para o então campo literário no Estado, Mariana Coelho se opunha veementemente às ideias de “arte pela

arte” expressas pelo movimento estético simbolista. Para ela, o Simbolismo não passava de um “insípido sistema literário” diante do qual, utilizando-se de um linguajar irônico, a escritora afirmava que sua “acanhada compreensão” não conseguia atingir perfeitamente “os verdadeiros méritos” dessa “escola decadente” (COELHO, 2002b, p. 35-37). Apesar das críticas levantadas, justificava que, ao considerar tal movimento literário como “escola decadente”, estava se referindo ao Decadismo – estilo artístico e filosófico formalmente próximo do Simbolismo – por representar: “[...] supposta escola litteraria contemporanea, que procurou desviar-se dos processos conhecidos da versificação e dos preceitos comuns da boa elocução [...]” (COELHO, 07/09/1908, p. 1).

Foi no Paraná que o Simbolismo teve seus principais representantes, além de se constituir, no Estado, como o primeiro grupo literário mais significativo. Segundo Bega (2013), seu apogeu se deu entre os anos de 1883 a 1905, porém sua ressonância se estendeu até a década de 1920. Há “[...] unanimidade no reconhecimento do Paraná como espaço onde o Simbolismo encontrou as condições necessárias para sua manifestação duradora e intensa” (BEGA, 2013, p. 155). Marcou, assim, os primeiros encargos para o nascimento de um campo de produção cultural bastante frutífero, com uma geração de letrados cujo seu principal meio de manifestação era a imprensa. Na avaliação de Maia (2006, p. 34-35):

Na última década do século XIX, a imprensa passa a ser o espaço essencial para informação e formação dos valores, comportamentos e gostos da sociedade paranaense, concentrada basicamente no território que vai de Curitiba ao litoral. É pelos jornais e revistas que a sociedade paranaense é orientada quanto aos acontecimentos políticos do país, aos cuidados sanitários, aos comportamentos éticos, quanto aos valores sociais, ideológicos e morais. E é em muitos jornais e revistas dessa época que tudo isso se agrega, como adereços, a outros textos mais substanciosos na vontade de elaboração estilística: os literários.

Em Curitiba, os periódicos tinham como principal objetivo, além de “[...] dirigir o gosto literário do público local, difundir a literatura local e definir uma identidade literária justamente pela ação direta sobre o público e sobre quem pretendesse apresentar-se como literato paranaense [...]” (MAIA, 2006, p. 35), orientados por alguns personagens como Dario Vellozo, Silveira Neto, Julio Pernetta, Rocha Pombo, Emiliano Pernetta, Euclides Bandeira e Romário Martins. A este respeito, argumenta

Vicente (2004) que a imprensa, para este grupo que se reunia, geralmente, em torno de alguns jornais ou revistas, firmou-se por um tipo de jornalismo militante. Tal atitude foi de fundamental importância para a divulgação das tendências simbolistas, “[...] pois era ali que eles revelavam a nova estética e irradiavam suas ideias, [...] geravam debates, criticavam as tendências naturalistas e parnasianas, faziam críticas sociais, além de publicarem textos literários e de ordem esotérica e maçônica” (VICENTE, 2004, p. 32). Cordioli (2009, p. 25) acrescenta que,

A versatilidade cultural foi tão grande que entre 1895 e 1910 que se editou mais de 50 periódicos tratando de literatura, arte, ciências, espiritualismo e idéias, excetuando-se os jornais de caráter informativo e os porta-vozes de entidades sociais, além dos publicados em outras praças, mas que também circulavam por aqui. Um número extraordinariamente superior aos períodos anteriores e posteriores – inclusive o atual. Alguns dados são extraordinários inclusive para a época: Das 29 revistas simbolistas publicadas no Brasil, [...] 16 (Dezesseis) eram sediadas em Curitiba (CORDIOLI, 2009, p. 25).

A literatura de cunho simbolista já era apreciada pelos letrados paranaenses desde a fundação das revistas, *O Cenáculo*⁸², em 1895, considerada como o “[...] principal veículo de difusão literária no Paraná da época e espaço importante de projeção do Simbolismo no Brasil [...]” (MAIA, 2006, p. 52) e *Club Curitybano*⁸³, em 1890, intimamente ligadas a esse movimento. No entanto, pontua Bega (2013) que a segunda, apesar de se manter como espaço de divulgação das publicações da intelectualidade local, sem definição de posições teórico-políticas, era o grupo dos simbolistas que detinha a posição dominante no espaço local.

Nesse âmbito de discussão, é importante salientar, conforme especifica Maia (2006), que a imprensa estava dividida em dois espaços de atuação: o primeiro correspondia aos diários (jornais de circulação diária), com um cunho mais informativo; já o segundo representava os periódicos (revistas e jornais de intervalos de circulação maiores), que tinham como objetivos temas relacionados à formação de

⁸² Dario Vellozo reunia em sua biblioteca particular um grupo de jovens leitores interessados em discutir obras de escritores consagrados. Posteriormente, este pequeno grupo criou uma associação nomeada de *Cenáculo*, responsáveis por diversas publicações periódicas e de livros, até que passassem à publicação de sua própria revista entre os anos de 1895 a 1897 (DENIPOTI, 1998).

⁸³ Periódico da associação Clube Curitibano que leva o mesmo nome. Porém, em consulta realizada nos exemplares dessa revista, observamos que, até a data de 15 de novembro de 1894, o periódico utilizava como denominação *Club Curitybano*, a partir desta data passou a utilizar o título de *Club Coritibano*. Desta forma, optamos em manter como padrão *Club Curitybano*.

opinião. Era neste segundo espaço, de acordo com o autor, que, normalmente, atuavam os escritores e ocorriam os debates intelectuais. Segundo Bega (2013), eram os homens de letras os grandes financiadores desses jornais e revistas. Os recursos financeiros assegurados por este grupo era uma forma de garantir a divulgação dos princípios por eles defendidos – neste caso o Simbolismo – tendo em vista a condução de um ideário e de forças políticas que disputavam o domínio e o controle do Estado. Ante esta divisão, o campo literário paranaense passou a ser desenhado pelas disputas e tensões que se manifestavam especialmente por meio da imprensa e se expressavam mediante suas particularidades.

Apesar dos sólidos vínculos que moldavam o modo de vida dos simbolistas que espalhou seus veios pela vida política, social e cultural paranaense, Mariana Coelho não deixava de expor sua verdadeira aversão a este movimento estético, chegando ao ponto de negar lançar qualquer juízo de valor em relação a este gênero literário, alegando “pouca simpatia para julgar esse sistema de art nouveau”⁸⁴, preferindo remeter-se ao silêncio (COELHO, 2002b, p. 67). Embora se negasse a opinar a respeito, a escritora optou em deixar recair suas críticas sobre os literatos que, de modo geral, eram os responsáveis por boa parte das publicações da escrita simbolista feita pelos jornais e revistas editados em Curitiba, os chamados, pejorativamente, nefelibatas. A própria escritora tratou de esclarecer a definição do termo, recorrendo ao dicionário do “douto filólogo Candido de Figueiredo”:

Nephelibata (fig.) literato excêntrico, que desconhece ou despeza os processos conhecidos e o bom senso litterario”. E em sentido próprio: “o que anda ou vive nas nuvens”. Nas nuvens ou na lua... são idênticas. E logo em seguida: Nephelibatice, f. opinião, acto ou dito, próprio de nephelibata (COELHO, 05/09/1908, p. 1).

A escritora considerava ser necessário esclarecer que não havia distinção clara entre Simbolismo e nefelibatismo, segundo ela, eram sinônimos. Como forma de legitimar sua atribuída equivalência, afirmava partilhar dessa mesma opinião muitos escritores e poetas de valor: “Vejam como definem os grandes mestres o Symbolismo: ‘escola ou processo litterario que prefere as formulas enigmaticas e abstrusas’” (COELHO, 07/09/1908, p. 1). Porém, de modo contrário a tais

⁸⁴ De acordo com a livre tradução, “arte decorativa”, que se expressou, em especial, por meio da arquitetura e arte decorativa, do final do século XIX.

representações, tecia comentários positivos sobre aqueles que conseguiam fugir, mesmo que levemente, do “colorido pincel nefelibata”. Como exemplo, citava a poesia Egloga de Euclides Bandeira que, para ela, tratava-se da “mais fiel à pura poesia”, porque, em seu entendimento, era a que apresentava a “ausência de tons nefelibatas” (COELHO, 2002b, p. 37). Além do referido autor, Mariana lançou seus comentários acerca da produção de outros escritores simbolistas, como Leoncio Correia, Silveira Netto e até, sobre o mais nefelibata de todos, Dario Vellozo. Ressaltava, “encarando pelo lado sentimental”, que suas preciosas obras, mais lisonjeiam o seu “paladar artístico”. Assim, de modo contrário às expressões literárias, “[...] mais ou menos impregnadas de cores nefelibatas [...]” (COELHO, 2002b, p. 37), a escritora preconizava:

Pondo de parte a aridez própria de todas as obras mais ou menos saturadas de nefelibatismo, aridez que se espelha pelas respectivas produções deixando cruelmente vazias a nossa alma ávida da verdadeira poesia e transforma as expressões sentimentais como que em expressões irônicas [...]” (COELHO, 2002b, p. 66).

Ou seja, enaltecia os “predicados essenciais às produções poéticas”, daquelas que havia sempre “mais arte do que coração” (COELHO, 2002b). Tendo isso em vista, outra obra elogiada por ela, por fugir da aridez literária do nefelibatismo, foi *Ruínas* de Romário Martins. Segundo a escritora,

Também não vemos no livrinho, pelo que o aplaudimos, rastros sequer desse extranho rumo litterario, cheio de escabrosidades e enigmas que muitos, novos, hypothecados ao domínio da forma extravagante, com a preocupação incessante da originalidade, que os fanatisa, traçaram em ares de triumpho, ha uma bôa dúzia d’annos – o nephelibatismo (COELHO, 07/09/1908, p. 1).

Diante de seu posicionamento, é difícil compreender como Mariana Coelho, tendo uma opinião tão opositiva com relação ao movimento simbolista, passou a atuar em seus espaços de debates e manifestação como a imprensa, bem como a estabelecer relações profissionais e até laços de amizade com alguns de seus representantes. Acreditamos ser possível inferir que, apesar das ideias divergentes, a escritora compreendia a importância de assegurar um vínculo amistoso de convivência com esses dirigentes, sobretudo por sua ligação com a imprensa e com o meio político. Ou seja, nesse momento, Mariana Coelho passou a estabelecer

vínculo com os agentes associados ao grupo dos simbolistas, por perceber a posição ocupada por eles dentro do campo literário, além de se mostrar mais simpática a alguns dos preceitos defendidos por eles, do que os defendidos pelos que se encontravam em oposição, o grupo ligado à Igreja Católica. A partir de Bourdieu (1987, p. 159), podemos sustentar que ela passou a

[...] detectar as propriedades de posições que uma dada categoria de agentes de produção ou de difusão cultural deriva do lugar que ocupa na estrutura deste campo e, por esta via, torna-se capaz de dar conta da significação e da função que as práticas e as obras devem à posição dos que produzem tais obras no campo das relações sociais de produção e circulação [...].

Assim, a força política e cultural crescente que determinadas esferas de produção ideológicas foram adquirindo, especialmente as vinculadas ao Simbolismo, que detinha o controle de boa parte dos periódicos que circulavam no capital na última década do século XIX, fez com que Mariana Coelho estabelecesse vinculação com esse grupo, em especial por compreender a intensa força para o ingresso nos meios literários e intelectuais que esta aproximação poderia proporcionar.

Os primeiros contatos se deram por meio da publicação que fez para duas das revistas que mais concentravam os simpatizantes do movimento. Na revista *O Cenáculo* publicou uma poesia dedicada à sua sobrinha Elvira Cruz, no ano de 1897, chamada *Inspiração*⁸⁵. Na revista *Club Curitybano*, a escritora publicou, no ano de 1894, várias poesias, *Fatalismo*, *No álbum de minha amiga*, *Protesto*, *Vacillante!* E no ano de 1895, publicou um texto dedicado a Julio Pernetta intitulado *Adelina*. Sendo estes os espaços de sociabilidade por excelência da elite letrada, a escritora passou a inserir-se, por meio de sua escrita sentimental não simbolista, no recente campo literário impregnado de nefelibatas.

Em relação ao desprezo demonstrado por ela em relação ao Simbolismo enquanto movimento literário, poderíamos ponderar que havia se dado devido ao fato de que, no período em que desfere suas críticas, as quais são publicadas sobretudo no ano de 1908, o movimento já se encontrava em processo de decadência. Contudo, desde que a escritora passou a se inserir no grupo dos simbolistas, publicando suas poesias – como exemplificado acima – já se mostrava amofinada com a estética

⁸⁵ Olhar a poesia completa em Anexo I (p. 343).

expressa pelo movimento e por seus divulgadores. Em um texto crítico escrito em 1900, em resposta a uma publicação feita por Julio Pernetta, Mariana já se referia ao literato como nefelibata. Assim, a escritora mostrava que, embora almejasse se integrar ao grupo da elite letrada paranaense, não se acanhava em defender sua opinião. O que não retira a possibilidade de ser esta uma estratégia de adesão, como Mariana almejava enveredar por gêneros com maior prestígio dentro do universo literário, pode ter percebido na sua escrita crítica uma forma de demonstrar que sabia manejar sua pena de modo firme e enérgico e não apenas sensível e passivo, como se esperava de uma mulher na época. Evidenciando um posicionamento vigoroso e com uma escrita ensaística, buscou uma aproximação com o grupo dos simbolistas, por compreender que eles correspondiam a

[...] homens engajados nas questões e debates do seu tempo, participando ativamente da construção do que acreditavam ser uma nova sociedade, através da sua incursão na educação, na política, no serviço público e, principalmente, no exercício da palavra pública, nos jornais e tribunas (SILVESTREIN, 2009, p.160).

Miceli (2001) avalia, com base nas circunstâncias da época, que a atuação desse grupo enquanto classe dirigente, cujos trunfos políticos podiam desfrutar, provinha da influência e da atuação exercida em instâncias de produção cultural, sobretudo jornais. A crescente importância que os homens de letras passaram a exercer na sociedade paranaense pode ser evidenciada nas comemorações do 4º. Centenário do Descobrimento do Brasil, que retratou a relevância do grupo, ao conduzir as festividades com o lançamento de várias obras e publicações em vários periódicos. Beltrami (2002, p. 81) afirma que o trabalho de contribuição para as celebrações da data nacional no Paraná pretendia ser, em grande parte, um balanço do cenário do estado daquele momento e de outrora, exaltando a importância que este viria a ter no contexto nacional, “[...] considerando todas as virtudes que a terra das araucárias oferecia”.

Com tal objetivo, maio de 1900 foi o mês das comemorações por parte do vívido grupo literário paranaense. Entre vários exemplos de homenagem ao descobrimento, estava o livro de Rocha Pombo, *O Paraná no Centenário*, que realizava uma análise

do cenário paranaense nos últimos anos do século XIX⁸⁶. Com sua obra, Rocha Pombo pretendia, conforme apura Beltrami (2002), ser um divulgador das coisas paranaenses ao mesmo tempo em que mantinha o espírito do homem de ação, cidadão que atuava na direção e transformação da sociedade.

A importância que as grandes figuras do cenário literário paranaense tinham enquanto homens de ação e porta vozes das transformações sociais, ressaltada pelo domínio dos simbolistas, pode ser observada na homenagem feita pela revista *O Sapo*⁸⁷, ao exibir alguns de seus principais representantes, sob a seguinte mensagem: “As letras fazem a gloria de um Paiz e, se honram quem as cultivam, não menos resplandecem sobre a pátria que é o seu berço” (*O SAPO*, 03/05/1900, p. 4-5).

Figura 3 – Autores paranaense 1900

⁸⁶ Como já abordado no capítulo anterior, Mariana Coelho foi a única mulher a ser referenciada no livro do autor.

⁸⁷ Periódico de cunho literário e humorístico, fundado em 1898 por Leocadio Correia, Leite Junior, Gabriel Ribeiro e Thales Saldanha.



Fonte: Autores Paranaenses (3 de maio de 1900, p. 3-4).

Os literatos e suas obras apresentados acima, da esquerda para a direita: Nestor Victor (*Signos*, 1897); Chichorro Junior (*O Deus social*, 1889); Romário Martins (*Avinas*, 1898); Lucio Pereira (*Contos Paranaenses*, 1896); Sebastião Paraná (*Chorographia do Paraná*, 1900); Emiliano Pernetta (*Músicas*); Silveira Netto (*Luar de Inferno*, 1900); Jayme Ballão (*Martyr*, 1897), Emilio de Menezes (*Marcha fúnebre*); Domingos Nascimento (*Revoadas*); Rocha Pombo (*A Religião do Bello*, 1883); J. Moraes (*Semprevivas*, 1874); Nestor de Castro (*Brindes*, 1899); Leoncio Correia (*Volatas*, 1887); Ricardo de Lemos (*Ventarolas*, 1898) e Julio Pernetta (*Bronzes*, 1897). Os autores apresentados pela revista tiveram uma parte no periódico dedicado a cada um deles. Nos escritos deste exemplar, destacava-se o domínio dos

simbolistas, apesar da revista deixar de fora, um de seus principais representantes, Dario Vellozo. Fato esclarecido por Beltrami (2002, p. 83):

[...] não inclui entre os homenageados Dario Vellozo, pois este era nascido no Rio de Janeiro. Ausência notável, não apenas por ter ele passado quase toda sua vida na capital paranaense, mas também por ser justamente a figura mais ativa da fecunda geração simbolista paranaense.

Foi em torno do ambiente criado por este círculo de indivíduos que se caracterizava não somente como movimento literário, mas, sobretudo, por ocuparem outros espaços sociais e culturais, que Mariana Coelho passou a se estabelecer, mesmo sem compactuar de todos os ideais defendidos pelo grupo dos simbolistas. Outro exemplo dessa oposição foi um episódio que ocorreu entre a escritora e o intelectual Julio Pernetta, retratado nas páginas de dois jornais da capital, *Diário da Tarde* e *O Commercio*.

É importante salientar, tendo tal debate em vista, conforme observa Bega (2013), que o ideário simbolista paranaense se arregimentava em torno da ampla defesa do livre-pensamento, do anticlericalismo e do anti-migrantismo. Ao mesmo tempo que seus defensores traziam elementos culturais e políticos para o campo de debate literário, acabavam demarcando este espaço com valores contrários aos princípios enunciados pelo Simbolismo, observados em outros Estados do país e da Europa. Demarcando e definindo, o campo literário, no estado do Paraná, com valores diferenciados.

No ano de 1900, conforme os apontamentos de Bega (2013), Julio Pernetta, o mais polêmico entre os participantes do grupo, publicou o livro intitulado *Pelas Tradições*. A obra, como o próprio nome denuncia, tratava-se de uma declaração em defesa das tradições nacionais que, segundo o autor, estariam ameaçadas pela imigração europeia e pela substituição dos costumes e da cultura por estrangeirismos. O autor defendia a união entre cultura branca e indígena, da qual resultaria no nascimento de uma raça distintamente brasileira. Não negava a colonização portuguesa, mas se contrapunha à destruição cultural realizada pelos jesuítas.

Bega (2013, p. 57) salienta que o início da conformação da geração simbolista ocorreu juntamente com ações resultantes do ingresso dos imigrantes europeus no Estado, os quais,

Ao invés de formar grandes contingentes de mão de obra assalariada como nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, constituirão núcleos rurais ao redor de Curitiba, sob a forma de propriedade privada de pequenos estabelecimentos produtores de alimentos: cereais, hortigranjeiros e incipientes criações de gado. Parte desses imigrantes fixarão residência nas cidades, em especial em Curitiba, constituindo-se num misto de pequenos e médios industriais, operários urbanos, e vão, gradativamente, ocupar espaços na economia urbana no comércio, no artesanato e nos serviços.

Nestes termos, o choque cultural foi inevitável, causando um elemento de estranheza e tensão entre imigrantes e nativos, o que fez com que nascessem novas formas de sociabilidade provenientes desta convivência mediada pelos conflitos, que também passou a ocorrer nos espaços mais sutis, como no campo cultural e político. Esta conjuntura, segundo Salturi (2007), deu suporte para o nascimento de várias manifestações culturais, dentre elas o Paranismo⁸⁸, que, segundo o autor, tratava-se de um movimento em que vários intelectuais defendiam a “[...] construção e divulgação de uma identidade para o Paraná, que exaltasse suas especificidades geográficas: suas riquezas naturais, seu território e sua população” (SALTURI, 2007, p. 83). É importante destacar, de acordo com o autor, que o termo Paranismo estaria associado a um modo de pensar e se relacionar com uma identidade tipicamente paranaense, ou seja, o paranista deveria estabelecer uma afeição sincera pelo estado do Paraná. Já o Movimento Paranista estaria relacionado à forma de colocar em prática e em ação essa forma de pensar, por meio de toda e qualquer manifestação de atividade digna, útil, notadamente demonstrada à coletividade paranaense. Assim, os debates em torno das questões ligadas à regionalidade paranaense, iniciados pela geração dos simbolistas, culminaram com o nascimento do Movimento Paranista que só atingiu o caráter de movimento em 1920.

No período em questão, a ideia de criação de uma identidade regional paranaense ainda não havia tomado forma de movimento quando Julio Pernetta

⁸⁸ O Movimento, que ficou conhecido como Paranista, na interpretação de Pereira (1996), contou com a adesão de literatos, artistas e intelectuais e teve como papel central a construção de uma identidade regional para o Estado. Pautando-se nas ideias de progresso e do cientificismo, foi encabeçado, sobretudo, por defensores do republicanismo, do positivismo e do anticlericalismo e teve como um dos seus principais representantes o integrante da geração simbolista Romário Martins. Apesar de ser criada em 1932 a União Paranista, o movimento começou a perder força e sua derrocada foi marcada pelo Movimento Modernista que estava em pleno fervilhar nos círculos culturais (SALTURI, 2007).

publicou seu livro. Tal obra, que trazia em seu bojo a égide do estrangeirismo enquanto ameaça às tradições, encontrou em Mariana Coelho – por ser declaradamente defensora do progresso e da união entre as raças, característica, possivelmente, advinda de sua simpatia aos ideais libertários adquiridos quando ainda vivia em Portugal – uma apreciadora avaliativa de seu trabalho. A escritora, em resposta a seu livro, publicou um texto, no formato de resenha para o jornal *Diário da Tarde*, com o mesmo título do livro do autor, *Pelas Tradições*, editado naquele mesmo ano. Com base nas crenças da descaracterização nacional atribuída ao imigrante, Mariana Coelho que se encontrava em uma posição duplamente desfavorável a seu posicionamento dentro do campo literário, a de ser mulher e imigrante, não se intimidou, a crítica desferida pela escritora dava-se, sobremaneira, em relação à ideia de patriotismo e progresso defendida pelo autor. E, opondo-se de modo veemente à opinião do literato, advogou em seu favor.

[...] Attento o entusiasmo que nos empolga por tudo quanto é grande e nobre, acontece muitas vezes o ficarmos apanhados na rede subtil de palpável contradicção.

Julio Pernetta legitima esta minha asserção quando diz: “O progresso, n’um desesperado afan cosmopolita de aproximar os povos, (oh! Que sonho ideal!) n’um bello, porem nebuloso sonho de confraternização, etc.” Eis, em poucas palavras, a prova evidentissima da nítida comphehensão com que observa a fascinante e gloriosa marcha do progresso. Temos, portanto, no caso vertente de optar, precisamente, por um d’estes nobres ideaes: ou patriotismo ou civilização.

Creio que pessoa alguma de claro entendimento hesitara em optar pelo segundo (COELHO, 17/10/1900, p. 1).

Percebemos, no debate, um desacordo de Mariana em relação às ideias defendidas pelo intelectual, sobretudo pela exaltação que Julio Pernetta faz em relação às tradições como um caminho possível para formação da nacionalidade de um povo. Segundo os apontamentos de Silvestrin (2009), Mariana Coelho, defensora do amor universal, do altruísmo, dos ideais humanistas e do progresso da sociedade como um todo, decorrentes de seu espírito anarquista, sensibilizava-se diante dos atos de piedade, do sacrifício em prol do outro e das demonstrações do amor universalista, não encontrando sentido na defesa de que as particularidades de um povo seriam superiores à grandeza da civilização universal. A escritora afirma que também era a favor das tradições.

Sou também pelas tradições: estou ao lado de Julio Pernetta sempre que exalta a arrebatadora poesia e que ellas nos trazem a enriquecer e a aformosear a historia, e a formar, em summa, a nacionalidade de um povo.

Mas em um paiz onde inevitável e infalivelmente afluem representantes de nacionalidades diversas, tem de dar-se, fatalmente, essa diversidade e aglomeração de costumes, que muitos reprovam – e que eu, pelo contrário, acho até uma das principais belezas sociaes do Brazil – onde este bello cosmopolitismo campeia e se impõe mais attrahentemente á admiração dos povos, que em parte alguma do globo. E isto a torna superior, em sympathia, ás outras nações, com as quaes, n'este sentido, se não pode comparar (COELHO, 17/10/1900, p. 1).

Como forma de evitar qualquer tipo de inimizade com o literato, tratou logo de afirmar que sua opinião derivava simplesmente de sua consciência. Além disso, em um tom aparentemente irônico agradeceu o intelectual por suas produções, que sempre acabam por agradá-la. “Acceite Julio Pernetta o meu sincero reconhecimento pela gentileza de sempre me mimosear com suas apreciadíssimas produções – o que sobremaneira me lisongeia” (COELHO, 17/10/1900, p. 1).

Contudo, o posicionamento de Mariana Coelho, que condenava a ligação entre imigração e ameaça à cultura nacional, defendida pelo literato, acabou gerando um debate acalorado, porém amistoso, nas páginas dos jornais da capital paranaense. Julio Pernetta respondeu às críticas, feitas pela escritora portuguesa, em um extenso texto dividido em três partes, publicado pelo jornal *O Commercio*. O escritor se defendeu afirmando:

[...] minha illustre colega, eu não peço tanga para os meus patricios, e, sim unicamente que os chamem á civilização por meio de uma catechese civil, criteriosa e mais humana que aquella adoptada nos misérrimos tempos coloniaes. Lamento, minha dellicadissima colega, que os primeiros colonizadores que aportaram terras brazis, esquecidos de sua alta missão civilizadora, tivessem reduzido á escravidão e á miséria aquella raça indígena valorosa e altiva; lamento que elles, que nos vinham trazer a civilização se tivessem transformado n'uma ligião de barbaros, mais ferozes e muito mais selvagens, que os selvagens que traziam por missão civilizar.

[...] é revivendo as tradições que recebemos de nossos pais, e transmitindo-as aos nossos filhos, para que elles possam conhecer o passado de sua Patria, que lhes prepararemos o character e o coração, acendendo no seu espirito o fogo sagrado dos sentimentos cívicos, apontando-lhes os sábios exemplos de liberdade e hostilidade que os nossos antepassados indígenas, nos legaram, meigos e forte, escravizados, porem nunca vencidos (PERNETTA, 24/10/1900, p. 1).

Sob o mesmo espírito de defesa dos costumes e da cultura nacional se inscreviam outros homens de letras. No ano de 1892 – também ano de chegada de Mariana Coelho ao Brasil –, Dario Vellozo demonstrava a preocupação das elites letradas em relação à entrada dos imigrantes no país, acusando que eles poderiam causar a vulgarização “do tipo verdadeiramente nacional”. Em um texto escrito para a revista *Club Curitybano*, intitulado *Do futuro do Brazil*, o literato, em tom de denúncia, esclarecia que o país,

[...] sentirá o derrocar do monumento de seus labores, - porque o solo amesquinhar-se-ha sob os milhões de concorrentes!
E a raça nacional desaparecerá, - porque esses mesmos cucorrentes, em limitadissimo numero de annos, seja pelo cruzamento estabelecido para com os nacionaes, seja pela superioridade numerica, farão predominar o typo de sua raça, conquanto mais decadente, - menos apto á soberania dos povos e da nova pátria! (VELLOZO, 15/04/1892, p. 3).

Embora a maioria dos literatos ligados ao grupo dos simbolistas se posicionasse como anti-imigrantistas, Mariana Coelho não estava sozinha em sua defesa. O amigo Rocha Pombo que, segundo Bega (2013) esteve próximo de toda geração simbolista que o sucedeu, porém sem produzir qualquer obra sob a orientação do movimento, considerava a imigração como sinônimo de progresso e civilização. Gilson Queluz (1994, p. 77-78) compreendia que Rocha Pombo, um “[...] autor já conceituado no rarefeito meio intelectual paranaense, exercia um papel importante no desenvolvimento do simbolismo, sendo uma espécie de referência para esta geração” de literatos simbolistas. Assim como a maioria dos simbolistas, de acordo com Campos (2006), Rocha Pombo defendia uma sociedade livre e republicana, entretanto, de modo diferente de seus pares, via a vinda de migrantes europeus, que supririam a mão de obra escrava, de forma positiva, porque seriam eles que auxiliariam na modernização e no avanço do Estado.

Diante deste contexto, podemos dizer que o grupo dos simbolistas paranaenses não correspondia a um grupo homogêneo; apesar das visões de mundo similares, nem todos compartilhavam das mesmas ideias e crenças. Vale ressaltar que a atuação e manifestações expressas pelos literatos, sobretudo por meio da imprensa, permite-nos agrupar, apesar de suas especificidades, esses agentes em um grupo específico, o dos simbolistas, em especial por compartilharem de práticas e

discursos que, de modo geral, os caracterizam como tal. Sobre isto, Marach (2007, p. 27) corrobora ao afirmar que “[...] qualquer grupo pressupõe heterogeneidade de discursos e crenças entre seus integrantes e, portanto, designá-los enquanto uma coletividade é, sobremaneira, opção do historiador”.

É possível afirmar que Mariana não estava sozinha ao discordar de alguns dos princípios defendidos pelo movimento. Todavia, apesar de sua postura forte e marcante, a escritora percebeu que não seria vantajoso criar animosidades com nenhum dos integrantes da elite letrada paranaense. Com o objetivo de pôr fim à discussão com Julio Pernetta, escreveu em outro texto publicado no mesmo jornal, sob o mesmo título:

Surpreendeu-me a carta de V. Ex. publicada no *illustrado Commercio*, attendendo a que o meu artigo publicado no *Diario da Tarde* sobre o seu opúsculo *Pelas Tradições*, era uma apreciação critica devida á gentil oferta d’esse seu aprediado livrinho, e não uma provocação.

O meu presado colega de certo acha justa esta surpresa, e acceitará, portanto, a minha resposta como ponto final á nossa amigavel discussão (COELHO, 16/11/1900, p. 1).

Entretanto Julio Pernetta se recusou a encerrar o debate, alegando que:

Por mais que a minha respeitavel collega, deseje fazer ponto final n’esta nossa amigável *discussão*, eu me julgo tão feliz que não posso concordar em satisfazer esse desejo, pois que me privaria impiedosamente de uma bella palestra litteraria, tão cheia de sonhos e de vibração cor de rosa (PERNETTA, 21/11/1900, p. 1).

Conforme relata o escritor supracitado, publicou outros dois textos no mesmo jornal, debatendo os argumentos expostos por Mariana Coelho. Apesar das provocações, a autora não se manifestou sobre o assunto. Deste modo, tais diferenças e incompatibilidade, com o tempo, foram se diluindo e se desfazendo, sendo substituídas, posteriormente, por relações de trabalho, de admiração, de apreço e de amizade.

O grupo formado pela elite letrada paranaense, conforme assinala Bega (2013, p. 154), mais do que grupo, representava verdadeira confraria, “[...] nas quais a admiração mútua extravasava os limites da literatura, tornando-se irmandades”. O movimento simbolista, acrescenta Vicente (2004), ao mesmo tempo que manifestava

seus ideais publicamente por meio da circulação de jornais e revistas, conduzia reuniões fechadas por ordens e grupos secretos, frequentados somente por membros devidamente iniciados, como a maçonaria e o Instituto Neo-Pitagórico. Ao que tudo indica, essa característica espiritualista e esotérica, aliada ao Simbolismo no Paraná, correspondia a uma característica peculiar do movimento que aflorou no estado e que, segundo Silvestrin (2009), chegou a Curitiba por meio da vertente belga do movimento, conhecida por sua afeição pelo ocultismo. Segundo a autora, foi o modo particular que os homens de letras brasileiros tinham de aproximar ideias e teorias tão divergentes que permitiu aos literatos no Paraná se apropriarem de perspectivas em princípio tão excludentes. Essas correntes esotéricas, de modo geral, tinham como fundamento,

[...] o questionamento da separação entre arte e ciência como meio de conhecer a realidade, abrindo pressupostos para um olhar que engloba antes de excluir, que une antes de separar, que procura aparar as arestas tentando perceber o que há de fundamental e comum entre as diferentes formas de pensar o mundo, justamente porque entende todas elas como parte diversa de um mesmo universo (SILVESTRIN, 2009, p. 160).

No entendimento de Bega (2013), a construção do Simbolismo paranaense ocorreu de forma singular e específica, com mesclas de positivismo, de ocultismo, de cientificismo, de decadentismo e de helenismo, elementos responsáveis por lançar as bases da identidade do movimento no Estado. Foram tais as peculiaridades do movimento que aproximaram Mariana Coelho dos ideais difundidos pelo Simbolismo. Compartilhando e defendendo os mesmos ideais e compreendendo a influência que a cúpula destes grupos exercia na sociedade paranaense, Mariana Coelho, como estratégia aplicada ao mundo social, associou-se a uma das instituições que mais congregava a elite letrada naquele período, a maçonaria. Ela, juntamente com outras mulheres⁸⁹ instituíram uma loja maçônica feminina de adoção chamada Filhas da Acácia. Segundo o documento de sua criação, a loja foi fundada no dia 15 de dezembro de 1901⁹⁰:

⁸⁹ Ascânia Cordeiro de Simas, Leopoldina Stresser Schleder, Augusta Stresser Schleder, Luiza Stresser Schleder, Maria José Correia (Baronesa do Cerro Azul), Edelvira Rocha Velloso, Josephina Pereira Rocha, Maria Graitz, Zoraide Guimarães e Madame Bodini (esposa de José Bodini) (MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE, 2018).

⁹⁰ Os três pontos utilizados nas abreviações, na citação abaixo, foram mantidos conforme descritos no documento original.

As LLuz.'. abaixo firmadas, vem pela presente pranch.'. , garantir a excellente reputação e honorabilidade das Sras. que compõe o quadro anexo da Loj.'. de Adopção Filhas da Acacia, que foi fundada no nos.'. Aug.'. Templ.'. e sob vossos AAusp.'. . Outro sim afirmamos que as mesmas Sras. foram devidamente iniciadas no grau 3º grau do Rito de adopção em data de hontem. Secret.'. em 16 de Dezembro de 1901 E.'. V.'. (MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE, 2018)⁹¹.

De acordo com Trindade (1996), a maçonaria representou um elemento significativo na sociedade curitibana, em especial entre os integrantes do recente campo cultural. “Desde o final do século XIX, inúmeras lojas maçônicas ocupam espaços na cidade [...]” (TRINDADE, 1996, p. 107). No entanto, as lojas maçônicas femininas, para funcionarem e serem reconhecidas, deveriam estar ligadas a uma loja masculina, que deveria adotá-las, por isso o termo “Loja de adoção”. A Filhas da Acácia, no caso, estava associada à Loja Acácia Paranaense. Revela Trindade (1996) que as lojas femininas poderiam exercer práticas de beneficência, consideradas compatíveis com o sexo de suas participantes, sendo impedidas de acompanhar sessões magnas e de ritos diferentes.

Os laços que Mariana Coelho estabeleceu com a maçonaria se deram, em princípio, por meio de sua família. A rede de relações que Mariana formou em Curitiba, em especial com o grupo dos simbolistas ligados à ordem maçônica, foi herdada, sobretudo, de seu tio José Natividade Teixeira de Meireles e de seu irmão mais velho, Thomaz Alberto Teixeira Coelho, que já vivia no Brasil há 21 anos. De acordo com Ribeiro (2015a), o tio José Natividade Teixeira de Meireles fez parte da Benemérita Loja Perseverança em Paranaguá e foi fundador da Loja Estrela de Antonina. Seu irmão mais velho, Thomaz Alberto Teixeira Coelho, foi membro da mesma loja maçônica, frequentada por seu tio, em Paranaguá. Sobre isto, Bourdieu (1987, p. 167) esclarece que a posição ocupada por um agente dentro de um campo, bem como “[...] a maneira de ocupá-la depende de toda a trajetória conducente à posição, ou seja, depende da posição inicial, a da família de origem [...]”.

⁹¹ A diretoria ficou constituída da seguinte forma: como Venerável, Josefina Pereira Rocha; como Primeira Vigilante, Madame Francisco Simas; como Segunda Vigilante, Augusta Schleder; como oradora, Marianna Coelho; como Secretária, Leopoldina Stresser Schleder; como Tesoureira, Madama Robini; Secção de Beneficência, Baroneza do Serro Azul, como Guarda da Torre, Maria Graitz; como Mestre de Cerimônias, Zoraide Guimarães e para o cargo de instrutor foi designado o irmão Anibal Pires (MUSEU MACÔNICO PARANAENSE, 2018).

De acordo com Britto (2011), a loja Filhas da Acácia foi resultado do movimento de transição do Império para a República, marcada como um período sangrento da história do Paraná, tendo a Revolta da Armada⁹² e a Revolução Federalista⁹³ como contexto, gerando a aproximação entre a Baronesa do Serro Azul e Leopoldina Stresser Schleder, que tiveram seus maridos assassinados durante o confronto; Mariana Coelho viu seu irmão mais velho, Thomaz Alberto Teixeira Coelho, sofrer as consequências dos embates dessa guerra civil, sendo denunciado e perseguido por sua participação na revolução.

Conforme Ribeiro (2015a), Thomaz Coelho – como era conhecido – aderiu como integrante e financiador das forças revolucionárias resultantes da Revolta da Armada e da Revolução Federalista, sendo nomeado capitão do Comando Superior da Guarda Nacional da Capital de Santa Catarina no ano de 1893 – um ano após a chegada de Mariana Coelho ao Brasil e ano em que passou a atuar na imprensa curitibana. Devido aos desdobramentos lancinantes dos embates, o Capitão Thomaz decidiu ir para Curitiba, acreditando que, estando próximo do tio Teixeira de Meireles – devido à sua influência – e de membros da maçonaria, teria mais proteção e força política. Solicita transferência para a Guarda Nacional do Paraná, conforme evidencia a imprensa catarinense: “Thomaz Alberto Coelho, capitão ajudante de ordens do comandante em Chefe da Guarda Nacional, tendo de residir na capital do Paraná, pede sua transferência para um dos corpos da Capital [...]” (PARTE OFFICIAL, 24/01/1894, p. 1). A ida do Capitão é retratada com pesar pela imprensa de Santa Catarina:

Seguirá brevemente para o vizinho Estado do Paraná, com sua exma. família, o nosso amigo capitão Thomaz Teixeira Coelho. Sentindo já as saudades que nos despertará, por certo, a ausencia de tão presado

⁹² Foi um movimento de rebelião promovido por unidades da Marinha Imperial Brasileira contra os governos da recém instaurada República do Brasil, após o golpe de 1889. A Revolta da Armada contou com a participação de muitos monarquistas, desenvolvendo-se em dois momentos; uma no governo de Deodoro da Fonseca e outra no governo que se seguiu, de Floriano Peixoto. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/REVOLTA%20DA%20ARMADA.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

⁹³ A Revolução Federalista foi uma guerra civil que atingiu os três Estados no Sul do Brasil e ocorreu logo após a Proclamação da República. Instada pela crise política gerada pelos *federalistas*, grupo opositor que pretendia libertar o Rio Grande do Sul do governo de Júlio de Castilhos, então governador do Estado, e também conquistar uma maior autonomia e descentralizar o poder da então recém proclamada República. Empenharam-se em disputas sangrentas que acabaram por desencadear a luta armada, que durou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895 e foi vencida pelos seguidores de Júlio de Castilhos. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20FEDERALISTA.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

amigo, consola-nos, entretanto, a certeza de que lá teremos sempre firme o nosso Thomaz Coelho (NOTÍCIAS DIVERSAS, 27/01/1894, p. 3).

No entanto, os embates se mostraram mais intensos e violentos do que se esperava, culminando, em maio de 1894, com o assassinato do Barão do Serro Azul⁹⁴ que, segundo Ribeiro (2015a), também era maçom e tinha uma relação próxima com Teixeira de Meireles. No ano seguinte, Thomaz Coelho foi denunciado, conforme relata Ribeiro (2015a), por sua atuação no movimento. Os jornais, A República de Santa Catarina e A Federação do Rio Grande do Sul apresentaram a “[...] denúncia contra os responsáveis pela revolta [...]”, bem como pelas “[...] posições que tomaram, revelando n’ellas intervenção directa [...]” (SANTA CATARINA, 29/03/1895, p. 1), nos embates, o que ficou caracterizado como crime. Devido a seriedade de tal acusação, que resultou na prisão preventiva dos acusados, Thomaz, com o auxílio do tio, foge com sua família para o Rio de Janeiro, refugiando-se na Ilha de Paquetá, onde, de acordo com Ribeiro (2015a, p. 130), “[...] foi acolhido por membros da maçonaria, até que a situação se abrandasse”.

Em julho do mesmo ano, Thomaz Coelho foi inocentado do crime, conforme evidenciado pelo periódico Gazeta da Tarde do Rio de Janeiro que, além de decretar a inocência dos acusados, revelava os abusos realizados contra os considerados opositores. De acordo com o jornal, estava evidente “[...] a extensão moral e criminal desse processo indecente e monstruoso cujo fim foi perseguir, prender e humilhar todos aqueles que condenavam as atrocidades, horrores praticados [...]” (SANTA CATHARINA, 13/07/1895, p. 1). Apesar da decretada inocência de Thomaz Coelho, o capitão continuou a residir no Rio de Janeiro e, segundo Ribeiro (2015a, p. 131), em 1898, por meio de Decreto, foi condecorado com “[...] a patente de Capitão da Guarda Nacional, da 3ª. Companhia do 9º. Batalhão da 3ª. Brigada de Infantaria da Comarca de Joinville, Santa Catarina [...]”. Estabelecido na capital federal, passou a se dedicar à atividade comercial, sobretudo na comercialização de vinhos.

⁹⁴ Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul (1849-1894), foi um grande comerciante e político paranaense, que ficou conhecido por causar uma verdadeira revolução na produção de erva-mate, o que lhe rendeu a reputação de maior produtor e exportador da erva no mundo. Durante a Revolução Federalista, juntamente outras cinco figuras proeminentes de Curitiba, foram assassinados, por ordem do general Éwerton de Quadros, sem qualquer processo ou acusação legal (VARGAS, 2009).

O irmão mais novo de Mariana Coelho estabeleceu laços com a maçonaria – como o restante da família – assim que chegou ao país. Carlos Alberto Teixeira Coelho – com quem ela nutria uma forte ligação afetiva e de cumplicidade, além do intenso e intercâmbio literário e intelectual, revelado pelas cartas que a escritora escreveu para Bertha Lutz – ao chegar ao Paraná, estabeleceu-se na cidade de Ponta Grossa, onde, segundo Diniz (2015), foi funcionário da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e farmacêutico. Conforme destaca o autor:

Esse português chegou a Ponta Grossa em 1893, passando a ocupar a mesma casa onde, quatro anos antes, funcionava a farmácia “Campos”. [...]. Convidado a vir para Ponta Grossa, que, desde a saída de Alfredo Marques de Campos, deixara de contar com a presença do farmacêutico diplomado, instalou-se no pequeno prédio sito nas proximidades da Igreja Matriz de Sant’ana. Tempos depois, mudou-se para a Rua Santos Dumont, esquina com a Dr. Collares e, em seguida, para a Rua Sete de Setembro, no local onde existiu o cine “Recreio Pontagrossense”. Homem de espírito aberto e de coração imenso, no que era acompanhado pela mulher Júlia, logo conquistou a simpatia dos mais humildes, que passaram a chamar, carinhosamente, de “Seu Coêio da Farmácia” (DINIZ, 2015, p. 203).

Apesar do reconhecido exercício da profissão, foi como poeta, professor, jornalista, escritor, sobretudo por sua atuação junto à maçonaria que se destacou. De acordo com Bueno (2010), Carlos Alberto Teixeira Coelho possuía uma profunda erudição, era fluente nas línguas francesa, inglesa, grega e latina. Sua atuação literária e intelectual em Ponta Grossa foi bastante intensa; em 1902, integrando a Loja Amor e Caridade, assumiu a direção da escola Externato Luz Essenia, criada pela mesma agremiação. No documento de fundação da instituição educativa, Carlos Alberto Teixeira Coelho, no papel de diretor, enviou uma carta a outras lojas maçônicas do estado comunicando tal acontecimento:

Em 1901, a Loja Amor e Caridade 2ª nº 0.582, funda uma Escola primária e secundária, chamada Externato “Luz Essenia”, tendo como Diretor Teixeira Coelho e envia esta correspondência as Lojas do Estado. [...] A Loja Maçônica “AMOR E CARIDADE” d'esta cidade, acaba de fundar um curso de instrução primaria e secundaria, com o titulo supra, que vae ser aberto no dia 20 de Fevereiro do proximo anno (MUSEU MAÇONICO PARANAENSE, 2019).

Em 1905, assume a direção e a redação, ao lado de Aldo Silva, do periódico quinzenal Luz Essenia, pertencente à mesma instituição maçônica (PONTES;

GADINI, 2005). Além de sua atuação junto a maçonaria, Teixeira Coelho participou como jornalista no periódico *Diário dos Campos*. Sobre isso, Pontes e Gadini (2005, p. 7) descrevem que o referido jornal nasceu “[...] sob a pena do jornalista Teixeira Coelho, que se configurou numa das personalidades da imprensa no início do século”. De acordo com os autores, com a instalação da oficina gráfica de Albino Silva⁹⁵, seguido por seu filho Aldo da Silva, vários outros jornais, todos de existência efêmera e sob diversas orientações, foram criados em Ponta Grossa na primeira década do século, dentre eles estava outro jornal fundado por Teixeira Coelho em 1903, *O Jubileu Operário*, de cunho anarquista. Em 1908, ajudou a fundar o periódico *O Escarpello*, outro jornal de caráter anarquista e anticlerical, vinculado ao Centro Livre Pensador⁹⁶, onde também atuou como vice-presidente. *O Escarpello* contava, em especial, com artigos que, de modo geral, conforme esclarece Bueno (2010, p. 36-37), “[...] versavam principalmente sobre críticas a crenças religiosas, usando o recurso da sátira para afirmar os valores do livre-pensamento: a razão, o direito e a ciência”, escritos pelo próprio Teixeira Coelho e por um importante e conhecido grupo de anarquistas e anticlericais do período, como Antonio Gomes, Hugo dos Reis e Gigi Damiani⁹⁷. No ano de 1908, depois de uma reformulação, o jornal *O Progresso* passou a contar com a figura de Teixeira Coelho e Virgolino Brasil como redatores. Em 1909, o irmão de Mariana Coelho assumiu ainda a direção do jornal *Anticlerical*, periódico de circulação quinzenal – ligado à maçonaria e ao Centro Anticlerical de Ponta Grossa – que se dedicava, sobretudo, assim como *O Escarpello*, a fazer críticas ao clericalismo (BUENO, 2010)⁹⁸.

Além da participação intensa de Teixeira Coelho na imprensa, sua atuação se deu por meio da escrita de livros. Nesse âmbito literário, mostrou-se um escritor bastante diversificado, conforme evidencia Diniz (2015), produziu as seguintes obras: *Lira Antiga*, livro de poesias; *Bardo Moderno*, versos; *O Fluído do Juca*, conferências cívicas e literárias; *Fonologia e Ortografia da Língua Portuguesa e Estilística*, obras

⁹⁵ Albino da Silva foi integrante da Comissão responsável pela elaboração da Carta Constitucional Republicana em 1892 (DINIZ, 2015).

⁹⁶ O Centro era composto por um grupo formado de intelectuais do início do século com o ideal do livre-pensamento e de concepções racionalistas (PONTES; GADINI, 2005).

⁹⁷ Gigi Damiani (1876-1953) foi um anarquista italiano, que passou pela Colônia Cecília, em Palmeira, escreveu para jornais em Curitiba e São Paulo, e foi expulso do Brasil em 1919 (PONTES; GADINI, 2005).

⁹⁸ Teixeira Coelho ainda colaborou para os seguintes jornais: *O Sapo*, *A Bomba*, *Revista do Povo*, *Anthos*, *A Escola*, *Gazeta do Povo* e *O Dia*, todos de Curitiba e para *O Pigmeu*, *O Commercio*, *Folha Rosea*, em Ponta Grossa (DINIZ, 2015).

que não chegaram a ser publicadas. Dentre as editadas estava, *O Bombeiro Voluntário*, poema; a peça teatral *O Paraná e a Catarina*, 1904 e *A Crítica Paraná Mental*, 1908, livro que escreveu em defesa da irmã Mariana Coelho.

Os irmãos de Mariana Coelho também tiveram filhos que se destacaram no meio público e intelectual. O irmão mais velho Thomaz Coelho casou-se com Rosinha Louzada Coelho e juntos tiveram doze filhos. De acordo com Ribeiro (2015a), o filho do casal que mais se avultou no cenário público foi Thomaz Alberto Teixeira Coelho Filho, que foi professor catedrático de Geologia e Paleontologia, chefe do Departamento de História Natural, no ano de 1946, presidente da Comissão de Ensino da Congregação da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro e, no ano de 1950, diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da mesma instituição, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Devido a sua formação como engenheiro agrônomo, Thomaz Coelho Filho, exerceu ainda as seguintes funções:

[...] a) Consultor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura (1933), tendo atuado, a convite do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio [...]; b) Lente da 11^a. Cadeira da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, do Ministério da Agricultura (1935); c) Diretor da Escola Técnica Secundária de Santa Cruz, Rio de Janeiro; d) Conselheiro do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura (1949) (RIBEIRO, 2015a, p. 54).

Além desses cargos acadêmicos, Thomaz Coelho Filho transitou pelo campo político, sendo membro e presidente do Partido Democrático Cristão (PDC) e integrante da Liga Eleitoral Católica (LEC); concorreu a Deputado Federal no ano de 1950, porém não foi eleito (RIBEIRO, 2015a).

O irmão mais novo de Mariana Coelho, Teixeira Coelho, que já veio casado de Portugal com Júlia da Conceição Monteiro, também teve doze filhos. O segundo filho do casal, Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior, tornou-se uma figura conhecida e respeitada entre a comunidade letrada paranaense; foi o segundo a ocupar a 29^a cadeira na Academia de Paranaense de Letras. Coelho Junior, como ficou conhecido, seguiu os passos do pai e da tia que, segundo informações da própria Academia de Letras, foi iniciado nas primeiras letras por Mariana Coelho.

Dois meses depois da chegada do filólogo Carlos Alberto Teixeira Coelho ao Brasil, vindo do Porto, nasceu em Curitiba, em 2 de

novembro de 1894, Coelho Júnior, no Alto do São Francisco, no solar do tio-avô, o comerciante José Natividade Teixeira de Meireles. Foi iniciado nas primeiras letras por sua tia, Mariana Coelho, que com eles também viera, pioneira da emancipação feminina, autora de um livro premiado pela Academia Brasileira de Letras, *Paraná Mental* (ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS, 2019).

Com base nas orientações de Bourdieu (2007, p. 76), consideramos que, devido ao capital cultural que recebeu no seio familiar, Coelho Junior pode aplicá-lo em seu campo de atuação.

O capital cultural objetivado está diretamente ligado ao capital cultural incorporado e, conseqüentemente, necessita de uma participação familiar considerável, ou fundamental. Sabe-se, portanto, que a acumulação do capital cultural [...] começa desde a origem, sem atraso, sem perda de tempo, pelos membros das famílias dotadas de um forte capital cultural; nesse caso, o tempo de acumulação engloba a totalidade do tempo de socialização.

Além da educação que recebeu da família, Coelho Filho foi aluno do professor, historiador, matemático e ex-oficial do exército argentino João Becker, um dos fundadores do Instituto Dr. João Cândido, na cidade de Ponta Grossa. Em 1910, com o regresso definitivo da família para Curitiba, Coelho Filho ingressou no Curso de Engenharia no Mackenzie College, em São Paulo. Mais tarde, após estabelecer um vínculo de proximidade com o jornalista Lopes Trovão, com o escritor Lima Barreto e com os primos – filhos do irmão mais velho de Mariana Coelho, Thomaz Coelho – já estabelecidos na ilha de Paquetá no Rio de Janeiro, mudou-se para a capital federal, onde passou a atuar nos jornais *O País* e *A Rua*. Depois de uma longa estadia no Rio, resolveu retornar ao Paraná, onde, juntamente com Edmundo Mercer, exerceu a função de topógrafo.

Coelho Júnior tornou-se um bandeirante, percorrendo milhares de quilômetros a pé, a cavalo, de canoa, com o teodolito em punho, a medir e demarcar terras. Sertanista nato, viveu na selva momentos de aventuras, narrando-as em *Perfis e Panoramas*, 1940. Em 1946, surge *Pelas Selvas e Rios do Paraná*, memórias de sua estada em sertões paranaenses (ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS, 2019).

Coelho Júnior foi descrito como cronista, poeta e contista e teve sua produção pouco divulgada, porém reconhecido e respeitado entres seus pares, sendo eleito

para o Centro de Letras do Paraná em 1944, agremiação da qual fez parte sua tia Mariana Coelho.

Tendo em vista a trajetória familiar de Marina Coelho, compreendemos que a influência, sobretudo, do grupo de intelectuais e literatos ligados à maçonaria, apresentada por seu tio José Natividade e por seu irmão mais velho Thomaz Coelho, que já viviam no Paraná quando a escritora e seu irmão mais novo, Teixeira Coelho, chegaram ao Brasil, foi de fundamental importância para seu primeiro contato e ingresso, assim como de seu irmão mais novo, ao campo literário curitibano. Porém sua permanência e conquista de posições dentro do campo foi por seu esforço e por sua capacidade em saber manejar muito bem essas relações e utilizar de modo oportuno e estratégico o que a influência familiar poderia lhe proporcionar.

Poder contar com uma sólida rede de relações era algo relevante para qualquer um que pretendesse se inserir no então restrito campo literário, ainda mais se tratando de um grupo tão relevante na sociedade daquele período, como era o dos literatos ligados à maçonaria. Porém, conforme nos situa Trindade (1996), o advento da República trouxe consigo uma base oligárquica e paternalista de sociedade, na qual as mulheres continuariam a ter dificuldades para ocupar seus espaços de conquista. Apesar de compreender a posição de inferioridade e submissão ocupada pela maçonaria feminina, Mariana Coelho percebeu ali um ensejo de compartilhamento e intercâmbio de ideias com o campo literário paranaense. Ao defender os preceitos democráticos e liberais, os princípios espiritualistas, a livre manifestação do pensamento e progresso da humanidade, a escritora aliava-se com seus pares.

De acordo com as análises de Marchette (1996), a maçonaria estava relacionada ao grupo dos literatos paranaense, sobretudo por sua vinculação aos movimentos revolucionários em apoio ao processo de independência, de defesa dos princípios liberais e republicanos e contra a Monarquia. O “[...] pertencer à ordem maçônica era justamente propugnar pelo liberalismo, especificamente na manifestação da livre consciência, justificando, ao mesmo tempo, a necessidade da maçonaria no mundo moderno” (MARCHETTE, 1996, p. 50). Com base em tais afirmações, é possível afirmar que a maçonaria estava relacionada às transformações sociais pelas quais o país vinha passando com o processo de implementação da laicidade e da República, em que intelectuais e literatos a ela ligados eram compreendidos não somente como fruto deste processo, mas como os

desencadeadores dessa corrente de transformação. Assim, a fundação de lojas maçônicas, como de outras irmandades, tinha como objetivo a prática dos ideais e das crenças comungadas por uma elite letrada que ansiava por uma Curitiba moderna e desenvolvida.

Outra confraria, da qual participou parte dos literatos curitibanos, foi o Instituto Neo-Pitagórico idealizado e fundado por Dario Vellozo em 1909. De acordo com Marchette (1996), foi esta uma das fontes que sustentou o Simbolismo no Paraná, por meio de sua filosofia ocultista incorporada e manifestada por alguns de seus membros em muitos textos de cunho esotérico e literário produzidos naquela época. O Instituto Neo-Pitagórico, inspirado pela Escola de Crotona criada por Pitágoras no século V a. C., funcionava em uma chácara, nos arredores de Curitiba, conhecida como Retiro Saudoso de propriedade do intelectual Dario Vellozo. Lá, foi construído o Templo das Musas, local onde ocorriam as reuniões ritualísticas de caráter ocultista e esotérico do Instituto. Entre os princípios morais defendidos pelo neo-pitagorismo estavam o altruísmo, a verdade, a justiça, a liberdade, a fraternidade e a harmonia. Com isso, sua filosofia atraiu defensores do livre-pensamento, cuja regras não faziam distinções de raça, nacionalidade, gênero, posição social, nem credo religioso, filosófico ou político.

A tendência ocultista, característica da produção literária deste momento, expandiu-se, sobretudo com as produções de Dario Vellozo, que, de acordo com Andrade (2002), relacionava Positivismo, anticlericalismo, pitagorismo e Simbolismo. Essa mistura incorporada pela produção do intelectual só foi possível devido sua posição já consagrada no campo literário, que lhe conferia uma representação legitimada na vida literária paranaense. Esta prática que incorpora referências e teorias místicas e esotéricas na escrita do literato, no entre séculos, foi se tornando cada vez mais autorizada. A este respeito, Bourdieu (1987) explica que pode ocorrer uma determinada categoria de agentes que desenvolve uma produção intelectual tanto mais “ambiciosa” quanto maior for o seu grau de consagração dentro do campo. Desta forma, ao definirmos a tônica literária desses escritores, esse processo acaba por definir um desvio progressivo na vida pública e na postura política desta elite letrada. De acordo com Maia (2006), as tendências simbolistas, expressas no Paraná a partir de 1893, especialmente por Dario Vellozo, sob influência de teorias e filosofia

místicas ocultistas⁹⁹, representaram uma negação ao direcionamento cristão conduzido pela Igreja Católica.

Dado o caráter retrógrado atribuído à Igreja Católica nesse contexto, Bega (2013) afirma que os literatos paranaenses procuravam superar a submissão do indivíduo à hierarquia religiosa. “Pregava como fundamental a liberdade do homem em gerir seu próprio destino, com discernimento para saber o que era certo ou errado pela fé na justiça e na capacidade do homem em estabelecer uma ética que permitisse o convívio social” (BEGA, 2013, p. 309). Isso representou, segundo Maia (2006), um protesto para que a Igreja não interferisse nos assuntos fora de sua competência, de domínios da inteligência.

Iniciou-se, com isso, uma rivalidade que tomaria grandes proporções entre os homens de letras do Paraná, – estreitamente associados à imprensa e ligados a um ativo círculo literário –, evidenciando uma disputa que se projetaria num contraponto entre Igreja Católica e os defensores da liberdade, da razão, do progresso e do livre-pensamento, esferas compreendidas como livres de dogmas e ideologias difundidas pelo catolicismo. Assim, de acordo com Trindade e Andreazza (2001), a intelectualidade paranaense passou a disputar o predomínio do pensamento em todo o estado, envolvendo-se em um constante confronto de ideias. Momento este em que Mariana Coelho passava a inserir-se no campo literário e no campo intelectual, com seu debate em defesa das mulheres.

Ao caracterizar a peculiaridade da disputa intelectual no estado, Bega (2013) avalia que se estendeu para além dos domínios do campo literário. Suas motivações e seus embates alcançaram o nível prático, expandindo-se até a arena política. Assim, as atividades dos intelectuais no Paraná, nesse período, foram intensas, sobretudo por tratar-se de uma disputa com o intuito de definir uma liderança, ou seja, “[...] um embate entre literatos – ligados umbilicalmente à imprensa, muitos também à maçonaria, auto-intitulados livres-pensadores – contra o clero e vice-versa” (MAIA, 2006, p. 48). As ideias expressas, em princípio, pelo Simbolismo, pelo esforço de ter uma identidade tipicamente paranaense e pelo anticlericalismo atribuíram os contornos do campo literário e intelectual paranaense, que teve sua gênese com a

⁹⁹ Leitura como *Madame de Blavatski*, *Papus*, *Eliphas Levi*, *Leadbeater*, *João Itiberê da Bélgica*, entre outros (MAIA, 2006).

emancipação política do Estado, mas que tomou corpo somente a partir da década de 1890. Declara Maia (2006):

[...] os aspectos definitivos no campo de atuação da intelectualidade paranaense da virada do século XIX são: a crença no progresso e na ciência, a defesa do livre-pensamento, balizada pela maçonaria, a disputa pelo poder como expressão máxima da ordem moral e cívica e a busca da configuração de uma identidade regional (MAIA, 2006, p. 52).

Em termos gerais, de acordo com Andrade (2002), na Curitiba do entre séculos XIX e XX, o campo político, educacional e cultural ficou marcado pela disputa entre dois grandes blocos de ideias; de um lado, estavam os anticlericais, composto por antigos abolicionistas, republicanos, formados dentro dos princípios maçônicos, positivistas, simbolistas, pitagoristas e cientificistas; a eles ainda se juntavam os anarquistas e os socialistas, formando um grande grupo com objetivos comuns que ficou conhecido como os livres-pensadores. Na outra extremidade, estavam os defensores da Monarquia, a Igreja Católica e os intelectuais e literatos a ela vinculados, os denominados clericais. Nesse cenário de intensas disputas e debates intelectuais, a capital paranaense via desenrolar mais do que o embate entre clericais e anticlericais, os curitibanos daquele período vivenciavam o confronto que católicos e livres-pensadores realizavam em função de qual encaminhamento seria dado ao estado. Bega (2013, p. 324) afirma que:

Toda a complexidade da questão das relações Igreja e Estado no período imediatamente pós-Proclamação da República fica obscurecida por uma visão maniqueísta, de forte apelo popular: república era igual a livre-pensamento; monarquia sinonimizava Igreja. Já o clero, em sua opinião, significava o retorno da monarquia, ou seja, atraso e obscurantismo.

Para os anticlericais, os interesses do catolicismo eram incompatíveis com a ideia de modernização do Estado. Essa ideia era ainda reforçada por outra forte influência do livre-pensamento no período, o Positivismo – que, no caso do Paraná, entrelaçava-se às ideias simbolistas – que apregoavam, por meio da “[...] ciência, o novo estágio da evolução humana moderna, orientado em função da ordem e do progresso, sendo a religião encarada como definição de um estágio anterior, já ultrapassado” (MAIA, 2006, p. 47).

Na avaliação de Trindade (1996), estas duas forças opostas que se manifestavam, sobretudo, por disputas expressas no campo literário e intelectual, criaram uma esfera de debate em que as mulheres se encontravam divididas entre as duas polaridades que se edificavam. “Na linha das posições mais liberais [...] o livre-pensamento adota o princípio maçônico da igualdade dos sexos, para o qual, no universo de Deus, as leis equalizam homens e mulheres [...]” (TRINDADE, 1996, p. 192). Em meio a essa polarização, Mariana Coelho, que era associada aos preceitos maçônicos, sobretudo por laços familiares, aliou-se a esta visão de mundo e a seus pares, em especial por defenderem, segundo Trindade (1996), que a liberdade introduzida pelo estado laico trazia à tona discussões acerca da emancipação feminina, sob a compreensão de que a Igreja Católica seria uma das responsáveis por retirar da instrução das mulheres os princípios das ciências, da arte, da moral e do civismo. Por compreender como restrições impostas pela Igreja às mulheres, Mariana se posicionava contra os fundamentos católicos, negando a formação que recebera de seus tios padres ainda quando menina em Portugal.

Segundo os apontamentos de Miceli (2013, p. 14), o grupo dos literatos adeptos do livre-pensar passaram a se posicionar como verdadeiros porta-vozes da frente de combate anticlerical, enquadrando-se, “[...] cada qual à sua maneira, no espaço estadual de lutas políticas e simbólicas [...]”. Bega (2013) reforça essa ideia ao afirmar que o processo de desenvolvimento do Simbolismo no estado empregou uma espécie de divisão de tarefas, em que cada literato desempenhava uma função particular dentro do grupo, que poderia ocorrer de modo consciente ou não. No caso de Mariana Coelho, a bandeira levantada foi a defesa das mulheres.

Em nome da causa feminina, a escritora assumiu uma postura laica anticlerical. Sua determinação em designar-se adepta do anticlericalismo estava no fato, sobretudo, em dissentir do papel social atribuído às mulheres pela Igreja Católica. A escritora considerava que este havia sido um dos responsáveis por delegar às mulheres um patamar de inferioridade, sob acusação de que, durante séculos, a Igreja havia sido uma das instituições religiosas que mais “humilhou o sexo feminino” e que o clero, de modo geral, “[...] de forma alguma admitiria o progresso feminino, a sua independência, a igualdade dos sexos, em suma, os direitos civis e políticos” (COELHO, 2002a, p. 59). Ademais, Mariana denunciava o sacrifício com que muitas mulheres, ao longo da história, tinham se dedicado à doutrinação e à submissão dos dogmas católicos, sem nada receber em troca.

[...] muitas mulheres renunciaram ao mundo e sacrificaram a existência em holocausto às imposições dogmáticas e em troca das promessas de um gozo eterno com que essa mesma Igreja lhes acenava tentadoramente para lhes salvar a alma – que ela própria lhes negara! (COELHO, 2002a, p. 61).

Com isso, para o assombro dos mais devotos da Igreja, a escritora identificou aquilo que considerava ser o ponto crucial e mais controverso dos preceitos difundidos pela concepção católica acerca da então considerada inferioridade feminina. Mariana Coelho utilizou a figura de Cristo para fundamentar sua conjectura, porque, segundo ela, foi ele o primeiro a advogar em defesa da causa feminina. Consequentemente, nada justificava o desprezo e o escárnio com que eram tratadas as mulheres por esta instituição.

Voltemos, porém, ao ponto principal; – é amargo para o feminismo cristão reconhecer que o desprezo da mulher – como o firmam todos os historiadores conscienciosos, viesse do Cristianismo, – dolorosa contradição devida a padres e teólogos de todos os tempos, que, aviltando o sexo da Mãe do Crucificado, apresentavam a mulher como única causa de todos os flagelos e, pungente ironia, era, por consequência, em nome do Cristo – em quem admiramos não só o primeiro feminista do mundo, mas o mais intransigente protetor do sexo ultrajado, que a Igreja romana pôs em dúvida a existência da alma feminina! (COELHO, 2002a, p. 61).

Além dos apurados argumentos, seu posicionamento anticlerical estava relacionado ao modo como compreendia a religiosidade, que, para ela, espiritualista declarada, estava relacionada às ideias humanistas e universalistas como manifestação de fé.

Pela nossa parte advogamos calorosamente o Cristianismo do Cristo, não o de muitas individualidades. Somos entusiastas pela racionalíssima moral do atraente Nazareno, e somos espiritualistas: julgamos que a crença em Deus é uma necessidade imprescindível para a nossa quimérica felicidade. O mistério que em volta do fenômeno da vida em tudo respira, e o restrito alcance da nossa mentalidade, que não pode admitir o efeito sem causa, a isso nos impelirá eternamente. A certeza da morte – desse fenômeno fatal da vida, cria em nossa alma a pessoa intangível de Deus – que nela solidifica os alicerces do seu trono ideal. Além disto, em religião, como em todos os assuntos que nos prendem à vida, somos intransigentes partidária do ecletismo (COELHO, 2002a, p. 59-60).

Sua oposição à submissão advinda de hierarquias religiosas é o que toca a escritora naquilo que compunha o seu viés ocultista. A filosofia esotérica, incorporada e manifesta pelas confrarias, das quais Mariana fez parte, foi outro aspecto que a aproximou dos homens de letras da capital. Os ideais defendidos por este grupo, que ultrapassavam os limites de uma relação literária, acabaram se transformando num modo de se relacionar com o mundo social e com as batalhas políticas presentes no cenário paranaense. Cenário que Mariana Coelho passou a integrar e atuar.

Miceli (2001) nos ajuda a refletir que a elite letrada, à medida que se lançava com afinho nas lutas literárias, passava a assumir diversas tarefas no campo político e ideológico, bem como nos espaços de formação. A amplitude de suas ações nos permitiu compreender a influência exercida por essa parcela intelectualizada enquanto grupo dirigente da capital paranaense. As ideias expressas pelo anticlericalismo e pelo livre-pensamento, que até o momento estabeleciam os contornos do campo literário e intelectual paranaense, começavam a perder terreno para o catolicismo e seus defensores.

Desde a instauração da República, a Igreja Católica, que vinha sofrendo fortes ataques sob a justificativa de que “[...] seria inimiga da liberdade, da ciência, do progresso e da civilização” (BALHANA, 1980, p. 51), passou a reformular e a organizar todo seu aparato de forças para reagir aos argumentos demolidores desferidos pelos anticlericais. Além disso, enfatiza Campos (2010, p. 48), a Igreja Católica se esforçou para reestruturar suas energias com o “[...] fim de frear a laicização e garantir a sua permanência nas diversas esferas da sociedade”.

Ao perceber a necessidade de esclarecer a sociedade quanto às calúnias que vinha recebendo, aproveitou as facilidades e a liberdade que a própria implementação da República concedia, sobretudo com a nova Constituição político-liberal do país, para inserir-se na arena do debate literário e intelectual. De acordo com Machaddo (2009), a manifestação do ideário católico se converteu nas ações propaladas por seus integrantes em diferentes áreas culturais e sociais, o que elevou a intelectualidade católica ao reconhecimento próximo ao dos escritores laicos. A investida passou a ter como foco a liberdade de associação, de ensino e de imprensa, “[...] sem dúvida, as mais poderosas armas da civilização moderna” (BALHANA, 1980, p. 55). O projeto de reação elaborado pela Igreja Católica no Paraná, segundo Campos (2010), previa a necessidade da implementação de um projeto de combate a

seus opositores e às ideias por eles propaladas que, até então, vinham representando sérias ameaças à soberania católica. O programa, assumido pela Igreja, deixava claro seu arcabouço político que se manifestava em nome dos preceitos morais e dos valores divinos. Tal projeto, desenvolvido pela Igreja Católica, foi denominado pelos anticlericais como ultramontanismo¹⁰⁰.

A implantação de instituições religiosas, como os seminários, os colégios e irmandades, além da introdução de ordens religiosas e a criação de periódicos apontavam para a reorganização e o fortalecimento da Igreja Católica no Paraná. A investida católica, dentre outros espaços de atuação, mostrava que ocorreria, em especial, no campo educacional e no campo literário por meio da imprensa.

Campos (2013) esclarece que o jornalismo correspondia, na acepção moderna, à ideia de missão social ligada à figura do intelectual, haja vista que a gênese dos intelectuais está relacionada à secularização da sociedade, da cultura e da política no continente europeu. Portanto, a imprensa se mostrava como um espaço propício para os embates intelectuais. Conforme acrescenta Campos (2010), foi no domínio da imprensa que se sistematizaram os embates entre os agentes ligados ao livre-pensamento e os relacionados à doutrina católica ultramontana.

Entre os principais veículos dedicados a ataques aos clericais – que nasceram entre o final do século XIX e início do século XX –, foram os periódicos *O Cenáculo*, *Jerusalém*, *Esphynges* e, o mais combativo de todos, o *Electra* e, posteriormente, o ligado ao órgão da maçonaria, o *Ramo de Acácia*. De acordo com Balhana (1980, p. 80), à frente de todos estes jornais estavam presentes Dario Vellozo e sua pena “[...] candente contra a Igreja Romana e seus representantes”. Além destes, outros periódicos haviam se dedicado abertamente à campanha anticlerical e ao livre-pensamento, como os jornais *Diário da Tarde* e *A República*, “[...] nos quais abordava a liberdade de consciência, o ultramontanismo, o jesuitismo, o misticismo, a nova religião da humanidade, literatura grega mística, o esoterismo, o medievalismo e outros pertinentes à estrutura eclesiástica católica” (CAMPOS, 2010, p. 47). A justificativa dada pelo grupo dos intelectuais que conduzia estes órgãos da imprensa, acerca das críticas feitas aos clericais, era de que se tornava imprescindível “[...]”

¹⁰⁰ O ultramontanismo foi uma ação política desenvolvida pela Igreja Católica, após a Revolução Francesa, que assinalou a centralização institucional em Roma, ou seja, que marcou o fechamento da instituição sobre si mesma, visando com isso a própria sobrevivência (CAMPOS, 2010).

arrancar a venda dos olhos do povo que vivia iludido pelo clero [...]” (BALHANA, 1980, p. 63).

Como forma de rebater aos ataques e às ofensas que vinham sofrendo de seus opositores, os intelectuais católicos, conforme sustenta Campos (2010), reagiram ao se apropriaram dos mesmos mecanismos de debates para propagação de seus valores, criando a imprensa católica. Um de seus principais veículos foi o jornal católico *A Estrella*, que tinha como proposta combater os jargões, “[...] as blasfêmias contra a religião, as descomposturas e as calúnias contra o clero” (BALHANA, 1980, p. 66). A boa aceitação do jornal pela população curitibana tornava o debate que se dava cada vez mais acirrado, interessante ao público, em especial no campo literário, intelectual e político.

Assim, lançando-se com força ao debate político, a Igreja iria desferir suas críticas, em especial, sobre Dario Vellozo que, de modo irônico, era considerado pelos clericalistas como o “[...] grande literato, professor, mestre e doutor em todas as ciências (inclusive as ocultas), o supremo comandante do formidável exército anti-clerical do Paraná [...]” (BALHANA, 1980, p. 103). Os clericalistas o ridicularizavam por seu “[...] sectarismo apaixonado que o impedia de ver e reconhecer o papel da Igreja na história da civilização” (BALHANA, 1980, p. 106). Além disso, segundo Balhana (1980), mais sérias eram as críticas feitas em relação às atividades do intelectual enquanto professor do Ginásio Paranaense e da Escola Normal, afirmando que ele apenas ensinava o que lhe prazia diante de assumida postura anticlerical, sendo que, por ser mestre, deveria agir de modo imparcial, sobretudo em relação aos conhecimentos e aos métodos adotados por ele no ensino da história. Deste modo, no próprio Ginásio e na Escola Normal, professores ligados ao catolicismo passaram a rebater seus colegas que defendiam o livre-pensar, argumentando que muitos desses professores aproveitavam-se do posto que ocupavam para fazer abusivas propagandas em defesa do anticlericalismo. Com isto, a derrocada Ultramontana expunha o que considerava as contradições e o anti-cientificismo encontrados nos pensamentos e nas ações de muitos de seus representantes. Tal manifestação, em conjunto com o crescente apoio da população ao grupo católico, teve como consequências o afastamento de Dario Vellozo da cátedra de professor do Ginásio Paranaense e da Escola Normal, por determinação do governador Xavier da Silva, em 1909 e, posteriormente, em 1925, foi feita sua transferência do Internato do Ginásio Paranaense para o prédio do

Ginásio Diocesano a pedido do governador Munhoz da Rocha. Campos (2010) arremata, ao afirmar que as escolas públicas durante o período, em especial os dois estabelecimentos acima mencionados, compuseram o palco de acirradas disputas entre anticlericais e católicos.

De acordo com as análises encaminhadas por Campos (2010), a restauração do catolicismo assumiu um papel decisivo a partir da década de 1920, quando a sociedade brasileira passou a dar suporte aos princípios católicos regidos por um modelo hierárquico. “No Estado do Paraná a hierarquia da Igreja orientou a criação da União de Moços Católicos de Curitiba, a Imprensa Católica, o Círculo de Estudos Bandeirantes e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (CAMPOS, 2010, p. 51). Essas instituições, além de reunir uma grande parcela da intelectualidade que atuava nas diversas esferas públicas e privadas paranaense, tinham o objetivo de confrontar os anticlericais e difundir as suas ideias na sociedade, como forma de garantir a presença da Igreja Católica no campo literário, intelectual e político. Segundo Balhana (1980, p. 117), “[...] contra essa participação levantaram-se os livres-pensadores e anti-clericais, reavivando os argumentos constitucionais republicanos de separação entre Igreja e o Estado”. Entretanto, para Campos (2010), apesar das reivindicações feitas pelo grupo dos anticlericais, a partir desse período, ocorreu uma maior aproximação entre Igreja e estado no Paraná. Segundo o autor:

A Igreja não renunciou aos elementos que havia perdido com a República e por isso mobilizou-se a fim de fazer do Estado um instrumento de contribuição para a retomada de seu prestígio junto à sociedade brasileira. O Estado, por sua vez, precisava divulgar entre a população os princípios e símbolos republicanos, pois a proclamação da República foi feita pela elite política do país. Nesse sentido, a Igreja cumpria uma função para o poder civil, uma vez que a maior parte da população brasileira era analfabeta e os meios de comunicação eram escassos e atingiam uma pequena parcela de brasileiros. Ou seja, os púlpitos da Igreja foram importantes para a divulgar o ideário republicano, tornando o poder eclesiástico um aliado no processo de legitimação do poder civil republicano (CAMPOS, 2010, p. 56-57).

Periódicos, como o Diário da Tarde, que outrora serviam como redutos dos livres-pensadores para a divulgação de seus ideais anticlericais – jornal em que, no início do século XX, Marina Coelho assinava a coluna *Chronica da Moda* e iniciava a divulgação de seu ideário sobre a emancipação das mulheres – passaram a dar

visibilidade às ações da Igreja Católica, que, inclusive, havia conquistado uma coluna própria – Columna Catholica. Em uma matéria intitulada O Progresso do Catholicismo, o jornal advogava a favor da doutrina, exaltando seu avanço pelo mundo e opondo-se claramente a seus adversários.

Embora muitos digam e proclamem que se aproxima o fim da Igreja, o que se mostra incontestável é que o catholicismo continua em franco progresso e que faz, diariamente, novas conquistas. Se a onda do mal se apresenta sempre encapellada e ameaçadora, a religião catholica não deixa de se desenvolver e incrementar, sempre serena e sempre tranquila. Em todos os pontos do globo, em todas as regiões da terra, a verdade segue sua rota luminosa, ajuntando os povos á sombra da bandeira sagrada da cruz de Jesus Cristo (COLUMNNA CATHOLICA, 23/08/1930, p. 2).

Essa passagem explícita, segundo Campos (2013), a preocupação do jornal em relação à uma ideia genérica de interesse público. A ação empreendida pelo *Diário da Tarde* atendia às necessidades de uma crescente parcela de seu público leitor. O periódico, que até a década de 1920 se apresentava como um jornal de oposição, agora cedia espaço para o que se apresentava como de interesse de uma parcela crescente da população. Esta abertura concedida pelo jornal revela que a Igreja Católica foi conquistando cada vez mais força no Paraná. No entanto, a posição deste jornal estava longe de assumir as posições da Igreja Católica, como demonstra Campos (2013), nos anos de 1931-1932, houve uma verdadeira batalha entre *Diário da Tarde* e os jornais católicos em torno da figura do Padre Miele, principal liderança do Círculo de Estudos Bandeirantes.

Balhana (1980) identifica que, no final da década de 1930, sobretudo após a morte de Dario Vellozo – que já vivia recluso e solitário em seu Templo das Musas há algum tempo –, o grupo dos anticlericais havia perdido seu furor, sobretudo por muitos de seus adeptos já terem se retirado da disputa, ou seja, o grande movimento combativo à Igreja Católica em Curitiba já não se encontrava rodeado por tantos. “Muitos mesmo daqueles que, na mocidade, haviam sido frequentadores e irmãos da fraternidade do Instituto Néo-Pitagórico, revistas as suas posições, o haviam abandonado” (BALHANA, 1980, p. 125). Desse modo, devido ao crescente desenvolvimento de sua intensa ação social, sua cultura e dinamismo, o catolicismo foi revigorando e conquistando cada vez mais espaço e adeptos no estado.

Segundo Machaddo (2009), o domínio da Igreja Católica em diferentes instâncias sociais, aliado ao afastamento dos anticlericais dos jornais e do ensino possibilitaram o enfraquecimento dos grupos laicos ao mesmo tempo em que a aumentava o poder dos grupos católicos no espaço intelectual. Os intelectuais católicos, na intenção de conduzir os rumos dado a sociedade, promoveram debates a partir daquilo que consideravam fundamentais para implantação das novas propostas, uma vez que, para eles, as críticas ainda estavam vinculadas à preocupação com o avanço da laicização pelas instituições no estado. Neste sentido, Bega (2013) sustenta que, a partir de 1930, uma nova geração de intelectuais católicos, representantes da geração anterior, dá continuidade às ações de divulgação e propagação dos valores e da fé cristã, um exemplo é a criação da *Revista Joaquim* nos anos de 1940. Isto revela que estava em pauta a definição do campo intelectual, no qual diferentes agentes e grupos se posicionavam, pleiteando a dominação do poder político e institucional no estado. Os embates entre clericais e anticlericais, acerca dos rumos dado ao estado, que havia atravessado décadas, de acordo com Machaddo (2009), ainda permaneciam, porém de modo mais moderado. Somente na segunda metade da década de 1950, o otimismo passou a enveredar pela possibilidade de se alcançar o equilíbrio que não fora conquistado nas décadas anteriores.

Foi nesse contexto de disputas entre os defensores do livre-pensamento e dos clericais que Mariana Coelho passou a introduzir-se, de modo estratégico, com seu debate em defesa da emancipação das mulheres no campo literário e intelectual. Ao defender publicamente a equiparação entre homens e mulheres, em especial em relação ao nível de instrução e participação civil e política, deixou claro que a ideia de progresso que se manifestava na sociedade, naquele momento, somente se concretizaria, de fato, se as mulheres alcançassem o mesmo patamar na vida social ao lado dos homens. Apesar de reconhecer a necessidade de uma reestruturação da sociedade, ela olhava para tal conjectura de forma esperançosa e confiante: “[...] agora à medida que a onda do progresso feminista sobe até penetrar na Igreja e até nos meios menos avançados, a agressão masculina a esse progresso [...] desce” (COELHO, 2002a, p. 59).

Apesar das esperanças depositadas por Mariana Coelho em uma nova configuração social – em que as mulheres, longe dos dogmas católicos, pudessem

partilhar, ao lado dos homens, dos mesmos valores humanos e dos mesmos direitos e deveres políticos e sociais –, as circunstâncias levaram os eventos a assumirem caminhos diferentes dos almejados pela escritora. Conforme observa Trindade (1996), com a reorganização da Igreja e o gradativo aumento de seu poderio e com os princípios e preceitos defendidos pelos livres-pensadores e anticlericais postos de lado, a ação política, social e cultural passou a preocupar-se com outras temáticas.

De acordo com Trindade (1996), a sociedade paranaense começou a organizar-se e estabelecer-se em moldes mais conservadores, tradicionais e paternalistas, os quais também se impuseram sobre as mulheres, que passaram a ter dificuldades para alcançar espaços de conquistas. Nesse período, entretanto, Mariana Coelho, com uma atuação pujante na vida pública, já conquistara uma posição de reconhecimento no campo literário e intelectual.

Diante do cenário vislumbrado, podemos avaliar que a escritora, até certa medida, compartilhou com os participantes do ávido círculo de pensadores e escritores de Curitiba dos princípios expressos por uma visão de mundo. Porém foi enfática ao defender sua posição em relação àquilo que não concordava; postura evidenciada pelos inúmeros textos que produziu. Por sua vez, ela soube ponderar sua atuação no campo literário e intelectual, mostrando-se vigorosa quando poderia ser e uníssona às ideias compatíveis com suas convicções pessoais. Ao demonstrar uma personalidade tão distinta, determinada e combatente, foi capaz de estabelecer fortes laços profissionais e de amizade com os agentes ligados ao anticlericalismo e ao livre-pensamento que compunham o campo literário e intelectual paranaense. Com base nas análises de Bourdieu (1987), podemos dizer que, por meio da rede de ligações que estabeleceu – que é produto de estratégias de investimento – passou a incorporar o *habitus* desse grupo que, correspondia a um conjunto de discursos e práticas características dos agentes que dele faziam parte. Considerando as observações de Bonnewitz (2003), sustentamos que as condições objetivas de formação do *habitus* permitiram à Mariana Coelho adotar as práticas corretamente ajustadas às situações que ela poderia encontrar no campo literário.

2.3 ESCRITA E MAGISTÉRIO COMO PROFISSÕES

Em 1902, Mariana Coelho fundou, na capital do Paraná, o Colégio Santos Dumont, o qual funcionou até 1917. Apesar da educação formal idealizada por ela não corresponder ao foco de nossa pesquisa, consideramos necessário esclarecer que o magistério era encarado profissionalmente por ela, sobretudo como uma forma de manter seu sustento. Decisão que demonstrava sua tenacidade ao defender a profissionalização das mulheres como forma de alcançar sua independência financeira e sentimental. Nestes termos, a escritora explicita sua convicção:

[...] a mulher que apenas sabe ser dona-de-casa, é incapaz de viver do seu trabalho, não se pode tornar independente – está fatalmente condenada a ser escrava – ou dos parentes ou dos estranhos, quando não consiga uma miserável pensão para não morrer de fome! [...] reafirmamos e reafirmamos sempre, com inteira convicção, que a verdadeira e principal emancipação feminina é a do trabalho (COELHO, 2002a, p. 47-48).

Com a opção pelo celibato, intentando que não aspirava viver na dependência de um marido, tão menos ser um fardo para sua família, considerou que “[...] seu futuro estaria garantido pelo trabalho” (COELHO, 2002a, p. 49). Mariana percebeu, no exercício do magistério, uma possibilidade de aproximação e intercâmbio de ideias com o campo literário, visto que uma parte dos literatos paranaenses também atuava no campo educacional.

Além disso, optou pelo magistério, visto que não podia se dedicar à carreira de escritora como profissão. Um estudo mais apurado acerca da trajetória de escritoras brasileiras, realizado por Alves (2005), revelou a impossibilidade delas, no final do século XIX e início do século XX, viverem profissionalmente do ofício da escrita. Em grande parte, devido à resistência relativa à remuneração do trabalho feminino que viesse da produção ou publicação de livros ou, ainda, da colaboração em periódicos. O receber salários pelas atividades literárias poderia fazer com que muitas mulheres se desviassem do caminho da virtude e da moralidade, correndo o risco de serem levadas para os apêndices da marginalidade. Tal era a incidência dessa ordem que, para aquela que se dedicasse à produção de uma obra, era comum, na época, exibir, na capa ou no prefácio, a declaração de que a renda obtida com a venda dos livros seria destinada a obras beneméritas ou de caridade, não sendo adequado à escritora se beneficiar financeiramente da venda de sua produção. Portanto, a sobrevivência das escritoras, dentre elas Mariana Coelho, “[...] deveria estar assegurada por outras

vias e sua incursão na esfera pública não poderia associar-se à sua subsistência” (ALVES, 2005, p. 92).

Além dos impedimentos impostos sobre o exercício do trabalho literário feminino, ela teve que lidar com as dificuldades que se impunham a todo grupo dos literatos que pretendia sobreviver economicamente de seu talento em manusear sua pena profissionalmente. Devido ao estado de incipiência do campo literário paranaense, que ainda se encontrava em processo de institucionalização, conforme argumenta Bega (2013), o grupo dos simbolistas não tinha condições de sobreviver financeiramente das atividades decorrentes de suas vocações literárias. Muitos viviam na dependência de outras profissões, já que, naquele momento, não era possível viver com a venda de seus bens culturais. Portanto, o vínculo desses agentes com outros campos estava fortemente presente.

A exemplo da necessidade em conjugar a escrita a outra atividade que garantisse a sobrevivência, alguns literatos que passaram a fazer parte da rede de amizades de Mariana Coelho, e que pertenciam ao grupo que dominava o espaço cultural local com sua escrita, também exerciam outras atividades rentáveis. Dario Vellozo, de acordo com Bega (2013), contou com sua ocupação de professor de História Universal e História do Brasil no Ginásio Paranaense, atuando no cargo de 1897 até 1930, quando se aposentou. Julio Pernetta, que ficou conhecido pelo seu gosto pela polêmica, foi outro literato que, além ter sido um jornalista bem-sucedido, ajudando a fundar os periódicos *Revista Azul*, *A Penna*, *Pallium* e atuando à frente das revistas *Cenáculo* e *Jerusalém*, tinha como principal atividade o cargo que exercia como funcionário público. Outro exemplo foi Romário Martins que, conforme afirma Szvarça (1993), além de sua devoção ao jornalismo, dedicando mais de 30 anos ao periódico *A Republica*, construiu uma profícua carreira política, ocupando o posto de deputado estadual por oito vezes entre os anos de 1904 e 1928. Segundo Campos (2006), Rocha Pombo foi um dos literatos que, de modo diferente dos seus pares, firmou no jornalismo sua principal fonte de renda, apesar de ter possuído uma trajetória marcada pela incursão em diversos campos, como o exercício do magistério, a atuação na esfera política, especialmente no legislativo – foi deputado provincial pelo Partido Conservador e deputado federal pelo Paraná –, bem como atuou em uma série de instituições culturais.

Mariana Coelho, assim como os demais escritores que não poderiam viver da prática da escrita, precisou criar uma escola como forma de manter a sua subsistência e a de sua mãe que vivia em sua companhia desde a chegada ao Brasil. Para se estabelecer, contou com a ajuda financeira do tio José Natividade Teixeira de Meirelles e do irmão mais velho, conforme relato de Ribeiro (2015a), para a fundação de seu Colégio, aquele que seria, durante 15 anos, a fonte de seu sustento. Sua inauguração foi amplamente divulgada pela imprensa local, até mesmo pela carioca, conforme é possível observar na propaganda feita pela revista *O Malho*, em 1903, a qual publicou, em uma de suas páginas, uma foto dos alunos, juntamente com os professores, com sua diretora Mariana Coelho, ao lado de uma imagem emoldurada do patrono do colégio, Santos Dumont.

Figura 4 – Propaganda na Revista *O Malho* do Colégio Santos Dumont



Fonte: *O Malho* (23 de maio de 1903, p. 21).

O jornal *O Fluminense*, em sua edição do dia 24, parabeniza a revista *O Malho* pela publicação da “[...] photographia das alumnas do Collegio Santos Dumont, de Curitiba” (IMPRENSA, 24/05/1903, p. 2). O periódico *Correio da Manhã* também felicitou a revista pela “[...] gravura representando o Collegio Santos Dumont, acreditado estabelecimento sob a direcção da distincta literata d. Mariana Coelho” (O

MALHO, 23/05/1903, p. 3). Tais notícias revelam que Mariana Coelho, nesse período, já era considerada uma figura de destaque e reconhecida como escritora não somente no cenário paranaense, mas na capital do país.

O Colégio nasceu em um momento de disseminação do conhecido “entusiasmo pela educação” do período republicano, que objetivava a crença de que a ampliação das instituições escolares levaria a uma popularização do ensino, entendido como artifício fundamental para o desenvolvimento da nação. O entusiasmo pela educação, caracterizado por Jorge Nagle (1976), representava o sentido atribuído às reivindicações e aos discursos arrolados a favor da alfabetização do povo com o advento da República, tendo como justificativa o anseio pelo progresso e pela modernização. Para tanto, era necessária enquadrar a grande massa no rol civilizatório, tendo em vista que, para uma pessoa poder exercer sua cidadania, ela precisaria saber ler e escrever. Dessa forma, a instrução passou a ser encarada como instrumento de ascensão social e, portanto, deveria estar apoiada por uma legislação que inseria a obrigatoriedade do ensino primário. A formação e o alargamento da rede escolar, durante o período, são a comprovação desta crença (TRINDADE, 1996). Devido ao clima de modernização vivenciado por este momento, Mariana Coelho percebeu uma oportunidade de investimento não só financeira, mas de inserção e maior reconhecimento na vida pública.

Conforme descrevem Trindade e Andreazza (2001, p. 81), a multiplicação das escolas primárias na capital paranaense se tornou uma reivindicação constante entre os inspetores gerais do ensino, que passaram a solicitar “[...] a construção de prédios destinados especificamente às práticas escolares; rejeitavam as pequenas salas de aula sem ar ou luz, apontavam os inconvenientes das casas de aluguel, de onde se ausentavam as mínimas condições das tão preconizadas práticas de higiene”. Para avaliar tais requisitos de qualidade que as escolas primárias, que se propagavam por toda capital paranaense, deveriam apresentar, era montada uma comissão examinadora composta por um inspetor escolar, vários professores e por um juiz federal. O Colégio fundado por Mariana Coelho, já em seu primeiro ano de funcionamento, demonstrou excelência em atender a tais exigências, que foram, inclusive, noticiadas pela imprensa local:

Confórme noticiámos, realizaram-se no sabbado os exames finaes e parciaes deste excellente estabelecimento de ensino, dirigido pela

intelligente e illustrada educadora exma. Sra. d. Marianna Coelho, que, no desempenho de seu árduo e espinhoso encargo, tem revelado notavel aptidão e manifesto gosto pelas lides honrosíssimas do magisterio.

O espaçoso salão onde funcçiona as aulas, e que offerece todas as condições exigidas pela hygiene escolar, achava-se artisticamente enfeitado com folhagens e galhardetes. No tecto extendea-se uma grande faixa com as côres nacionaes. Sobre a mesa lindos vasos cheios de vistosas flores que embalsamavam o ambiente com seus olorosos perfumes. Pendentes de parede via-se um lindo quadro contendo o busto do glorioso brasileiro dr. Santos Dumont, estando á esquerda a veneranda bandeira das quinas e á direita o pavilhão estrellado da Republica, symbolo sagrado da soberania nacional. Havia ainda nas paredes escudos com diversos graflittos e tambem um quadro contendo o retrato de muitos escriptores paranaenses.

[...]

A commissão examinadora compunha-se dos srs. dr. Claudino dos Santos, digno e illustre Juiz Federal, professores Lourenço de Souza, Raymundo Ramos, e das exmas. Sras. Professoras d. Georgina Mongruel e Candida do Nascimento Dias, aquella examinadora de francez e esta de prendas domesticas.

A cadeira da presidencia foi occupada pelo digníssimo e illustre Inspector Escolar sr. dr. Sebastião Paraná.

Foram os alumnos longamente arguidos em portuguez, arithmetica, desenho linear, historia pátria, chorographia do Brazil e especialmente do Paraná.

[...]

Depois de encerrados os tralhos [...] O ilustre sr. dr. Inpector Escolar, usando da palavra, ergueu entusiástico brinde á emérta directora do collegio, exma. Sra. d. Marianna Coelho, e dirigiu cordiaes felicitações pela dedicação extremada que tem revelado em prol da educação da infância paranaense.

[...]

[...] Agradecemos o convite com que fomos distinguidos para assistir a essa festa edificante da intelligencia, e, com inteira cordialidade, louvamos a disticta diretora do acreditado collegio Santos Dumont que está prestando relevantíssimos serviços á intrucção publica, – a causa mais transcendental da phase evolutiva que atravessamos. Parabens (COLÉGIO SANTOS DUMONT, 15/12/1902, p. 1).

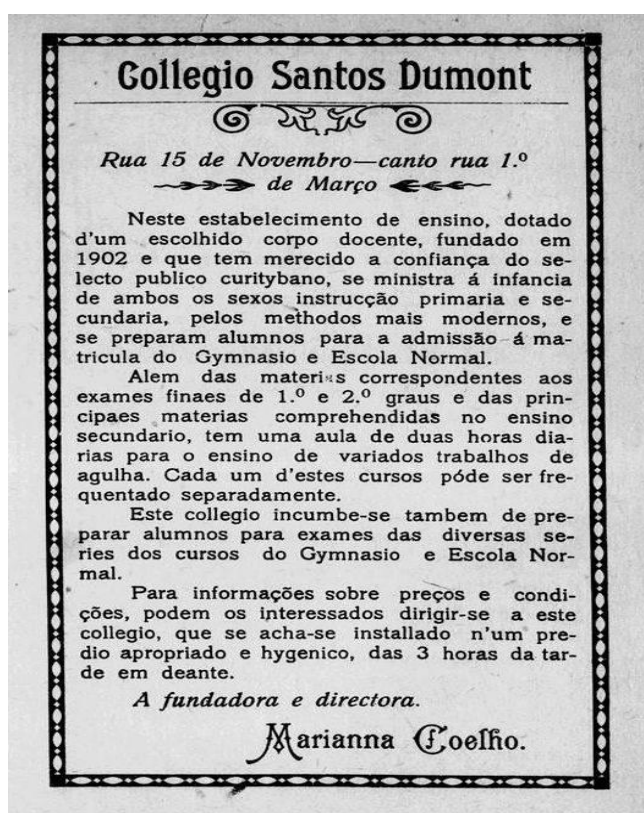
No ano de 1912, a própria proprietária, em uma entrevista, chamada Falla D. Marianna Coelho, concedida ao jornal A Republica, descreveu um pouco do trabalho desenvolvido em sua instituição, demonstrando sua satisfação em atender com distinção às expectativas educacionais impostas pelo então clima de modernização. Segundo Mariana, seu estabelecimento, naquele momento, contava com a matrícula de:

[...] 131 meninas das principaes famílias desta hospitaleira e generosa terra, que me hospeda com carinho. É verdade que muito tenho lutado,

muito tenho me esforçado para corresponder á confiança em mim depositada pelos dignos paes que me auxiliam e me honram, mandando suas filhas ao meu collegio, hoje felizmente bastante conhecido e acreditado (FALA D. MARIANA COELHO, 29/10/1912, p. 1).

O Colégio Santo Dumont, durante seu período de existência, teve constantemente sua presença estampada nas páginas dos jornais, seja com propagandas da instituição, como revela a imagem a seguir:

Figura 5 – Propaganda do Colégio Santo Dumont por Mariana Coelho



Fonte: Almanach do Paraná (1908, p. 336).

Ou pelas felicitações que o colégio recebia por seu desempenho e por seus “[...] relevantes benefícios prestados à mocidade paranaense” (FELICITAÇÕES, 08/08/1903, p. 2). A marcante presença de Mariana Coelho na imprensa revela parte da incursão e atuação da personagem nos campos literário e intelectual.

A escolha do nome dado ao colégio foi uma homenagem que prestou ao patrono da aviação brasileira, em um momento em que seus feitos eram reconhecidos e ganhavam destaque internacional. Bueno (2010) revela que a admiração que a escritora nutria por Santos Dumont se transformou em amizade, após a visita do

aviador ao Paraná e ao estabelecimento de ensino que levava seu nome em 1916. Tal acontecimento foi narrado pela imprensa, que descreveu o evento detalhadamente:

[...] aguardavam a chegada do visitante todos os alunos, corpo docente do Collegio e muitos cavalheiros, achando-se o salão de recepção ornamentado com muita arte.

Largas fitas com as cores nacionaes e portuguezas se entrelaçavam convergindo dos cantos para o centro da sala, segurando um bellissimo ramalhete de flores. Pelas paredes varios quadros, tendo sobre um estrado uma mesa com vasos de flores e diversas photographias de Santos Dumont.

[...] Tudo revelava um superior gosto artístico e sinais de sinceridade da homenagem que ia ser rendida ao visitante distincto (SANTOS DUMONT, 08/05/1916, p. 1).

A Figura 6, de 1916, revela o momento em que alunos e professores aguardavam a visita do ilustre e distinto patrono.

Figura 6 – Alunos e professore aguardando a visita de Santos Dumont



Fonte: A Divulgação (set./out./nov. 1950, p. 6).

O jornal A Republica também noticiou o momento retratado pela imagem anterior:

Quando o auto em que chegava Santos Dumont parou á porta do Collegio todos os alunnos formaram alas e á passagem do grande brasileiro sobre elle jogavam pétalas de flores.

À entrada do salão, foi recebido pela diretora do Collegio d. Marianna Coelho, pelo sr. Consul e Senho Consuleza de Portugal, professor Teixeira Coelho, pelos docentes do collegio, senhoras e cavalheiros que ali se achavam (SANTOS DUMONT, 08/05/1916, p. 1).

Além do registro feito em torno da grande festa, o periódico noticiou o discurso proferido por uma das alunas do colégio, que descreveu a grandiosa alegria que agitou os corações de todos os presentes:

Ilustre Dr. Santos Dumont.

- Meus Senhores.

O âmbito de nosso peito é por demais acanhado para conter todo o jubilo que agita os nossos innocentes corações em face da honrosa presença do querido patrono do nosso collegio. Este formo palpitar de intima alegria, porém, não póde deixar de ser turbado pela saudade em que já nos envolve a vossa rapida passagem por esta capital e por que.., talvez não tenhamos a ventura de nos tornar a ver! O vosso retrato, senhor, aqui nos anima na principal sala de trabalhos escolares, a prosseguir nossos estudos, desde a fundação do estabelecimento que há 15 annos e que usa o vosso nome celebrado – orgulhando-se de que Santos Dumont seja um dos mais scintillantes astros que fulguram nos dominios da sciencia moderna. Por certo a nossa diretora, nos momentos mais angustiosos da sua lucta pela existência, busca e encontra na vossa veneranda effigie o alento para continuar a manter esta escola a que deu o vosso nome ilustre – prestando d’esta forma uma pallida homenagem á grande beleza de vossa alma e do vosso raro talento. É vossa, é unicamente vossa honra de descobrires a diribilidade do balão – assombroso progresso para a humanidade, mas hoje, infelizmente, transformada em machina homicida no seu contingente de morte, que o impelle a uma guerra sem procedentes, e cuja acabrunhadora fatalidade muito deve a amargurar uma alma nobilissima como a vossa!

Ah! Como desejariamos subir comvosco na vossa bella aeronave e experimentar as emoções do espaço!

Termino, illustre Dr., desejando em nome d’esta escolla, que a felicidade vos acompanhe por toda a parte – do que tão digno sois por todos os motivos, e pedindo-vos que nunca esqueçaes o Collegio Santos Dumont que tão sinceramente vos estima e admira (SANTOS DUMONT, 08/05/1916, p. 1).

Mariana Coelho foi estratégica ao buscar apoio de figuras de destaque na sociedade que pudessem lhe dar apoio na conquista de espaço e de maior credibilidade para sua instituição, estabelecendo maior vínculo com esses agentes. Conforme pontua Bueno (2010), já que não dispunha de certificação escolar, convidou intelectuais e literatos que possuíssem títulos para dar aula em sua instituição, como

Lourenço de Souza que, no período, era proprietário do jornal Diário da Tarde e Azevedo Macedo que lecionava no Ginásio Paranaense e na Escola Normal. Este último, além de fazer parte do corpo docente da escola, tinha sua filha Annette Macedo¹⁰¹ matriculada na instituição. Ter professores renomados em seu colégio era uma maneira de conquistar credibilidade e confiança na disputa com outras escolas do período e de estar próxima daqueles com quem gostaria de dividir espaço. De acordo com a própria Mariana Coelho, em propaganda da instituição feita para o jornal A Republica, o colégio contava com um corpo docente habilitado, que se incumbia de preparar seus alunos para os exames das diversas séries do curso da Escola Normal e do Ginásio Paranaense, além de habilitar os alunos que ali cursavam para o segundo grau, para os exames de admissão à Universidade.

Com base em tais artifícios, o colégio fundado por Mariana Coelho havia alcançado o reconhecimento e a credibilidade desejada por sua idealizadora, tanto que, em 1908, havia sido premiado com medalha de ouro na Exposição Nacional que ocorreu no Rio de Janeiro. Entretanto, no mês de outubro do ano de 1917, segundo relata Ribeiro (2015), o Colégio anunciava seu fechamento, sob a justificativa de epidemia reinante que assolava Curitiba. No mesmo mês, o jornal A Republica divulgava: “Nesta capital, acha-se enferma, a senhorita Rosita de Mattos, alumna interna do Collegio Santos Dumont” (ENFERMOS, 04/10/1917, p. 2).

Entre agosto e outubro de 1917, Curitiba passou por surtos de febre tifóide, causando um grande alarde entre a população, que passou a conviver com o medo da contaminação e da morte. De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico de Curitiba (CURITIBA, 2017), chegou a ser elaborada uma carta epidemiológica, a qual mostrava que o surto havia atingido as regiões mais ricas da cidade, o Colégio Santos Dumont que, nesse período, funcionava na Rua José Loureiro, nº 27, estava localizado na área mais afetada da cidade.

Nessa época, Curitiba, apesar de muitos projetos de modernização e urbanização, não contava com um sistema de captação e distribuição de água e um

¹⁰¹ Annette Macedo, após ter estudado no Colégio Santos Dumont, ingressou na Escola Normal, diplomando-se em 1911. Marcou presença na educação paranaense como professora, diretora e proprietária de escola. Tornou-se uma figura de destaque entre os intelectuais do início do século XX, publicando artigos para vários periódicos da capital. Foi membro do Centro de Letras do Paraná, onde proferiu vários discursos que, posteriormente, foram publicados no livro *Felicidade pela educação*. Annette Macedo defendia veementemente o trabalho feminino, e que as mulheres, assim como os homens, tivessem liberdade para escolher qualquer carreira que lhes conviessem (SOUZA, 2007).

sistema de coleta e tratamento de esgoto bem estruturado, o que se efetivou somente após a criação do Departamento de Água e Esgoto, no ano de 1928. Antes disso, a proliferação de doenças infecciosas acabava sendo inevitável (CURITIBA, 2017). Acrescenta Bueno (2010) que o surto de febre tifóide que assolou Curitiba levou muitas famílias a se mudarem da capital e, por conta de tal evento, muitas escolas públicas foram fechadas, seguidas de muitas escolas particulares, dentre elas, o Colégio Santos Dumont.

Sobre esta última questão, Trindade (1996, p. 23) alega que parte dos numerosos colégios particulares de Curitiba: “[...] do pequeno estabelecimento do professor Cleto da Silva, às instituições de maior prestígio social, como o Colégio Paranaense, o Instituto Coritibano, a Escola Republicana, o Colégio Vianna, o Colégio Santos Dumont ou o Colégio Moderno” que, em sua maioria, funcionavam sob a égide do livre pensamento, dos ideais laicos e progressistas, atuaram até a década de 1920, quando “[...] organizações mais recentes como as do Colégio Novo Atheneu, do Parthenon Paranaense ou do Liceu Rio Branco vieram substituí-los” (TRINDADE, 1996, p. 24).

Em 1918, após o fechamento do Colégio Santos Dumont, Mariana Coelho, que precisava trabalhar para se manter, porém agora sem a companhia de sua mãe que havia falecido em 1911¹⁰², e sem o auxílio do tio José Natividade Teixeira de Meirelles, que muito a havia apoiado financeiramente, também já falecido em 1904¹⁰³ (RIBEIRO, 2015), passou a trabalhar como secretária e professora da Escola Profissional

¹⁰² O falecimento da mãe de Mariana Coelho foi notificado pela imprensa: “Exhalou hoje n’esta capital o ultimo suspiro a veneranda sra. d. Maria do Carmo Teixeira Coelho, extremosa mãe da nossa colega d. Mariana Coelho. A finada era natural de Portugal, residindo aqui ha algum annos, rodeada sempre da estima de quantos a conheciam. O enterramento será amanhã ás 9 horas, sahindo o feretro do Colégio Santos Dumont, á rua 15 de Novembro. Á desolada família da extincta, as nossas expressões de profundo pezar” (CECÇÃO LIVRE, 03/05/1909, p. 2). Mariana Coelho publicou para a revista *Fanal*, de janeiro de 1912, uma poesia dedicada a memória de sua mãe por seu aniversário natalício, intitulada *Morreu!* (COELHO, 18/02/1912) (Ver poesia em Anexo J, p. 345).

¹⁰³ Sobre o falecimento do tio de Mariana Coelho, o jornal *A Republica* publicou seus sentimentos pela perda: “Hontem foi a população vivamente emocionada com a triste nova do fallecimento, do venerado cidadão José Natividade Teixeira de Meirelles, antigo e honrado commerciante que ha muitos annos habitava neste Estado. Portuguez de nascimento, mas brasileiro de coração, o estimado velho, dedicado em extremo á terra onde o afagaram as auras da fortuna, vivia nesta capital rodeado do respeito e consideração do povo que assim cultuava os excellentes dotes moraes do bemfazejo cidadão, cuja vida de labor neste paiz constitue um dos mais apreciaveis exemplos de honradez e probidade. Paz á sua alma. Partilhando da dôr que enlucta hoje o extremoso coração da sua família, enviamos á esta as expressões do nosso profundo pesar” (PASSAMENTO, 25/01/1904).

Feminina¹⁰⁴. No ano de 1924, assumiu o cargo de diretora do estabelecimento, função que tornou sua dedicação às atividades literárias ainda mais difíceis, conforme descreve a própria personagem, em carta enviada à Bertha Lutz, motivo pelo qual, justifica o atraso para o envio da mesma.

Silenciei até hoje porque, tendo sido nomeada pelo governo do Estado diretora interina da Escola Profissional Feminina – onde tenho sido secretária e professora, as minhas obrigações aumentaram e tive, portanto, de suspender o meu trabalho intelectual até que chegassem as férias [...] (COELHO, 18/11/1924, p. 1).

Permaneceu na posição que assumiu à frente do estabelecimento até sua aposentadoria em 1941, ausentando-se da função por problemas de saúde, conforme declara a própria escritora – que, no período, já se encontrava com 84 anos de idade – em carta escrita a Maria Sabina, que, no momento, era presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF):

Eu desde janeiro de 41 fiquei impossibilitada de trabalhar no Magistério – depois de 41 anos de trabalho! – Principiando o meu precário estado de saúde, com uma queda desastrada na qual quebrei um braço, e, sempre doente, mereci do Interventor da aposentadoria, na qual me acho (COELHO, 06/08/1944, p. 4).

A Escola Profissional Feminina, na qual Mariana Coelho trabalhou por 23 anos, segundo Trindade (1996), resultou das novas propostas educacionais acerca da preparação dos cidadãos para o exercício do trabalho. O estabelecimento, que era destinado ao ensino das artes, da economia e prendas domésticas para o sexo feminino, visava à aprendizagem de um ofício. Conforme especifica Bueno (2010), devido ao processo de desenvolvimento pelo qual vinha passando a sociedade, a educação profissional pensada para as mulheres almejava sua atuação no comércio e na indústria, para que pudessem contribuir com o progresso da nação. Ideias veementemente defendidas pela escritora.

Concordemos, para estabelecer o verdadeiro e indispensável equilíbrio social, necessário se torna impeli-la a compreender que a situação que lhe compete é a que deve estar sempre em relação com

¹⁰⁴ A Escola Profissional Feminina foi criada em 1916, após ser desmembrada da Escola de Bellas Artes e Indústria, centro de criação e aprendizagem de ofício, fundada em 1886 (TRINDADE, 1996).

a transição social operada, e que, para poder acompanhar o infalível movimento evolutivo, precisa cultivar e esclarecer o espírito – que deve, conseqüentemente, atingir mais ou menos, a tal respeito, um certo e justo paralelo com o espírito masculino (COELHO, 2002b, p. 95).

Assim, em um contraponto, a modernização e o progresso da sociedade contribuíram com a profissionalização da mulher e sua inserção no mercado de trabalho, porém não por meio de sua escrita. Dentre as atividades desenvolvidas por elas, estavam as ocupações de enfermeira, datilógrafa, taquígrafa, secretária, telefonista, operária da indústria têxtil e alimentícia, além dos trabalhos ligados à confecção de artesanatos e produtos manufaturados e, sobretudo, à atividade de professora. Exercício do qual a própria Mariana Coelho declarava: “[...] tenho-me dedicado há muitos anos e muito modestamente ao Magistério e às Letras” (COELHO, 13/09/1936, p. 2). Dedicção que, apesar de muito enobrecê-la, apenas permitiu que levasse uma vida restrita financeiramente, já que, conforme observamos nas cartas que escrevia para Bertha Lutz, Mariana demonstrava dificuldade financeira para manter alguns de seus compromissos, dentre eles os pagamentos semestrais referentes à filiação à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Em uma das correspondências chega a se desculpar com a amiga pelo atraso no envio de sua parcela: “[...] deixe-me pedir-lhe muita desculpa pelo meu atraso no pagamento do 1º semestre; mas tenho tido este ano tanta despesa que ainda não pude satisfazer nem este nem outros compromissos. Porém, satisfarei logo que possa” (COELHO, 08/05/1935, p. 1). Situação que, provavelmente, seria mais amena se pudesse se beneficiar, em termos materiais, da sua produção literária.

A dedicação que a escritora devotou à docência ao longo de sua trajetória é pontuada no prefácio de sua obra *Palestras Educativas*¹⁰⁵ por Leonor Castellano (1956, p. 9), como uma necessidade, ante a impossibilidade de sobrevivência tendo como meio de subsistência sua atividade literária: “[...] seus méritos de escritora, cujos trabalhos intelectuais constituem, há muitos anos, um patrimônio de altíssimo valor para a vida literária do Paraná”, não foram os responsáveis pelos meios com os quais Mariana Coelho garantiu o seu sustento financeiro, e sim os muitos anos de dedicação ao magistério.

¹⁰⁵ Última obra de Mariana Coelho, publicada dois anos após a sua morte, pelo Centro de Letras do Paraná.

Porém, apesar das dificuldades de conciliação das duas ocupações, ela não deixou sua condição de escritora. Em 1908, publicou a obra *O Paraná mental*, um livro de crítica literária produzido em comemoração ao centenário de abertura dos portos brasileiros às nações amigas. De acordo com Woellner (2007), tal publicação foi a primeira a elaborar uma reflexão sobre a literatura no Paraná, além de representar o primeiro trabalho de catalogação crítica feito por uma mulher. Em seu livro, analisou três gerações no domínio da vida intelectual, cultural, artística e literária paranaense. Silvestrin (2009) assevera que, além de uma homenagem pessoal, o livro representou um dos meios de participação do estado na Exposição Nacional de 1908, que ocorreu no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da chegada da Família Real ao Brasil. No proêmio da obra, escrito por Rocha Pombo, o intelectual faz menção à competência com que a autora realizou tal trabalho: “[...] não era possível, atentas as circunstâncias em que aparece este livro, dar uma análise mais completa e uma informação mais precisa de todos os intelectuais do Paraná” (POMBO, 2002, p. 15). Desta forma, a obra evidenciou a ligação da escritora com o campo literário.

Na ocasião, Mariana Coelho viu, na relação que estabeleceu com Rocha Pombo, que já era um escritor consagrado, uma possibilidade de tomada de posições dentro do campo literário. Conforme relata Alves (2005), a exposição de uma produção literária por uma escritora seria melhor assegurada ou legitimada pela aprovação de um escritor ou intelectual já conhecido e reconhecido entre seus pares. Em consonância com a interpretação dada por Bourdieu (1996b, p. 64), ela foi bem-sucedida em construir “[...] seu próprio projeto criador em função de sua percepção das possibilidades disponíveis, oferecidas pelas categorias de percepção e de apreciação, inscritas em seu *habitus* [...], que os interesses associados à sua posição no jogo lhe inspiram”.

Bega (2013) situa Rocha Pombo como um jornalista que combinava militância política e vanguarda em prol de ideias que fortalecessem seu projeto de modernidade, apoiado na ciência, na racionalidade e no ideário liberal. Sobre esta figura, considerado um dos nomes mais ilustres dentre as personalidades do período que antecedeu a vigência da geração simbolista, a autora declara ser Rocha Pombo:

[...] um personagem da história paranaense e brasileira que pode ser abordada em diversas facetas: jornalista político, historiador oficial na República Velha, deputado provincial pelo Partido Conservador e mais tarde deputado federal pelo Paraná, filólogo e professor. Foi um

romancista com extensa produção e com uma das poucas obras de prosa de ficção simbolista – *No Hospício* – publicada em 1905, bem como com incursões no ideário socialista e reformador social (BEGA, 2013, p. 78).

No livro de Mariana Coelho, o ilustre personagem fez questão de demonstrar o respeito e a deferência que nutria por ela e por sua escrita: “[...] além de se impor pela sua lúcida inteligência e pela sua cultura, esta senhora se impôs ao respeito e estima geral por um conjunto de qualidade que realmente a destacam como um nobre tipo de mulher do seu tempo [...]” (POMBO, 2002, p. 13). Bourdieu (2004a) esclarece que tal prática trata-se de transferência de capital, em que um autor consagrado faz um comentário elogioso a um jovem autor desconhecido ou pouco conhecido, transferindo a ele, parte de seu capital simbólico, tendo em vista as relações de força que se impõem a todos os agentes, inclusive aos recém-chegados ao campo.

Em grande medida, esta argumentação é sintetizada por Sapiro (2004, p. 95), ao constatar que “o espaço literário se estrutura, então, por meio dessa oposição entre escritores que ocupam posições dominantes e escritores dominados”. Sobre esta noção, Bonnewitz (2003) corrobora ao afirmar que um campo pode ser definido como uma rede de relações entre posições que serão definidas nas determinações que ela impõe aos seus ocupantes, ou pelas relações objetivas com as outras posições. Os indivíduos em posições dominantes priorizarão estratégias de conservação, já os que estão em posição inferior ou de dominação utilizarão estratégias para angariar melhores posições. As considerações de Bonnewitz levam-nos a inferir que as ações efetuadas por Mariana Coelho, no decorrer de sua trajetória, tinham como objetivo conquistar uma posição dominante nos campos literário e intelectual.

O livro de Mariana Coelho, além de representar um composto de homenagens, foi uma reação ao livro de Sampaio Bruno (pseudônimo de José Pereira Sampaio), intitulado de *O Brasil Mental*, publicado em 1898 em Portugal. A obra trata-se de uma provocação do autor que afirmava não haver sinais de vida intelectual notável no Brasil (RIBEIRO, 2015a). Com sensibilidade em considerar-se tanto portuguesa quanto brasileira, ela quis mostrar, com sua publicação, que havia sim, no Brasil, sobretudo no Paraná, uma fecunda e vigorosa manifestação intelectual e literária, da qual intuía em fazer parte. A autora manifestou-se da seguinte forma:

Sendo verdade indiscutível que o desenvolvimento crescente das belas artes marca o grau de progresso na civilização de um povo, este belo Paraná é já mais que suficiente distinto para merecer uma carinhosa apreciação analítica dos povos mais adiantados. Em literatura, principalmente, tem progredido de uma maneira notável desde muito recente data, sendo já bastante frequente a publicação de obras literárias, tanto em verso como em prosa, realmente dignas, dentro da diversidade da sua cor ou forma artísticas, de uma lisonjeira propaganda fora do país (COELHO, 2002b, p. 31).

O Paraná Mental, obra encomendada, representou para Mariana Coelho, uma possibilidade de agir estrategicamente. Tratou de elencar suas preferências, dando destaque aos que considerava mais relevantes, tendo em vista as articulações que pretendia estabelecer dentro do círculo literário e da garantia de respaldo junto às lideranças do campo intelectual. Porém retratou-se com aqueles que não foram arrolados em seu livro, justificando os motivos em sua introdução: “A precipitação com que este livro foi coordenado não me deu margem para desenvolver detida e devidamente, como tanto desejava, a apreciação, a que todos têm direito [...]” (COELHO, 2002b, p. 23). É certo que, mesmo com tais esclarecimentos, seu posicionamento não agradou a todos. A autora foi alvo de duras críticas feitas pela imprensa, que chegou a publicar artigos sobre o livro cheios de ironia e deboche:

A ill.ma ex.ma sr.a d. Mariana Coelho, directora do Collegio Santos Dumont, publicou um livro. A ill.ma sr.a d. Mariana Coelho nasceu em Portugal e usa pince nez. É professora e é literata; ao mesmo tempo que escreve o *Mental Paraná* ensina a ler pelo methodo João de Deus. É pois ao mesmo tempo Minerva e Sapho, maneja de modo admiravel a palmatoria e a lyra Ah! bello sexo, ah! fragil e gracioso sexo, mira-te naquelle espelho! (MENTAL PARANÁ, 05/09/1908, p. 11)¹⁰⁶.

O fragmento citado evidencia o grau dos ataques sofridos por Mariana Coelho. A forma que foi mencionado o título do livro, que também foi utilizado como título do

¹⁰⁶ *O Olho da Rua* foi uma revista de humor fundada por Seraphim França, Heitor Valente e Mário de Barros. Publicada quinzenalmente, era composta geralmente de 28 a 30 páginas e sua capa trazia sempre uma charge colorida. Além disso, o periódico tinha nas caricaturas uma de suas características principais e tinha como proposta um olhar da rua, do que acontecia no espaço público, enquanto observadora e participante. A revista *O Olho da Rua* teve seu primeiro exemplar lançado dia 13 de abril de 1907, circulando até 1911. Autores como Emiliano Pernetta, Euclides Bandeira, Silveira Netto, Nestor Vitor, Leite Júnior, Domingos Nascimento, Júlio Pernetta, Gilberto Beltrão, entre muitos, deixaram seus versos serem destacados pelas páginas da revista, que trazia uma marcante influência simbolista. Para maiores informações sobre a revista ver: QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. **Olho da rua: o humor visual em Curitiba (1907-1911)**. Orientadora: ETELVINA Maria de Castro Trindade. 1996. 198f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

artigo, demonstrou o desprezo com que a obra foi tratada na publicação. Além disso, os ataques assumiram um caráter de gênero e pessoal, do qual os editores do texto, tentam ultrajar a escritora que, por ser mulher deveria se “olhar no espelho”, isto é, não tentar ocupar os espaços que não correspondiam ao seu sexo. E ao se referir a Mariana Coelho como Minerva e Safo, duas deusas da mitologia, sendo que a primeira representava sabedoria, conhecimento e estratégia, e a segunda carregava um duplo significado, ao mesmo tempo que a referência a deusa remetia ao safismo ou ao lesbianismo, ou seja, a relação afetiva entre duas mulheres, também apresentava qualidades como a perspicácia, a esperteza, a inteligência e a agilidade. Entendemos com isso, que a referência dada, foi de que a autora fez vez de sua inteligência e de sua capacidade estratégica ao realizar as escolhas por aqueles que seriam contemplados por seu livro.

Isso, acabou demonstrando o desagrado de muitos que ficaram de fora de suas escolhas, ou daqueles que consideraram não ter sido “bem representados”, afirmando assim, “[...] que seu livro se achava muito incompleto e lacunoso” (MENTAL PARANÁ, 05/09/1908 p. 11). Tendo em vista as escolhas de Mariana Coelho, Bourdieu (2004a, p. 95) esclarece tal acepção: “[...] é na luta das classificações, luta para impor esta ou aquela maneira de recortar esse espaço, para unificar ou dividir, etc., que se definem as aproximações reais”.

Até mesmo dos periódicos da capital que mais concederam espaço para suas publicações, desde a divulgação de suas poesias no final do século XIX até as inúmeras propagandas de seu Colégio, ela recebeu algum tipo de crítica. Um exemplo é o jornal *A Republica* ao julgar que muitos literatos não foram bem representados pela escritora, lançando apreciações negativas sobre seu trabalho. O jornal publicou sua crítica sob a assinatura do pseudônimo S., em um texto dividido em quatro partes, que levava o mesmo nome de seu livro, *O Paraná mental*. Apesar das duras considerações, o jornal manteve um tom de cordialidade com a escritora, justificando o posicionamento depreciativo em relação à sua obra:

É justo que hoje abramos um parenthesis que muito se faz mister; – não temos a presumpção balofa de ser críticos; as tímidas linhas que ahi vão, não são mais que porta vozes da uma fraca opinião íntima, nascida da leitura rápida do *Paraná Mental*, entre os mil affazeres estonteantes da nossa fina plumitiva. Contudo é o nosso firme proposito external-a; cremos assim dar testemunho do que muito nos merece a illutre escriptora lusitana, que, certo nos perdoará alguma palavra impiedosa que nos escape, não se furtando de aceitar os verdadeiros elogios que lhe fizemos com essa

franqueza de moços que não sabem mentir (O PARANÁ MENTAL III, 28/08/1908, p. 1).

Como forma de justificar e tornar mais autorizados os posicionamentos tomados em seu livro, a autora recorreu ao auxílio de literatos mais experientes e melhor posicionados dentro do campo literário, afirmando que:

Para o fim de confeccionarmos o nosso modesto livro, coadjuvaram-nos os seguintes illustres paranaenses: Aldo Silva [...]; Silveira Netto, Seraphim França, Celestino Junior, Leite Junior, Leocardio Corrêa, e, finalmente, Domingos Velloso. Temos em nosso poder todos os apontamentos fornecidos; quem quizer pôde vir verificar o que afirmamos (COELHO, 09/09/1908, p. 1).

Além do amparo dos literatos, Mariana Coelho recebeu tutela de Teixeira Coelho – irmão que, ao longo de sua vida, foi seu companheiro, aquele com quem trocou confidências, recebeu conselhos e orientações literárias e de carreira – que, em defesa da irmã, editou um pequeno livro que, ao que tudo indica, recebeu o mesmo título da obra tão criticada e foi publicado no mesmo ano. Em carta enviada ao amigo escritor Fabio Luz, Mariana Coelho confirma tal produção: “[...] remeto-lhe 1 exemplar da biblioteca paranaense do “Paraná Mental” – opúsculo com que meu irmão Teixeira Coelho, residente em Ponta Grossa, respondeu a um ataque essencialmente descortez que aqui soffri dum pequeno grupo nativista” (COELHO, 17/06/1909, p. 3). No entanto, não tivemos acesso ao conteúdo desta obra de Teixeira Coelho.

Apesar de recorrer a escritores mais experientes e ao irmão, a autora não se intimidou e publicou, em resposta, um longo texto intitulado *Crítica à crítica*, dividido em sete partes e editado entre os dias 5 e 21 do mesmo ano, para o mesmo periódico. Com isso, o jornal, que sempre abriu espaço para a escritora, mais uma vez lhe concedia a palavra. No artigo, Mariana se defendia das acusações dirigidas pelo insatisfeito avaliador identificado como S., apontando que “[...] a parcialidade do trabalho crítico do ilustrado jornalista, logo de começo se manifesta em palpáveis contradicções e intuitivo falseamento da verdade” (COELHO, 05/09/1908, p. 1). Além disso, dando sequência à sua defesa, a autora esclarecia que todo o processo da crítica, como dizia o ilustre escritor José de Alencar, trata-se de “arremedos de erudição favoráveis a ginástica do espírito”. Seguindo este raciocínio, Mariana continuava seu exercício: “Vemos, com pesar, que o ilustrado escritor prossegue na sua faina systematica de forçar o sentido das nossas phrases, com exaggeros de

classificação que se não coadunam com os deveres da imparcialidade” (COELHO, 19/09/1908, p. 1). Além disso, a escritora o acusava naquilo que considerava decadente e insípido dentro da atividade literária: “Que esdruxula concepção da arte da palavra! ou antes, que suprema nephelibatice! (COELHO, 05/09/1908, p. 1). Em outro texto, a autora mantinha a mesma linha de defesa: “Patente equívoco que abunda na crítica do ilustrado sr. B., é o que diz respeito a nephelibatismo, symbolismo e quejandas escolas congeneres (COELHO, 07/09/1908, p. 1). Devido às características nebulosas e incompreensíveis de sua crítica impregnada de nefelibatismos, Mariana Coelho o censurava por não apresentar os atributos intelectuais e literários necessários para realizar uma avaliação honesta e decente de sua obra.

Em oposição, assumindo uma postura bastante pedagógica e proeminente, Mariana afirmava que:

A crítica útil, conscienciosa e honesta não deve ser moldada nas suas piores accepções, e sim orientada na elucidação e no ensino, no exame preciso, e expurgada de toda a presumpção, ressentimento ou malícia. Ouçamos o que a respeito diz Victor Soussin: “a justiça e o respeito para com os outros – eis o primeiro dever do homem” (COELHO, 09/09/1908, p. 2).

A obra de Mariana Coelho, de acordo com o relato da própria autora, chegou a receber o prêmio “[...] como medalha de prata pelo Juri do Distrito Federal, na Exposição Nacional de 1908 realizada no Rio de Janeiro, e impresso a expensas do Governo do Paraná” (COELHO, 13/09/1936, p. 2); foi alvo de muitas apreciações positivas e elogiosas, inclusive de sua terra natal. Em carta que a autora escreveu para o amigo Fabio Luz, relatou tal fato: “Tenho recebido vários jornais de Portugal com apreciação ao meu livro; remetto a V.Ex.^a um delles, bem como lhe remeto 1 exemplar da biblioteca paranaense do “Paraná Mental” (COELHO, 17/06/1909, p. 3). O jornal *A Republica* chegou a reproduzir uma destas matérias publicada em um periódico português, do qual afirmava que:

D. Marianna Coelho que como seu irmão, Teixeira Coelho tantas vezes deliciou os leitores dos nossos semanais, mostra se-nos hoje uma escriptora distincta O seu livro “O Paraná Mental”, onde imprime a sua lácida intelligencia, assignala com perfeita fidelidade, o esforço no domínio das letras e das artes d’aquelle Estado, apresenta um vasto elenco de escriptores e artistas.

D. Marianna que ha 16 annos nos deixou, é em Curytiba além d'uma apreciada escriptora, uma distincta professora e educadora. O Collegio Santos Dumont, que ella creou e mantem, atestam sua capacidade intellectual (O PARANÁ MENTAL, 08/05/1909, p. 2).

O livro representou uma oportunidade para Mariana Coelho introduzir o assunto sobre a emancipação da mulher. Tema que passou a divulgar com mais ênfase, a partir do momento em que começou a se inserir e conquistar uma melhor posição dentro dos campos literário e intelectual, que será melhor analisado no capítulo três.

No que tange às ações de Mariana Coelho e sua defesa por uma maior participação feminina na vida pública, marcou presença como a única mulher a figurar entre os cento e dezessete representantes no III Congresso Brasileiro de Geografia, que ocorreu em Curitiba em 1911. O evento, que teve sua primeira edição em 1909 no Rio de Janeiro, de acordo com Cardoso (2011), foi criado por iniciativa da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em 1883. Tal associação tomava como análogo os modelos europeus de sociedades geográficas que proliferavam pelo mundo, e que tinham como intuito divulgar o conhecimento científico por meio de publicações e participações nos eventos. No entanto, seus objetivos se voltavam para a organização dos espaços nacionais a serviço dos Estado, “[...] pois as informações levantadas auxiliavam no reconhecimento do território, o que certamente contribuía para a formação de um imaginário nacional” (CARDOSO, 2011, p. 86). Desta forma, estes eventos acabaram tornando-se verdadeiros espaços de sociabilidade intelectual e de divulgação científica.

Estes Congressos passaram a ocorrer em diversas capitais brasileiras e contavam com financiamento de órgãos públicos e com a participação de entidades estaduais que os recebiam, elevando o número de contribuições que privilegiavam temáticas locais (CARDOSO, 2011). A capital do Paraná recebeu a terceira edição do evento e Mariana Coelho ficou responsável por realizar o discurso de encerramento. Em sua fala, que foi muito aplaudida, a escritora reconheceu e justificou sua participação: “[...] bem sei que minha debil voz representa uma nota dissonante n’este maravilhoso recinto, só admittida na razão directa do elevado gráu de entusiasmo a que me impelle o bello conjuncto d’esta respeitavel assembléia e a prodigiosa natureza paranaense” (COELHO, 18/09/1911, p. 2). E para encerrar o seu discurso, aproveitou a oportunidade para enaltecer a sua pátria acolhedora, afirmando que:

É provável, meus senhores, que não mais nos reunamos como hoje; reunirmos-emos, porem, em espirito, n'outros Congressos, e, brasileiros de nascimento ou de coração, enveredemos todos pelo mesmo caminho trabalhando, cada um na medida de suas forças, pelo engrandecimento d'esta bella parte da America, sempre d'olhos fitos nos largos e prometedores horizontes da grande patria brasileira (COELHO, 18/09/1911, p. 2).

Apesar de Mariana Coelho não ter abordado, em seu discurso, questões relacionadas ao direito e à emancipação das mulheres, sua postura ousada em participar de um evento como única mulher presente dentre 365 participantes homens demonstrou sua opinião sobre o verdadeiro lugar que as mulheres deveriam ocupar no mundo. Sua ação deixou clara sua defesa e sua renúncia em relação ao papel social secundário atribuído a elas. Deste modo, não se limitou em contradizer tal posição, demonstrada não somente em seus escritos como em suas ações e sua conduta pessoal. Sua presença no Congresso deixou clara sua intenção em se integrar à elite letrada não só do Paraná, como de outros Estados do Brasil, demonstrando que a competência, inteligência e capacidade de atuação na vida pública não estavam associadas somente ao sexo masculino.

Após tornar públicas sua posição e postura diante do papel que as mulheres deveriam exercer na sociedade e com o apoio e amizade de outras intelectuais feministas que militavam pela mesma causa, Mariana Coelho dedicou para este fim a obra *A evolução do feminismo: subsídios para sua história*, publicando em 1933, vinte e cinco anos após *O Paraná Mental*. O livro foi o resultado de um longo processo de estudo e pesquisa, revelando que a escritora foi uma leitora e estudiosa do assunto; podendo afirmar, apoiando-nos nas contribuições de Chartier (1991) que tais definições de leitura e escrita provêm das estratégias e das intenções de Mariana Coelho em relação à repercussão que sua mensagem alcançaria na tentativa em evocar novos públicos. Uma relação pura e direta dos leitores com os “sinais” emitidos pelo texto. A produção da obra contou com o auxílio de uma ampla rede de contatos e de amizades que estabeleceu com vários (as) intelectuais do Brasil e de outros países. Mas contou, particularmente, com a ajuda de sua companheira de feminismo Bertha Lutz. Porém este assunto será melhor discutido no próximo capítulo.

Diferente de sua primeira obra, *A evolução do feminismo* foi bastante elogiada e aclamada pela imprensa local, nacional e até internacional. De Portugal, por meio

da Revista de Arte, na página intitulada Portugal Feminino, o livro de Mariana Coelho recebeu o seguinte comentário¹⁰⁷:

Um notável livro brasileiro – A escritora Mariana Coelho acaba de lançar a público, com o título “Evolução do Feminismo” [...] A-pesar-de algumas inevitáveis lacunas, trata-se duma obra muito documentada, que revela, a par de brilhantes méritos literários, qualidades de investigação notabilíssimas.

Crentes de que as leitoras desta página apreciarão conhecer o aparecimento de uma obra, doravante indispensável na estante de todas as feministas cultas [...] (COELHO, 1940, p. 131)¹⁰⁸.

Recebeu a aprovação de vários representantes e dirigentes ligados à esfera pública. Dentre eles, Leoncio Correia que publicou no periódico A Patria, do qual era redator, um artigo, cujo teor de suas palavras, revelam uma profunda admiração e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela escritora. Em suas palavras:

Em sua alentada obra, de cerca de 600 paginas, a ilustre escriptora, em estylo sempre agradável e escoreito, estuda profundamente o problema, desde os mais recuados tempos até os dias que correm. Póde-se mesmo affirmar, que a talentosa artista da palavra esgotou o assumpto. Difficilmente se poderá avançar no caminho por ella explorado, percorrido e minuciosamente esquadrinhado. Para se avaliar do bom quilate do trabalho, basta citar o que dele disseram o glorioso autor da “Historia do Brasil” – Rocha Pombo, e o eminente Professor Dario Velozo. Disse o primeiro: “Julgo que este é um trabalho que tem de ficar na nossa historia literaria; todo o seu livro é novo e empolgante”. E o segundo: “A obra tem um valor que lhe é próprio, particular: dá idéia do movimento feminino em todos os países civilizados. Na parte relativa ao Brasil e Portugal, preenche uma lacuna”.

Se alguma coisa há a lastimar com a publicação deste vigoroso trabalho, num momento em que o feminismo se agita em todos os sectores da actividade espiritual, é a falta de repercursão que elle tem tido, e deveria ter, em todos os núcleos pensante do paiz. Mas, se é exacto que a justiça tarda, mas não falta, a brilhante escriptora Mariana Coelho, que conseguiu fazer obra resultante de longos estudos e séria meditação – terá a consagração nacional, como já desfruta e gosa da estima e admiração de todo o Paraná, onde reside há muitos anos, e

¹⁰⁷ Parte das declarações positivas apresentadas pelos literatos e intelectuais acerca das produções de Mariana Coelho, mostradas em citações a seguir, foram retiradas de seu livro *Cambiantes*, publicado em 1940, o último a ser impresso em vida. Em uma parte anexa de seu livro, Mariana teve o cuidado e zelo em reunir e organizar várias críticas positivas sobre suas obras, feitas por muitas figuras de destaque do Paraná, do Brasil e até de outros países. Opiniões que, possivelmente, em sua maioria, foi publicada em jornais.

¹⁰⁸ Citação retirada do livro *Cambiantes* de Mariana Coelho. Escrita em dezembro de 1933.

onde prepara, com carinho e competencia, para as lutas de amanhã, as crianças de hoje (COELHO, 1940, p. 130)¹⁰⁹.

Segundo artigo escrito por Antônio Austregésilo, publicado pelo A Noite, o livro de Mariana Coelho “[...] constitui a maior e mais bem documentada obra que se escreveu no Brasil acerca do assunto. [...]. Nada falta ao volume: erudição, elegância e finalidade. Fiquei satisfeito em colocar em minha biblioteca obra tão meritória [...]” (AUSTREGÉSILO, 13/01/1934, p. 4). Em outra avaliação, o livro foi considerado como “[...] a concretização mais alentada e famosa da literatura histórica, científica e humana referente a mulher que trabalha, luta, sofre e pensa” (AUSTREGÉSILO, 13/01/1934, p. 4). Além de afirmar que foi na A evolução do Feminismo que Mariana Coelho “[...] consumiu as melhores energias da sua capacidade de escritora” (CASTELLANO, 1956, p. 10). Até mesmo a escritora Raquel Prado (1934) realizou uma apreciação crítica de seu livro, que foi publicada pelo jornal carioca Correio da Manhã, na coluna intitulada A vida social. A escritora que fez uma descrição detalhada da obra, iniciou sua avaliação apresentando aos leitores Mariana Coelho como:

[...] uma grande educadora, cujo mérito está em exercer o magistério por mais de tres decadas, no Paraná, onde passa uma vida verdadeiramente apostolar na sacratíssima missão de transmitir conhecimentos aos cerebros jovens. Mais de duas gerações passaram pelos bancos escolares do afamado “Collegio” de Marianna Coelho. Portuguesa de nascimento, soube conquistar em Curityba a sympathia dos grandes intellectuaes da terra dos pinheiros – Emiliano Pernetta, Dario Velloso, Emilio de Menezes e outros foram seus grandes amigos. As poucas horas de lazer que lhe deixa a nobre profissão Marianna Coelho dedica-as a estudos historicos e a imprensa, pois exerce também o jornalismo com grande competencia. Agora, como fruto de larga documentação ella oferece-nos um volumoso livro de seiscentas e tantas paginas, prefaciado pelo saudoso professor Rocha Pombo, que tem merecido grandes elogios da imprensa local e do professor e escriptor dr. Austregesilo que, louvando a sua erudição, a chamou espírito formoso e benedictino. Marianna Coelho diz que o feminismo é mais questão de justiça que de sexo. Estuda a funcção da mulher nos diversos cultos religiosos documentando o historico millenar. Analysa o civismo da mulher na guerra – salienta o seu valor nos hospitais de sangue. Diz que a humanidade só progride pelo soffrimento. Enaltece as heroínas de todos os tempos. Fala da mulher na política e na administração. É o capitulo mais extenso e vibrante. Ali se encontra tudo quanto, sob este ponto de vista, pode interessar á these.

¹⁰⁹ Citação retirada do livro *Cambiantes* de Mariana Coelho. Escrita em 21 de outubro de 1933.

Narra a acção profícua da mulher na sociedade das Nações e nos congressos femininos. Conta da mulher nas sciencias, nas artes e nas letras. Estuda as manifestações intellectuaes da mulher em todo o mundo sem exceptuar a própria Oceania. Diz ainda da sua acção na imprensa e tratando da mulher, nas diversas modalidades do amor, conclue o seu estudo com a celebre phrase de Mantegazza: “Ser feliz, eis o primeiro pensamento da mulher”.

O livro de Marianna Coelho, “Evolução do Feminismo”, está sem duvida, reservado um grande sucesso, mormente nos círculos feministas: pois é uma obra que interessa a própria mulher e oferece uma vasta somma de conhecimentos sobre o tão palpitante e opportuno problema (PRADO, 23/06/1934, p. 6).

A análise feita por Raquel Prado retratou bem – o que já foi problematizado anteriormente pela tese – a dificuldade de Mariana em conciliar suas atividades no magistério com sua vida de escritora, o que nos leva a crer que este pode ser um dos motivos pelo qual a escritora demorou tanto tempo, após ter escrito *O Paraná mental*, para compor sua obra *A evolução do feminismo*, tendo em vista a grande envergadura do livro, é um detalhe que Raquel Prado não deixa de observar.

A escritora ainda fez questão de expor os laços de amizade que Mariana Coelho nutria com alguns dos importantes homens de letras do estado no período em que a obra foi publicada, bem como apresentou uma descrição resumida, porém bastante detalhada do livro, demonstrando porque foi considerado como um grande aporte de conhecimentos não só para as mulheres, mas para toda a sociedade.

Sobre a importância da obra Dario Vellozo (2002, p. 28) acrescenta:

A obra tem um valor que lhe é próprio, particular: dá idéia do movimento feminino em todos os países civilizados. [...] A obra não tem apenas um valor de ocasião; pois tendo a autora estudado a questão feminista e o trabalho intelectual feminino, como dados mais positivos colhidos durante anos, a obra traduz o estado atual do feminismo no orbe, e será sempre, em qualquer tempo, uma obra de consulta.

Ante tais depoimentos, é possível compreender porque, diferente de *O Paraná mental*, não encontramos nenhuma crítica negativa sobre o livro *A evolução do feminismo*, publicado após sua edição. Consideramos que Mariana Coelho, nesse momento, já havia conquistado seu espaço e uma posição dominante dentro do campo literário, adquirira segundo os apontamentos de Bourdieu (2004a, p. 170), seu capital de reconhecimento e consagração, um tipo particular de capital simbólico que

ela conseguiu acumular no decorrer de suas lutas anteriores, “[...] ao preço de um trabalho e de estratégias específicas”. A obra foi uma das grandes responsáveis por esse reconhecimento, uma vez que foi a partir dela que passou, efetivamente, a ser vista, por seus pares, como escritora, conforme evidenciou Rocha Pombo (2002, p. 25): “[...] o valor desta obra, [...] revela ainda uma vez as suas qualidades de escritora, a sua erudição histórica, e a segurança com que versou o seu assunto. Julgo que é este um trabalho que tem de ficar em nossa história literária”.

No dia 30 de novembro do mesmo ano da publicação de seu livro *A evolução do feminismo*, Mariana Coelho ingressava no Centro de Letras do Paraná que, de acordo com Marach (2007), foi fundado em 1912, e antecedeu a criação da Academia Paranaense de Letras em 1923. Segundo ela, Euclides Bandeira foi seu idealizador e o primeiro presidente da instituição, que agregou boa parte dos literatos do Estado. O Centro tinha como objetivo principal promover o progresso cultural no Estado, para isto contava com a produção de uma revista própria com publicações de obras de seus associados e escritores conterrâneos já falecidos. O ilustre evento foi retratado pela imprensa local que atribuiu à “[...] douta Sociedade propugnadora das letras [...]” (CENTRO DE LETRAS PARANAENSE, 07/12/1933, p. 4) a brilhante escolha pela ilustre escritora que suscitou nos meios sociais e intelectuais da capital paranaense. Além de “[...] afirmar sem receio, que Mariana Coelho é a maior escriptora do Paraná” (CENTRO DE LETRAS..., 07/12/1933, p. 4). Agora que ela já configurava como uma autora consagrada, até mesmo sua obra *O Paraná mental*, editado em 1908, “[...] que sofrera, ao seu aparecimento, as restrições e os ataques perversos dos apedrejadores ferrenhos [...]” (CASTELLANO, 1956, p. 8), foi elogiada no discurso proferido em sua recepção, narrada pela imprensa em detalhes: “um de seus livros é referente especialmente ao nosso Estado [...] em que estudou os nossos homens numa synthese de eloquente e de sincera admiração, além de fazer justiça aos atributos e predicados da inteligência” (CENTRO DE LETRAS..., 07/12/1933, p. 3). Foi no Centro de Letras que Mariana Coelho conheceu e estabeleceu uma relação de amizade com a feminista Leonor Castellano¹¹⁰, responsável por organizar a obra póstuma *Palestras Educativas*, publicada dois anos após o falecimento da escritora.

¹¹⁰ Leonor Castellano (1899-1969) foi uma feminista, funcionária pública e membro de centros intelectuais de sua época. Ficou conhecida por seu envolvimento nas reuniões e encontros do Centro de Letras Paranaense, após a década de 1930, afirmando concepções direcionadas à formação identitária paranaense. Leonor Castellano foi o primeiro rosto feminino, em meio a tantos masculinos no Centro, no cargo de presidente (ZOMER, 2011).

Mariana Coelho ainda integrou o Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC), um ano após a sua fundação e um ano após o seu ingresso no Centro de Letras. No evento de comemoração do primeiro aniversário da instituição, Mariana foi a responsável por conduzir uma conferência. A exposição dirigida por ela, tratava-se de uma palestra que denunciava os horrores vivenciados pela guerra, intitulada “Um brado de revolta contra a morte violenta”. Segundo descreve Brito (2011, p. 20): “Com o seu sotaque lusitano, ela emocionou a todos abordando temas inusitados para a época, como a ecologia, o feminismo, a indústria bélica, a exploração do homem pelo homem, etc. [...]”. Muitos foram os comentários sobre o discurso, dentre eles o de Ilha Secundino: “Ao ouvi-la sente-se o desejo de acompanhar esse grito que o seu coração de mulher, lança” (BRITTO, 2011, p. 20).

Em 1935, um ano após a realização da conferência, Mariana Coelho lançou o livro *Um brado de revolta contra a morte violenta*, a obra que levou o mesmo título de sua palestra, ecoou como um brado de revolta emitido contra todas as vítimas da violência pronunciada pelo egoísmo e brutalidade humana. Apesar do declarado tema, Mariana Coelho utilizou o exemplo da bailarina holandesa Mata Hari¹¹¹ para introduzir o debate sobre a emancipação da mulher. Dessa maneira, seu livro representou, sobretudo, a confluência entre seus ideais pacifistas e os seus princípios feministas.

O apelo levantado pela escritora em sua obra foi bastante divulgado e elogiado pela imprensa, que se manifestou da seguinte forma:

O nome da Exma. Snra. Mariana Coelho, onde quer que apareça, dispensa qualquer apresentação. A ilustre escritora, de que o Paraná se orgulha, consagrou-se com o seu esplendido livro “A evolução do feminismo”. Ainda agora, apresentou-nos um belo trabalho que é a sua conferência pronunciada no Centro de Cultura Feminina, “Um brado de revolta contra a morte violenta”.

A sua opinião é, pois, das mais valiosas, principalmente porque a Pagina da Mulher espera poder contar com sua preciosa colaboração. São estas as suas palavras:

- “A organização de uma página literaria feminina, semanal, só merece aplausos que sirvam de eficiente incentivo, não só a sua função – que virá acertadamente preencher uma sensível lacuna – como e principalmente á sua briosa manutenção que deve ser amparada e iluminada por todo o espírito feminino que exulte na elevada

¹¹¹ Margaretha Gertruida Zelle (1876-1917), conhecida como Mata Hari, seu nome artístico, foi uma dançarina e cortesã dos Países Baixos acusada de espionagem, devido ao seu relacionamento com um jovem oficial russo. Foi condenada à morte por fuzilamento, durante a Primeira Guerra Mundial. Ao longo do tempo, Mata Hari transformou-se em uma espécie de símbolo da ousadia feminina (KAMITA, 2005).

preocupação da arte dominante das letras” (SRa. MARIA COELHO, 03/11/1936, p. 3).

Devido ao reconhecimento do trabalho literário prestado ao estado do Paraná, Mariana Coelho foi convidada a escrever para a *Página Mulher* no *Diário da Tarde*. Mesmo jornal que, no início do século, assinou o quadro intitulado *Chronica da Moda*, e que, por consequência da postura que assumiu em defesa da emancipação e voto feminino, em meio aos temas que realmente deveriam ser tratados pela coluna, acabou sendo substituída. Desta forma, percebemos que Mariana Coelho, nesse momento, já havia conquistado uma posição de destaque e acumulado capital simbólico dentro do campo literário, que a elevava a um patamar de escritora reconhecida, considerada por muitos como “[...] figura de real prestígio nos meios educacionais e literários da terra onde desfruta de invejável conceito pela sua competência profissional e erudição [...]” (HONROSO CONVITE DIRIGIDO A D. MARIANA COELHO, 03/04/1936, p. 5).

Posição confirmada pelos literatos e intelectuais da época que, reconheceram em sua obra uma prestigiosa demonstração de sensibilidade, conforme enuncia Vital Brasil em 1827:

Na epocha excepcional em que vivemos, em que o mundo parece submerso em densa treva moral, em que valores invertidos dirigem os acontecimentos, é consolar registrar-se, de tempos a tempo, brados de revolta, como o que representa o seu trabalho.

Hoje mais do que nunca, é preciso que se unam os que amam a paz, os que são inimigos de toda e qualquer violência para se oporem aos que trabalham em sentido contrario.

Não é lícito que a sciencia que trabalha dia e noite para salvar vidas humanas, olhe com indifferentismo a actividade com que se procura aperfeiçoar a arte de destruir vidas! (COELHO, 1940, p. 145)¹¹².

Para Silvera Netto, a obra de Mariana Coelho representou uma coerente análise da invocação feminina e da sociedade humana. Em que a autora,

[...] não só confirmou seus créditos de escriptora ha muito aplaudida entre nós, como impôs de vez ás letras nacionaes o seu nome de notavel manejadora da prosa. Conhecida no Brasil e na sua gloriosa patria, atesta, com o labor intensivo da penna, a quanto se pode elevar o espirito feminino quando o reforçam a inteligencia e a cultura.

¹¹² Citação retirada do livro *Cambiantes* de Mariana Coelho. Escrita em 13 de março de 1936, porém sem menção à fonte.

Mariana Coelho é um nobre exemplo de actividade espiritual na sociedade que se honra de tê-la em seu meio, e na época da reivindicação em que a mulher assignala uma das mais enérgicas vontades nesse terreno (COELHO, 1940, p. 127-128)¹¹³.

As menções feitas à obra de Mariana Coelho e à própria escritora são indicações de que ela já era considerada uma figura reconhecidamente de destaque dentro do campo literário. Posição confirmada pelo intelectual Victor do Amaral:

Deliciei-me com essa leitura, apreciando a sua bella e expressiva linguagem contra morticínios individuais e collectivos, uns oriundos da fragilidade humana, e outros do verdadeiro delirio das multidões, instigadas por seus governos.

Com effeito, entre os casos de morte, por intervenção mais ou menos da vontade humana, se destacam as hecatombes oriundas da guerra, o maior flagelo, vergonha e opróbrio da civilização actual.

[...] Em vez de convenções e codigos inspirados na fraternidade universal e na ineffectivel justiça, para dirimir as contendas internacionais, as grandes nações se ameaçam mutuamente, augmentando descommunalmente seus armamentos, gastando discricionariamente as rendas do erario publico e desviando os homens validos do trabalho produtivo, para coagi-los aos morticinios guerreiros.

Feita esta digressão, tenho o prazer de a felicitar pelo seu primoroso trabalho, que veio augmentar o seu valioso escriptorio literario (COELHO, 1940, p. 139-140)¹¹⁴.

Mariana Coelho demonstrou nutrir, a partir das apreciações feitas pela elite letrada paranaense, uma relação próxima com este grupo. Assim, em plena demonstração de apreço dada à relação que estabelecia com o campo literário e com o campo intelectual, informou ao seu leitor, logo na primeira página de *Um brado de revolta contra a morte violenta*, que metade da renda obtida com a venda do livro seria destinada a “[...] erecção de uma herma que perpetue em Curitiba a memória do inolvidável escritor paranaense Dr. Rocha Pombo” (COELHO, 1935, p. 1). Rocha Pombo, ao que tudo indica, foi amigo e conselheiro intelectual, tanto que, em carta escrita à Bertha Lutz, Mariana se referia a ele como “distinto amigo”. Além disso, o intelectual foi o responsável pela publicação de seu livro *A evolução do feminismo*, estabelecendo toda a negociação com o editor.

¹¹³ Citação retirada do livro *Cambiantes* de Mariana Coelho. Escrita em 16 de maio de 1933, Centro de Letras do Paraná.

¹¹⁴ Citação retirada do livro *Cambiantes* de Mariana Coelho. Escrita em maio de 1935, porém sem menção à fonte.

Compreendemos que foi por meio da obra *A evolução do feminismo* que Mariana Coelho alcançou sua notoriedade e sua consagração como escritora, tornando-se uma figura conhecida não somente no cenário literário paranaense, bem como no cenário nacional. Em 1936, foi convidada a participar do Congresso das Academias de Letras e da Sociedade de Cultura Literária do Brasil, no Rio de Janeiro. Esse evento foi difundido pelo jornal *Diário da Tarde*:

Sob o patrocínio da Academia Carioca de Letras, deverá reunir-se no Rio, no mês de Maio próximo, um Congresso das Academias de Letras e Sciencias de Cultura litteraria.

Os membros daquele cenaculo litterario vem de distinguir uma ilustre educadora do Paraná com honroso convite para participar do grande conclave. Foi alvo dessa justa deferencia dona Mariana Coelho [...]. Assim, o gesto dos dirigentes da Academia Carioca de Letras é uma homenagem merecida a um elemento de valor dos meios culturaes e educacionaes da terra, refletindo, ao mesmo tempo, uma honra para o nosso Estado, que tem na sua pessoa uma das mais competentes educadoras (HONROSO CONVITE, 03/04/1936, p. 5).

No evento, Mariana Coelho apresentou uma tese que, em 1937, foi publicada sob o título *Linguagem*, compondo, como se refere a própria autora, sua quinta obra. Em sua tese, defendia a ortografia simplificada; defesa que os muitos anos de experiência e dedicação ao magistério lhe permitiram, com toda autoridade e convicção, expor que: “[...] a simplificação da grafia só traz vantagens principalmente para o inadiável e urgente fim de mais rápida alfabetização” (COELHO, 1937, p. 11). As impressões sobre a tese levantadas por ela foi recebida pelo público com uma grande demonstração de invulgar talento: “Escriptora de nome consagrado, manejado o seu idioma com brilho e correcção, expôs e sustentou seus princípios com galhardia, o que lhe valeu applausos da douta Assembéia” (COELHO, 1940, p. 145)¹¹⁵. Mariana Coelho, em designação de tal defesa, já há muito havia adotado a simplificação em seu próprio nome, que, em seu registro de batismo, era escrito com duas letras n. Passou a redigir o nome de Bertha, nas cartas que escrevia para a feminista, como Berta, sem a letra h.

O livro foi bastante aplaudido e comentado por vários intelectuais e figuras respeitadas ligadas à vida pública e política, sendo, inclusive, elogiado pelo então ministro da educação e saúde Gustavo Capanema que, assim lhe escreveu:

¹¹⁵ Citação de autoria de Raul Gomes, retirada do livro *Cambiantes* de Mariana Coelho. Escrita em 1 de julho de 1937.

“Cumprimentando-a atenciosamente agradeço distinta patrícia seu valioso trabalho sôbre – Linguagem, apresentado ao Congresso Academias Letras” (COELHO, 1940, p. 150)¹¹⁶. Este fato foi narrado por Mariana Coelho à amiga Bertha em carta escrita para a mesma:

[...] graças a Deus! Estou sendo compensada com honras e homenagens que muito me desvanecem! – Incluindo gentilíssimos telegramas de Exm^o. e bondoso Sr. Ministro da Educação e Saúde – elogiando as minhas modestas publicações literárias. – Bem como artigos publicados na Imprensa paranaense e firmado pelos bons paranaenses (COELHO, 30/09/1940, p. 2, grifos da autora).

Além do ministro, recebeu felicitações e demonstrações de admiração de Leoncio Correia que confirmou ser o livro, “[...] um documento que honra a sua cultura literaria, revelando conhecimentos do complexo e controvertido assumpto nessa these tratado [...]” (COELHO, 1940, p. 150). Já Victor do Amaral afirmou que *Linguagem* representou,

[...] um trabalho que mais uma vez põe em destaque o talento e a erudição de sua autora na carreira nobre do magisterio, a que está identificada.

Apreciei sua investigação sobre a origem da língua portuguesa. Quanto á ortografia simplificada, dela sou tambem adepto fervoroso, [...] Quanto á separação da Língua Brasileira da Língua Portuguesa, tão bem combatida em sua tese, só vejo motivos para a aplaudir; pois não há razão para essa desconcertante dicotomia.

Considero única a Língua Portuguesa, que herdamos de nossos ancestrais, não havendo motivo para ser dela desligada a presente Língua Brasileira, para constituir uma entidade á parte. Aos brasileiros de descendencia lusitana só vejo motivos de satisfação e orgulho nessa linhagem [...]

Termino esta singela missiva enviando-lhe calorosas felicitações por sua brilhante tese (COELHO, 1940, p. 147-148)¹¹⁷.

Preconizaram sobre sua obra, Flavio Guimarães, representante do Paraná no Senado Federal; José de Sá Nunes, filólogo paranaense; Barão de Ramiz Galvão, presidente da Academia Brasileira de Letras; Elza Pinheiro, presidente da União Universitária Feminina; além de vários críticos literários da imprensa curitibana e carioca, que, de modo geral, consideraram que só “[...] uma escriptora de tantos

¹¹⁶ Citação retirada do livro *Cambiantes* de Mariana Coelho. Escrita em 13 de junho de 1940.

¹¹⁷ Citação retirada do livro *Cambiantes* de Mariana Coelho. Escrita em julho de 1937, porém sem menção à fonte.

recursos literários e uma grande idealista voltada ao mais sublime dos ideais [...]” (COELHO, 1940, p. 149)¹¹⁸ poderia demonstrar.

No mesmo ano de defesa de sua tese, o então Governador do estado do Paraná, Sr. Manoel Ribas, por meio do Decreto n. 3.269, adotou a ortografia simplificada nas repartições e escolas públicas do estado (RIBEIRO, 2015a). Em felicitação ao referido documento, Mariana Coelho escreveu:

Folgo em poder registrar, como documento valioso a confirmar a minha opinião sincera e convictamente exposta no meu trabalho [...], um decreto assignado pelo Exmo. Sr. Manoel Ribas, operoso Administrador do nosso Estado, publicado em agosto de 1936 – documento comprovante de um espírito moderno que sabe corresponder à contínua evolução desta bela e importante fracção do país [...] (COELHO, 1937, p. 23).

O Governador respondeu a Mariana Coelho que, no momento era diretora da Escola Profissional República Argentina, agradecendo sua honrosa manifestação (RIBEIRO, 2015a).

Com base nas interpretações de Bourdieu (2004a, p. 175-176), inferimos que, dentro do campo do poder:

[...] os escritores, e de modo mais geral os intelectuais, [...] enquanto detentores do poder e dos privilégios conferidos pela posse do capital cultural, pelo menos no caso de alguns deles [...], podem colocá-lo a serviço dos dominados no campo social como um todo.

Isso fez Mariana Coelho quando já se encontrava em posição consagrada dentro do campo literário, passou a se inserir no campo intelectual. Enquanto detentora de um poder conferido pela posse de capital simbólico, no decorrer de sua trajetória como escritora, pode colocá-lo à disposição e a serviço dos que se encontravam sob uma situação social de dominação, sobretudo as mulheres.

Com uma posição já conquistada e estabelecida, sentiu-se segura para lançar, em 1940, sua última obra publicada em vida. Porém, segundo a própria autora, a primeira a ser escrita por ela, ainda na mocidade, quando vivia em terras lusitanas, assim a autora explicou: “ – ‘Cambiantes’ – o primeiro que escrevemos e que, por

¹¹⁸ Citação feita por Mario Lima, engenheiro da Prefeitura do Rio de Janeiro, retirada do livro *Cambiantes* de Mariana Coelho. Escrita em agosto de 1938, porém sem menção à fonte.

consequência, devia constituir a nossa primeira publicação literária, sai a lume em sexto lugar [...]”¹¹⁹ (COELHO, 1940, p. 14). O livro trata-se de um compêndio de contos e fantasias e, de acordo com a própria autora, de alguns pensamentos. A obra foi composta por quinze contos, nos quais Mariana Coelho desnudava a “[...] delicadeza de seus sentimentos [...]” e expunha “[...] a elevação de suas ideias e a sua invejável cultura” (VELLOZO, 1940, p. 9).

O livro contou com ilustração do artista plástico Guido Viaro¹²⁰ e dedicatória do intelectual Dario Vellozo que, em declarada amizade, dirigiu suas impressões à autora:

Prezada amiga D. Mariana Coelho: [...] A delicadeza de seus sentimentos apparecem em todas as paginas; em todos os capítulos a elevação de suas ideias e a sua invejável cultura. [...] “Cambiantes” é obra de phantasia, leve, em contraste com seo admiravel estudo – “Evolução do Feminismo” – que tantos applausos vae merecendo. Foi estreia de mestre, que a impôs como pensadora aos cultos (VELLOZO, 1940, p. 10).

Leoncio Correia (1940, p. 11-22) também prestou suas honras e seu respeito à autora, de quem considerava ser “Confrade e admirador”:

“Cambiante” – Contos e fantasias – formam um livro fadado a completo successo, dados os excellentes predicados de escriptora de sua ellustre autora. [...] Meus parabens, D. Mariana Coelho. Estas linhas são apenas a antecipação dos applausos que coroarão o triumpho justo da sua clara e nobre inteligência.

Mariana afirmou à amiga Bertha Lutz, logo após seu livro *Cambiantes* ter saído a público:

Como a minha distinta Amiga sabe, aqui tenho consagrado toda a minha existência ao Magistério e ás Letras; mas graças a Deus! – estou sendo recompensada com honras e homenagens que muito me

¹¹⁹ De acordo com a autora, na respectiva ordem, suas obras são: *Discurso* (1902); *O Paraná mental* (1908); *A evolução do feminismo: subsídios para sua história* (1933); *Um brado de revolta contra a morte violenta* (1935); *Linguagem* (1937); *Cambiantes* (1940).

¹²⁰ Nascido em 1897, em Badia Polesine, na Itália, estudou pintura em Veneza e em Bolonha entre os anos de 1921 a 1927. Mudou-se para o Brasil em 1927 e para Curitiba em 1929. Foi um artista bastante produtivo, que ficou conhecido, principalmente, por suas obras gráficas e pictóricas de grande significação para o contexto cultural regional. Além disso, foi professor da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, considerado um grande representante do campo do ensino da arte paranaense. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo5/367.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

desvanecem – Incluindo gentilíssimo telegrama do Em.^o e bondoso Sr. Ministro da Educação e Saúde – elogiando as minhas publicações literárias (COELHO, 1940, p. 1-2, grifos da autora).

O notado reconhecimento alcançado por Mariana Coelho fez com que a obra *Palestras Educativas*, organizada pela amiga Leonor Catellano e publicada pelo Centro de Letras do Paraná, dois anos após a sua morte, fosse considerada como verdadeiro capital moral, literário e intelectual da casa. Esta avaliação deveu-se aos “[...] seus méritos incontestáveis de escritora, cujos trabalhos intelectuais constituem, há muitos anos, um patrimônio de altíssimo valor para a vida literária do Paraná” (CASTELLANO, 1956, p. 9). O Centro fez questão de publicar, nas primeiras páginas do livro, uma mensagem enaltecendo os seus méritos de educadora:

MARIANA COELHO, grande mestra, afeiçoada à terra paranaense onde por mais de meio século ensinou diversas gerações, bem merecia que o Centro de Letras do Paraná, do qual era sócia emérita, publicasse os últimos trabalhos elaborados pela sua inteligência de escól (CENTRO DE LETRAS DO PARANÁ, 1956, p. 5).

A organizadora também fez questão de esclarecer que *Palestras Educativas*, representava para Mariana Coelho os preciosos “[...] elementos educativos que ela, guiada pela mão segura da Ciência e pela sugestiva intuição da Arte, quer incutir no espírito da mocidade, predispondo-a para o gosto pelo estudo” (CASTELLANO, 1956, p. 10). Dispondo dos objetivos postos pela escritora, Leonor Castellano (1956) acrescentou, que o livro representaria “[...] um precioso enfeite a embelezar a torre de ouro onde cintilam, há mais de meio século, as obras que consagraram MARIANA COELHO como uma das inteligências mais extraordinárias e benfazejas de nossa época” (CASTELLANO, 1956, p. 11, grifos da autora).

Segundo Mariana Coelho, ela ainda tinha a pretensão de publicar “[...] ‘Ronda Literária’ – (Apreciações). ‘História de tempos idos’ – (Tradução)” (COELHO, 13/09/1936, p. 2). Porém, devido a sua idade avançada e os problemas de saúde que a impediam de se dedicar ativamente às atividades literárias, foi obrigada a circunscrever sua prodigiosa, longa e profícua trajetória.

Mariana Coelho faleceu no dia 29 de novembro de 1954, aos 97 anos de idade. O reconhecimento de seus feitos e de suas contribuições realizadas em vida foram

exaltadas com profundo pesar por periódicos da capital paranaense, que lamentaram a perda da ilustre educadora.

Ecoou dolosamente em nossos meios sociais, educacionais e jornalísticos a notícia do falecimento, na manhã de hoje, da ilustre educadora paranaense D. Mariana Coelho, integrante de tradicional família paranaense e que tantos e tão assinalados serviços prestou ao Paraná, como jornalista, escritora e como professora, tendo sido Diretora da Escola Profissional República Argentina e fundadora do Colégio Santos Dumont, sendo ainda autora de várias obras, em que revelou o seu talento, a sua sólida cultura, virtudes que se aliavam ao seu ardor combativo.

Era irmã do saudoso Prof. Teixeira Coelho. Escritora das mais brilhantes, educadora que fez do magistério um sacerdócio, Dna. Mariana Coelho, [...] colaborou longos anos no DIÁRIO DA TARDE, em apreciadas colaborações, conquistando por suas virtudes um sem números de sólidas amizades, que hoje pranteiam a sua morte” (FALECIMENTO, 19/11/1954, p. 6).

Em vista de tais constatações, inferimos que o reconhecimento e a consolidação, alcançados na maturidade na carreira, demonstram a relevância de Mariana Coelho dentro do campo literário, sendo admirada por outros literatos e intelectuais de destaque no cenário paranaense. Inserida neste meio e compartilhando das mesmas visões de mundo, foi a elite letrada que corroborou o seu posicionamento destacado dentro do campo e consagrou sua escrita como referência de leitura sobre feminismo no Estado. Consagração que só foi autorizada devido ao conhecimento e erudição com que conduziu sua escrita, que adquiriu devido às muitas leituras que realizou.

Como já assinalamos, no final do século XIX e início do século XX, quando Mariana Coelho passou a inserir-se no campo literário paranaense, os obstáculos enfrentados por aquelas mulheres que pretendiam lançar-se ao universo da escrita eram grandes. Em um grau menor, se comparado à condição das mulheres, devido ao incipiente campo literário em que se encontrava em processo de formação, os literatos também encontravam dificuldades para viver financeiramente de suas produções culturais, necessitando dedicarem-se a outras profissões. Foi nesse contexto que Mariana Coelho criou seu Colégio e passou a tecer sua rede de relações com os literatos do período, bem como a estabelecer suas estratégias. Munida de um *habitus* tipicamente literário, conseguiu acumular capital cultural e simbólico necessários para que fosse reconhecida como escritora e, a partir dele, posicionar-se

de modo dominante, tornando-se, já em um estágio avançado de sua carreira, uma escritora consagrada e reconhecida pelos seus pares, o que lhe possibilitou transitar do campo literário para o campo intelectual.

Caminhamos para o debate que será estabelecido no próximo capítulo, a análise de como foi se instituindo os contornos da concepção feminista adotada por Mariana Coelho dentro do campo intelectual.

3 DA ASPIRAÇÃO À PALAVRA AUTORIZADA: UMA FEMINISTA NO CAMPO INTELECTUAL

Por que é feminista? A princípio por uma significativa intuição, mais tarde por inteira e consciente convicção (COELHO, 13/09/1936).

Devido à atividade exercida por um grupo de agentes, sobretudo nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, o campo intelectual no Paraná adquiriu contornos com algum grau de autonomia na medida em que este grupo passou a intervir diretamente no espaço público como campo de ação e tomada de decisões. O avanço foi possível com a expansão dos espaços culturais de sociabilidade, a urbanização da cidade, a ascensão do modelo científico e o crescimento da industrialização e do mercado de impressos, que contribuíram, de modo categórico, para a afirmação do poder simbólico dos intelectuais e de sua manifestação como campo social autônomo.

Foi em meio a esse panorama, em que a intelectualidade paranaense passou a desempenhar um papel fundamental na sociedade como mediadores da cultura, que Mariana Coelho elaborou e definiu sua concepção sobre a emancipação da mulher e como aplicá-la na vida social. Neste capítulo, nosso empenho é acompanhar o percurso de Mariana Coelho no campo intelectual e mostrar como ela estabeleceu marcas profundas do feminismo na sociedade curitibana, como forma de expressão de uma educação feminina. Para isto, problematizamos a posição da intelectual dentro do campo, bem como analisamos, valendo-nos de sua escrita e atuação na vida pública, as estratégias utilizadas, as relações estabelecidas e as influências sofridas pela autora, responsáveis por ditar os contornos da concepção de feminismo adotado por ela, sabendo que não foi a mesma ao longo de sua trajetória.

Para demarcar nosso principal objetivo neste capítulo, apuramos que o pensamento feminista expresso pela intelectual estava dividido em dois momentos distintos, que aqui chamaremos de “Feminismo por intuição” e “Feminismo por Convicção”. Estes dois posicionamentos estavam intimamente ligados à sua participação na esfera cultural e pública, tal como a posição que ocupava no campo literário quando passou a divulgar suas ideias sobre emancipação da mulher já como intérprete autorizada. Nosso desafio consistiu em apreender se as diferenças em seu posicionamento feminista foi fruto de estratégias para atingir uma inserção no campo

intelectual ou se foram as expressões dos benefícios resultantes dos estudos e das leituras que realizou e do contato que estabeleceu com outros agentes.

3.1 FEMINISMO POR INTUIÇÃO

No Paraná, no final do século XIX até a primeira década do século XX, assim como o campo literário, o campo intelectual se encontrava em processo de constituição. Tendo em vista esta condição, as discussões de Gisèle Sapiro (2012) podem nos ajudar a compreender que a conformação desse campo, no Paraná, foi se dando desde o momento em que um grupo de agentes, composto, sobretudo, por uma elite letrada, começou a intervir politicamente nas decisões públicas de modo efetivo, exercendo uma função tipicamente intelectual. A intervenção que se deu, especialmente em defesa da modernização e do progresso, tendo em vista a expansão da escolarização, do cientificismo, da industrialização e da ampliação da produção e circulação de impressos, passou a contribuir para o delineamento e a afirmação do poder simbólico dos intelectuais e de sua manifestação como categoria social. Identificamos que, nesse primeiro momento, Mariana Coelho não exercia uma função intelectual na sociedade curitibana, encontrando dificuldades para expor suas ideias sobre emancipação feminina.

Para pensar a atuação política de Mariana Coelho, utilizamos o conceito de campo intelectual. Sapiro (2012, p. 22, grifos nossos) esclarece que o campo intelectual:

[...] permite tomar por objeto a tensão entre estas duas definições, política e profissional. Situado na intersecção do campo político e dos campos de produção cultural específicos, **o campo intelectual participa do campo de produção ideológica**, *universo relativamente autônomo, onde se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em um dado momento do tempo e onde se define, ao mesmo tempo, o campo do pensável politicamente ou, se preferirmos, a problemática legítima*, como o define Pierre Bourdieu.

Com base nesta definição, constatamos que Mariana Coelho, na primeira fase de seu feminismo, encontrava-se disposta no conjunto dos produtores culturais, porém, devido às dificuldades impostas à própria estrutura do campo intelectual paranaense naquele momento e à posição de dominação em que se encontrava dentro do campo, além da ausência de um capital simbólico e de autonomia política,

não estava autorizada a exercer sua condição de interventora política no espaço público, de modo a expor sua defesa em relação aos direitos das mulheres de modo habilitado. Desta forma, seu feminismo correspondia a uma inspiração, em contraponto a seu segundo momento que passa a ser facultado como palavra autorizada.

Ao situarmos em que posição se encontrava Mariana Coelho dentro do campo intelectual naquele momento, bem como de onde partia sua narrativa, conseguimos compreender melhor as estratégias e as posições tomadas por ela. Elegemos que o fio condutor de nossa investigação, para a primeira fase de seu feminismo, que chamamos aqui de intuitivo, será o conjunto das publicações feitas nos jornais e revistas da capital, logo após ter chegado ao Paraná, bem como o *Discurso* proferido na loja maçônica *Filhas da Acácia* e sua obra *O Paraná Mental*. Por meio delas, foi possível compreender o conceito de emancipação feminina expresso por ela nesse momento.

O primeiro texto publicado pela autora, a expressar seu posicionamento e sua defesa acerca do papel das mulheres na sociedade, foi um artigo impresso na revista de arte *Breviário*¹²¹, em agosto de 1900, intitulado *Emancipação da Mulher*. O texto consistiu no primeiro ensaio publicado pela autora e deixava clara sua proposta feminista já naquele momento.

Desde seus primeiros artigos, observamos que as concepções de progresso e evolução aparecem como questões centrais em sua escrita. Os dois conceitos, por ela defendidos de modo indubitável – frutos de grande investimento de leitura –, eram considerados como processos naturais da sociedade humana. Sua crença em tais concepções era tão categórica que acabaram compondo a linha mestre de sua narrativa nas duas fases de seu aguerrido feminismo. Porém, para que o progresso defendido por ela fosse alcançado, em sua insurgente e convicta voz, advogava: “[...] é impossível a realização do progresso sem a vitória da evolução [...]” (COELHO, 2002a, p. 29); a evolução para ela, nesse caso, seria a feminina. Isto é, a intelectual

¹²¹ A revista *Breviário* foi um periódico mensal de arte e cultura, fundada e dirigida por Romário Martins e Alfredo Coelho. Lançada em Curitiba em agosto de 1900, trazia com slogan “Revista de arte” e tinha como destaque a literatura de cunho simbolista, expressas, sobretudo, por meio de versos, prosa, excertos de obras, ensaios, homenagens e perfis dos literatos paranaenses (BELTRAMI, 2002).

defendia que, para a sociedade alcançar seu progresso, as mulheres deveriam evoluir da condição social que se encontravam naquele momento.

Machado (2003, p. 320), na resenha que faz do livro *A Evolução do Feminismo: subsídios para sua história*, afirma que Mariana Coelho foi ingênua e otimista em acreditar “[...] que a evolução da mulher conduziria fatalmente à evolução da humanidade [...]”. Porém compreendemos que a intelectual percorreu outro caminho em sua defesa; acreditava que a sociedade não alcançaria o tão almejado progresso se as mulheres fossem deixadas para traz, ou seja, sem que ocupassem o “[...] elevado papel que a mulher pode e deve representar na sociedade [...]” (COELHO, 2002a, p. 92). Diante disto, era primordial um “dever imperioso e inadiável” preparar “[...] solícita e convenientemente o espírito feminino, de forma a collocar-o na altura de compreender nitidamente, e conforme a epocha actual exige, a phase de adiantamento a que nos conduziu uma precisa e natural evolução” (COELHO, ago. 1900, p. 8). Mariana Coelho não via a mulher como responsável pela evolução social – por ser um conceito compreendido como algo natural –, sua defesa partia de seu espírito libertário, expresso em seu sentimento de justiça e humanidade, e de sua preocupação com os rumos da sociedade, visto que, para ela, “[...] um dos flagrantes pontos de convergência do progresso [...] é a realização da justiça [...]” (COELHO, 2002a, p. 29). Dessa forma, como uma sociedade poderia ser desenvolvida se ela não fosse justa com todos os seus membros? Como uma requintada civilização, que paira numa “[...] esfera superior, tão puros no brilhantismo do seu tríptico adiantamento social, moral e intelectual, e tão elevados nas suas concepções de progresso [...]” (COELHO, 2002b, p. 94), se, às mulheres, fossem relegadas de exercer sua emancipação? Assim, ao considerar a mulher como peça chave dessa relação, defendia, obstinadamente, que se esta não fosse retirada do estágio de ignorância em que se encontrava, a sociedade não poderia progredir. Não só não progrediria como condenaria a mulher a permanecer “[...] amarrada ao deplorável poste da ignorância, equivale a arriscar a criminosamente á probabilidade de receber em compensação do seu mais nobre e espontâneo affecto, o completo anniquillamento da alma, – o que quer dizer a sua principal ruína” (COELHO, ago. 1900, p. 8). Para ela, a emancipação das mulheres era compreendida como uma questão de justiça mais do que de gênero.

Em sua defesa pela emancipação feminina, atribuí a responsabilidade pelas injustiças realizadas contra as mulheres a uma parcela do sexo masculino que,

segundo ela, insistia em mantê-las em um inerte estágio de ignorância, negando-lhes alguns dos direitos sociais e políticos, por ela considerados fundamentais. Conforme denuncia, muitos homens

[...] não admitem que a mulher tenha o direito de ocupar na sociedade um lugar superior ao que lhe proporcionava a educação d'outrora, que primava por sopitar-lhe, autoritariamente, a inteligência e o talento, tornando-a, na frase irresponsável de vários autores, "um animal doméstico", legalmente adquirido pelo homem (COELHO, 2002b, p. 93).

A intelectual não se intimidava em fazer, o que chamava de escalpo ao sexo masculino, justificando que este "[...] procede muitas vezes para conosco da mesma forma [...]" (COELHO, 2002b, p. 96). Deixava recair seu desprezo, em especial, sobre alguns dos homens de letras, já que eram eles que, segundo ela, deixavam registrado seu jugo egoísta nas páginas dos jornais e revistas. Com base em tais argumentações e dando continuidade à querela, ela fez questão de apontar os pontos "fracos do sexo forte", ou seja, "[...] todos os defeitos e ridículos de que quase todos os homens que escrevem, pelo menos os mais imodestos [...]" (COELHO, 2002b, p. 96), eram dotados.

Donde se pode deduzir, sem receio de contestação séria, que o sexo forte – forte no abuso da sua força e da sua indiscutível impunidade, deprime e deprecia a mulher exatamente nos próprios defeitos de que ele é a causa única! Não é esta uma contradição bem flagrante e bem digna de ser seriamente enfrentada e combatida por quem trabalha convicta no conseguimento da nossa mais cara emancipação? (COELHO, 2002b, p. 97).

Nessa primeira fase, já se mostrava uma intrépida defensora da instrução, da profissionalização e do voto feminino – aspectos que perpassarão as duas fases de seu feminismo e serão os pontos principais de sua defesa – questões consideradas um tanto delicadas para o período, sobretudo o sufrágio. De acordo com Costa (2005), o feminismo, enquanto movimento social, desenvolve-se no contexto das ideias iluministas, em torno da exigência por direitos políticos e sociais, tendo como auge a luta pelo direito ao voto. Nesse despontar, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, da América Latina. Como um sopro, tais reivindicações atingiram o Brasil e as primeiras manifestações que aqui se deram

ocorreram já na primeira metade do século XIX, sobretudo por meio da imprensa, principal meio de divulgação das ideias feministas no período. Porém, Hahner (1981) destaca que o apelo maior ocorreu com a agitação republicana do final do século, a qual fortaleceu o desejo feminista por direitos políticos, proporcionando argumentos adicionais a favor do voto feminino. A proclamação da República em 1889 possibilitou, inicialmente, uma estrutura política branda e aberta, que teve como um dos resultados a extensão dos direitos sociais e políticos a uma parcela da população que antes não era atendida, como a ampliação do voto a todos os homens alfabetizados. Com a nova medida, a questão do sufrágio pôde tornar-se um ponto fundamental na luta feminista, que, até então, vivenciava uma condição de privação e frustração política. Tal reivindicação acabou por estarrecer muitos homens e mulheres que viam nessa possibilidade uma completa incoerência.

Diante das movimentações que vinham ocorrendo em muitos países em defesa da emancipação feminina, Mariana Coelho uniu tais exigências a um dos princípios que lhe era mais caro, a evolução. Defendia que a mulher:

[...] para poder acompanhar o infallível movimento evolutivo, precisa cultivar e esclarecer o espírito – que deve, conseqüentemente, atingir mais ou menos, a tal respeito, um certo e justo paralelo com o espírito masculino. Ao contrario desta reforma imposta pela necessidade da epocha actual, a mulher continuará a ser sempre mais ou menos victima, sacrificada por um estulto egoísmo que não tem mais razão de ser (COELHO, 05/1900, p. 7).

Em outro texto que publicou para o jornal *Diário da Tarde* em 1901, com o mesmo título do ensaio publicado para a revista *Breviário, Emancipação da Mulher*, Mariana Coelho reforçou, de modo pujante, a defesa da instrução feminina: “[...] eu quero-a intellectualmente preparada e prevenida para acompanhar condignamente o progresso social – cuja veloz marcha lhe impõe tal necessidade [...]” (COELHO, 04/03/1901, p. 1). Como deixa entrever o trecho anterior, a intelectual sustentava que era fundamental que

[...] a mulher trabalhe e estude, que se engrandeça pela sua elevação moral e intelectual ao lado do homem, fundando, em simpática associação, os alicerces da sociedade futura e terá conquistado a mais inequívoca e condigna emancipação que lhe compete e lhe convém [...] (COELHO, 2002b, p. 94).

Apesar de desagradar a muitos, a emancipação feminina passou a adquirir um significado cada vez maior. Para Mariana Coelho, a aquiescência crescente denotava a consonância de suas ideias com os princípios propalados pelo movimento feminista mundial, a defesa pelo direito à educação, ao trabalho e ao voto. Estes aspectos compunham, sobretudo, sua ideia de emancipação e encontravam-se fortemente entrelaçados. Ao defender o sufrágio feminino, a intelectual compreendia que as mulheres, a princípio, precisariam ser educadas, para poderem exercer seu direito ao voto sem se iludirem, muitas vezes, “pelo próprio coração” devido à “sua natural inexperiência”. Para ela, a mulher “[...] não poderá igualmente errar na eleição d’elles a quem vae entregar, confiante, os altos destinos de sua pátria [...]” (COELHO, 01/03/1901, p. 1). Acrescentava que,

[...] para derrocar pela base o erro que a ingenuidade ou a incompetencia feminina pode occasionar, bastará dar á sua educação um mais consciente impulso – tornando-a cada vez mais solícita e logica, dando ao seu espirito sequioso de illustração, toda a devida elucidação possível e de que elle é capaz. A cegueira é sempre fatalmente funesta, qualquer que seja o campo em que ella se encare (COELHO, 01/03/1901, p. 1).

Além disso, acreditava implacavelmente que, se as mulheres fossem devidamente educadas, poderiam exercer qualquer profissão,

[...] furtando-se d’est’- arte ao sofrimento de um inevitavel martyrio moral, a que os antigos preconceitos muitas vezes a obrigam. [...] atravessa a vida, ludibriada e humilhada por todos os outros, porque lhe falta, em tão critica situação, o principal recurso, o mais preferível esteio – uma profissão que lhe garanta um viver independente (COELHO, 01/03/1901, p. 1).

Para Mariana Coelho, a evolução das mulheres deveria partir da preparação de sua intelectualidade, porque com “uma educação completa primeiro, e depois... o resto virá fatalmente, quer os obstinados opposicionistas queiram, quer não” (COELHO, 02/04/1901, p.1). Sobre esta questão, Bueno (2018) aponta que, no século XIX, as primeiras solicitações feministas eram pela educação das mulheres. O direito à educação antecedeu outras reivindicações e debates do feminismo em muitos países. Entendia-se que o acesso à independência econômica, por meio da

profissionalização, passaria, primeiramente, pelo reconhecimento e aquisição do conhecimento escolar.

Mariana Coelho, compreendendo o teor de suas exigências, já se preparava para as críticas e para a oposição que certamente viriam. Estando certa de que, munidos de “argumento esmagador”, muitos antifeministas, “surgirão, certamente, ao campo da lucta [...]” (COELHO, 01/03/1901, p. 1).

Porém, ela não se intimidava diante das possíveis contraposições, sempre que possível aproveitava, de forma estratégica, as oportunidades conferidas a ela para expor suas ideias sobre a emancipação feminina. A exemplo disso temos o *Discurso* proferido durante o ato solene de inauguração da loja maçônica de adoção Filhas da Acácia, em que dedicou suas últimas palavras a discorrer sobre o que considerou como “alguns assuntos sociaes mais palpitantes”. Nestes termos, a oradora anunciou: “[...] é justo que não dê a minha missão por terminada sem vos dizer tambem algumas palavras sobre a emancipação da mulher [...] Que não se diga lá fóra que dentre o sexo feminino paranaense se não levanta uma única voz sobre tão magno thema [...]” (COELHO, 1902, s/p). Da mesma forma, procedeu em seu livro de crítica literária *O Paraná mental*, já que nele dedicou cinco páginas à discussões sobre o “[...] elevado papel que a mulher pode e deve representar na sociedade” (COELHO, 2002b, p. 92). Mesmo se tratando de um livro sobre a produção cultural realizada no Paraná, reservou um espaço para debater suas ideias feministas. Mariana tinha a intenção de mostrar,

A despeito das muitas e várias opiniões retrógradas, em todos os grandes centros do mundo civilizado, a par dos graves problemas sociais que têm convulsionado a nossa época, há muito que ventila franca e entusiasticamente a questão da emancipação da mulher, a que o grande movimento feminista, que abrange o novo e velho mundos, tem dado impulso e determinada importância, alimentando com denodo e convicção este desideratum (COELHO, 2002b, p. 93).

De modo ardiloso, valeu-se de seu posto na coluna *Chronica da Moda* do jornal *Diário da Tarde* para divulgar temas sobre o direito da mulher. Dedicou-se, desse modo, a introduzir e debater com seus(suas) e leitores(as) assuntos sobre feminismo em espaços que deveriam ser destinados a outros temas. Sobre tal estratégia, vale ressaltar que sua intenção em utilizar esses espaços para a comunicação de um aparato feminista correspondia, sobretudo, a uma importante parte da educação

feminina defendida por ela. Assim, a educação não formal das mulheres foi utilizada por ela como um campo estratégico para instruir suas leitoras acerca do papel cultural, social e político que deveriam assumir, sobretudo para aquelas dos estratos sociais que necessitavam do próprio trabalho para subsistência.

Durante o período em que foi colunista da *Chronica da Moda*, Mariana causou polêmica ao defender o voto feminino em um espaço dedicado a assuntos relacionados à moda e à elegância. No dia 1º de março de 1900, a autora iniciou seu texto com “entusiástico alvoroço” ao divulgar a notícia da “[...] aprovação das camaras francezas ao projecto que concede, finalmente, o voto à mulher [...]” (COELHO, 01/03/1901, p. 1). A intelectual considerava o voto como ponto fundamental para que as mulheres pudessem alcançar sua evolução social. Pautada por sua concepção de participação feminina, utilizando-se de um tom provocativo e de sarcasmo proferiu sua defesa:

E com que desfructavel cara a receberiam os renitentes antagonistas da emancipação feminina, reconhecendo-se impotentes para deter a corrente infallivel, a marcha triumphante e “assustadora” do progresso social e intelectual feminino – verdadeiro terror que assoberba e confunde uma grande parte do sexo “forte”! (COELHO, 01/03/1901, p. 1).

Suas ideias e suas provocações não foram bem recebidas pela sociedade curitibana daquele momento. Muzart (2002) revela que mesmo os primeiros jornais femininos e feministas, como o *Jornal das Senhoras* que promovia, de modo declarado, um programa de luta pelo direito das mulheres, utilizava-se de um modo, para apresentar essas ideias, mais sutil e velado do que o exposto por Mariana Coelho. Devido a isto, Mariana Coelho foi fortemente criticada, gerando um grande debate entre os opositores de suas ideias.

Trindade (1996), em sua obra *Clotildes ou Marias*, já alertava sobre a acirrada polêmica entre grupos antagônicos – homens e mulheres – que se manifestavam, de forma fervorosa, a favor ou contra ao ideário feminista na Curitiba da virada do século. Segundo a autora:

[...] advogavam pela causa, Marianna Coelho, Elvira Paraná, Leonor Castelhana, Pamphylo d’ Assumpção; na posição oposta encontram-se Nestor de Castro, Gastão Faria, Flavio Suplicy de Lacerda e,

surpreendentemente, uma mulher de vida social e profissional bastante ativa, Georgina Mongruel (TRINDADE, 1996, p. 110).

Foi justamente entre dois representantes da lista de opositores que Mariana Coelho travou sua contenda. As discussões ocorreram, primeiramente, com Georgina Mongruel¹²² e, posteriormente, com Nestor de Castro, que entrou no debate em auxílio à amiga e em oposição à postura feminista assumida por Mariana em sua coluna jornalística. À princípio, Mariana se mostrou bastante surpresa pelas críticas terem partido de outra mulher, uma figura bastante conhecida por sua atuação nos meios públicos.

O gracioso artigo ultimamente lançado nas columnas do interessante *Diario* pela distincta artista do lápis, Mme. Mongruel, veio surprehender-me pela segunda vez com a demonstração de uma imperfeita interpretação dada aos meus modestos artigos sobre nossa emancipação, sendo d'esta vez a surpresa mais frisanete pelo facto de partir de uma penna feminina. E è talvez a singularidade d'este caso que me rouba a energia que me impelliria por certo a “terçar armas” com mais vigor se o “combate” fosse provocado por inimigo masculino [...] (COELHO, 04/03/1901, p. 1).

O fato dela defender publicamente o voto feminino, segundo Hahner (1981), não apenas incomodava devido à circunstância em se ter mulheres eleitoras, mas, em especial, por aguçar a imaginação de muitos, a ideia de se ver muitas delas debatendo política abertamente. Devido a isto, Georgina Mongruel era obstinadamente contrária ao voto feminino, a escritora até defendia que mulher fosse “[...] instruída em tudo o que é grande, bello, nobre e ... natural [...]”, e que gostaria de vê-la, “[...] ‘igual ao homem’, mas antes de tudo, *uma mulher*” (COELHO, 04/03/1901, p. 1)¹²³. A fala de Georgina demonstra o temor que muitos tinham de que as mulheres perdessem sua feminilidade ou que houvesse uma inversão dos papéis sociais atribuídos a cada um dos sexos. Sua grande objeção estava em ver a mulher entregar o bebê aos cuidados do marido enquanto fosse discutir política ou pleitear candidatura. Ou como se refere

¹²² Georgina Leonard Mongruel (1861-1952) nasceu na Bélgica e foi educada por seu avô em Paris. Voltou para Bélgica e diplomou-se na Escola Normal Superior, em 1885. Veio para o Brasil em companhia do marido e morou em São Paulo, Rio de Janeiro e, em 1895, passou a residir em Curitiba, tornando-se uma personagem bastante conhecida na capital paranaense. Nessa cidade, deu aulas de canto, piano, violino e pintura na Escola de Belas Artes. Escreveu para o jornal *Diário da Tarde* e para a revista *Fon Fon* no Rio de Janeiro. Participou do Centro de Letras e do Instituto Néo-Pitagórico (BUENO, 2018).

¹²³ Mariana Coelho repete as palavras de Georgina Mongruel.

Mariana Coelho a esta situação: “Parece que o principal motivo da sua repugnancia em acceitar o direito ao voto, parte da perspectiva que lhe apresenta por um prisma degradante a mulher no café ou na praça publica discutindo o seu voto, nos *meeting*” (COELHO, 04/03/1901, p. 1). Mariana se defendia de tais indicativos afirmando “[...] que a capacidade moral e intelectual feminina tudo pode abranger razoavelmente” (COELHO, 04/03/1901, p. 1). A intelectual, de modo bastante sagaz, buscou comprovar sua argumentação utilizando como exemplo a própria escritora, ao afirmar que “[...] a mulher pode entregar-se simultaneamente ás suas occupaões sociaes e domesticas, é uma prova flagrante a própria Mme. Mongruel, cuja atividade abrange cuidados que vão muito além dos exigidos no seu lar” (COELHO, 05/03/1901, p.1).

Além disso, Mariana Coelho chamou a atenção para a opinião da escritora que se manifestava,

[...] tão absolutamente contraria ao direito do voto feminino, na mesma epocha em que nas camaras francezas (onde elle ainda não entra)! é aprovado por 374 votos contra 104 – factoalmente significativo! Não quero, entretanto, n'este eloquente confronto, formular a mais leve censura á respeitosa opinião da minha digna amiga, que poderia, quando muito, ser traduzida pelas illustres propagandistas suas compatriotas, de falta de solidariedade devida (COELHO, 04/03/1901, p.1).

O debate travado entre as duas chegou a ser motivo de deboche, como demonstra o pequeno verso, assinado sob o pseudônimo de Magloire, publicado no jornal:

O voto e o ovo

O ovo na casca
Comido à colher,
Direito do voto
Cedido à mulher,
Vão ser discutidos
Por duas senhoras...
- Se come-se o ovo
- Se são eleitoras (MAGLOIRE, 05/03/1901, p. 2).

O sarcasmo do verso se refere ao fato de Mariana Coelho, em sua publicação, à medida que saudava o grande avanço das mulheres parisienses pela conquista do voto, criticava um artigo publicado em um jornal francês, em que a escritora ensinava

como se deveria comer um ovo com elegância. Mariana não resistindo a tantas frivolidades presentes nas orientações do texto, escreveu:

É para notar como aquela grande Paris, na sua ancia eterna de civilisar, toca às vezes os extremos, oferecendo as mais bizarras contradições: ao mesmo tempo que se engrandece dando mais um passo gigantesco no conseguimento da elevação social da mulher, desce, em perfeita pequenez da pygmeu, á minuciosidade caricata de nos ensinar a comer um ovo... (COELHO, 01/03/1901, p. 1).

Hahner (1981) pondera que parte das mulheres vinculadas à elite, como era o caso de Georgina Mongruel, defendia mudanças menos drásticas nos papéis e nas atitudes femininas do que muitas profissionais, como Mariana Coelho, que sobreviviam de sua profissão.

Acreditamos que Mariana Coelho, em seus escritos, pretendia dialogar com as mulheres de todos os estratos sociais, porém suas orientações se voltavam, em particular, para aquelas que não estavam circunscritas aos círculos sociais da elite, porque, ao enfatizar a importância de uma educação feminina voltada para a profissionalização, deixava recair suas indicações sobre as mulheres que necessitassem garantir seu futuro por meio de seu próprio trabalho, assim como ela mesma. A intelectual apresenta, deste modo, desde sua primeira fase, um feminismo voltado, sobretudo, para a defesa da emancipação feminina, marcada pela autonomia financeira e pelo direito ao voto.

A resistência masculina ao sufrágio feminino se manifestou por meio de Nestor de Castro¹²⁴, a princípio sob o pseudônimo de João Jacques, que tomou partido a favor de Georgina Mongruel, dando continuidade no embate sobre o tema. O intelectual, em elogiosa declaração a sua aliada de causa, afirmou ter acompanhado os “[...] belos rasgos estylsticos e a fluente graça gauleza [...]” com que Georgina vinha escrevendo seus “[...] magistrais artigos sobre a actualissima questão do *feminismo*” (JACQUES, 14/03/1901, p. 1).

¹²⁴ Nestor Pereira de Castro (1867-1906) foi um conhecido jornalista paranaense. Nasceu em Antonina, porém, durante sua juventude, foi enviado ao seminário em São Paulo. Após casar-se, mudou para Curitiba, cidade que se tornou o ponto de partida para sua notável carreira jornalística. A primeira experiência veio no jornal curitibano, ligado ao Partido Liberal, *Dezenove de Dezembro*. Atuou como secretário de estado no governo durante a Revolução Federalista no final do século XIX. A derrota do movimento ocasionou o exílio do jornalista. Foi patrono da cadeira número 33 da Academia Paranaense de Letras. Maiores informações sobre ele, pode-se consultar: Academia Paranaense de Letras: biobibliografia. Curitiba: Posigraf, 2016.

De acordo com Hahner (1981), boa parte da resistência ao voto feminino estava pautada por uma concepção masculina de família e dos deveres femininos. Muitos deles “[...] temiam que, se o mais puro e mais nobre dos sexos descesse do pedestal e escapasse do isolamento do lar, ele poderia ser maculado ou corrompido e a sociedade arruinaria” (HAHNER, 1981, p. 78). Com base nisso, boa parte da população defendia que as mulheres não deveriam lidar nem se interessar por assuntos públicos, porque seu ambiente de domínio deveria ser o lar. Nestor de Castro demonstrou ser adepto desse modo de pensar ao defender Mme. Mongruel, que, para ele, compreendia e sustentava “[...] que os deveres da mulher estão naturalmente adstrictos ao lar, e que qualquer ampliação dessa missão trará o aniquilamento da família [...]”. Além disso, advertia “[...] que toda manifestação tendente a transformar o actual estado social da mulher [...]” representaria uma “[...] profanação contra a moral e a tranquilidade domestica” (JACQUES, 14/03/1901, p. 1). Desse modo, Hahner (1981) explica que se manifestava, no país, uma concepção sentimental que ligava a mulher ao lar, ao papel de esposa e mãe, – fortemente influenciada pelos ideais católicos e positivistas – associada ao pensamento dos anti-sufragistas. Compondo esse grupo, Nestor de Castro, ao temer as consequências que a saída da mulher do lar pudesse proporcionar na estrutura e conservação da família, afirmava que, com a conquista do voto, as mulheres passariam a se preocupar com um “[...] turbilhão de coisas que a distrahirão dos seus deveres conjugaes” (JACQUES, 14/03/1901, p. 1), e isso ocasionaria inevitavelmente a dissolução da família.

Apesar de sua crença, Nestor de Castro afirmava defender sim a emancipação feminina, porém deveria ser conferida por meio da “ampliação dos meios pedagógicos”, que se daria mediante “[...] integração educativa do sexo feminino, [...] nos diversos ramos do ensino oficial” (JACQUES, 14/03/1901, p. 1). Entretanto, sob a condição de que essa educação tivesse como objetivo o aprimoramento moral com a aplicação dos conhecimentos adquiridos “em sua labutação na vida pratica” doméstica e na vida conjugal. Como forma de defender seu ponto de vista o autor recorreu a Kant que o auxiliou na afirmação de uma relevante importância do caráter moral para a estabilidade dessas ações. Assim, a partir da posição do filósofo defendeu que sendo a mulher dotada de atributos morais, “[...] ha de preencher as suas funcções sociaes sem interromper a doce tranquillidade do lar” (JACQUES, 16/03/1901, p. 1).

Ao defender tais ideias e apoiar os postulados de Georgina Mongruel, Nestor de Castro se posicionou contra Mariana Coelho, em especial em relação ao fato de a

intelectual atribuir aos homens a culpa pelo atraso “moral e intelectual do sexo feminino”. Segundo ele, o homem não era o “destruidor das liberdades feminis” nem o inimigo natural das mulheres, para ele, muitos estavam “modernamente” “[...] collocados ao lado da propaganda feminista, [...] centenas de cavalheiros da mais selecta intellectualidade e dignos de universal conceitos” (JACQUES, 21/03/1901, p. 2). Em busca de subsídios científicos e com a preocupação de instrumentalizar seu argumento, o autor mencionou o nome de vários intelectuais que atuavam em defesa da causa feminina, concluindo seu texto com o seguinte apelo:

Peço, portanto, a illustre D. Marianna Coelho o obsequio de modificar seu juízo a respeito das intenções do sexo masculino, pois dest’arte S. Ex. entrará francamente no dominio da justiça, que deve constituir o fundo moral de todas as grandes causas civilisadoras do tempo (JACQUES, 21/03/1901, p. 2).

Mariana Coelho reagiu à publicação de Nestor de Castro, asseverando que ele estava excedendo “demasiadamente a sua fecunda imaginação” ao afirmar que atribuía aos homens a culpa pelo atraso intelectual feminino. Em sua defesa, afirmou estar ciente de que a “[...] maioria do sexo masculino ilustrada se pronuncia francamente pela emancipação da mulher [...]” (COELHO, 22/03/1901, p. 1). Para isso, reiterou a conquista do direito ao voto pelas francesas, homologado por meio de aprovação masculina. Ao lembrar este fato, a intelectual tocou novamente no delicado tema que acabou gerando todo o desconforto inicial, nas páginas do diário, a questão do voto feminino. Nestor de Castro, opositor assumido, em sua irritada e escarnecida resposta, refutou:

Este acontecimento que á exma. contendora parece um bem, é, em essência, um mal á verdadeira aspiração da causa que advogamos. O *suffragio* tão cheio de complexidade até nas classes masculinas, deve ser uma das ultimas concessões que se tenham de realizar em favor da mulher (CASTRO, 29/03/1901, p. 1).

Além disso, justificava sua posição afirmando que até mesmo os “[...] mais intransigentes partidarios do movimento feminista repellem a adopção d’esta medida legal [...]” (CASTRO, 29/03/1901, p. 1), sem que haja uma compreensão mais esclarecida acerca desse direito. “Nesta tentativa, tão difficil como delicada, o importante é saber escolher e saber esperar. O progresso não surge senão após uma

gestão lenta e laboriosa” (CASTRO, 29/03/1901, p. 1). Já desgastada com as contendas travadas na imprensa, Mariana Coelho declarou que não pretendia mais voltar à arena de debates, pedindo a Nestor de Castro e ao seletor público: “[...] permitam a declaração terminante, de que não voltarei á imprensa a responder a qualquer artigo – desde que este se me antolhe com um certo fundo provocante e intencional” (COELHO, 15/04/1901, p. 1).

As críticas recebidas por Mariana Coelho e os debates que sua postura gerou nas folhas do *Diário da Tarde* estavam diretamente ligadas à posição ocupada por ela e ao volume de capital simbólico por ela acumulado, naquele momento, dentro do campo intelectual. Sobre isto, Sapiro (2012, p. 22) nos auxilia na reflexão ao afirmar que “[...] o capital simbólico tem incidência sobre a forma que a tomada de posição reveste. Quanto mais se ocupa uma posição dominante no campo, mais se tende a universalizar os interesses particulares”. No caso de Mariana, seu interesse era defender a emancipação feminina. Entretanto, dentro dessa conjuntura, de modo inverso, ela se encontrava em posição dominada dentro do campo. Como consequência, seus interesses particulares, que se contrapunham a uma visão dominante de mundo, acabaram produzindo um efeito negativo, visto que não havia acumulado capital simbólico suficiente para que suas palavras fossem consideradas autorizadas.

Deste modo, de acordo com os apontamentos de Sapiro (2012, p. 22), Mariana Coelho, devido à posição inferior em que se encontrava, teve que “[...] renunciar em certa medida a exercer seu espírito crítico e se ajustar à demanda [...]” imposta. Após os acalorados debates, ela retomou a sua *Chronica da Moda* e aos temas de interesse da coluna. Porém, não se contentando em discorrer apenas sobre os assuntos condizentes com o quadro, encontrou um modo bastante interessante de introduzir novamente os conteúdos sobre a emancipação feminina. A intelectual, de modo bastante perspicaz, amalgamou os dois assuntos, de modo que sua defesa pelo direito das mulheres estivesse implícita em sua narrativa. Assim, em meio a um assunto sobre penteado, tratou de abordar o tema com suas leitoras:

Com relação aos penteados, ja poucos se veem com a frente á Luiz XVI, que tão maravilhosamente emolduravam um rosto feminino. Os mais modernos são mais baixos, em tufos incorrectos, extravagantes, **transformando a cabeça feminina n'uma verdadeira cabeça de rapaz** – principalmente quando o cabello é apartado ao lado. **Com este penteado bem interpretado, envergando uma casaca á Luiz XV e conscia de que caminha em direcção á desejada méta**

– **a sua emancipação**, a mulher inteligente e elegante surge-nos provocante, satisfeita e victoriosa – tal qual deve ser a apparencia de uma norueguesa que depois do decreto que ha pouco publicou o Conselho de Estado do seu paiz, desligando-a do juramento de obediencia ao marido. D’hoje em diante, no dia do casamento, a esposa norueguesa prestará juramento de fidelidade a seu marido, mas jamais de obediencia (COELHO, 31/08/1901, p. 1, grifos nossos).

Quando ela afirmou sobre portar uma casaca¹²⁵ e transformar a cabeça feminina numa de rapaz, acreditamos que estava fazendo uma menção com o modo de pensar e de agir do sexo masculino. E que, se as mulheres, de modo consciente e bem esclarecido, assim o fizessem, seriam capazes, sim, de ter uma participação ativa na sociedade, que as levaria, fatalmente, em direção à sua emancipação. Expor seus argumentos de modo velado foi o meio que encontrou para expressar obstinadamente seus propósitos sobre a ampliação dos direitos femininos.

Mariana Coelho, por mais que se esforçasse, de uma forma ou de outra, acabava se esquivando do verdadeiro objetivo dado à coluna. Em meio às suas dicas de como se apresentar e como bem vestir, aconselhava suas leitoras de que: “[...] a mais apreciavel belleza do nosso sexo, é a que ressalta da elevação sentimentos e de uma solida educação intellectual. [...]. Triste destino o da mulher que não sabe ser senão bella [...]” (COELHO, 05/10/1901, p. 1). Ao orientar sua leitora – tendo em vista uma educação feminina não formal – de que o mais importante para uma dama não era o cultivo da beleza, a intelectual se opunha ao verdadeiro sentido dado a coluna. Mariana proporcionava uma leitura mais instrutiva e que provocasse e conduzisse suas leitoras à reflexão, já que para ela, muitas mulheres estavam mais preocupadas “[...] com a moda, com a elegância no trajar que com os sérios problemas sociais [...]” (COELHO, 2002a, p. 32), devido à educação “meramente feminil” que era atribuída a elas. Assim, em sua *Chronica da Moda*, as questões e orientações referentes ao tema anunciado acabavam ficando sempre em segundo plano.

Ao que tudo indica, devido à postura política que atribuiu à coluna, Mariana Coelho foi substituída. O último texto publicado, sob sua assinatura, foi no dia 05 de outubro de 1901; no dia 07 de junho de 1902, Mme. Courtois assumiu a *Chronica da Moda*, mantendo o caráter original do quadro. Embora tenha sido destituída, ela se

¹²⁵ Peça da indumentária, muito utilizada pela elite masculina no Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX, juntamente com o *pince-nez*, com a bengala e com determinado tipo de chapéu. Referência: SCHETTINI, Cristina; POPINIGIS, Fabiane. Empregados do comércio e prostitutas na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro republicano. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 11, n. 19, p. 57-74, jul./dez. 2009.

manteve convicta na defesa dos seus princípios feministas: “[...] as mais adestradas penas poderão vencer-me, mas não convencer-me” (COELHO, 2002b, p. 94).

Tal como afirma Machado (2003), Mariana Coelho também era um produto de seu tempo. De acordo com Trindade (1996), a ideia de participação da mulher na sociedade republicana teve sua anunciação pautada pela influência do pensamento liberal e do positivismo. A dupla influência – liberal e positivista – na formação da nova mulher republicana culminou, muitas vezes, num pensamento misto em que as duas proposições, ora afluíam, ora divergiam, de acordo com as circunstâncias. Trindade (1996, p. 141) acrescenta que a força dessa atuação era tão poderosa que acabou “[...] impregnando as próprias sufragistas, tornando-as incapazes de discerni-la ou de exercer sobre ela algum tipo de crítica”. A própria Mariana Coelho parecia estar sob o efeito desta atuação, dando sinais dessa influência ao adotar um discurso preso a algumas das premissas restritivas manifestadas pelo discurso positivista, em relação ao papel social e político da mulher.

O sexo feminino, da mesma forma que o masculino pode, socialmente fallando, subir a escala do progresso até onde as próprias forças intellectuaes lh'o permittam, sem jamais abandonar o seu primordial e sympathico papel, que sempre representará, victorioso, no lar – convertido em verdadeiro paraíso quando a mulher allia a uma solida educação a qualidade indispensavel de boa filha, esposa e mãe, trindade admiravel que a divinisa fazendo d'ella o eterno symbolo encantador da ternura e da paz (COELHO, 01/03/1901, p. 1).

Fortalecido com o advento da República, o Positivismo foi um ideário bastante difundido e defendido por muitos intelectuais do período. Conforme expõe Hahner (1981), os positivistas apregoavam que as mulheres representavam a moral da sociedade, a base da família e o esteio da pátria. Contudo, segundo Trindade (1996), para que estas prerrogativas se cumprissem, as mulheres não deveriam se desviar de suas tarefas primordiais de esposa, mãe e “dona de casa”. Acrescenta que era a crença de uma natureza singular feminina – que vivia primariamente por meio de seus sentimentos e de sua sensibilidade – que determinava e limitava as mulheres na dedicação às atividades domésticas e familiares. Assim, segundo Costa (2005), de modo geral, o primeiro momento do movimento feminista pode ser descrito como de cunho mais conservador no que se refere às discussões dos papéis atribuídos a cada gênero. A incumbência atribuída a cada sexo acabava por reforçar estereótipos e

representações das virtudes domésticas e maternais ligadas às mulheres como sendo de fundamental importância para a manutenção da sociedade.

Com base nessa concepção, podemos entrever que a narrativa de Mariana Coelho revelava a ideia de uma vocação doméstica feminina, que correspondia como ponto consensual entre sua ideia de feminilidade e a proposição positivista anunciada pela sociedade do período. Nesse primeiro momento de seu feminismo, Mariana deixou claro que não pretendia interferir na organização familiar, demonstrava acreditar na existência da natureza tipicamente feminina que a ligava ao lar. Nesse sentido, declarava: “[...] quero que ella represente, antes de tudo, o grandioso papel que a sabia Natureza lhe indica [...]” (COELHO, 04/03/1901, p. 1). Como decorrência, a definição e o alcance da esfera de interesses femininos deveriam orbitar o universo doméstico. Com base nisso, em sua primeira fase, a intelectual propunha uma emancipação feminina que deveria ser relativa:

[...] minha compreensão e o meu senso concebem a emancipação da mulher; ela deve ser relativa, e tão justamente compreendida que não isole o vulto feminino de toda essa atraente e doce poesia que o cerca no lar – pois só aí encontrará o império que mais lhe compete e que melhor corresponde, em todo o sentido, à sua amorável e melindrosa natureza (COELHO, 2002b, p. 94).

Com base na ideia de superioridade moral da mulher e de sua primordial missão de mãe e administradora do lar, Hahner (1981) assevera que esta deveria ser, acima de tudo, a companheira ideal do homem, e jamais a sua adversária ou rival na luta cotidiana da vida social. Sobre mais essa atribuição feminina, Trindade (1996) acrescenta que o Positivismo até incentivava uma participação pública e cultural da mulher, porém desde que essa não entrasse em desacordo com sua face doméstica e não buscasse concorrência com o sexo masculino. Mariana demonstrou, nesse primeiro momento, estar bastante alinhada com esta obrigação feminina, ao assegurar que toda mulher deveria ter a compreensão devidamente nítida do que, na realidade, representava a sua verdadeira emancipação.

Muitas entendem, talvez, que, o *emanciparem-se* equivale a usurparem (é o termo) uma posição *sempre* igual à do homem, invertendo não raras vezes seus papéis profissionais – o que seria, necessariamente, de um insuportável ridículo que roubaria à mulher esposa e mãe (mas, nota-se, só a esta) a sua mais preciosa e principal moral.

[...]

Que a mulher trabalhe e estude, que se engrandeça pela sua elevação moral e intelectual ao lado do homem, fundando, em simpática, associação, os alicerces da sociedade futura e terá conquistado a mais inequívoca e condigna emancipação que lhe compete e lhe convém, não deixando nunca que a sublimidade tentadora da sua justa aspiração, convenientemente zelada, se transforme num irreparável ridículo. Que jamais tente ofuscar, pelos seus atos, o brilhante e imoral diadema que lhe cinge a fronte, no que se traduz esta verdade cintilante e indiscutível: o reinado da mulher é o reinado do amor (COELHO, 2002b, p. 94-95).

Sem dúvida que a interlocução que Mariana Coelho fazia com o Positivismo poderia ter sido fruto de uma estratégia para que suas ideias fossem bem recebidas, sobretudo por suas leitoras, sem que causassem uma intensa rejeição inicial. A intelectual, em seu *Discurso* proferido na inauguração da loja maçônica Filhas da Acácia, já alertava a este respeito: “[...] É possível que os nossos actos, por mais bem intencionados que sejam, deem pasto à critica [...]”. Era preciso, portanto, agir com prudência, porém, mesmo com cautela e sem se distanciar dos princípios feministas expressos pelo movimento daquele período, foi alvo de apreciações negativas, como as ocorridas quando foi colunista da *Chronica da Moda*. Entretanto se confortava ao saber que muitos a apoiariam em sua causa. “[...] resta-nos a suprema consolação de que está do nosso lado, conjunctamente com todos espíritos adeantados, a briosa e estudiosa mocidade paranaense” (COELHO, 1902, s/p). Mariana Coelho se referia à maçonaria, que foi o lugar em que a intelectual pode expor sua defesa em prol da causa feminina de modo mais despreocupado e abertamente. Era na ordem maçônica que se concentrava a maior parte dos apoiadores do feminismo. E a criação de uma loja feminina foi a prova de tal colaboração.

Tomemos, portanto, a fundação da nossa Loja como um magnifico ponto de partida para agirmos mais livremente pela causa feminista. Mas tenhamos constancia. Que o nosso apparecimento no campo da lucta com os nossos adversarios não tenha a duração do relampago que rompe, tremulo, um horizonte nublado, para tornar mais estúpida a escuridão. Compenetremo-nos do nosso dever, não poupemos esforços no respectivo combate, para podermos um dia proferir as celebres palavras de Cesar: “chegamos e vencemos” (COELHO, 1902, s/p).

Entretanto nem mesmo o espaço aberto à mulher pela maçonaria deixou de sobrepor-se às concepções tradicionais sobre as funções feminina (TRINDADE,

1996). Ao compreender isso, e sabendo que as mulheres não deveriam almejar ocupar o lugar dos homens na vida pública, propunha que ambos vivessem em “simpática associação”. Convocava seus dignos colegas:

[...] colocaes sempre a mulher ao vosso lado, nos mais nobres empreendimentos da vida; deixae que ella se guie pelos seus inspiradores predicaos – amor, dignidade, intelligencia, factores poderosos, unicos, da celeridade do progresso humano, e ella será um imprescindível e firme esteio para a consecução dos elevados fins pelos quaes todos nós nos devemos desvelar (COELHO, 1902, s/p).

Apesar dela, aparentemente, aceitar a condição de subordinação da mulher ao universo doméstico devido à sua natureza moral e sensível, dava evidências de acreditar ser exatamente nessa condição que se encontrava sua força: “[...] onde está o amor, está a luta, a coragem, o sacrifício – a abnegação” (COELHO, 2002b, p. 95). Possivelmente, era nessa defesa que se achava sua latente convicção para alteração dessa concepção de realidade, já que se mostrava bastante flexível em relação à intransigente posição social feminina. Ela dizia: “[...] sou suficientemente sensata para admitir que a mulher abandone o attrahente logar que desde sempre lhe está marcado no lar [...]” (COELHO, 04/03/1901, p. 1). Percebemos aí a conformação de seu feminismo mais convicto.

Apuramos que Mariana Coelho manifestou uma postura feminista desde sua chegada ao país, porém não de modo análogo no decorrer de sua trajetória. A concepção feminista expressa por ela entre o final do século XIX até a primeira década do século XX, que chamamos de feminismo por intuição, vai se modificando à medida que passa a estabelecer um contato maior com outras feministas do Brasil e do mundo; passa a se dedicar de forma vigorosa a leituras e estudos de cunho feminista e a atuar nos espaços públicos, intervindo politicamente em defesa dos direitos femininos. Os princípios feministas se mantinham, a intelectual, contudo, a partir de então, passou a demonstrar uma conduta determinada para dar prosseguimento ao seu projeto de sociedade em que as mulheres pudessem atuar efetivamente nos espaços públicos se assim quisessem, não ficando apenas circunscritas à esfera doméstica. Postura adotada pela intelectual que melhor será investigada na próxima subseção.

Mostramos como os princípios feministas defendidos por Mariana Coelho nesse primeiro momento, pautados, em especial, pelos seus ideais de justiça e de

progresso, foram utilizados de modo estratégico para alcançar um público leitor, aspirando uma educação feminina não formal. Foi possível perceber que a conformação de seu ideário feminista, naquele momento, pautado pelo movimento mundial, ainda não havia adquirido uma conduta questionadora e insurgente. No entanto, no decorrer do tempo, a intelectual se aprofunda no debate, passando a incorporar uma postura feminista mais veemente.

3.2 FEMINISMO POR CONVICÇÃO

A convicção feminista expressa por Mariana Coelho foi recorrente em suas obras e em suas ações, no entanto foram representadas de modo diferenciado conforme o período em que foram enunciadas. Após publicar *O Paraná mental*, em 1908, e ter recebido duras críticas por sua escrita, ela passou a se dedicar, de modo veemente, ao estudo acerca daquilo que mais lhe era caro: a emancipação feminina. A intelectual passou um longo tempo – cerca de 15 a 20 anos – se preparando para a escrita daquela que viria a ser sua obra de maior impacto e expressão dentro do cenário feminista paranaense e brasileiro, *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*.

Ao trazer à tona a obra de Mariana Coelho, a pesquisadora Zahidé Musart (2002) vislumbrou que, no feminismo do Paraná, Mariana, chamada por ela de “Beauvoir tupiniquim”, foi a primeira voz insurgente de convicta feminista, justamente por seu livro *A evolução do feminismo* representar uma

[...] peça rara e bizarra no Brasil da época. Publicado em 1933 – portanto, 16 anos antes de *O segundo sexo*, que é de 1949 –, tratando-se de um trabalho alentado, de grande erudição, que, sem dúvida, se inclui na área da História, já que Mariana Coelho, ao fazer um retrospecto do movimento feminista em todos os países do Ocidente e até mesmo alguns do Oriente, traça uma verdadeira e lúcida narrativa dos fatos relativos ao movimento. Traz à luz dados importantes e registra a atuação de muitas mulheres que se notabilizaram na luta por seus direitos, sobretudo pelo direito ao voto (MUSART, 2002, p. 13).

Além disso, Mariana Coelho apresentou, em sua obra, importantes elementos sobre a atuação e a presença das mulheres na religião, na guerra, na política, na administração, na imprensa, nas ciências, na arte, nas letras e no amor. A intelectual

deu destaque à contribuição das lutas travadas pelas feministas no que diz respeito à conquista de direitos sociais e políticos.

Tendo isto em vista, nosso esforço neste capítulo consistiu em problematizar todo o processo que abrangeu e envolveu a escrita de *A evolução do feminismo*, que corresponde à segunda fase do feminismo de Mariana Coelho, por nós intitulado de “Feminismo por convicção”, momento em que a intelectual passou a defender a emancipação das mulheres de modo mais aguerrido, radical e engajado.

A escrita de sua grande obra foi arrolada e construída por meio de um longo e árduo processo de leitura e estudo, de amplo vínculo de relações profissionais, laços de amizades e intercâmbio de ideias que estabeleceu com alguns intelectuais paranaenses, com algumas feministas brasileiras e de outros países, mas, em especial, com a intelectual feminista Bertha Lutz, além de sua atuação em organizações femininas e/ou feministas. Nesse espaço de produção, de relações institucionais, sociais e de afinidades partilhadas com o grupo de intelectuais e de feministas com quem passou a conviver, observamos que as influências resultantes dessas disposições foram fundamentais para compreendermos a conformação e a relevância de sua postura feminista em sua segunda fase.

Entre a primeira fase, que se encerra com a publicação de *O Paraná mental*, no final da primeira década do século XX, até o começo da segunda, que se inicia com sua atuação em organizações sociais e com a defesa de uma participação civil e política feminina de modo mais pujante a partir do final da década de 1910, a intelectual passou por um momento de transição que ficou marcado como um período de alentada dedicação ao trabalho que desenvolvia junto ao magistério e ao estudo histórico do feminismo. Com base em tais indicações, podemos inferir que foi com o início da segunda fase feminista expressa por Mariana Coelho que, de fato, passou a atuar de modo incisivo no campo intelectual paranaense. Ou seja, de acordo com os apontamentos de Bourdieu (2004b), à medida que passou a se expressar, por meio de suas ações políticas, institucionais e de seu posicionamento dentro do quadro social, divulgava seus interesses particulares e específicos, de modo que estes fossem considerados autorizados.

No momento em que a elite intelectual “[...] passa a dirigir os rumos da nação, dos estados, das cidades, enfim, [...] a promover a formação moral e intelectual de seu povo” (CAMPOS, 2007, p. 282), seus agentes, sob o jugo das determinações que

regem este campo de interesses, enfrentam-se sob a égide de diferentes visões do mundo social, numa luta pela imposição da visão considerada mais legítima. Sobre isto, Silva (2014) nos ajuda a pensar como as disputas dentro do campo de interesses paranaense já vinham se manifestando desde os primeiros debates entre os grupos dos anticlericais, dos simbolistas, dos republicanos contra os defensores da Monarquia e do clericalismo, conforme discutido no capítulo dois desta tese. Seus conceitos constituem-se nas configurações que dão corpo ao campo intelectual paranaense, no qual Mariana Coelho passou a habitar, sobretudo com sua consagração como escritora, momento em que ocorre a segunda fase de seu feminismo.

Na segunda fase, na condição de professora e escritora reconhecida, o seu posicionamento como defensora dos direitos femininos passou a ficar demarcado no meio social. Com isso, observamos a formação de um *habitus* tipicamente intelectual, que incorporava e partilhava os interesses que vigoravam e envolviam a arena pública naquele momento. Dosse (2004), ao utilizar o conceito de “afinidade eletiva”, forjado por Michael Löwy, ajuda a compreender o campo intelectual enquanto campo de atração, e não apenas como um espaço definido por relações de poder, mas, sobretudo, por atrair aqueles com afinidades elaboradas a partir do compartilhamento de visões de mundo. Visões que moldam associações de agentes que se unem por se identificarem com os mesmos princípios, correntes de pensamento, leituras e ações comuns. Para pensarmos esta questão, Vieira (2011, p. 44) auxilia ao afirmar que “[...] quanto mais nos aproximamos do indivíduo verificamos suas formas peculiares de interpretação e de ação diante do mundo e quanto mais focalizamos o grupo social ao qual ele pertence mais identificamos as crenças e as práticas compartilhadas” (VIEIRA, 2011, p. 44). Com base nesta definição, analisamos as ações compartilhadas e as relações desenvolvidas por Mariana Coelho junto aos grupos e indivíduos de seu interesse.

Ela ingressou na Associação da Cruz Vermelha¹²⁶ em 1917, ano de sua fundação no Paraná. Conforme Avanzini (2011), a Cruz Vermelha paranaense foi implementada pelo Grêmio das Violetas, com o apoio do Grêmio Bouquet¹²⁷, e tinha

¹²⁶ A instituição Cruz Vermelha foi um movimento internacional criado em 1864, com o apoio do governo suíço, tinha o objetivo de prestar assistência às vítimas de conflitos e tensões armadas e catástrofes (AVANZINI, 2011).

¹²⁷ No início do século XX, em Curitiba, muitas agremiações de cunho filantrópico são criadas, dentre elas, várias adotaram nomes de flores. Essas associações acabaram se constituindo em

como intuito inicial levar ajuda humanitária aos combatentes brasileiros da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, para além desse auxílio prestado aos necessitados do além-mar, no Paraná, a organização adquiriu iniciativa de prestar atendimento aos desvalidos do Estado. Ao reverenciar essa ação, o jornal *Diário da Tarde* prestou esclarecimentos sobre as características dessa atividade:

A Cruz Vermelha prespões a imminencia do perigo, a véspera do soffrimento, o despojo de todos os bens, o sacrificio de todos os affectos, o lucto d'alma, a resignação do martyrio. [...] A missão mais urgente da Cruz Vermelha será, pois, acautelar recursos contra a fome (A CRUZ VERMELHA, 09/05/1917).

Devido ao seu caráter assistencialista, acabou “[...] se sobressaindo nesse movimento a dedicação da mulher paranaense [...]” (A CRUZ VERMELHA, 09/05/1917). A iniciativa desta fundação no Paraná, na avaliação de Avanzini (2011), partiu das então chamadas “damas da caridade”, que marcaram a relevância da atuação feminina na instituição. As primeiras reuniões da agremiação ocorreram nas dependências do Club Curitibano e contou com a participação massiva das mulheres que acabaram compondo, prioritariamente, sua primeira formação. Mariana Coelho, que fez parte da diretoria provisória da organização como oradora, proferiu, na reunião para eleição da diretoria definitiva, um discurso que reforçava a importância da Cruz Vermelha para a sociedade naquele momento histórico.

A Cruz Vermelha Paranaense surgiu como que para coroar o grande e justamente admirado movimento associativo desta capital; e surgindo no tão delicado momento que a patria atravessa, realizou a feliz idéia de vir ao encontro da melhor oportunidade que se lhe podia deparar (A CRUZ VERMELHA, 02/06/1917).

O jornal *Diário da Tarde* fez questão de destacar a participação dessas mulheres, dando ênfase ao papel por elas desempenhado:

Não ha escolher para as nossas caras patricias do que preferirem o humilde trabalho, o vestir modesto, o deprezo da fartura, a dadiva do superfluo, o esforço uniforme, o trabalho colectivo a operosidade do lar, a confecção utilitaria, a pratica da assistencia, a previdencia para o infortunio [...].

verdadeiros centros de convivência feminina, onde eram promovidos chás beneficentes, bailes, festivais de músicas, saraus, entres outros eventos (TRINDADE, 1996).

[...]

Buscar de outro lado as pequenas ocupações uteis, o aproveitamento das cousas necessarias, a descoberta de recursos novos, a relevância dos auxilios da natureza, o incitamento das culturas domesticas, as industrias caseiras, eis o immenso concurso que as damas prestarão aos que partem para a lucta e aos que ficam no desamparo.

[...]

A iniciativa das damas poderá equivaler à uma regeneração nos costumes. A previdente tarefa de cuidar em suprir certas necessidades da vida pelos recursos que nos são próprios será uma das mais bellas obras a emprehender no angustioso momento.

[...]

Que resurja a Mãe brasileira com sua simplicidade caseira e suas ocupações múltiplas, e teremos o mais formoso modelo para as damas da Cruz Vermelha (A CRUZ VERMELHA, 09/05/1917).

De acordo com os apontamentos de Seixas (2011), desde a instalação da República, foram criadas diversas associações de cunho assistencialista no Brasil, sendo comumente organizadas por mulheres. Sozinhas ou com o apoio de outras instâncias da sociedade civil, as associações femininas desempenharam um papel relevante, influenciando muitas das políticas públicas para a maternidade e a infância que seriam, posteriormente, promovidas pelo estado brasileiro. O trabalho desenvolvido por essas mulheres, normalmente, estava relacionado às tarefas que já desempenhavam em seu cotidiano, como costurar, cozinhar, cuidar, atendendo diretamente as pessoas necessitadas. Segundo Britto e Souza (2011), o assistencialismo trazia em seu bojo o anseio de empregar o estereótipo da alma feminina abnegada e altruísta, sempre pronta para o auxílio e cuidado com os outros.

Em consonância com esta ideia, foram ofertados cursos de aperfeiçoamento para as mulheres dispostas a empregar profissionalmente esses atributos. No ano de 1918, foi anunciada, no *Diário da Tarde*, a conclusão do curso de formação das primeiras enfermeiras da Cruz Vermelha do Estado, dentre as formandas estava Mariana Coelho.

Das seis senhoras que frequentaram na Universidade do Paraná o curso de “enfermeiras voluntarias”, matriculadas neste anno, fizeram exame e receberam em 19 do corrente, o respectivo diploma, as seguintes: – Mme. Laforge, Mme Joubert e d. Mariana Coelho.

[...]

A's dignas senhoras que tão brilhantemente completaram o curso, demonstrando assim um grande interesse pela humanitaria instituição da Cruz Vermelha, apresentamos parabens (AS PRIMEIRAS ENFERMEIRAS, 21/12/1918).

O jornal agradeceu ao ilustrado professor do curso, o professor Victor do Amaral, então diretor da Faculdade de Medicina do Paraná e primeiro vice-presidente em exercício da Cruz Vermelha no Estado, cuja abnegação e esforços foram congratuladas: “[...] viu o humanitário clinico coroados os seus dignos esforços na sublime e hoje mundial propaganda da solidariedade humana” (AS PRIMEIRAS ENFERMEIRAS, 21/12/1918).

Mariana Coelho compôs a turma das primeiras enfermeiras da Cruz Vermelha formadas no Paraná. Percebemos que organizações como esta, embora buscassem por meio da promoção de características tidas como femininas a oferta de um tipo de serviço específico, acabaram impulsionando o debate e possibilitando a visibilidade e o engajamento social e político das mulheres, já que muitas passaram a promover campanhas e a cobrar a intervenção, sobretudo do estado paranaense, para a criação de programas e políticas sociais. É possível afirmar que a intelectual passou a incorporar uma visão marcadamente social ao seu feminismo mais convicto.

Mariana Coelho, diante das atribuições outorgadas às mulheres, alertava sobre as responsabilidades que deveriam apresentar os associados da Cruz Vermelha que, a partir das eleições para a composição da diretoria efetiva, passou a ser mista:

[...] devem os socios congregar-se, e compenetrar-se dos seus deveres de solidariedade no alheio infortúnio, apresentando-se onde a sua benefica acção fôr reclamada; [...] inquirindo de todos os recantos onde se occultam a miséria e a dôr sob todas as suas negras e variadas formas. E os enviados da Cruz Vermelha – emissários do bem e do amor, irão então qual bando alado batendo as néveas azas protectoras, em promissora revoadas, levar aos infelizes o obulo sublime da caridade – quer elle se traduza na doçura reconfortante da palavra carinhosa, quer na espontaneidade de uma meticolosa assistência: irão, em suma levar a todos os desesperados na dolorosa travessia terrena, o “ramo de oliveira” de uma vida nova ou melhorada. Só assim podemos ufanar-nos de fazer parte desta cruzada altruistica – cujo unico fim é provar inequivocamente, em todo o sentido, o devido e incindicional amor a humanidade (A CRUZ VERMELHA, 02/06/1917).

Em seu discurso, Mariana Coelho deixou transparecer o seu posicionamento de “pacifista intransigente” e de convicta defensora dos princípios humanitários, traços de seus princípios anarquistas, adquiridos ainda quando viveu em terras lusitanas. Com isso, na Cruz Vermelha, a intelectual pode pôr em prática, de modo efetivo, seus deveres como defensora declarada dos necessitados, prestando auxílio ao outro, sem distinção de raça ou gênero, como defendia desde a primeira fase de seu feminismo.

As sociedades de Cruz Vermelha, conforme a sua natureza e sua neutralidade impõem, abem o seu seio a todos, indistinctamente. Têm o condão de attrair ao seu grêmio, em todas as nações, imperatrizes, rainhas, princezas... não para as pôr em odioso destaque em face das classes privilegiadas que neste mundo, perante a dôr e o soffrimento todos somos iguaes. [...]. Permutam-se igualmente entre uns e outros paizes, porque da Cruz Vermelha é banida por completo a impertinente preocupação de nacionalidade (A CRUZ VERMELHA, 02/06/1917).

Com base em tais ideais, associados à sua postura libertária, ela se declarava completamente contrária às guerras e à violência por elas ocasionadas. Entendia que esses conflitos, que acabavam por arrebatam a vida de milhares de pessoas, serviam apenas para satisfazer aos interesses egoístas e particulares de muitos governantes. A intelectual evidenciava que, depois da:

[...] formidável guerra europeia, que o precioso e jovem sangue humano alimentou durante uns largos quatros anos, teem surgido no proscénio da intelectualidade homens pacifistas de reconhecida responsabilidade moral e social combatendo por todos os meios suasórios e perseverantes esse espectro assolador e sedento de sangue, semeando a ruína por toda a Terra; e ao mesmo tempo que a despoja das vidas preciosas e válidas, termina a sua obra de destruição legando-lhe – como inúteis e miseráveis sobras dos satânico festim – míseros inválidos fornecendo margem segura á consequente degeneração futura da espécie humana. Destruindo os jovens sãos e vigorosos, e excluindo da bárbara chacina os inaptos, são as guerras fonte indiscutível dessa prevista degenerescência. (COELHO, 1935, p. 13).

Mesmo diante de tantas atrocidades e dos prejuízos causados pelo conflito mundial, Mariana conseguiu avaliar os benefícios que a Guerra legou à sociedade. Além das invenções, “[...] reforma de leis e o rápido aperfeiçoamento da aviação, enfim muitos e importantes melhoramentos sociais e científicos devem-se a essa guerra” (COELHO, 2002a, p. 31). Não se podia prever que “[...] seria necessário a terrível hecatombe humana dessa guerra fantástica flagelando a humanidade [...] para que visse coroadas do mais brilhante e surpreendente êxito as suas constantes e por vezes espetaculares reivindicações” (COELHO, 2002a, p. 71). Mariana acreditava que a beneficiária da guerra havida sido a mulher. Ao tomar por base suas premissas sobre progresso e suas convicções feministas, a intelectual vislumbrou o papel socialmente relevante desempenhado pelas mulheres durante o período do conflito.

Segundo ela, a “[...] maior calamidade mundial que a história registra fez mais pelo feminismo, em quatro anos, que todas as sufragistas no decurso da sua ruidosa propaganda [...]” (COELHO, 2002a, p. 31). A intelectual considerava que foi durante esse período que as mulheres tiveram oportunidade de mostrar o seu “elevado valor e o seu alentado civismo”, além de sua “[...] indiscutível capacidade no desempenho de todas as profissões masculinas” (COELHO, 2002a, p. 71). Assim, com sua voz de feminista perseverante, Mariana Coelho defendeu, sem hesitar, a emancipação feminina e as vantagens que a guerra trouxe às mulheres:

Quando os antifeministas ridicularizavam as sufragistas e, em suma, todas as mulheres que aspiravam à sua emancipação – opinando que o lugar delas era em casa – não contavam com uma guerra de extermínio como a que explodiu em pleno século XX, a qual lhes veio demonstrar que as reivindicações femininas foram, além da sede de justiça que significam, proféticas e providenciais (COELHO, 2002a, p. 71).

No trecho anterior, percebemos como o conflito mundial foi, para Mariana Coelho, um dos grandes responsáveis, em certa medida, por introduzir mudanças e reflexões acerca do papel social atribuído às mulheres, mediante a incorporação de novas conquistas ao modelo desempenhado por elas. Perrot (2012) confirma a alegação feita pela intelectual ao afirmar que a Primeira Guerra Mundial mudou a vida de muitas mulheres, sobretudo na França e na Inglaterra. Durante o conflito, elas substituíram homens no campo de batalha e ocuparam seus lugares nas fábricas, acelerando, com isso, o processo de divisão e reorganização dos espaços de trabalho. E, após o conflito, muitas indústrias passaram a absorver a mão de obra das trabalhadoras femininas, que acabaram não se dedicando mais, exclusivamente, às suas atividades domésticas. Essa atuação da mulher nas várias esferas da vida social, promovida pelo primeiro conflito mundial, marcou o início de um novo capítulo na história das mulheres e, sobretudo, do movimento feminista, que passou, de modo mais obstinado, a exigir e a lutar por direitos políticos e civis, estimulando a mobilização pelo sufrágio universal.

A atuação na Cruz Vermelha representou a tentativa de Mariana Coelho em demarcar a relevância e a capacidade da atuação feminina nas várias instâncias da sociedade civil, bem como as conquistas alcançadas durante o período do conflito. Este fato evidencia como a intelectual tinha conhecimento do papel desempenhado pelas mulheres na sociedade, bem como as mudanças e a importância que vinha

sofrendo e adquirindo ao longo dos anos. Para a intelectual, as transformações sociais eram encaradas como resultados do movimento do progresso, que, segundo ela, seria inevitável.

A resolução do problema feminista veio dar impulso surpreendente – porque surpreendente foi o civismo das mulheres na realização de toda a espécie de trabalho em que substituíram vantajosamente os homens entregues à defesa armada da pátria respectiva. Essa tremenda hecatombe humana, portanto, que convulsionou a terra, não abalou somente convicções, nem transformou instituições somente; ela veio também sancionar e justificar o direito do trabalho – e veio modificar rotinas e preconceitos da sociedade antiga, dando força e amparo aos respectivos prejudicados – transformando essa sociedade decrépita numa esperançosa sociedade nova (COELHO, 2002a, p. 33).

Ao refletir sobre os novos princípios dispostos, estava a enaltecer a dignidade e a elevar a condição social feminina, como “[...] forma de colocar, finalmente, a mulher no lugar que lhe compete entre a comunidade humana” (COELHO, 2002a, p. 29). Mariana situava sua defesa do feminismo sobre bases fundamentadas no que chamava de verdadeiro humanismo e nos direitos humanos, sobretudo por impulsionarem as mulheres a ocuparem seu verdadeiro posto na sociedade, fomentando o que ela chamava de “realização da justiça”. Portanto, ao reafirmar suas convicções de que “[...] com todos os seus males, e bens, que a guerra mundial nos legou [...]” (COELHO, 2002a, p. 31), a intelectual compreendia que o conflito mundial e o feminismo formaram uma “verdadeira cadeia de diversos elos” que foram fundamentais para que se operasse o alargamento da esfera de ação feminina para além do “tradicional acanhamento da vida doméstica”, e para que elas passassem a colaborar “[...] ao lado dos homens na elaboração das leis cuja fruição deve ser igual para ambos os sexos, e não como têm sido desde épocas remotas mero privilégio deles [...]” (COELHO, 2002a, p. 30).

Considerava que, conforme este forte impulso foi retirando as mulheres do restrito espaço doméstico, impelido, a princípio, pela guerra em vinculação com o movimento feminista, também promovia e acelerava o desenvolvimento do próprio movimento. Segundo ela:

[...] tão fortemente agita o sexo feminino e se denomina Feminismo (ou humanismo) – movimento que já em fins do século XIX principiou

a intensificar-se, e que atualmente está em plena primavera de sua estabilidade rela consumada. O feminismo é a reação tanto mais impetuosa quanto a ação foi despótica, absurda e obstinada (COELHO, 2002a, p. 30-31).

Alertava que o progresso das conquistas femininas era a prova mais contundente de que a justiça se generalizava, tomava corpo e se impunha diante do universo, porque “[...] não há diques que possam impedir ou neutralizar estas impetuosas correntes progressivas – aurora de um risonho porvir que nos assegura uma nova eqüitativa e igualitária” (COELHO, 2002a, p. 32). Entretanto, Mariana se manifestava de modo contundente ao afirmar que, para se estabelecer o verdadeiro e indispensável equilíbrio social, era necessário impelir as mulheres a compreender a situação da evolução social operada que tanto lhes cabia. Assim, preocupada com a mudança no papel social feminino em seu tempo – do ambiente doméstico para uma maior participação no espaço público –, a intelectual atestava que as mulheres deveriam ser preparadas para a vida e não somente para o casamento.

É possível afirmar que Mariana Coelho nos oferece as referências de sua concepção feminista mais apurada, que compõem um dos pontos fundamentais da diferenciação entre o feminismo expresso em sua primeira fase com o da segunda. Na fase intuitiva, defendia a necessidade de uma emancipação relativa, em que a mulher deveria ter nas atividades domésticas sua principal função. Entendia que sua emancipação não equivalia a ocupar o lugar do homem na sociedade, correndo o risco de uma inversão de papéis sociais. Sustentava que a mulher trabalhasse e estudasse de modo a alcançar sua elevação, porém em “simpática associação” ao lado do homem, conquistando a mais “inequívoca e condigna emancipação” que lhe cabia (COELHO, 2002b). No segundo momento, a intelectual demonstrava um feminismo mais direto e mordaz, sobretudo ao proclamar de modo categórico:

[...] reafirmamos, e reafirmamos sempre com profunda convicção, que a verdadeira emancipação feminina é a do trabalho. A mulher educada no preparo de qualquer rendosa profissão – e ella tem provado no respectivo desempenho, que a sua competencia é igual á do homem, não tem receio do futuro, nem se preocupa com a idéia e que elle lhe proporcione um bom ou mau marido, nem mesmo a opprime a espectativa de não conseguir aquelle que deseja (COELHO, 02/04/1918, p. 1; COELHO, 2002a, p. 48-49).

A passagem descrita foi publicada pela primeira vez, em 1918, no jornal *Diário da Tarde* em um artigo intitulado *A principal emancipação feminina*, posteriormente, o texto foi incorporado a seu livro *A evolução do feminismo*, publicado em 1933. O excerto revela, de modo significativo, os principais pontos de diferenciação do feminismo defendido por Mariana Coelho nas duas fases.

Em sua postura feminista convicta, passou a defender que nem todas as mulheres estavam em condições de “mera sujeição à vida doméstica”. À vista disso, a intelectual considerava de fundamental importância que as mulheres se tornassem independentes e pudessem viver de seu trabalho, sem que necessitassem permanecer na infelicidade de um mau casamento. Ante tal afirmação, é importante ressaltar que era adepta do divórcio, apesar de não utilizar explicitamente o termo em seu texto – que, no período, era envolto por muitos tabus. Para ela, a mulher, se estivesse devidamente preparada, poderia exercer qualquer profissão em igual competência ao sexo masculino. Entretanto, devido a sua capacidade igualitária de trabalho, reivindicava com sua voz de feminista determinada: “para trabalho igual, salário igual”. O trabalho não representaria apenas uma forma de alcançar o progresso feminino, mas serviria, igualmente, como um instrumento para a conquista de direitos e cidadania. Para tanto, depositava suas esperanças no poder da educação. Defendia uma educação feminina que preparasse as mulheres para atuarem além das atividades domésticas. Rejeitava a educação ofertada às mulheres pela maioria das instituições de ensino, sob a afirmativa de serem “meramente feminil”. Logo, ao refletir sobre o modelo de educação feminina que considerava mais apropriada, afirma que deveria ser “mais masculinizada”, visto que contribuiria à “[...] conquista da igualdade dos sexos, impelida pela natural evolução e pelo espontâneo impulso da justiça social” (COELHO, 2002a, p. 32).

Pautado pelos novos conhecimentos sobre medicina e biologia desenvolvidos no final do século XIX e início do século XX, observa-se a construção de um discurso que tentava provar, conforme evidencia Melo (2002), a existência de dois tipos distintos de personalidade e com habilidades específicas: o homem que, no caso, era reconhecido como portador de um cérebro mais desenvolvido, estava dotado pelas habilidades de raciocínio lógico, razão e capacidade de decisão; já a mulher, por sua vez, mais intuitiva e emocional, estava ligada às capacidades relacionadas à sensibilidade. A divisão sexual pautada pela capacidade intelectual de cada um,

considerada harmoniosa, já que cada um tinha seu papel social bem definido – às mulheres cabia a responsabilidade pela administração do lar e aos homens a responsabilidades pelas atividades desenvolvidas fora dele –, também servia para justificar um modelo de educação diferenciado para ambos. Segundo D’Incao (2010), no campo educacional, as mulheres eram instruídas para desempenharem bem a função a elas reservada dentro da organização social, ou seja, as atividades ligadas ao universo doméstico. Todos os conteúdos e conhecimentos alheios a esta esfera eram considerados desnecessários. Esse modelo de educação direcionado às mulheres era o que Mariana Coelho chamava de “educação feminil” e à qual se opunha veementemente, já que, para ela, só servia para sufocar “[...] suas preciosas faculdades intelectuais e de trabalho” (COELHO, 2002a, p. 47). A educação “mais masculinizada”, defendida por ela, era uma educação igual à ofertada aos meninos, voltada para os conhecimentos acadêmicos, científicos e filosóficos, com uma aplicação mais prática, em que preparasse as mulheres para exercer uma “[...] linda profissão, em vez de *aceitar* o ambicioso marido-arrimo [...]”, e que lhe garantissem “[...] a independência, a felicidade” (COELHO, 2002a, p. 49).

Diante disto, Mariana Coelho continuava a responsabilizar uma parte masculina por “impunemente” sufocar as “[...] preciosas faculdades intelectuais e de trabalho [...]” das mulheres, asseverando que muitos, com

[...] sarcástico desprante, repetem constantemente os pessimistas (oh! Eterna e pungente ironia)! – “Que mais querem as mulheres? Não têm elas o primeiro lugar na sociedade, não têm em tudo a primazia...?” Aparentemente, é verdade; mas, no fundo, essas deferências calculadas são concedidas por esmola, com a capa ignominiosa da hipocrisia, de uma humilhante magnanimidade porque dispensada ao ente considerado positivamente inferior [...] (COELHO, 2002a, p. 47).

Ao incluir suas reivindicações à luta feminista, defendia que a igualdade sexual almejada não se tratava de suplantar o sexo masculino, mas em se igualar a ele para que, em conjunto, pudessem promover uma sociedade melhor. A intelectual, assim como parte das militantes feministas do período, conforme Hahner (1981), almejavam alguns direitos exercidos pelos homens, entretanto não pretendiam revolucionar a sociedade ou reestruturar a família. Além disso, o “[...] movimento pelos direitos da mulher tornou-se mais conservador à medida que passou a ser considerado mais respeitável pelas elites dominantes” (HAHNER, 1981, p. 125).

Possivelmente, o feminismo convicto demonstrado por Mariana Coelho no segundo momento, além de estar relacionado a sua dedicação às leituras de cunho feministas, deve-se às relações mais profundas e profícuas que passou a estabelecer com outras defensoras do feminismo. Dele se depreende ainda sua aproximação e, posteriormente, seu distanciamento de uma das principais representantes do feminismo no Brasil, Bertha Lutz. Mariana via em sua figura uma possível mentora intelectual e orientadora para a construção de sua obra mais vigorosa, *A evolução do feminismo: subsídios para sua história*. Bertha, segundo Trindade (1996), foi referência dentro do movimento feminista brasileiro, sobretudo na luta pelo sufrágio. Depois de um período de sete anos de estudos na Europa, onde acompanhou de perto as principais reivindicações do movimento feminista inglês, retornou ao país, no início do século XX¹²⁸, trazendo na bagagem as convicções mais atuais sobre a luta em defesa dos direitos das mulheres. Conhecendo a importância que Bertha Lutz passou a desempenhar dentro do movimento brasileiro e tendo em vista a produção de seu livro, Mariana buscou estabelecer relações com a intelectual e com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), instituição que conquistava grande relevância no cenário nacional e internacional.

Bertha Lutz, por ser uma mulher pertencente à elite, teve condições de ter uma educação singular. De acordo com Hahner (1981), sua formação em Ciências Naturais, pela Sorbonne, deu-se em um período em que poucas mulheres tinham a possibilidade de ingressar em um curso de nível superior. Além disso, no ano de 1933, colaria grau pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Após o término de seus estudos na Europa, retornou ao Brasil no final de 1918. Logo que chegou ao país, deu início às suas atividades como cientista, auxiliando o pai Adolpho Lutz no Instituto Oswaldo Cruz, um pioneiro na medicina tropical e zoologia médica. Posteriormente, assumiu o cargo como secretária e depois como naturalista no Museu Nacional, sendo a segunda mulher a ter um cargo público no país. Acerca de tal colocação, Mariana comentou, em carta: “há muito seu – e o registro no meu livro, que a minha illustre amiga conquistou por concurso o lugar de Secretaria do Museu” (COELHO,

¹²⁸ Foi durante o período de estudo na Europa, que Bertha Lutz conheceu de perto a campanha e as manifestações pelo sufrágio feminino na Inglaterra. A então estudante demonstrou interesse em participar do movimento feminista lá desenvolvido, no entanto, sua mãe a impediu sob a justificativa de que era menor de idade e estrangeira. Assim, ao retornar ao Brasil, Bertha se empenhou, com base no que visualizou na Europa, na tarefa de organizar as mulheres brasileiras para lutarem por sua emancipação (KARAWJCZYK, 2014).

21/01/1925, p. 3). Sobre esta participação na vida pública, Hahner (1981) destaca que, a partir da década de 1920, algumas mulheres conseguiram, finalmente, ingressar em importantes cargos públicos. A trajetória educacional e profissional daquela que viria a se tornar a líder do movimento feminista no Brasil também foi aludida pela própria intelectual, em carta enviada, a pedido de Mariana.

Sou paulista, filha de Dr. Adolpho Lutz, cientista e pioneiro em questões de Medicina tropical, Hygiene e Saude Publica, que durante 20 annos dirigio o Instituto Bacteriologico, de S. Paulo e actualmente se dedica ás pesquisas scientificas no Instituto Oswaldo Cruz. Fui educada em S. Paulo e em Pariz, sendo diplomada em Sciencias Naturaes pela Faculdade de Sciencias da Universidade de Paris. Occupei primeiro um logar no Instituto Oswaldo Cruz. Em seguida fui após concurso com 10 homens, em 7 materias e 14 provas, classificada em primeiro logar e nomeada secretaria do Museu Nacional. Actualmente tenho ali um laboratorio, dedicando-me á Botanica. Minha mãe muito se dedicou á organização de obras caridosas, tendo eu pois gosto pelas questões sociaes. De volta da Europa onde passei oito annos em estudos e depois de nomeada para o Museu, resolvi trabalhar pelo movimento feminino. Uma das minhas primeiras iniciativas foi responder a uma entrevista contra o voto dado pelo Senador Ferreira Chaves á Noite. Trabalhei pelas emendas. Mais tarde fundei a Liga pela Emancipação da Mulher com caracter provisorio e após minha volta dos Estados Unidos, a Federação pelo Progreso Feminino. Fui delegado do Brasil á 1ª e 2ª Conferencia Pan- Americana Mulheres em 1922 e 1925, sendo na ultima eleita Presidente da União Interamericana. Fui igualmente representante do nono Congresso da Alliança Internacional pelo Suffragio Feminino. Por ora é só [...] (LUTZ, 10/11/1925, p. 2-3).

Portanto, paralelamente às atividades desenvolvidas como cientista, Bertha Lutz dedicou-se à militância junto ao movimento feminista. De acordo com Quadros (2018), ajudou a fundar a Federação Brasileira pelo Progreso Feminista em 1922, tornando-se a primeira presidente da instituição, permanecendo no cargo até 1942. Foi uma feminista ativa que empreendeu ações que visavam oferecer condições de conquista de autonomia para a mulher na sociedade brasileira. Além da federação, fundou a Liga pela Emancipação Feminina em 1919; em 1920, juntamente com Maria Lacerda de Moura criou a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, ambas pretendiam algo para além de associações com intuitos filantrópicos; em 1922, Lutz realizou o I Congresso Internacional Feminino, no Rio de Janeiro; em 1923, foi nomeada delegada para representar o Brasil na Conferência da Aliança Internacional

pelo Sufrágio Feminino; em 1929, criou a União Universitária Feminina, uma associação de mulheres formadas e estudantes de escolas superiores e, em 1935, foi eleita deputada federal.

A relação que Mariana Coelho passou a estabelecer com a líder do movimento feminista no Brasil, em princípio, representou para a intelectual uma forma de estabelecer suas redes de relações com personagens feministas de destaque dentro e fora do país, tendo em vista seu reconhecimento e sua incursão no campo intelectual como defensora e propagadora da emancipação feminina. Contudo, a relação estabelecida entre elas extravasou o campo profissional, ficando marcada por um forte laço de amizade e por algumas divergências.

A relação travada entre Mariana e Bertha ficou registrada em 53 cartas trocadas entre elas. Elas estão no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Entre as correspondências, 49 foram enviadas e apenas quatro recebidas por Mariana Coelho. Acreditamos que a grande diferença se deu devido ao fato dos documentos estarem armazenados no Arquivo na cidade do Rio de Janeiro, cidade onde Bertha vivia. As cartas que a feminista enviava para Mariana, que residia em Curitiba, deveriam, supostamente, estar arquivadas na própria cidade, porém não encontramos vestígios desses escritos. O período de correspondência foi entre os anos de 1923 a 1944, com uma pausa de aproximadamente sete anos, entre os anos de 1927 a 1934. As cartas enviadas por Bertha eram todas datilografadas e uma delas estava incompleta. Das escritas por Mariana, cinco encontram-se ilegíveis, uma por ter sido escrita a lápis e as outras, devido à ação do tempo, a tinta acabou transferindo-se para o outro lado do papel, impossibilitando a leitura. Os conteúdos das cartas, em princípio, eram de caráter profissional, pautados no debate sobre a emancipação da mulher na visão das duas intelectuais. Porém, com o tempo, a relação entre elas foi adquirindo um caráter de amizade e as cartas ganharam um aspecto mais intimista e pessoal, chegando, em alguns momentos, a apresentar um aspecto de carta missiva¹²⁹.

Da relação enredada entre as intelectuais, revelada pelas cartas trocadas entre elas, interessa-nos, sobretudo, os conteúdos e as peculiaridades firmadas por

¹²⁹ Segundo Vasconcellos (1998), as cartas missivas apresentam um caráter íntimo e confidencial. Nessa perspectiva, prossegue a autora: “Logo, as informações ali registradas fazem parte do espaço privado, inviolável. Em sua essência ela [a carta] é um gesto privado, não coletivo, envolvendo a pessoa que escreve, o autor ou signatário, a pessoa a quem é dirigida, o destinatário e muitas vezes uma terceira pessoa da qual se fala” (VASCONCELLOS, 1998, p. 8).

meio do intercâmbio de ideias, das práticas feministas, além do direcionamento dado por Bertha no que diz respeito à produção da obra *A evolução do feminismo: subsídios para sua história*, bem como os motivos que levaram ao desacordo entre elas. Aspectos que foram fundamentais para a consolidação do segundo momento do feminismo incorporado por Marina Coelho.

Quando ocorreu o primeiro contato entre as intelectuais, o livro já se encontrava em adiantado processo de escrita. A autora pretendia, de forma estratégica, além de uma avaliadora experiente para sua obra, inserir-se no campo intelectual, enquanto divulgadora de um aparato feminista. A primeira aproximação se estabeleceu por meio de uma carta enviada por Mariana no dia 2 de janeiro de 1923. Utilizava uma linguagem bastante formal e já mencionava sua pretensão em publicar aquele que chamou de “modesto livro”.

Vae, pela primeira vez, á presença de V.Ex^a. – cujo nome tão brilhantemente se tem destacado na nobre causa feminina e feminista, pelo seguinte motivo. – Estou aprontando um modesto livro sobre a evolução do feminismo, na convicção de que presto um serviço ao nosso sexo e á nossa causa (COELHO, 02/01/1923, p. 1).

Justificava seu contato afirmando que,

Apesar de ter manuseado varios jornais cariocas a respeito do desenvolvimento que ultimamente a nossa causa tem tomado aqui no nosso Brasil, é possível que alguma cousa de importante me tenha escapado, e por isso resolvi pedir ajuda diretamente a V.Ex^a. me auxilie (COELHO, 02/01/1923, p. 1-2).

Nesse período, muitos acontecimentos em favor da causa feminina estavam em debate no cenário nacional e internacional. Mariana Coelho aproveitou a oportunidade para expor uma série de questionamentos e afirmações acerca de tais eventos, além da pretensão em causar uma boa impressão na líder feminista, demonstrando que tinha conhecimento e que acompanhava as ações do movimento feminista dentro e fora do país. Com base nisso, perguntou sobre a participação da feminista na Primeira Conferência Interamericana de Mulheres, realizada em Baltimore, nos Estados Unidos, em 1922. De acordo com Hahner (1981), foi nessa primeira conferência que Bertha Lutz estabeleceu a relação entre movimento feminista brasileiro e internacional, fazendo sua estreia no cenário internacional como delegada oficial do Brasil.

Em seu primeiro contato, aproveitou para “[...] saber quais os nomes femininos mais em evidencia no feminismo brasileiro” (COELHO, 02/01/1923, p. 2). O interesse demonstrado, possivelmente, tinha como intuito estabelecer contato com outras representantes. Além disso, pensando na produção de seu livro, afirmou sem rodeios que: “Se no decorrer da leitura do meu livro, me fôr indispensavel algum esclarecimento, recorrerei á bondade de V.Ex^a” (COELHO, 02/01/1923, p. 2). Ao pensar que tais informações poderiam ser incluídas em seu livro, pediu à intelectual que não demorasse em sua resposta; porém a resposta de Bertha a sua carta chegou somente um ano depois, em 25 de janeiro de 1924. Sobre a demora, Mariana declarou: “Em face, porem, do seu longo silencio, eu já estava desanimada! Por isso póde de V.Ex^a. fazer ideia da consolação que sua gentil missiva me trouxe” (COELHO, 23/03/1924, p. 1).

Nas primeiras cartas, Mariana Coelho assumia uma postura mais formal, dirigindo-se a Bertha Lutz como “Exm^a. Snr^a.”, “V.Ex^a.”, “Prezadíssima”; com o passar do tempo e com o aprofundamento da relação, os tratamentos vão demonstrando uma intimidade cada vez maior, “Prezada amiga”, “Ilustre amiga”, “Minha distinta amiga”, “Estimada amiga”, “Querida amiga” “Minha amiguinha”, “Minha cara amiguinha”, “Minha Bertha”, assinando ao final como “De sua leal admiradora”, “Sempre ao seu dispor – por admiração e afeto”, “Da sua admiradora e consorcia”, “Sempre sua ded^a. amiga”, “Creia-me sempre colega e amiga dedicada”, “Aceito um apertado e afetuoso abraço carinhoso”¹³⁰. Neste caso, as cartas demonstram a relação de respeito e admiração existente entre as intelectuais que tinham em comum “a luta pela nobre causa feminina”. Em várias cartas, Mariana deixava transparecer a satisfação que sentia com aquela amizade, como quando relatou à amiga: “Fico sempre muito contente quando recebo letrinhas suas [...]”, e pensando na nobre causa que as haviam aproximado, declarou: “[...] vá lá a phrase de Saenz Penã: tudo nos une – nada nos separa [...]” (COELHO, 28/01/1925, p. 2).

Em um campo marcadamente masculino, as duas mulheres, tendo o livro de Mariana Coelho como ponto central para seus debates, passam a discutir temas como trabalho, educação, religião, política, ciências e, em especial, a emancipação

¹³⁰ O termo “amiguinha” empregado por Mariana Coelho em muitas cartas, ao referir-se a Bertha, além de um modo carinhoso, justificava-se pela diferença de idade existente entre as feministas, já que em 1924, quando iniciam o relacionamento, Bertha contava com 30 anos de idade e Mariana com 67.

feminina, além do grande intercâmbio de ideias e de leituras firmado entre as intelectuais e permeado por uma relação que perpassava pela amizade.

Boa parte dos conteúdos discutidos entre as feministas estava relacionada com os debates acerca do voto feminino. Mariana Coelho continuava, de forma mais veemente – do que o observado em sua primeira fase – a advogar acerca do voto e dos direitos políticos e sociais das mulheres. Indo mais longe em sua crença, chegou a questionar: se as mulheres eram capazes de assumir postos de gerência e chefia, por que “[...] não pôde ser presidente de um estado ou um país!?” (COELHO, 17/11/1924, p. 4). A questão do voto feminino passou a ser a bandeira principal levantada pelo movimento feminista no Brasil e no mundo. Ao debater o assunto com Bertha Lutz em umas das cartas que escreveu para a amiga, Mariana de modo desconfiado afirmou:

Tambem há dias o telegrapho nos scientificou de que na Italia caiu o voto feminino por absoluta maioria. (sic) Eu não tenho tido confiança nas promessas do mirabolante Mussolini... Quanto á introdução da autorização do marido para que a mulher possa votar – não consinto, D. Bertha, porque no caso affirmativo ficariam as mulheres, em pleno século XX, presas a humilhação do Codigo Napoleão – de horrorosa memoria. Assim como tambem decretar somente o eleitorado, pouco aumenta; deverá ser conjuntamente concedida elegibilidade (COELHO, 21/01/1925, p. 1-2, grifos da autora).

Em resposta ao comentário feito por Mariana Coelho, Bertha Lutz que havia sido representante oficial do Brasil no 9º Congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino de Roma, em 1923, e delegada no Congresso Internacional de Washington, em 1925, quando foi escolhida como a primeira presidente da União Internacional de Mulheres, concordou com o posicionamento da colega afirmando que: “Tambem tenho muito prazer em ouvil-a sobre Mussolini. É uma figura anachronica e perniciosa. Oxalá que termine brevemente o seu reino de terror na Italia” (BERTHA, 12/02/1925, p. 1). Ao continuar o debate sobre o voto na Itália, Mariana comentou: “Afinal o Mussolini cumpriu a palavra. Acho, porém, que, só o eleitorado pouco adianta; mas enfim, é o primeiro passo – e já é alguma cousa [...]” (COELHO, 01/08/1925, p. 2-3). Entretanto, mostrando-se cética em relação a essa questão, alertou a amiga: “Mas olhe uma coisa, querida amiga, são homens [...] lembre-se, por isso, da célebre frase do Mal. Floriano: “confiar desconfiando” (COELHO, 22/11/1925, p. 4, grifos da autora). O debate sobre o voto, travado entre as intelectuais nas correspondências, estendeu-

se por várias outras, não só sobre o andamento do voto na Itália, mas também em outros países da Europa, da América Latina e do Brasil.

Na Espanha as mulheres só teem o voto municipal? Na Italia foi-lhes concedido somente o municipal? Já o fruem?
 Na Grecia também já lhes foi concedido? Vi a este respeito uma notícia na imprensa. A ultima tentativa pro-voto feminino, na França, quando se realizou em que ficou?
 A vice-presidente geral da “União Inter-Americana de Mulheres” quem é? Na sua conferencia não disse (COELHO, 12/03/1926, p. 2-3).

Percebemos que Mariana, além de demonstrar interesse e conhecimento acerca do tema, passou a estabelecer, na segunda fase, um intercâmbio de ideias, de informações e de leituras com outras feministas do Brasil e de outros países. Ao compartilhar dos mesmos ideais, acreditava e defendia que o voto era um dos meios legítimos de defender os direitos políticos das mulheres, não mero privilégio que deveria ser concedido – pelos homens – a elas, cuja sua negação correspondia a uma grave injustiça.

De acordo com os apontamentos de Hahner (1981), a conquista do voto pelas mulheres em vários países, sobretudo da Europa, após o final da Primeira Guerra Mundial, veio em auxílio à causa no Brasil. Não apenas os exemplos dados por algumas nações, como as ligações pessoais estabelecidas entre feministas brasileiras e líderes sufragistas internacionais incitou a luta pelos direitos da mulher no país. A autora amplia seu repertório ao afirmar que o movimento pelo voto feminino brasileiro estabeleceu fortes laços com organizações sufragistas de outros países, que serviam para dar apoio e legitimação, já que a campanha pelo sufrágio feminino no Brasil não estava ligada a nenhum partido político ou movimento social, além de não seguir nenhuma orientação política.

Apesar dos debates em torno do voto ser o assunto em voga dentro do movimento feminista e dele permear parte dos debates estabelecidos nas cartas trocadas entre Mariana e Bertha, nossa análise se concentrará nas discussões firmadas acerca da produção do livro *A evolução do feminismo: subsídios para sua história* que, além de demarcar o feminismo por convicção aludido por ela, representou a expressão dos embates e das disputas arroladas dentro do próprio campo feminista daquele momento.

Na segunda carta que Mariana Coelho escreveu para Bertha Lutz, a autora reafirma sua intenção em publicar seu livro.

Pois é verdade, minha distincta Senhora, estou ha muito trabalhando para publicar um livro sobre a evolução do feminismo, e, principalmente o capítulo intitulado: “A mulher na politica e na burocracia”, tem me dado bastante trabalho, pela respectiva responsabilidade relativa a datas, etc. (COELHO, 23/03/1924, p. 1).

Com base em uma aparente resposta positiva de Bertha em auxiliar na escrita de seu livro, Mariana se mostrava disposta a remeter-lhe o rascunho do capítulo que afirmava estar com dificuldade em relação as algumas datas e fatos, para que esta retificasse caso houvesse necessidade. Em consonância com os apontamentos de Bourdieu (1987), os manuscritos que Mariana Coelho enviaria para Bertha, constituiriam o produto de um tipo de pré-seleção, operada em função da representação que a feminista possuía no cenário nacional, representação construída pela relação objetiva entre as posições relativas dos autores no campo. Diante de tal consentimento e aparente compromisso por parte da intelectual, a autora considerou apropriado:

[...] remeter a V.Ex^a., devidamente registradas, as cento e tantas tiras do aludido capítulo, á vista das quais lhe será mais facil, e para mim de mais seguro resultado, acrescentar aos meus apontamentos o que fôr necessario, em face dos países indicados, e corrigir aquelles que por ventura possam apresentar alguma irregularidade nas verdades dos factos. (COELHO, 23/03/1924, p. 1).

Ao revelar a confiança que estava depositando no trabalho avaliativo da feminista, em outra carta, Mariana chegou a confirmar que não tinha a pretensão de publicar seu livro sem que antes a amiga fizesse a leitura de um dos capítulos da obra. Conforme escreveu a autora:

Antes da publicação do livro hei de mandar-lhe o capítulo: “A Mulher na Politica e na Burocracia” pois tenho todo o empenho em que a nossa querida Leader verifique se tem algum erro. Foi o capítulo que me deu mais trabalho, e que eu acho de mais responsabilidade. (COELHO, 17/11/1924, p. 4-5, grifo da autora).

De modo interpelativo, concluiu seu pedido:

Sei que isto lhe vae dar um pouco de trabalhinho, mas estou certa de que V.Ex^a. de bom grado se sacrificará em prol da nossa justa causa; não é verdade? Espero, pois, a sua precisa autorização para lhe remeter os apontamentos acima referidos (COELHO, 23/03/1924, p. 1).

Além de representar uma orientadora intelectual, Mariana compreendia que Bertha, para além de auxiliar na divulgação de seu livro, poderia atribuir relevância e credibilidade à sua obra. Ter seu trabalho apreciado e aprovado publicamente por uma líder feminista já consagrada lhe daria possibilidade de conquistar posições dentro do campo intelectual. Tendo isto em vista, solicitou à cientista que:

Opportunamente V.Ex^a. me há de indicar pessoas e collectividades a quem devo remeter o meu livro. E tenho muita mais fé no êxito sendo offerecidos por intermedio de D. Bertha que, além da sua justificada competencia, eu a considero leader da mulher no Brasil (COELHO, 17/11/1924, p. 4-5, grifo da autora).

Em outra carta, Mariana reforçava o pedido de auxílio para a divulgação da obra, indagando a Bertha sobre para quem deveria enviar o livro depois de publicado. “E que me diz da nossa grande Chapman Catt? Viu-a? Eu hei de mandar-lhe um exemplar do meu livro; isto é – D. Bertha depois me indicará a quem devo enviar este produto da minha dedicação á nobre causa” (COELHO, 06/07/1925, p. 3-4).

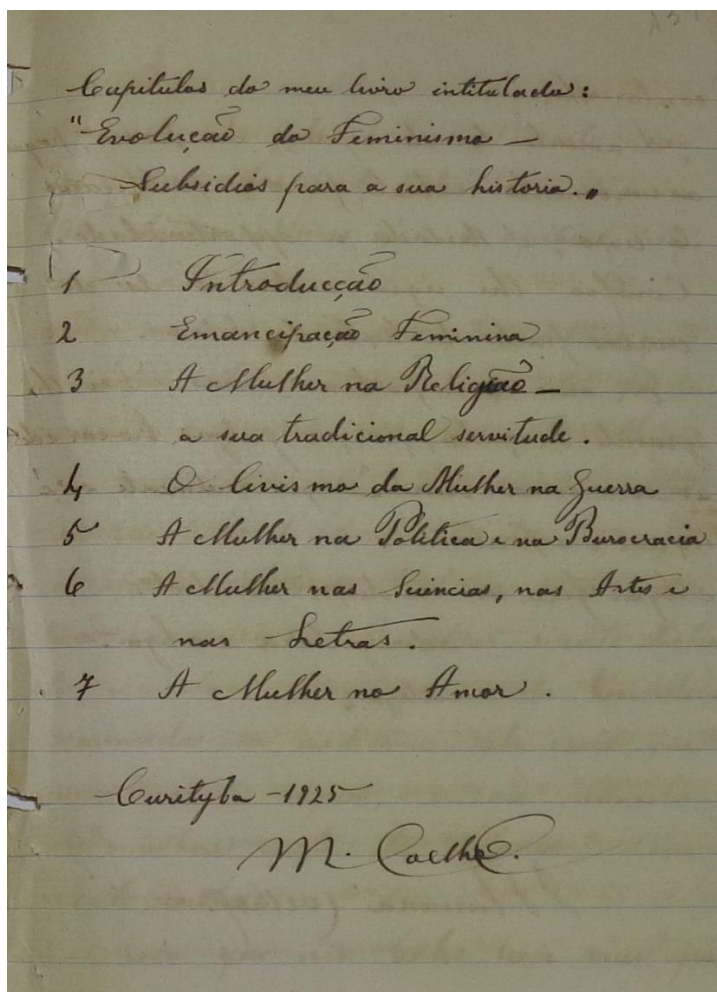
A feminista Carrie Chapman Catt, mencionada por Mariana Coelho, a quem pretendia enviar sua obra, tratava-se de uma das representantes mais significativas dentro do movimento feminista norte-americano. Conforme destaca Karawejczk (2013), a aproximação de Bertha Lutz com os movimentos organizados internacionais, sobretudo com o movimento estadunidense, mais especificamente com Carrie Chapman Catt, além de representar uma verdadeira vantagem da luta pelo sufrágio feminino no Brasil, marcou sua adesão a uma nova forma de ação, dentre elas, a de uma postura mais diligente.

Destaca Hahner (1981) que a feminista foi presidente da Associação Nacional pelo Sufrágio da Mulher, participou da conferência internacional em Washington de 1902, votou para a formação de uma Aliança Internacional pelo Sufrágio da Mulher. Dedicou-se intensamente à luta internacional pelo voto feminino, participando de muitos congressos pelo mundo sobre o tema. Segundo informações da própria Bertha Lutz, foi Carrie – como gostava de ser chamada – “[...] quem fez o movimento em prol do voto” (LUTZ, 10/11/1925, p. 2). Em 1922, a representante americana saiu em

viagem à América do Sul, com o objetivo de incentivar o movimento pelo sufrágio. Sua primeira pausa foi no Brasil, onde encontrou atividade encorajadora promovida, sobretudo, por Bertha Lutz. No período de sua estadia no país, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em que Bertha era presidente, organizou um congresso de mulheres no Rio de Janeiro, para coincidir com a visita da eminente sufragista norte-americana. Após a conferência do Rio de Janeiro, Carrie Chapman Catt e Bertha Lutz, juntamente com outras mulheres, viajaram para outro encontro em São Paulo, onde, oportunamente, as representantes puderam se conhecer melhor. Posteriormente ao seu retorno aos Estados Unidos, Carrie ficou impressionada com o andamento do movimento brasileiro, além de reconhecer Bertha como a força propulsora e motivadora desse desenvolvimento.

A pretensão de Mariana Coelho com a publicação de seu livro e de seu feminismo, expresso na segunda fase, era, conforme declaração feita pela própria autora, “[...] provar que em todos os ramos do saber humano temos belos exemplos no nosso sexo [...]” (COELHO, 21/01/1925, p. 1-2). Devido a isso, a intelectual abordou o desempenho e a evolução da atuação e participação feminina nas várias esferas da vida social. Na carta de 21 de janeiro de 1925, afirmou que seu livro já se encontrava quase pronto e que, dentro de dois meses, terminaria os apontamentos finais. Entretanto lamentava não poder publicá-lo de imediato, porque “[...] o momento actual, para a publicação do livro, é de toda a oportunidade” (COELHO, 21/01/1925, p. 4). Bertha Lutz, na ocasião, aconselhou a amiga para que não apressasse a publicação de seu livro. Além disso, Mariana não pensava em publicá-lo antes do aval de sua avaliadora mais valorosa. Esperando a aprovação de Bertha, confiou-lhe de antemão a divisão dos capítulos, sob a justificativa: “dei-lhe grande maçada, porque julgo trocar ideas com uma irmã – que realmente o é sexual e espiritual (COELHO, 21/01/1925, p. 6).

Figura 7 – Carta enviada à Bertha Lutz 21/01/1925



Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Com base na síntese apresentada, no dia 12 de fevereiro de 1925, Mariana Coelho recebeu uma carta de Bertha afirmando que teria prazer em tomar conhecimento do conteúdo do livro e que a autora poderia enviá-lo para sua apreciação. Porém percebemos, por meio da entonação da escrita dada pela intelectual, uma preocupação e, até mesmo, desconfiança em relação à produção de Mariana Coelho, sobretudo em relação aos capítulos 3 e 7. Apreensiva com a responsabilidade que tal avaliação poderia acarretar, Bertha Lutz deixa entrever que:

Pela indicação de capítulos, deve o livro ser muito interessante. Já que a ilustre patricia teve a gentileza de tocar no assunto, peço venia para fazer algumas ponderações, solicitando que não as julgue impertinentes. Com toda a franqueza, não acha um pouco arriscado tocar em livro sobre o feminismo, no assunto dos affectos. Será necessário? É tão fácil a má interpretação. Uma das causas que mais teem prejudicado o feminismo é a idéa erronea de muitos que o feminismo é apologista da libertinagem em questões de amor. Ora, tenho certeza que concordará comigo e com todas as verdadeiras

leaders do bom feminismo que a emancipação feminina deve ser feita num ambiente da mais elevada moralidade e se inspirar no condescende á intrigas sentimentaes.

Quanto á religião, tambem é um assumpto muito serio. Mas não devemos esquecer nunca que a mulher brasileira é profundamente religiosa e que está vinculada á egreja catholica. A egreja não ficará alheia certamente á orientação da mulher brasileira na sua tentativa de adaptar-se á vida moderna. Tenho a convicção e o será um dos elementos que mais fielmente virão impulsionar a emancipação feminina no Brasil.

Não sei quaes as suas idéas sobre o assumpto, mas tenho a certeza que concordará certamente que não se deve fazer violencia aos ideaes religiosos e a fé.

Queira perdoar-me ter dado meu parecer sobre este assumpto, mas já que estamos tratando de questões serias e que a nossa responsabilidade é grande, julguei meu dever fazer estas ponderações (LUTZ, 12/02/1925, p. 1-2, grifo no original).

Mariana Coelho não recuou diante dos apontamentos feitos por Bertha, que demonstravam um certo conservadorismo de sua parte. Ao contrário, manteve-se firme e fiel em suas concepções, saiu em defesa de seu trabalho. Em carta resposta à Bertha, a escritora deu continuidade à sua argumentação iniciada na missiva anterior:

Quanto ao titulo de alguns capítulos do meu livro, não representam absolutamente, o que D. Bertha receia. Por exemplo, no ultimo, “A Mulher no Amor”, é desenvolvida e historiada a sua acção (da mulher), no amor maternal, conjugal, etc. Pois da minha humilde penna poderia sair cousa que desse margem a censuras e reparos á nossa digna causa? É que é tão bella a palavra – amôr – que a applica a todos os affectos familiares e naturaes, sem nunca sancionar o que é menos sério [...]

O capitulo: “A Mulher na Religião” desenvolve o papel da mulher em varias religiões e através da história (COELHO, 19/03/1925, p. 2-3).

Para que Bertha compreendesse melhor o panorama delineado por ela em seu livro, Mariana confirmava que iria enviar uma cópia do capítulo que, segundo ela, havia lhe dado mais trabalho.

Visto que já posso contar ahi com a distinta e gentil amiga, vou já proceder á transcrição á maquina, do capítulo: “A Mulher na Política e na Burocracia”, para lho remeter. Enquanto ahi corrigir qualquer coisa dou eu aqui os últimos retoques nos outros capítulos (COELHO, 06/07/1925, p. 2-3).

Porém, de modo contrariado, Mariana esclarecia ter demorado mais do que gostaria na transcrição do capítulo. Mas acreditava que todo esforço empreendido seria recompensado em nome da nobre causa feminina a que se dedicara tanto.

Finalmente! Terminei ontem á noite a cópia á máquina, do capítulo: “A Mulher na Política e na Burocracia”. Imagine: quase só de noite podia dedicar-me a este serviço – e sendo eu muito míope e distraída, forçosamente errava bastante; ficava contrariada [...] enfim, seja tudo por amor á nossa sublime causa (COELHO, 13/09/1925, p. 1).

Com o término da escrita, Mariana confirmou que o enviaria no outro dia, porém não sem antes levantar os seguintes apontamentos e recomendações:

Terei de fazer, neste capítulo, algumas modificações em alguns pontos aumentar, noutros talvez diminuir, noutros suprimir, etc. Como o capítulo é grande, e como dêle extraí alguns artigos para publicar é possível que tenha alguma coisa repetida, porem, as respectivas modificações só a deverei fazer depois ter todo o conjunto do original. Este é o capítulo maior do livro – e talvez o de leitura menos atraente [...] Também tenho de reflectir nas colocações dos países; por exemplo: o Mexico se o coloca-lo hei em seguida á America do Norte. E agora, como a ilustra amiga deve estar mais ao facto do que eu, das datas e factos correspondentes, terá o trabalhinho de fazer os seus apontamentos, sim? (COELHO, 13/09/1925, p. 2).

Além da correção de alguns pontos do trabalho, Mariana pediu a Bertha, que vivia em um centro cultural maior e mais agitado, auxílio para a publicação da obra, porque se mostrava frustrada com as opções que havia analisado.

Estou muito contrariada: tencionava editar o livro na Casa Monteiro Lobato, de S. Paulo, mas, no grande numero de falencias ultimamente requeridas na aludida cidade, sobresaie a dêle com uns 3.000 contos. Eu quero editá-lo em S. Paulo ou no Rio – aqui não nos convem [...] (COELHO, 13/09/1925, p. 3-4).

Em outra carta Mariana comentava:

Oxalá receba sem demora o manuscrito. Que momento óptimo este para a publicação do livro! Disse-me ontem um Dr. Meu amigo que mora no Rio, mas que atualmente está aqui, que há ahi no Rio duas Casas editoras como a Monteiro Lobato de S. Paulo; sabe-me dizer alguma coisa sobre isto? (COELHO, 17/09/1925, p. 2-3).

Sobre a edição, Bertha se mostrou bastante disposta em ajudar Mariana Coelho. Assim se prontificou: “Quanto á publicação existem varias casas editoras aqui. Si tiver qualquer desejo de informação a respeito, avise, que terei muito prazer em obtel-as no que for de alcance meu” (LUTZ, 10/11/1925, p.1). Entretanto, Mariana expôs a amiga todas as limitações que envolviam o processo de edição de seu livro.

Quanto á publicação, tudo o que a respeito lhe tenho dito, parte deste princípio: eu não posso editá-lo á minha custa. Como a Casa Monteiro Lobato, de S. Paulo, editava todas as obras por sua conta; tencionava eu mandar-lhe o meu livro para o mesmo fim. Mas abriu falência, depois mudou-se para o Rio. Disseram-me que aí no Rio havia dois editores nas mesmas condições da M. Lobato. Enfim, deposito, tranquila, o caso, nas suas mãos e em seus bons ofícios (COELHO, 22/11/1925, p. 3-4).

O grande desejo de Mariana era que seu livro fosse editado em São Paulo ou no Rio de Janeiro; além disso, segundo ela, esta era a orientação que seus amigos lhe faziam. Todos acreditam “[...] que o livro deve nascer no Rio ou S. Paulo” (COELHO, 05/06/1926, p. 2, grifo da autora). Com base nas limitações apresentadas por Mariana Coelho, Bertha afirmou: “tenho pensado em vários, mas por ora, nada de definitivo tenho a propor [...]” (LUTZ, 20/05/1926, p. 1). Justificou sua colocação afirmando que: “ha grande dificuldade com as edições no Rio, pois querem que se faça por conta do autor [...]” (LUTZ, 20/05/1926, p. 1). Diante das informações desanimadoras buscou confortar a amiga: “[...] mas não devemos desanimar” (LUTZ, 20/05/1926, p. 1). Além disso, informou a possibilidade de a autora publicar sua obra na imprensa antes que, de fato, o livro fosse editado; porém Mariana, por temer que isso pudesse prejudicar seu trabalho, assim se expressou:

Quanto a publicar o texto do livro na imprensa – antes de êle sair a lume – voce prejudica, certamente, o editor que aceitar a sua publicação – sendo feita por sua conta. Depois de ser êle publicado faremos, nós as feministas, por que seja divulgado na imprensa (COELHO, 05/06/1926, p. 3-4).

Ao reconhecer o valor da obra de Mariana Coelho para o movimento feminista e para a emancipação feminina, Bertha afirmou estar pensando longamente nas formas de divulgação do seu trabalho.

Julgo mister e opportuno que se faça, para que o livro vá ter ás mão de todos os dirigentes e politicos e do elemento feminino que talvez mais ainda que elles carece de uma leitura instructiva e formada da concepção que deve ter a mulher contemporanea da sua elevada funcção social (LUTZ, 20/05/1926, p. 1).

Mariana afirmou à amiga que já havia se prontificado, pedindo auxílio a outras feministas, entretanto contava com Bertha, devido sua influência, para a devida divulgação no Rio de Janeiro e na América Latina.

Nossa digna e comum amiga D. Ana de Castro Osorio já se me ofereceu para fazer em Lisboa a respectiva propaganda; em S. Paulo tambem conto para tal fim, com uma distinta e sincera amiga; D. Bertha, além de a promover no Rio, pode, por intermédio das directoras da “União Pan-Americana de Mulheres”, promove-la na America Latina – pois que, além do interesse que nisso elas devem ter [...]” (COELHO, 12/03/1926, p. 6).

Em meio aos assuntos relacionados a seu livro, Mariana tecia comentários sobre a atuação de Bertha dentro do movimento feminista, demonstrando acompanhar as ações da intelectual e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino fora e dentro do Brasil. Evidenciava, a relação de amizade e de admiração que existia entre ambas:

[...] a imprensa desta capital noticiou a sua eleição para presidente do Congresso Pan-Americano das Mulheres, na America do Norte. Só então soube que a ilustre amiga foi chamada para ali. Se bem me lembro o Congresso foi realizado em Washington, não é verdade? No dia 2 do corrente igualmente os jornais noticiaram o seu regresso ao Rio, e no dia 4 recebi eu o seu gentil postal enviado de New York, que do coração muito lhe agradeço pois é uma delicada prova de que não esqueceu em meio do seu trabalho – e naquele “grande mundo”!
[...]
Estimo que regresse com saúde e que os trabalhos do Congresso produzam os efeitos desejados por todos nós (COELHO, 06/07/1925, p. 1-2).

Antes de concluir efetivamente a escrita do livro, os pedidos feitos a Bertha, sobre informações e fatos acerca das questões que envolviam o voto feminino, sobretudo em outros países, bem como os questionamentos acerca das pautas tratadas nos Congressos Femininos eram constantes. Além disso, Mariana, com frequência, tecia comentários sobre os diálogos que estabelecia com outras feministas e intelectuais, apoiadores da emancipação feminina.

Além do interesse em estabelecer vínculos com feministas de outros estados e países, Mariana recorria às associações como forma de atender à falta de feministas no Paraná. Sobre esta questão, assim se manifestava: “aqui em Curitiba, como V.Ex^a. deve fazer idéia, o feminismo ainda não tem muitos adeptos; em todo caso, o respectivo progresso já vae entrando – em hora lentamente, no Paraná” (COELHO, 02/01/1923, p. 3). Em outra carta Mariana, demonstrando desapontamento com a situação, chegou a tecer uma comparação bastante curiosa: “[...] seria Curitiba um túmulos não só para o meu humilde nome como para a nossa causa” (COELHO, 13/09/1925, p. 4, grifo da autora). Com a pretensão de acelerar o processo de entrada do feminismo no estado, aceitou integrar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, como membro consorciada. A resposta dada por Mariana reforçava o indício de que o pedido foi feito por Bertha via correspondência. “Com muito gosto quero fazer parte da Federação que a distinta amiga tão proficientemente dirige”; com o propósito de firmar realmente o compromisso, confirmou: “[...] em princípios do próximo mês enviar-lhe-ei a minha anuidade [...]” (COELHO, 21/01/1925, p. 3). No dia 3 de março de 1925, recebeu a notificação de seu efetivo ingresso a FBPF.

Hahner (1981) descreve um pouco do nascimento dessa associação que, de acordo com os apontamentos de Quadros (2018), representou o maior movimento feminino organizado no Brasil. Tinha como objetivos principais a conquista de direitos políticos para as mulheres, sobretudo o direito à participação nas eleições por meio do voto. Logo após Bertha retornar da Conferência Pan-Americana de Mulheres que ocorreu em Baltimore nos Estados Unidos, em 1922, a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, em que a feminista era presidente, “[...] transformou-se, de um pequeno grupo local, na Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino, logo denominada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, filiada à Aliança Internacional pelo Voto Feminino” (HAHNER, 1981, p. 106). Conforme destaca Hahner (1981), a constituição da FBPF foi planejada durante uma visita que Bertha fez à casa de Carrie Chapman Catt, após a referida conferência.

A Federação que tinha a conquista do sufrágio feminino como uma de suas principais bandeiras defendia que era preciso preparar as mulheres para que pudessem exercer esse direito, deixando-as a par dos problemas públicos, por meio de uma educação política e conhecimento de seus deveres cívicos. Neste sentido, a FBPF objetivava promover encontros por todo o país, a fim de possibilitar que as

mulheres adquirissem conhecimentos para se guiarem sozinhas sobre as questões relacionadas ao voto (QUADROS, 2018).

Com base em tal objetivo, a FBPF abrigava diversas associações ligadas a ela, como a Liga Eleitoral Independente, União Universitária, União Profissional Feminina, União de Funcionárias Públicas, Sindicato de Datilógrafas e Associação de Enfermeiras Diplomadas. Estas associações confederadas eram as filiais da Federação que se espalhavam por diversas regiões do país. Inclusive havia a intenção de abrir no Paraná uma filial da Federação, intuito enunciado por Mariana Coelho, que compartilhava dos mesmos princípios propalados pela agremiação.

De acordo com as análises encaminhadas por Quadros (2018), existiam atividades administrativas que deveriam ser seguidas por todos os entes federados. De modo a atender a este objetivo, eram realizadas assembleias bienais, como forma de tornar conhecidas todas as atividades desenvolvidas pelas filiais, bem como as tarefas a serem desenvolvidas nos períodos seguintes. Conforme descreve a autora,

Nessas assembleias, estariam representantes de todas as filiais bem como da sede, os departamentos seriam representados pela sua presidente, diretoria ou chefe. As representantes ou delegadas seriam reconhecidas mediante apresentação de credencial oficial. Todas as sócias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sem distinção, tinham o direito de comparecer e assistir às assembleias bienais (QUADROS, 2018, p. 81).

Além disso, é importante frisar que todas as filiais deveriam ter um estatuto próprio, porém, desde que seguissem as diretrizes e princípios da Federação. Todas aquelas que se integrassem à associação, como membros contribuintes ou membros ativos, deveriam agir com o propósito fundamental de difundir a emancipação intelectual, econômica e social do sexo feminino e a colaboração eficiente da mulher para o progresso humano (QUADROS, 2018).

No mês de setembro de 1926, Mariana Coelho, que já era membro, recebeu o convite de Bertha Lutz para ser a representante da Federação no Paraná, sob a garantia de que tal representatividade não traria trabalho excessivo a ela que já era bastante atarefada com as atividades da Escola Profissional Feminina que dirigia. Apesar da dúvida, a escritora, aceitou o convite. Porém, devido as muitas atividades que o magistério lhe proporcionava, bem como as ocupações com a finalização de seu livro *A Evolução do Feminismo* e as preocupações e o desentendimento entre as

intelectuais envolvendo sua publicação, as duas colegas só voltam a tratar do assunto em 1934.

Assim, Mariana retornou às atividades daquilo que, no momento, eram mais urgentes, as questões relacionadas à produção de seu livro. Após ter realizado a leitura dos escritos de Mariana Coelho, Bertha, que, a princípio, demonstrava certa desconfiança em relação à produção da intelectual, enviou uma carta à autora comentando as impressões que a leitura do manuscrito havia lhe proporcionado. Mostrando-se bastante impressionada com a obra, manifestou-se da seguinte maneira:

[...] me permita felicitá-la o mais calorosamente possível pelo mesmo. Representa uma obra notável e não posso esconder-lhe a minha admiração e mesmo espanto pela riqueza da documentação. Deve representar pesquisas longas e tenazes, leituras pacientes e variadíssimas. O resultado é o bellissimo trabalho que me deu honra de percorrer. Aguardo com maior interesse a oportunidade de percorrer o trabalho inteiro (LUTZ, 10/11/1925, p. 1).

Tamanha foi a admiração que a produção lhe proporcionou, que Bertha enviou um convite a Mariana Coelho informando que tencionava: “[...] associar á Federação à sua brilhante contribuição em prol do movimento feminino, fazendo-a historiadora da nossa causa, como a Sra. Ida Harper nos Estados Unidos [...]” (LUTZ, 10/11/1925, p. 1). Mariana, mostrando-se satisfeita, em carta, responde ao honroso convite: “Aceito e agradeço a sua gentil intenção de associar a “Federação” ao meu trabalho e dar-me a honra de ser sua historiadora – ainda que muito modesta [...]” (COELHO, 22/11/1925, p. 2). Assim, em princípio, Mariana Coelho tornava-se historiadora da FBPF, porém observamos que, apesar do título supostamente recebido, nenhum trabalho nesse sentido foi realizado junto à agremiação posteriormente, bem como nenhum comentário mais sobre o assunto foi feito nas cartas trocadas entre as intelectuais.

Todavia, diante das elogiosas palavras e do reconhecimento de Bertha acerca de seu trabalho, Mariana agradeceu a avaliação positiva da amiga: “Muito me lisonjeou o facto de lhe agradar o capítulo que lhe enviei; efetivamente deu-me muito trabalho, muito mais que outros; e é o maior de todos. Muito lhe agradeço as suas animadoras palavras a respeito” (COELHO, 22/11/1925, p. 3). Apesar da apreciação bastante positiva demonstrada por Bertha, a feminista sugeriu, de um modo bastante astuto, que Mariana alterasse o título do capítulo, asseverando que gostaria de ter

dado “[...] um cumprimento mais completo a seu honroso convite de ler e expressar-me sobre o seu belíssimo capítulo “A Mulher na Política e na Burocracia”. (Não quer dizer Política e Administração?)” (LUTZ, 10/11/1925, p. 3). A sugestão feita foi prontamente acatada pela amiga que se manifestou com as seguintes palavras:

Tomo em consideração todas suas reflexões cujos assuntos modificarei – sem contudo omitir os factos, porque a história o não permite, não é verdade? Efectivamente acho preferível a palavra – administração – àquela outra que eu grafei – burocracia. Administração abrange melhor todos os empregos (COELHO, 22/11/1925, p. 2, grifo da autora).

Posteriormente, Bertha sugeriu a Mariana que alterasse o nome do capítulo “A Mulher nas diversas Modalidades do Amor”, para a “A Mulher no Amor”. Contudo, a autora manteve-se firme em sua consideração acerca do que seria mais coerente em relação ao conteúdo abordado, já que a feminista não havia feito a leitura do capítulo em questão. Com base em seu posicionamento, justificou à amiga que:

“A Mulher no Amor” dá a entender somente o amor sexual; e nas diversas modalidades, desenvolve a situação moral da mulher em todos os assuntos nobres do seu afecto, como: amor fraternal, conjugal, maternal, ao próximo. Creia, minha querida amiguinha, que a minha consciencia me assegura de que não preciso mudar uma vírgula no que escrevi (COELHO, 26/07/1927, p. 3, grifos da autora).

A relação que Mariana Coelho passou a estabelecer com Bertha Lutz e, posteriormente, com a Federação, significou, para ela, que já despontava no cenário paranaense como escritora, a possibilidade de reconhecimento como uma intelectual em defesa dos ideais feministas. Ao aproveitar do ensejo propiciado por essa relação, Mariana convidou a amiga para que fosse responsável por editar o prefácio de sua obra. Em suas palavras:

[...] seria para mim uma honra muito maior se quisesse prefaciar-me o livro que, por todos os motivos, deve considerar-se nosso, não é? Seja a minha gentil amiga o meu sireneu – já que as circunstancias nos colocaram, em tantos sentidos, tão próximas uma da outra” (COELHO, 22/11/1925, p. 3, grifo da autora).

Muitos dos conteúdos presentes nas correspondências trocadas entre as intelectuais demonstravam o firmamento de uma relação que ultrapassava os vínculos

profissionais de trabalho. Algumas cartas revelam um teor de intimidade e pessoalidade proveniente de um verdadeiro elo de amizade que se configurava. Como quando Mariana comunicava a amiga, com grande tristeza, a perda de seu irmão mais novo Carlos Alberto Teixeira Coelho.

O seu bem recebido cartão desejando-me um bom ano novo, veio achar-me com a alma alanceada pela fatalidade que me feriu! No dia 18 do mês que hoje finda, as 2 h. da t. deu a alma a Deus o meu querido e inolvidavel irmãozinho Carlos, com cuja falta fico moralmente só! Era o meu companheiro de letras, meu confidente, meu amigo e sincero amigo de todas as pessoas que me estimulavam. Profundamente enfraquecido em consequencia de exagerado trabalho intelectual, adoeceu sob o diagnóstico de broncopneumonia, á qual sobreveio uma forte febre tifoide que o matou! Sempre que pude, de dia e de noite, estive junto de seu leito de dôr e de morte! Oh! Como é horrível ver partir para sempre um ente querido! Desculpe os meus desabaços, distinta amiga, mas êste meu irmão era notado pela sua extrema bondade e delicadeza. Foi a sua morte tão sentida nesta Capital, que todas as classes sociaes, com a maior espontaneidade, se associaram por todas as formas, á nossa dôr. Envio-lhe alguns jornaes para fazer ideia; não o faço por vaidade, creia! faço-a com o único intuito de fazer justiça aos sentimentos e predicados do meu santo irmãozinho que nunca mais verei! (COELHO, 31/01/1926, p. 1-3).

Em outro momento, Mariana comentava que gostaria de ter estado ao lado de Bertha para ajudá-la nos momentos em que esteve doente.

Senti, porém, sinceramente, que estivesse tão doente como me comunica. Pelo que se vê, D. Berta é doentia, não é verdade? Já há tempos tambem doença sua foi o motivo da demora na devolução do capítulo sobre feminismo. Lamento do íntimo d'alma não me achar pertinho de si, para lhe ser agradável (COELHO, 12/03/1926, p. 1).

Assim, o compartilhamento de assuntos ligados à vida pessoal era algo bastante presente nas correspondências trocadas entre as intelectuais. Como quando Mariana comentou com a amiga, que teria que atrasar um pouco a finalização do livro, porque recepcionaria e acompanharia a estadia de sua família que vinha de Portugal a passeio. Instalando-se na cidade de Vitória no estado do Espírito Santo:

[...] minha família de Lisboa que não vejo há 11 anos! – veio a Victoria; e como a sua vinda coincida com as nossas férias, que são em junho e julho, e como, infelizmente, meu querido irmão é falecido, quer que

eu vá passar férias em Victoria – para onde partirei, portanto, em breves dias (COELHO, 05/06/1926, p. 2).

Mariana, expressou à amiga o desejo que tinha de que sua família de Portugal a conhecesse. Entretanto, devido a impossibilidade de leitura das cartas que descreve todo o período que a família permaneceu no Brasil, não conseguimos tomar conhecimento dos conteúdos presentes nas correspondências encaminhadas à amiga nos dias 8 de agosto, 8 e 28 de setembro de 1926. Apesar da inacessibilidade aos conteúdos presentes nesse material, conseguimos apurar, com base em informações posteriores de Mariana Coelho, que pretendia publicar seu livro em Portugal, e que só estava aguardando um parecer positivo de uma casa editorial da cidade do Porto.

A última e mais breve das cartas escrita por Bertha, da qual tivemos acesso, a intelectual afirmou estar ressentida com Mariana Coelho, por esta ter ido até o Rio de Janeiro e não tê-la procurado, manifestando-se da seguinte forma: “[...] estou muito sentida porque não me procurou no Rio. Si tivesse avisado por telegramma, teria ido ao menos cumprimental-a a bordo e colocar-me á sua disposição para lhe mostrar o Rio (LUTZ, 21/09/1926, p. 1). Ao que tudo indica, Mariana havia ido até o Rio de Janeiro com sua família portuguesa, porém não sabemos o motivo pelo qual não procurou a amiga Bertha.

O desejo que Mariana havia revelado de que Bertha fosse a prefaciadora de seu livro foi novamente feito à intelectual, já que, até então, esta não havia confirmado o pedido. Desta vez, permeado por tom bem mais interpelativo.

[...] na carta que lhe fiz em 22 de novembro do ano p. findo, convidava-a de todo coração a prefaciar-me o livro; esse convite levava o beneplácito do desejo do meu querido irmãozinho falecido; constando-lhe eu o que ia escrever á prezada e distinta D. Berta, êle objectou: “E diz-lhe que maior honra será se te quiser prefaciar o livro.” Sei que isto de prefácios não se usa mais; mas o caso dêste livro é um caso excepcional, por todos os motivos (COELHO, 12/03/1926, p. 5-6).

Na avaliação de Bourdieu (1987), a marca de um prefácio para uma obra, deixada por seu prefaciador, é o valor das relações objetivas entre a respectiva posição ocupada pelo autor (prefaciador) dentro do campo. Mariana compreendia que um prefácio feito pela líder do movimento feminista poderia contribuir para a divulgação e para o enaltecimento de sua obra, o que representava para a intelectual

uma possível tomada de posições dentro do campo intelectual, tornando-se reconhecida por aquilo que defendeu vigorosamente durante sua trajetória. Sobre isso, Bourdieu (1987) afirma que cada uma das posições na hierarquia dos graus de consagração, sobretudo no início de uma carreira intelectual, está relacionada a uma relação ambiciosa ou resignada com o campo. Neste caso, Mariana Coelho demonstrou uma atitude ambiciosa ao buscar respaldo junto a uma intelectual, cuja posição no campo a colocava em uma disposição globalmente favorável, sobretudo como intérprete privilegiada de qualquer produto digno de revelação. Conforme enfatiza Bourdieu (1987, p. 160), as “[...] aspirações subjetivas tendem a ajustar-se às oportunidades objetivas”. Mariana Coelho aproveitou a oportunidade objetiva que seu contato com Bertha lhe proporcionou para pôr em prática sua estratégia em resposta a uma situação estruturada. Com base nisso, insistiu no assunto com a companheira de causa:

Ora, na situação em que nos encontramos, e dado o assunto do livro, parece que um prefácio seu que signifique uma apresentação do mesmo (do livro), é indispensável; não concorda? Depois, tanto a propaganda em que lhe falo como o aludido prefácio, muito encorajarão o editor que se prontificar a editá-lo por conta própria (COELHO, 12/03/1926, p. 6-7).

A tão aguardada resposta de Bertha chegou em carta do dia 20 de maio do mesmo ano, depois, conforme relatou a própria líder feminista, de um longo período de convalescença. Justificando a demora à amiga, disse que só então teve forças para responder “[...] sua longa e gentilíssima missiva [...] Como passei três meses completamente inativa, pôde calcular qual a natureza do atraso nas minhas diversas ocupações” (LUTZ, 20/05/1926, p. 1). Contudo, a demora foi recompensada pela resposta positiva de Bertha: “Gostosamente escreverei um prefácio, desvanecida pela honra que me faz, solicitando a minha colaboração despretensiosa e desnecessária na sua obra tão completa por si” (LUTZ, 20/05/1926, p. 1).

No intercâmbio entre assuntos de cunho pessoal, políticos e profissional, este último ligado à produção e publicação de seu livro, Mariana compartilhou com Bertha um pouco da relação que guardava com o intelectual Dario Vellozo e como ele havia se prontificado a auxiliá-la no tocante à publicação de sua obra. Entretanto, por estranhar o fato de a amiga não comentar o assunto, Mariana declarou:

[...] estranhei nada me dizer relativamente á cópia que eu lhe tinha enviado, de uma carta do eminente Professor Snr. Dario Veloso, sobre o meu livro. Pois eu acho, querida amiga, que o bom exito do mesmo tanto interessa á leader do feminismo no Brasil, como á modesta autora.

Este Snr. Dario Veloso tem estado várias vezes no Rio, fazendo conferências; é considerado como o primeiro tribuno do Paraná, e um dos bons do Brasil. Ha tempos convidou-me para ir almoçar com sua Familia, e então falarmos sôbre o livro. Ditou-me (e eu escrevi), uma afirmação, que eu podia fazer ao editor respectivo, e que lhe mando aqui inclusa á D. Berta. Disse-me que se êle fosso publicado á minha custa, me aconselharia que em alguns pontos resumisse um pouco; mas sendo publicado por conta do editor, devia ficar como está – pois que é um “livro de consulta, um livro que fica” (COELHO, 08/02/1927, p. 1-3, grifo da autora).

Este trecho evidencia a relação que Mariana Coelho estabelecia com a intelectualidade paranaense, demonstrando que já ocupava uma posição de reconhecimento entre seus pares no campo intelectual. Em outro momento, em conversa com a amiga acerca da publicação de artigos em jornais sobre a causa feminina, Mariana deixa claro o reconhecimento que já havia conquistado na capital paranaense nesse período ao afirmar que:

[...] não me diz se os artigos que deseja devem ser publicados aqui ou no Rio. Eu acho que devem ser publicados aí em dois jornais, dos quais D. Bertha me enviará um exemplar para transcrever em jornais daqui – o que impelirá estes jornais a dizer alguma coisa em reforço do nosso ideal.

O Redactor d’ O Dia é meu amigo e é feminista. Envio-lhe uma notícia que saiu n’ O Dia d’ hoje (COELHO, 17/08/1927, p. 1, grifos da autora).

Os laços próximos que Mariana Coelho demonstrava ter com os principais escritores paranaenses foram o que favoreceu o seu reconhecimento como primeira feminista do Estado. Porém a sua influência e atuação em defesa da causa feminina tinham o intuito, sobretudo, de ganhar respaldo e legitimidade dentro do movimento feminista. Para isto, Mariana avisava a amiga que pretendia ir ao Rio em suas férias porque, segundo ela:

[...] precisava, juntamente com D. Berta e algumas mais pessoas amigas igualmente de prestígio, cavar (vá lá um termo popular...) a publicação do meu livro [...]. Imagine como estou contente pensando que brevemente terei o gosto de conhece-la pessoalmente; quanto nós conversarmos! (COELHO, 08/02/1927, p. 3, grifo da autora).

Apesar de todo o intercâmbio de ideias trocadas entre as intelectuais, via correspondências, as amigas não haviam se encontrado pessoalmente. Em carta, Mariana reforçava o desejo em conhecer a tão admirada companheira e colega de feminismo: “Agradeço as suas recomendações feitas às dignas consorcias Secretária e Tesoureira (e vice-Presidente); mas eu muito desejo conhecer D. Berta pessoalmente” (COELHO, 24/03/1927, p. 2). Além disso, com base na carta em resposta enviada por Mariana Coelho, antes que ocorresse o referido encontro, Bertha avisava que pretendia se ausentar. Porém, na correspondência, não fica claro por quanto tempo nem para onde a intelectual iria. Diante de tal informação, Mariana pediu à amiga que: “Se se ausentar, eu achava bom que deixasse o prefácio feito” (COELHO, 24/03/1927, p. 2).

Com a ausência de Bertha, mesmo sem ser esta sua vontade, Mariana passou a se reportar a então secretária da FBPF, Maria Amalia Bastos. Com a intenção de firmar o compromisso acerca da publicação de seu livro e de sua presença no Rio de Janeiro para resolver tal questão, a intelectual, em um tom um tanto autoritário, confirmou:

Como a digna Secretária deve saber, conto ir aí ao Rio no próximo mês de Junho para tratar da publicação de um livro, que muito irá auxiliar a nossa propaganda. Conto, para tal fim, com os membros mais influentes da colônia paranaense e da portuguesa, e com a nossa “Federação” (COELHO, 08/05/1927, p. 1-2).

Mariana se mostrava firme e determinada em seu propósito, deixando transparecer, em certa medida, uma postura intransigente em relação à publicação de sua obra. E, mantendo o mesmo tom enérgico, solicitava:

Lembra-me que seria conveniente aproveitar a oportunidade da publicação do artigo incluso, em alguns jornais do Rio, para dizerem que vou publicar um livro – único no gênero – intitulado: “Evolução do Feminismo – Subsídios para a sua História”. É conveniente irmos preparando o terreno (COELHO, 08/05/1927, p. 2-3).

No dia 26 de julho, Mariana enviou uma carta à Bertha avisando que havia chegado ao Rio no dia 22, e que estava com “[...] muitas saudades das queridas amiguinhas e dignas consorcias [...]”. Além disso, declarava à amiga que: “Escusado seria dizer-lhe que as trago constantemente na minha imaginação, porque a nossa

querida Presidente disso deve fazer ideia” (COELHO, 26/07/1927, p. 1). Com a presença de Mariana no Rio de Janeiro, as amigas marcaram um encontro. Devido a importância que a líder feminista representava dentro da sociedade carioca, bem como da relevância que Mariana Coelho vinha conquistando no cenário feminista da capital brasileira, tal reunião que foi marcada entre as intelectuais e Maria Amália de Bastos, que ocorreria na Confeitaria Colombo¹³¹, foi, na ocasião, noticiada por alguns jornais cariocas e curitibanos, que considerou a pequena confraria como fato “[...] que aprova o apreço em que a destacada educadora é tida [...], sendo seu embarque, de volta para Curitiba, assistido pela directoria (da FBPF), que lhe ofertou, a bordo, um grande ramalhete de rosas” (O PARANÁ LÁ FORA, 17/08/1927, p. 2). O motivo do encontro,

[...] segundo nos relata o “Jornal do Brasil”, foi a apresentação que Mariana Coelho fez dos originais dum interessante livro “Evolução do feminismo”, onde faz uma parcial critica historica ao papel da mulher, o que não impede de ser severa justamente com o que ella reputa o desvirtuamento do verdadeiro e são feminismo (O PARANÁ LÁ FORA, 17/08/1927, p. 2).

Observamos, baseado no conteúdo das cartas enviadas por Mariana Coelho a Bertha, que, logo depois do referido encontro, o qual aparentemente transcorreu de modo bastante agradável, houve um crescente desentendimento entre as intelectuais. Ao que tudo indica, o desacordo se deu em torno da publicação do livro de Mariana. Na carta enviada no dia 17 de agosto à Bertha, a autora questionava a amiga sobre o cartão do editor Alvaro Pinto, que seria o responsável por publicar o seu livro no Rio de Janeiro, e que, segundo ela, havia sido entregue a Bertha. Dirigindo-se a amiga de forma afetuosa indagou o caso: “[...] pois não se lembra, querida amiga, que lho entreguei no Hotel Guanabara no mesmo dia em que o recebi do Rocha Pombo? Estou preocupada com isto. Que esse cartão se não perca!” (COELHO, 17/08/1927,

¹³¹ Fundada em 1894, na Rua Gonçalves Dias, no Centro do Rio, pelos portugueses Joaquim Borges de Meirelles e Manoel José Lebrão, a Confeitaria Colombo foi o símbolo da *Belle Époque* e local onde artistas, intelectuais e políticos cariocas se encontravam – Olavo Billac tinha uma mesa fixa lá. Tombada pelo patrimônio Histórico e Artístico do Rio de Janeiro, a casa ultrapassou a barreira do centenário, continuando a sua história de tradição e funcionando como um dos principais pontos culturais e turísticos mais famosos da cidade. A sua decoração, datada de 1913, é no estilo *art nouveau*, com seus amplos salões com espelhos, vitrines de jacarandá, bancadas de mármore e mobiliário sofisticado, mantendo até a atualidade a decoração da época. (FREIRE; RODRIGUES, 2014).

p. 2). Entretanto, na sequência da carta, demonstrando um tom mais irritado e impaciente, insistiu no assunto novamente com a amiga:

Se os originais do livro fossem entregues mais ou quando saí do Rio, estaria hoje quase pronto e seria bem mais proveitoso para a nossa causa que os artigos que se possa fazer! Pois disse o Rocha Pombo que o editor aprontaria o livro em 2 meses. Anseio por que D. Bertha me participe que os originais já estão com o editor” (COELHO, 17/08/1927, p. 2).

A fim de Justificar sua inquietação, afirmou que, no Paraná, estavam “[...] os intelectuais com a mesma ansiedade – principalmente os feministas” (COELHO, 17/08/1927, p. 3).

Mesmo sem ter recebido resposta de Bertha, Mariana escreveu outra carta no dia 5 de setembro – bem mais sucinta do que de costume – voltando a questionar a amiga sobre o então cartão do editor. Na ocasião, aproveitou para contar à líder feminista que havia enviado uns acréscimos e umas modificações – que iriam compor o capítulo *A mulher na política e na administração* – para o amigo Rocha Pombo, que ao que tudo indica, havia assumido a responsabilidade pela publicação de seu livro.

No dia 11 de dezembro, Marina enviou outra carta à Bertha, que, até então, não havia mandado notícias, afirmando que pretendia, por meio da missiva “[...] despertar a distinta amiga do seu longo silêncio!” (COELHO, 11/12/1927, p. 1). Aparentemente angustiada, desabafou para a querida presidente: “[...] desde que vim do Rio (e isto há perto de 5 meses), ainda me não fez uma letra! Nem sequer sei o que já teem feito acerca da publicação de meu livro” (COELHO, 11/12/1927, p. 1). Mariana foi levada a crer que tal demora se justificava pelo fato de Bertha e sua mãe terem passado por um longo período de enfermidade, conforme havia lhe informado sua irmã que vivia no Rio. Apesar da possível debilidade de Bertha, Marina não deixou de cobrar agilidade na publicação de seu livro.

É verdade que D. Bertha tem tido outras preocupações; mas a nossa digna Secretária bem podia dar andamento a tudo o que se prende com o assunto. Não posso atinar tal morosidade, sabendo-se que a publicação desse livro muito viria animar e auxiliar a nossa causa. Se a mais tempo se tratasse disso coincidiria a publicação com a actual discussão sobre o voto feminino – o que seria, no meu modo de pensar, um verdadeiro sucesso (COELHO, 11/12/1927, p. 2).

Mariana Coelho, na tentativa de obter qualquer resposta da feminista, se manifestou: “Há dias recebi uma carta de um jornalista perguntando-me em que situação se achava o meu livro; nem sei o que lhe hei de responder” (COELHO, 11/12/1927, p. 2, grifo da autora). Na expectativa de que seu livro fosse publicado em meio ao debate que se colocava naquele momento no país sobre a implantação do voto feminino, tentou persuadir a companheira de causa:

O jornal “O Dia” de Curitiba, tem apresentado bons artigos a favor do voto. Algumas senhoras e senhorinhas (impelidas, de certo, e ensinadas por homens de sua família), teem dado opinião contrária, assim como alguns homens. Um velho advogado deu ao “O Dia” uma entrevista a favor (COELHO, 11/12/1927, p. 2-3).

Por fim, concluiu o apelo afirmando: “Espero que minha prezada amiga me escreva e me diga a razão de tanta demora na publicação do meu trabalho – se é que lhe mereço tal prover de estima” (COELHO, 11/12/1927, p. 3). Como símbolo da amizade que Mariana não pretendia que se desfizesse – até porque seu livro não havia vindo a lume – rememorou: “Que saudades eu tenho dos belos momentinhos que aí passamos juntas! (COELHO, 11/12/1927, p. 4).

Apesar de todo o esforço feito por Mariana Coelho, Bertha Lutz não respondeu aos seus apelos. Já sem esperanças de que a amiga fosse atendê-la e de que seu livro fosse publicado logo, escreveu:

Uma pessoa minha amiga, compreendendo bem o momento aflitivo em que me acho com relação ao meu livro, veio em meu auxílio e quer que eu proceda já e já (e com muita razão), á respectiva publicação. Em virtude dêste rasgo de generosidade dei ha pouco tempo instruções a minha família para receber com a máxima brevidade das mãos de D. Bertha, o capítulo que lhe confiei, bem como o cartão – contrato do editor Alvaro Pinto – e isto fiz com a resolução de escrever á D. Bertha, neste sentido, logo em seguida. Antes porém, que realizasse este desejo fui vítima de um acidente de automóvel, que me prende ao leito ha vinte dias! – motivo por que só agora – mesmo de cama – vou realizando os meus planos.

É urgente que minha família receba essas cousas o mais breve possível pois está em véspera de viagem para Lisboa – que realizará logo que minha irmã se restabeleça um pouco da grave doença que a acometeu; e antes da partida tem ela de me remeter para aqui todos os originais pois já tenho bastante mais que historiar relativamente ao voto feminino.

Agora quanto ao seu prometido prefácio – que muito aprecio – D. Bertha póde remetê-lo diretamente ao meu distinto amigo Dr. Rocha

Pombo, cuja residencia actual é a seguinte: Rua Vinte e quatro de Maio – 251.

Isto no caso de que D. Bertha, pela sua bondade, se não tenha arrependido da respectiva promessa. O editor espera a todo momento a minha remessa dos originais.

Por hoje não penso mais. Tenho sofrido bastante! (COELHO, 26/05/1928, p. 1-3).

Desta forma, Mariana precisou do auxílio do amigo Rocha Pombo para que ele interviesse em seu nome. No dia 28 de junho, o intelectual enviou uma carta a Bertha Lutz avisando que, até o momento, não havia recebido os manuscritos originais da obra de Mariana Coelho, e que temia que estes haviam se extraviado. De acordo com suas palavras: “Tendo de suppôr que esses papeis se hajam desencaminhado, portanto, faço esta comunicação a V. Ex. acreditando que ainda seja possível algum esforço no sentido de os descobrir” (POMBO, 28/06/1928, p.1).

Com base no desenrolar de todos os fatos, é difícil afirmar porque Bertha Lutz, tão repentinamente e sem nenhuma aparente justificativa, cortou relações com Mariana Coelho. Uma das únicas possibilidades que conseguimos apurar, tendo em vista os conteúdos presentes nas cartas, foi a postura intransigente que Mariana passou a demonstrar, sobretudo, depois que seu livro foi considerado uma obra de grande importância para o movimento feminista. Porém, pode ter ocorrido algum episódio de desacordo no encontro, entre as intelectuais, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1927, já que foi após a tal reunião que, aparentemente, Bertha começou a se distanciar. Entretanto não temos como afirmar, já que, pelo teor das cartas e pela descrição do encontro noticiada pelos jornais, tudo transcorreu muito bem.

Por meio das cartas trocadas entre as intelectuais, é difícil compreender as nuances do rompimento entre as amigas de causa. Bertha Lutz aparentemente não se esforçou para que o livro *A evolução do feminismo* de Mariana Coelho viesse a lume, sobretudo em um momento tão importante na história do movimento feminista no Brasil: a luta pelo voto feminino. A obra de Mariana, dentro deste cenário, representaria um elemento relevante para adensar os debates sobre o sufrágio feminino, tão em voga no momento. Importância esta reconhecida e evidenciada em cartas trocadas entre a líder feminista e a representante do Paraná. Ao que tudo indica, a falta de empenho para a publicação do livro de Mariana Coelho teria ocorrido devido às disputas e interesses existentes dentro do próprio movimento feminista,

além das diferentes propostas e visões de mundo apresentadas entre as intelectuais, aspecto melhor explorado na próxima subseção.

Após o referido desentendimento, as intelectuais se mantiveram distantes por um período de aproximadamente sete anos – de 1927 a 1934. As correspondências foram restabelecidas, aparentemente, por iniciativa de Bertha, já que, na carta de Mariana, esta teceu o seguinte comentário:

Em posse do comunicado de V. ex^a. em carta de 4 do corrente – tenho a confessar que estou realmente encantada com a generosidade dos grandes homens que fizeram justiça á nossa grande causa! Sobre a maior parte dos assuntos indicados na sua carta nada passo agora dizer [...]” (COELHO, 08/06/1934, p. 1, grifos da autora).

A relação que se restabeleceu entre as intelectuais, desde então, passou a ter um caráter mais profissional, especialmente em relação aos assuntos relacionados à Federação. Mariana voltou a assumir uma postura formal com Bertha, semelhante àquela observada nas primeiras cartas trocadas entre ambas.

Nesse período, Mariana já havia publicado sua obra *A evolução do feminismo: subsídios para sua história*, que foi lançado, devido a todos os transtornos que envolveram a sua publicação, somente em 1933, pela Editora Moderna S.A. com 611 páginas. Observa-se que ocorreu bem depois do planejado e desejado pela autora. O prefácio, que ficaria a cargo de Bertha Lutz, foi substituído por duas cartas, uma de Rocha Pombo e outra de Dario Vellozo, em que tecem comentários sobre a obra.

Mariana Coelho que pretendia publicar o seu livro à luz dos debates acerca do voto feminino, quando pode editá-lo, as mulheres haviam já conquistado o sufrágio fazia um ano. Em 1931, conforme Hahner (1981), a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tendo em vista a promessa feita pelo regime provisório de Vargas em criar um novo código eleitoral em que oportunizava o direito de voto às mulheres, decidiu organizar um segundo congresso feminino no Rio de Janeiro, com o objetivo de divulgar e chamar atenção para a causa. Para o desagrado das feministas, o governo liberou um novo código provisório que concedia voto limitado às mulheres¹³². Para o movimento feminista, essa concessão não era suficiente. Assim, a Federação

¹³² “Apenas determinado grupo de mulheres, como as mulheres solteiras ou viúvas com renda própria, ou as mulheres casadas com a permissão do marido, tinham permissão de votar” (HAHNER, 1981, p. 119).

e outros grupos feministas promoveram uma campanha para remover as restrições do código, antes que, de fato, fosse adotado. Então, Bertha Lutz, juntamente com outras mulheres encontraram-se com Getúlio Vargas, “[...] e sua concordância com o sufrágio feminino pleno mostrou-se decisiva” (HAHNER, 1981, p. 119-120). Assim, o novo código eleitoral, de 24 de fevereiro de 1932, concedeu às mulheres as mesmas condições de voto que os homens. Permanecendo de fora apenas as analfabetas, o que já computava um elevado número de mulheres. Conforme revela a autora, o Brasil foi o quarto país da América a conceder o voto às mulheres, depois apenas do Canadá, Estados Unidos e Equador.

Com a publicação de seu tão almejado livro, fruto de um longo processo de estudos, pesquisas, atuação e da relação que estabeleceu com um grupo de escritores, sobretudo que se manifestava a favor da emancipação feminina, Mariana Coelho passou a expressar seu feminismo em sua forma mais apurada e determinada para atuar nas várias esferas da sociedade em defesa das mulheres. A própria intelectual nos auxiliou nessa compreensão, ao afirmar que sua obra era o “[...] fruto de alguns anos de lucubrações inspiradas pela legítima aspiração de progresso e de justiça que faltaram ao meu sexo [...]” (COELHO, 2002a, p. 23). Dario Vellozo (2002, p. 27) corroborou com a autora afirmando que este foi “[...] fruto de anos de pacientes pesquisas, exigiu ainda numerosas cartas de informações, toda uma correspondência intensa que a relacionou com o alto mundo feminista, e despertou em dezenas de pessoas o desejo de conhecer seu trabalho”.

Observamos que, com a publicação de sua grande obra, Mariana Coelho assinala a segunda fase de seu feminismo, a qual, no decorrer da tese, não foi expressa da mesma forma pela intelectual ao longo de sua trajetória. A postura adotada por ela é esclarecida por Sapiro (2012, p. 22) ao sustentar que um mesmo sujeito pode adotar diferentes posturas ao longo de uma trajetória, segundo as posições que ocupa dentro de um campo, “[...] no melhor dos casos, das posições dominadas às posições dominantes [...]”. Mariana passou a apresentar um feminismo mais arrojado a partir do momento em que passou a ocupar uma posição mais autônoma e dominante dentro do campo intelectual, tornando suas palavras e ações autorizadas.

Como foi dito anteriormente, as primeiras cartas, após o período de silenciamento findado entre as intelectuais, ficaram marcadas por debates em torno dos

assuntos relacionados à Federação, como divulgação de material e a retomada do tema sobre abertura de uma filial no Paraná, em que Mariana Coelho seria a representante oficial. Porém, entre o debate estabelecido acerca de tais questões, Mariana não deixou de solicitar à amiga que a ajudasse na divulgação do livro que continuava a afirmar ser de ambas. “Não esqueça a precisa e devida propaganda do “Evolução do Feminismo”, pois o livro não é só meu – é nosso” (COELHO, 10/07/1934, p. 3, grifos da autora). Com o auxílio da líder feminista e de outros intelectuais, um ano após a publicação da obra, Mariana já era considerada uma pessoa de destaque dentro do campo intelectual não só paranaense. Na carta que escreveu a Bertha no mês de julho de 1934, a intelectual, que se encontrava no Rio de Janeiro, mencionou que sua presença na capital do país havia sido noticiada por alguns jornais: “Os jornais cariocas “Jornal do Brasil”, “Diário Carioca” e “Sentinela” deram notícia da minha vinda ao Rio” (COELHO, 10/07/1934, p. 1). Segundo um deles:

Vinda do Estado do Paraná, encontra-se entre nós, a consagrada educadora d. Mariana Coelho, membro brilhante do Centro de Letras daquele Estado sulino, ornamento da alta sociedade paranaense e autora do livro “Evolução do Feminismo”, que tem despertado grande interesse entre os intelectuaes desta capital (PROFESSORA MARIANA COELHO, 07/07/1934, p. 7).

Ao que tudo indica, com base na resposta dada à Bertha, durante o período de estadia no Rio de Janeiro, a feminista a convidou para fundar uma filial em Curitiba. Segundo a intelectual: “[...] perguntou-me aí se não se poderia fundar aqui uma filial da “Federação” [...]” (COELHO, 07/08/1934, p. 1). Devido à quantidade de trabalho que isso poderia acarretar e conhecendo as dificuldades que encontraria, Mariana se mostrou hesitante quanto ao convite. Contudo, refletiu que “[...] com a concessão do voto, as mulheres necessariamente já pensam de outra forma e, portanto, podíamos experimentar [...]” (COELHO, 07/08/1934, p. 1-2). Assim, Mariana aceitou a solicitação e, a partir de então, os assuntos que permearam as correspondências trocadas entre as intelectuais formaram a implementação da filial da Federação no Paraná, bem como a nomeação de Mariana Coelho como sua representante oficial. Porém, evento esse que se sucedeu novamente sem muito empenho e interesse de Bertha.

No dia 07 de agosto de 1934, Mariana Coelho escreveu uma carta à Bertha, pedindo que lhe enviasse as instruções sobre a organização da filial da Federação no Paraná, já que pretendia marcar uma reunião com algumas mulheres que pudessem

se consorciar, bem como pedia as orientações da intelectual, visto que, de acordo com suas palavras: “[...] se D. Berta estiver de acôrdo, tem de dar-me as instruções precisas, pois bem sabes que eu não tenho ainda prática destas coisas [...]” (COELHO, 07/08/1934, p. 2). Além disso, a intelectual afirmava que não poderia se apresentar na capital paranaense, “[...] como representante da Federação, sem a respectiva nomeação feita por Directoria [...]” (COELHO, 14/11/1934, p. 1). Para isto, Mariana solicitava: “[...] quando a D. Berta Lutz enviar a minha moção aos jornais, não se esqueça de a mandar á Noite [...]” (COELHO, 14/11/1934, p. 2, grifo da autora), porque, de acordo com ela, era assinante desse jornal curitibano. Antes de finalizar, reforçou o pedido à amiga: “Se mandar a minha moção só para um jornal, queira mandá-la para á Noite – que é o mais popular – é popularíssimo” (COELHO, 14/11/1934, p. 2, grifo da autora).

Em 1935, Mariana Coelho ainda não havia recebido os documentos que a elevasse a representante da FBPF. Em tom de renúncia, mas com toda polidez relembrou o fato a amiga:

Não recebi o boletim em que me falam; só recebi um nº., há muito tempo! Mas, estando as coisas no pé em que estão relativamente á minha situação para com a Federação, nada eu poderia fazer aqui sôbre distribuição de boletins, etc. etc. Eu sou apenas sócia da Federação, não tenho documento algum que me autorize a ser representante, não podendo absolutamente agir de acôrdo com o que nas cartas agora recebidas se me indica. Documentada representante posso fazer uma experiência – tentar agrupar as feministas de Curitiba (se é que as há...) e fundar uma filial ou coisa que o valha. Tenciono ir ao Rio em junho ou julho e então combinaremos as coisas como elas devem ser, pois actualmente estão sem ordem e sem base quanto a minha humilde individualidade. É preciso situações definidas [...] (COELHO, 08/05/1935, p. 1-2).

De acordo com este fragmento, percebemos que Mariana era uma pessoa bastante metódica e sua situação irregular junto à Federação a incomodava. E, apesar de seu apelo, naquele ano, sua situação não se alteraria. Recebeu o Novo Plano de Ação da Federação e continuou a realizar suas atividades de divulgação enquanto consorciada, porém a falta de um documento que a autorizasse a instituir ações mais incisivas e consistentes junto às mulheres paranaenses a impedia de estabelecer um movimento feminista organizado, conforme declara a própria autora, em tom de impaciência e desânimo.

Os boletins de março, maio e junho distribuí-os pela Assembleia Legislativa, Centro de Letras (do qual sou sócia), Redacção da “Gazeta do Povo” e Club Curitibano – um club de gloriosas tradições. [...]. Quanto á cooperação nos Estados, a Dr^a. Berta Lutz bem sabe que em Curitiba não há a mínima organização feminista; creio mesmo que aqui não existe verdadeiramente feminismo. Quando insistí por um documento que me autorizasse oficialmente a ser representante da Federação, disse-lhe que, só depois de o possuir tentaria fundar uma filial; porém o documento não veio – e nem os prometidos Estudos! Aliás estas considerações já são uma repetição, não é verdade? Como é, pois, que na carta última me falam nas necessidades locais de sector que dirijo? Enfim, suponho mais uma vez tratar-se de circular. Vou ler o referido Novo Plano de Acção para devidamente o apreciar, pois dadas as circunstâncias expostas, nada aqui nos adianta. Queira dizer-me se quer que lhe devolva (COELHO, 13/09/1935, p. 2-3, grifos da autora).

Em 21 de julho, o jornal *O Dia* publicou uma nota sobre o Congresso Nacional Feminino, que iria ocorrer no Rio de Janeiro convocado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Segundo a notícia:

[...] a collega de imprensa e laureada escriptora patricia d. Mariana Coelho, que acaba de regressar da Capital Federal, informou que cada Estado da federação se fará representar nesse Congresso, sendo que os Governadores mandarão representar as senhoras ou senhorinhas que vieram indicadas pelo Directorio Central da Federação [...] (CONGRESSO NACIONAL, 21/07/1936, p. 2).

O jornal atestava ainda que “[...] a presidente da Federação dra. Bertha Lutz avisou que remetterá nesse sentido officio ao sr. governador do Estado do Paraná indicando o nome da representante paranaense” (CONGRESSO NACIONAL, 21/07/1936, p. 2).

Apesar de tal declaração, em carta escrita à Bertha Lutz, no mês de maio, Mariana Coelho informou que o Centro Paranaense de Cultura Feminina (CPCF) passaria a assumir as responsabilidades como correspondente e representante da Federação no Paraná. Sob a justificativa de que tal associação muito lucraria “[...] mudando a correspondência de um elemento isolado [...]” (COELHO, 07/03/1936, p. 3), como ela representava a Federação, para um grupo maior e mais representativo. Além disso, explicou que andava doente e que suas obrigações escolares não permitiam que pudesse cumprir como deveria suas incumbências. Apesar de suas alegações, ao que tudo indica, a escritora cansou de aguardar por tanto tempo a documentação

solicitada, sem a qual não conseguia desenvolver seu trabalho, em defesa da causa feminina, a contento. Devido a isso, solicitou a Bertha:

Não demore as explicações pedidas pelo Centro. A presidente quer tudo direitinho como deve ser; que não aconteça como comigo, que, por mais que eu reclamasse, nunca a Federação me mandou Estatutos, e documentos que legalizasse o meu lugar de sua representante (COELHO, 30/03/1936, p. 3).

Com base em tais considerações, feitas pela própria Mariana Coelho, não podemos afirmar que a escritora foi a representante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Paraná como alegam pesquisas realizadas anteriormente. Na realidade, Mariana Coelho foi a única consorciada e divulgadora da Federação no estado até que o Centro Paranaense Feminino de Cultura assumisse o encargo de representante oficialmente.

Com base em tal indicação, o Centro Paranaense de Cultura Feminina foi outra organização que Mariana Coelho fez parte e da qual foi eleita sócia por unanimidade, segundo a própria escritora. O Centro foi fundado em 1933 pelas advogadas Rosy Pinheiro e Ilnah Pacheco Secundino e pela médica Delohé Falce Scalco. O mesmo ano em que Mariana Coelho lançou seu livro *A evolução de feminismo* e, de acordo com Britto (2011, p. 20), possivelmente tenha influenciado essas “[...] três jovens recém-formadas, detentoras de diploma universitário, que estavam encontrando dificuldades para o exercício de suas profissões”.

“O projeto idealizado por este grupo de jovens era uma associação, cuja finalidade seria enriquecer o conhecimento da mulher paranaense, na diversidade do saber” (BRITTO; SOUZA, 2011, p. 30). Com base em tais ideias, o Centro foi eleito por Mariana Coelho o responsável por substituí-la como representante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Paraná. Como forma de adequar a transferência de representatividade, Mariana Coelho tratou logo de apresentar a organização e sua presidente à Bertha Lutz:

Há pouco mais de dois anos que se fundou aqui o Centro Paranaense de Cultura Feminina, cuja a 1ª. Conferência foi ali realizada por mim devido ao seu gentil convite. (É a Conferência que há tempos lhe enviei) Esta sociedade é presidida pela distinta Senhorita Drª. Ilnah Secundino, que terminou a sua formatura em direito no ano transacto. É poetisa e prosadora, inteligente e bondosa, e, em suma, muitíssimo competente [...] (COELHO, 07/03/1936, p. 2).

De acordo com os estudos realizados por Seixas (2011), o CPCF tratava-se de uma associação exclusivamente feminina, que tinha entre seus principais objetivos estimular a produção cultural, a capacidade intelectual e a possibilidade de participação de mulheres em diferentes espaços da sociedade, além de prepará-las para viver do próprio sustento, se assim fosse necessário. Conforme explica Mariana Coelho (07/03/1936, p. 3): “[...] o Centro não é uma agremiação feminista, mas adepta aos ideais modernos; as respectivas sócias são mulheres cultas [...]”.

Tendo isso em vista, conforme pontua Britto (2011), o Centro Paranaense de Cultura Feminino foi recebido pela capital paranaense como espaço de efervescência cultural. Mariana Coelho foi convidada a discursar, no evento de comemoração ao primeiro ano de aniversário da organização, em 1934. Convite narrado pela escritora em carta escrita à Bertha Lutz, na qual demonstrava estar apreensiva. Segundo sua explicação, estava muito preocupada e ocupada, “[...] preparando uma conferência para realizar no “Centro de cultura feminina” a convite da mesma agremiação” (COELHO, 30/09/1934, p. 2).

Apesar do empenho de Mariana Coelho em tornar o Centro o representante legal da Federação e da disposição demonstrada por sua presidente, foi preciso pedir autorização para o Governador do Estado, que, no período era Manoel Ribas, a recebeu em sua casa juntamente com Ilnah Secundino. A escritora contou que, dentre outros fatos, “[...] ele disse que *estas coisas não tinham utilidade alguma* [...]” (COELHO, 15/09/1936, p. 2, grifos da autora). Porém, Mariana, como uma ferrenha defensora da causa feminista, não consentiu da resposta. Contou, então, à amiga Bertha sua réplica: “[...] eu disse-lhe – e repeti a frase – que a ‘Federação B. P. Feminino’, norteadas por Bertha Lutz, muito já tinha feito pelo nosso sexo; [...]” ainda, confirmou à amiga que não esqueceu de lembrar ao Governador: “[...] que ele já me havia dito uma vez que é a favor das mulheres. Ele sorriu e confirmou” (COELHO, 15/09/1936, p. 3). Assim, a intelectual com sua brilhante argumentação e devido a sua já reconhecida posição, convenceu o Governador e o CPCF passou a ser filial da Federação no Paraná.

Vale lembrar que, nesse período, Mariana Coelho já havia conquistado uma posição dominante dentro do campo intelectual como feminista, não só no paranaense como na capital federal. A campanha lançada pela revista carioca O MALHO foi prova de tal reconhecimento. No dia 20 de agosto de 1936 a revista promoveu um plebiscito,

juntamente com a campanha *Levamos à Mulher a Academia de Letras!* “[...] para a escolha de cinco nomes, dentre as mulheres de letras do Brasil, merecedores de receber a consagração da imortalidade” (LEVAMOS À MULHER A ACADEMIA DE LETRAS!, 20/08/1936, p. 21). O plebiscito, que contaria com uma votação semanal – períodos de edição da revista – estaria previsto para terminar no dia 19 de novembro daquele ano; devido ao sucesso que fez, estendeu-se até janeiro de 1937. Segundo o próprio periódico, tal campanha tinha como objetivo, além de elevar o nome de importantes figuras femininas do país, reivindicar direitos para as mulheres brasileiras, que após a conquista do voto estariam mais confiantes e conscientes de suas capacidades e possibilidades. Segundo a revista: “[...] o grito lançado pelo O MALHO pelo início de um movimento de reivindicação dos direitos da mulher intelectual brasileira, á qual ninguém já hoje póde, de boa fé, negar a capacidade e meritos que lhe garantam um lugar entre nossos *immortaes*” (LEVAMOS À MULHER A ACADEMIA DE LETRAS!, 27/08/1936, p. 19, grifo da revista). Dos 136 nomes sugeridos pela revista a serem votados, Mariana Coelho não aparecia na lista. Contudo, com o andamento do plebiscito, a intelectual passou a receber votos a partir da oitava apuração. O resultado final foi editado na revista do dia 14 de janeiro, depois de um período de vinte votações. As cinco primeiras ganhadoras, Maria Eugenia Celso, Gilka Machado, Alba Canizares do Nascimento, Anna Amélia e Henriqueta Lisboa, foram homenageadas pela revista com a realização de um ato solene, conforme comunica a revista:

Realisa-se-á na próxima 5.^a-feira, 21 do corrente, ás 17 horas, no salão nobre da Associação Brasileira de Imprensa, o acto de entrega dos diplomas ás vencedoras do Plebiscito, que serão, oficialmente, proclamadas portadoras da láurea da Imortalidade.

Nessa ocasião, O MALHO lhes fará entrega também dos artísticos medalhões em bronze, que lhes recordarão a victoria obtida no mais movimentado pleito que até hoje já se realizou na imprensa periodica brasileira.

Serão pronunciadas nessa ocasião algumas allocuções sobre a expressão dessa victoria da intelligencia feminina, usando também da palavra as homenageadas.

O MALHO convida seus leitores a tomarem parte nessa homenagem que não é mais do que a apotheose dessa consagração feita por dezenas de mulheres de brasileiros ás mais destacadas representantes da intelligencia indiscutível da mulher patricia (LEVAMOS A MULHER À..., 14/01/1937, p. 26-27).

Mariana, que recebeu 106 votos, não ficou entre as primeiras colocadas, todavia ficou à frente de importantes nomes como o da amiga de feminismo Bertha Lutz que recebeu 40 votos; à frente das escritoras, Raquel de Queiroz que recebeu 54 votos e Raquel Prado com 17 votos; além de estar à frente de Ilnah Secundino, que despontava na cena feminista e teve 36 votos; ficou à frente da conhecida pintora Tarsila do Amaral, que recebeu 20 votos no total. Isso mostrava que Mariana Coelho, nesse momento, já havia conquistado seu reconhecimento como intelectual brasileira, merecedora do título de “inteligência feminina imortal”.

Retomando a indicação feita por Mariana Coelho, embora, o Centro pudesse parecer uma instituição capaz de desenvolver, entre as mulheres, uma reflexão crítica a respeito de seu papel na sociedade, Seixas (2011) adverte que o CPCF tinha um caráter conservador, apresentando ações que visavam a filantropia e a beneficência, apesar de uma de suas fundadoras, Rosy Pinheiro Lima, ter se tornado a primeira deputada paranaense em 1947. Como não existiam políticas públicas voltadas às mulheres nesse período, as associações filantrópicas representavam um importante vetor conciliador entre o ideal doméstico e a participação social e política por parte das mulheres, apesar desta prática não trazer necessariamente pretensões de emancipação. Porém as mulheres que não se limitavam à atuação no ambiente doméstico, promoviam ações educativas para oportunizar às mulheres realizarem atividades diversas em lugares fora do lar. Conforme descreve Britto e Souza (2011, p. 45), o CPCF,

[...] desenvolvia um trabalho orquestrado na área filantrópica, visto que, paralelamente, o curso de puericultura, línguas e matemática, prodigalizava diversas outras atividades manuais, como: corte e costura, bordado, tricô, crochê etc. As aulas eram ministradas voluntariamente pelas centristas e ofertadas à comunidade. As alunas pagavam uma taxa, patrocinavam o material utilizado nos trabalhos manuais e as peças confeccionadas eram sempre distribuídas à comunidade carente. Em fevereiro de 1940, por exemplo, tem-se documentado a frequência de 27 alunas no curso de português; 8 em inglês; 12 em aritmética; 32 em corte e costura; 12 em bordado; 12 em corte e confecção de camisas masculinas e 32 em datilografia (BRITTO; SOUZA, 2011, p. 45).

Com base em tais princípios, as coisas começaram a ficar um tanto inoportunas. De modo confidencial, permeado por um tom de desabafo, Mariana Coelho narrou o acontecimento no qual a presidente do CPCF não reconhecia os esforços da escritora em tornar o Centro em representante legal da Federação.

Vou contar-lhe uma coisa – muito confidencial...

Como a Dr^a. Bertha é testemunha, tomei a iniciativa de trabalhar pela filiação do “Centro Paranaense de Cultura Feminina” – visto ser eu sua sócia - agindo não só por cartas, mas também verbalmente quando aí estive ultimamente. Quando tive esta lembrança levei a uma sessão do “Centro” uma carta dirigida às respectivas Presidente e sócias (ela qual guardo cópia), apresentado o meu plano e as justas razões que me levaram a tomar tal iniciativa. As coisas foram sempre decorrendo razoavelmente até que afinal, o Centro ficou filiado á nossa “Federação”. Mas um belo dia, a Dr^a. Ilnah escreveu uma carta á Redacção d’ O Dia (remeto-lhe inclusa) onde deixa transparecer a intenção de apresentar-se como se fora ela de tal iniciativa! Achei o facto pouco airoso e nada sincero, e nada justo. Mas não ficou o caso só nisto. Passados dias recebo uma carta-circular do “Centro” comunicando a sua filiação lembrada e realizada por ele! Ora não estando eu morta nem ausente, foi muita audácia em querer torcer a história, não acha?

Eu nem sabia o que fazer; nisto a Dr^a. Ilnah pede-me para comparecer á próxima sessão e falar sobre o assunto, em vista de uma – ou umas – “filha de Maria” – dizer que a “Federação” era feminista... Este pedido veio justamente ao encontro do que eu devia fazer e li na sessão do “Centro” uma Congratulação que depois fiz publicar na “Gazeta do Povo”. Remeto-lha (COELHO, 14/09/1936, p. 4-5).

Após tal episódio, que acabou causando bastante desconforto em Mariana Coelho, e acrescido do fato de que suas posições de diretora na Escola Profissional Feminina lhe rendiam muito trabalho, além de seus encargos literários, a escritora acabou se afastando das atividades desenvolvidas no CPCF.

Durante o período em que Mariana se encontrava afastada das atividades no CPCF, recebeu uma carta da secretária da Federação, D. Georgina, pedindo para que ela fundasse uma Liga de Eleitoras em Curitiba. A escritora ficou bastante surpresa com o conteúdo de tal carta, escreveu à secretária:

A mim falta-me tempo e saúde, é-me absolutamente impossível aceitar qualquer cargo. Por isso trabalhei por filiar o referido Centro á Federação, pois a Dr^a. Ilnah tem tempo e saúde muito melhor que eu, pode e deve incumbir-se destas cousas [...] Em face da minha impossibilidade é que propus, a aliança do Centro á Federação. Estou, por consequência surpreendida com o teor de sua carta [...]” (COELHO, 19/02/1937, p. 1-2).

Apesar de Mariana Coelho direcionar a tarefa à presidente do Centro, não há indícios de que ela tenha se cumprido, já que sua atenção se voltava para outros horizontes. Seixas (2011) assevera que Ilnah Secundino teve uma participação bastante

intensa e importante nos primeiros cinco anos da agremiação. Após esse período, “[...] enviou um pedido de demissão do cargo de presidente em 1938 e a partir de então apareceu na documentação somente como uma das ilustres fundadoras” (SEIXAS, 2011, p. 90). A saída da presidente do Centro, por causa de seus novos interesses, foi narrada por Mariana Coelho em carta à Bertha Lutz: “[...] a Dr^a. Ilnah, actualmente no Rio e aí admitida na Academia Feminina [...] não só se demitiu da Presidencia do Centro, como o abandonou [...]” (COELHO, 06/08/1944, p. 3-4). Com a saída de Ilnah Secundino do Centro, a agremiação, devido a sua natureza conservadora, deixou de simpatizar com a aliança formada com a FBPF, encerrando sua afiliação no mesmo ano. A associação, que mudou a denominação para Centro Paranaense Feminino de Cultura e não mais Centro Paranaense de Cultura Feminina, segundo esclarecimentos de Mariana Coelho (06/08/1944), passou a dedicar-se somente à filantropia e ao assistencialismo, pautada pelos ideais do maternalismo, do higienismo e da puericultura, pregando a valorização da mulher por meio desse papel. Sobre isso, Hahner (1981) esclarece que, após a conquista do voto, o movimento pelos direitos das mulheres tornou-se cada vez mais conservador e voltado para a filantropia e beneficência, retirando da luta todo caráter reivindicativo e obstinado.

Apesar de todas as adversidades que permearam a relação estabelecida entre as intelectuais Mariana e Bertha, os laços de amizade firmados por elas se estenderam até algum tempo depois. As companheiras de feminismo continuaram a se corresponder, apesar de ocorrer com uma frequência bem menor. No dia 18 de janeiro de 1938, Mariana enviou uma carta à amiga, agradecendo a correspondência recebida no dia 3 do mesmo mês. Nela, a intelectual declarava, de modo bastante afetuoso, que tal carta veio para,

[...] certificar de que ainda me não esqueceu! Retribuo-lhe – com igual afecto e cordialidade – o seu apreciado abraço e solidarizo-me com os elevados anelos que a distincta amiga expressa na significativa missiva. Continuo a admirar a sua coragem na grande e áspera luta que abraçou pela grade causa do seu – nosso sexo (COELHO, 18/01/1938, p. 1).

Na última carta da qual temos registro, datada de 30 de setembro de 1940, Mariana discorreu à amiga Bertha, com um solfejo de despedida. “Desejo do íntimo da alma que a Dra. Berta goze saúde e felicidade através dos seus múltiplos e árduos afazeres” (COELHO, 30/9/1940, p. 1). Na ocasião, aproveitou para lhe remeter uma

cópia de seu novo livro *Cambiante* que, segundo a intelectual, acabava de sair do prelo pela editora gráfica da Revista dos Tribunais, de São Paulo. Ao finalizar a comunicação, Mariana ainda solicitou à amiga: “peço-lhe encarecidamente me dê suas notícias [...]” e se despediu de modo carinhoso: “Afectuosos abraços da amiga certa e humilde colega” (COELHO, 30/9/1940, p. 2). Apesar do apelo, a partir de então, não houve mais registro de contatos estabelecidos entre as feministas via correspondência.

Mariana Coelho se tornou uma intelectual feminista reconhecida e respeitada por seus pares em um estágio já avançado de sua carreira, sobretudo após a publicação de sua grandiosa obra “*A Evolução do Feminismo: subsídios para sua história*”, que marcou de modo determinante a segunda fase de seu feminismo, um feminismo mais maduro e mais aferrado. Com a convicção de que suas ações se davam em defesa das mulheres, ela se consagrou e encerrou sua trajetória como uma das primeiras intelectuais feministas paranaenses que atuou intensamente no campo literário, social e cultural do final do século XIX e primeiras quatro décadas do século XX.

3.3 DISPUTAS E CONFLITOS FEMINISTAS NO CAMPO INTELECTUAL

A aproximação que Mariana Coelho estabeleceu com Bertha Lutz visava, sobretudo, uma parceria e obter o reconhecimento de uma figura autorizada para a produção e publicação de seu livro *A evolução do feminismo*. Contudo a relação travada entre as feministas foi sendo minada e aos poucos rompida, ao que tudo indica devido a visões de mundo diversas expressas entre elas acerca da própria emancipação da mulher. Isto porque Bertha

[...] preferia discutir direitos políticos e legais ou questões econômicas e educacionais a assuntos tais como a emancipação intelectual ou sexual da mulher. O voto serviria não apenas como uma ferramenta para a realização do progresso feminino, mas também como símbolo dos direitos de cidadania (HAHNER, 2003, p. 292).

A passagem sugere que Bertha Lutz não propunha um rompimento definitivo com as práticas domésticas. Ademais, sustenta Alves (1980) que a intelectual ainda mantinha uma visão clássica da mulher associada ao lar, que deveria dele se retirar

quando necessário e a ele retornar quando fosse requisitada. Sua preocupação diante da opinião pública era de que

[...] os direitos da mulher não significarão um rompimento com a família, com o papel tradicional de mãe e esposa. Argumenta que, sendo o lar o local tipicamente feminino, nem por isto deve a mulher limitar seus horizontes a ele, deixar de se educar, de participar da sociedade: a educação a tornará uma dona-de-casa mais eficiente, capaz de cuidar melhor de sua família (ALVES, 1980, p. 101).

Para Bueno (2018), Bertha propunha para as mulheres uma possível conciliação entre a esfera doméstica e a esfera pública, argumentando sobre sua importância no lar e no meio social. Karawejczyk (2014, p. 108) corrobora com este posicionamento ao salientar que “Bertha se posicionava em prol da emancipação da mulher, mas sem descuidar do seu papel de mãe e dona de casa [...]”, reforçando que a função doméstica da mulher não seria denegada com os novos papéis que passava a assumir. Portanto, a emancipação feminina para Bertha Lutz deveria dar-se pelas vias legais e não, de acordo com suas próprias palavras, por ações de rejeição ou rebeldia, por meio de “[...] uma associação de “sufragetes” para quebrarem as vidraças da Avenida [...]” (REVISTA DA SEMANA, 28/12/1918, p. 19). A líder tentava dissipar a imagem negativa produzida por esse grupo, definindo que o feminismo não se tratava de um grupo de

[...] mulheres de “cabelo curtos, trajes semimasculinis, andar pesado, gestos desprovidos de graça alguma”; estas são “apenas uma forma aberrante”. As verdadeiras feministas são aquelas que comprovaram sua coragem, seu valor e sua capacidade durante a guerra e que, ao receberem como recompensa o sufrágio, exercem-no com responsabilidade, preocupando-se com as questões a que deve atender toda mulher: *o bem-estar da criança e da sua mãe, a legislação do trabalho, a instituição de horas mais curtas, de salários mais adequados para as operárias* [...] (ALVES, 1980, p. 102, grifos da autora).

A exposição anterior sugere que Bertha compreendia que o voto feminino deveria ser uma recompensa ofertada às mulheres por seu bom comportamento. Além disso, enfatiza a importância da necessidade em melhorar os direitos trabalhistas para as mulheres, porém sem mencionar a igualdade de condições.

Mariana Coelho, que já expressava seu feminismo de modo mais aguerrido quando estabeleceu contato com Bertha Lutz, vai além. Em seu livro, a intelectual,

além de defender abertamente o voto feminino, demonstrava ser favorável à ideia de que as mulheres deveriam votar em outras mulheres, visto que o eleitorado feminino, por conhecer bem sua própria realidade, seria capaz de defender com maior lucidez seus direitos. Como forma de tornar sua postura autorizada, a intelectual cita a poetisa brasileira Gilka Machado¹³³ e o escritor português Carlos de Melo, autor do livro *Escândalo do Feminismo*, que compartilhavam da mesma opinião. Ambos demonstravam ser desfavoráveis aos,

[...] rompantes políticos de alguns feministas quanto a votarem no sexo masculino, porque lhe parece mais prática a defesa dos direitos da mulher, pela mulher. Censura o emprego da atividade de ilustres senhoras em favor de quem possui tantos e tão variados recursos de defesa (COELHO, 2002a, p. 156).

Com isso, Mariana Coelho deixava clara sua posição favorável a uma atuação efetiva das mulheres na política, não somente em relação ao seu direito de escolha, mas como representante direta desse direito.

Para mais, Mariana Coelho advogava abertamente em seu livro a igualdade de direitos, além de enfatizar a capacidade e igualdade feminina de atuar em todos os postos de trabalho. Sobre tal questão, protestava: “[...] é preciso que se repise neste baixo abuso infamante: na equiparação do trabalho falha quase sempre a de vencimentos! É uma das principais reclamações do programa das reivindicações feministas: para trabalho igual, salário igual” (COELHO, 2002a, p. 47). Também fazia questão de expor a injustiça que a desigualdade existente representava: “Em tudo se salienta, de uma maneira acabrunhadora, a deprimente contradição e injustiça de impor à mulher os mesmos deveres do homem, negando-lhe criminosamente os mesmos direitos, as mesmas regalias” (COELHO, 2002a, p. 48). Como forma de se contrapor a esta injusta condição, apresentava a realidade de todos os países, por ela denominado de progressistas, em que as mulheres

[...] já ocupam todas as posições masculinas, sendo colocadas em todos os postos administrativos e tendo até já conseguido importantes direitos civis e políticos [...] com relação ao progresso feminista que, não obstante a reprovação sistemática de *todos* os retardatários, vai transpondo todas as barreiras, rompendo todas as apeias até atingir a

¹³³ Gilka Machado (1893-1980) foi uma poetisa carioca que escandalizou a sociedade brasileira com seus poemas eróticos e de denúncia em relação à condição de opressão feminina (PINTO, 2003).

sua vitória completa: *a igualdade dos sexos em todos os seus direitos* (COELHO, 2002a, p. 59, grifo da autora).

Para evidenciar os possíveis avanços emanados no “progresso feminino”, utilizou seu país de origem como exemplo:

Aproveitamos este assunto para frisar uma verdade interessante: há localidades em vários países onde o trabalho feminino é muito superior ao masculino. Em algumas províncias de Portugal, principalmente no Minho, enquanto a mulher do campo se dedica aos mais pesados trabalhos rurais, o homem fica em casa [...] (COELHO, 2002a, p. 48).

Nessa passagem, sugere uma possível alteração nos papéis atribuídos aos gêneros masculino e feminino. Já Bertha Lutz, que se aproximava mais do posicionamento feminista defendido por Mariana Coelho em sua primeira fase, segundo Pinto (2003), ignorava a condição social de exclusão da mulher em decorrência da posição de dominação assumida pelo homem. Lutz defendia a luta pela incursão social das mulheres sem alteração nas relações de gênero, ou seja, “[...] sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs. Esta parece a ser face bem-comportada do feminismo brasileiro do período” (PINTO, 2003, p. 15). A concepção demonstrada pela líder também marcou outro ponto de desacordo entre as intelectuais, já que Mariana responsabilizava muitos homens pela situação de inferioridade atribuída às mulheres:

[...] o que nunca será demasiado, da arraigada opinião em que os tradicionalistas ridiculamente se encouraçam, e que não é só, infelizmente, apanágio do homem de baixo nível intelectual, cujo atraso temos, por consequência, de indultar; ela é também afagada com significativo carinho por muitos homens que primam por uma acurada instrução – motivo por que, a estes, absolutamente não perdoamos, e que uns e outros exprimem pela obsoleta *conveniente* afirmação: a mulher deve ser apenas *dona-de-casa*. Claro que nesta obstinada opinião se sente, latente e ridículo, o medo – da parte de uns, à concorrência a empregos e profissões; – de outros, à falência *ruinosa* do seu estulto autoritarismo e superioridade, com relação à sua companheira [...] (COELHO, 2002a, p. 45, grifo da autora).

Mariana Coelho expunha a servidão na qual as mulheres tinham vivenciado e vivenciavam até aquele momento: “O sexo feminino, ninguém pode contestar, tem vivido séculos e séculos verdadeiramente asfixiado sob a prepotência masculina de acomodatória tradição [...]” (COELHO, 2002a, p. 45). Não condenava aquelas que

apenas sabiam ser donas-de-casa, mas fazia questão de denunciar a condição de servidão à família e ao marido em que muitas mulheres estavam submetidas. Deste modo, a intelectual, por meio de seus escritos, objetivava educar suas leitoras ao propor uma substituição dos encargos domésticos pelo desenvolvimento de suas faculdades intelectuais e de trabalho, conduzindo-as à compreensão de que a dedicação a uma profissão não inibiria tal vocação. Além disso, esforçava-se para convencê-las de que, estando amparadas “[...] pela sua linda profissão, em vez de *aceitar* o ambicionado marido-arrimo, ela pode escolhê-lo, porque o seu trabalho garante a independência, a felicidade” (COELHO, 2002a, p. 49, grifo da autora). Com esta postura, propunha, por meio de seu livro, uma verdadeira evolução dos costumes, visão da qual Bertha Lutz não compartilhava.

Apesar das intelectuais defenderem declaradamente a emancipação feminina, acreditavam que o caminho para a alcançar deveria se dar por vias e mecanismos diferentes. Por suas posições, devemos supor que foi este o principal motivo do desacordo entre elas. Bertha Lutz, que tinha uma visão mais moderada sobre a incursão social feminina – que deveria se dar por meios legais – temia ter seu nome vinculado àquele que, no período, ficou conhecido como “mau feminismo”, que apregoava a favor do amor livre, da maternidade consciente, do direito ao divórcio, do debate sobre a questão da mulher celibatária e da prostituição, além das denúncias feitas à Igreja Católica. Esta luta estava associada à figura da professora Leolinda Daltro¹³⁴ e, posteriormente, ao nome de Maria Lacerda de Moura¹³⁵.

¹³⁴ Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935), nasceu na Bahia, mas viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro. Teve cinco filhos e os criou sozinha. Foi precursora do indigenismo no Brasil ao defender a incorporação dos índios brasileiros à sociedade por meio da alfabetização laica, para isso percorreu sozinha o interior do país. Além disso, Leolinda se dedicou à defesa da conquista da cidadania e da emancipação para as mulheres. Com base na ambiguidade da Constituição de 1891, em 1909 requereu seu alistamento eleitoral, mas teve o pedido recusado. Em dezembro 1910, fundou o Partido Republicano Feminino (PRF), juntamente com a poetisa Gilka Machado, cujo objetivo era mobilizar as mulheres na luta pelo direito ao voto. Faleceu em um desastre de automóvel em maio de 1935. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DALTRO,%20Leolinda%20de%20Figueiredo.pdf>. Acesso em: 2 set. 2019.

¹³⁵ Maria Lacerda (1887-1945) nasceu no interior de Minas Gerais, mudando-se para a cidade de Barbacena com sua família ainda quando era criança. Diplomou-se na Escola Normal no ano de 1904, aos 16 anos. Aos 17, casou-se e passou a adotar o sobrenome Moura. Em 1908, iniciou sua vida profissional como professora e, em 1912, como jornalista. Lançou sua primeira obra *Em torno da educação* em 1918 e, em 1919, a segunda, *Renovação*. A partir dessas obras passou a dar palestras por vários Estados do país, mudando-se para São Paulo em 1921. Em 1925, separou-se do marido e, entre 1928 a 1937 passou a viver na comunidade anarquista de Guararema no interior do Estado. Depois voltou a viver em Barbacena e no Rio de Janeiro, onde faleceu em 1945. O grande influenciador de seu pensamento foi seu pai, um livre pensador, espírita e membro da maçonaria (KARAWCZYK, 2014).

Supomos que o que mais incomodou Bertha, no feminismo adotado por Mariana Coelho, era a defesa que fazia acerca de alguns desses temas, considerados delicados pela intelectual. Isto fica claro quando a líder feminista pede para que a escritora ponderasse sobre algumas questões abordadas em sua obra, sobretudo as referentes ao amor e à religião, temendo um má interpretação por parte da sociedade, sob a justificativa de que o que mais prejudicava a imagem do feminismo era a ideia errônea que muitos tinham do movimento, chegando a afirmar à amiga que todas aquelas que defendiam o “bom feminismo” compreendiam que a emancipação da mulher deveria se dar em um “ambiente da mais elevada moralidade” (LUTZ, 12/02/1925, p. 1). Além disso, chegou a afirmar à Mariana que não deveria esquecer que: “[...] a mulher brasileira é profundamente religiosa e está vinculada á igreja catholica” (LUTZ, 12/02/1925, p. 2). Com tal caracterização, chegou a confirmar sua convicção de que seria esta devoção o elemento mais fiel a impulsionar a emancipação feminina no Brasil.

De acordo com Bueno (2018), Bertha Lutz havia contado com um firme apoio das mulheres católicas para a implementação e reconhecimento público da FBPR. Em vista disso, evitava pautas consideradas polêmicas, como o divórcio e o direito ao aborto. “Não havia entre as mulheres que participavam do grupo o interesse em intensificar a resistência por parte de políticos conservadores e a Igreja Católica” (BUENO, 2018, p. 221). Evitar a manifestação sobre assuntos delicados, significava manter uma boa relação com os grupos políticos e religiosos do país.

Mariana Coelho, de modo controverso, em seu livro, acusa de católicos retrógrados e “ultraintolerantes” aqueles que se contrapunham ao feminismo. Para fundamentar sua denúncia, salienta o seguinte fato:

[...] quando o feminismo se manifesta apenas por teorias e exigências que ao masculinismo pareciam absurdas e irrealizáveis, não era somente ridicularizado e combatido por antifeministas leigos – era-o também sempre, e principalmente, pelo clero em geral, que de forma alguma admitia o progresso feminino, a sua independência, a igualdade dos sexos, em suma, nos seus direitos civis e políticos (COELHO, 2002a, p. 59).

Em outra passagem de seu livro, em designação à sua convicção feminista, chegou a afirmar que Deus era feminista, conclusão que para muitos poderia parecer

uma provocação. Ao fazer alusão à gênese da criação, Mariana afirmava que, ao criar Eva de uma costela, Deus estava evidenciando sua afirmação:

[...] isto é, do lado, e não dos pés ou da cabeça, para insinuar que ela lhe não devia ser superior nem inferior, presidindo, evidentemente, ao ato, a preocupação da igualdade dos sexos. Logo, também Deus é feminista. Consequentemente, o feminismo é tão antigo como o mundo! Ora, sendo feminista Deus e Cristo, qual seria a razão que levou a Igreja romana a fazer-lhe tão sistemática oposição? Entretanto: Deus é superior à Igreja – e não a Igreja superior a Deus (COELHO, 2002a, p. 59).

Em nome do “bom feminismo”, Bertha tentou convencer a amiga para que não tocasse em questões tão melindrosas, porque a obra, que contava com sua aprovação, também levaria seu nome, já que esta havia aceitado o convite para ser a prefaciadora do livro. Porém Mariana Coelho, assim como a líder feminista, era reconhecida por sua atuação marcante e postura obstinada, manteve-se firme em suas convicções. Como consequência, diante de tais incompatibilidades, o contato e a relação de amizade foram, aos poucos, por iniciativa de Bertha Lutz, rompidos. Ao que tudo indica, o grande temor da líder feminista era ter sua imagem vinculada ao grupo de Leolinda Daltro e às ideias por ela defendidas.

De acordo com Pinto (2003), naquele período, o feminismo estava intimamente ligado a personalidades, ou seja, ao esforço pessoal de alguns personagens que se destacavam, em especial por terem recebido uma educação privilegiada, o que possibilitava a incursão de algumas ao campo intelectual, contrapondo-se, ao se lançarem ao universo público em defesa das mulheres, aos papéis a elas estabelecidos. De acordo com a autora, o movimento feminista que marcou a luta pela conquista do voto, no ano de 1932, estava dividido por duas vertentes. A primeira ficou conhecida como feminismo “bem-comportado” que tinha como liderança Bertha Lutz, era considerado a mais forte e organizada, e tinha como principal órgão representante a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Esse feminismo, disseminado por sua líder e suas adeptas, constituía um verdadeiro movimento com alcance nacional. Porém, por ser considerado como o “bom feminismo”, mantinha seus limites e seus parâmetros muito bem demarcados. A maioria das mulheres que compunha esse grupo era, em sua maioria, personagens pertencentes à elite brasileira, composto, portanto, por um grupo bastante homogêneo. É “[...] interessante notar que eram essas mulheres com tal inserção social e cultural que lutavam por direitos políticos por

meio da pressão junto aos poderes constituídos, no caso deputados e senadores” (PINTO, 2003, p. 26). Correspondiam, desse modo, a um grupo bastante influente no cenário público, político e intelectual.

Em suma, se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão-somente porque esta se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguiam respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem-comportado, [...] não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais (PINTO, 2003, p. 26).

Devido a isto, o cuidado de Bertha Lutz em aliar-se a qualquer pensamento que pudesse manchar a sua imagem junto às lideranças políticas. O feminismo defendido por ela correspondia a um tipo distinto, muito mais preocupado com as ações encaminhadas junto às esferas do poder. A problematização desse modelo de atuação nos ajuda a compreender as facilidades encontradas por Bertha e suas seguidoras para conquistar respaldo para as suas iniciativas, levando em conta o modo bem-comportado de conduzir suas reivindicações. Conforme demonstra Pinto (2003, p. 23): “Bertha lutava pelos direitos negados pelo Estado brasileiro à mulher, mas ao mesmo tempo era representante oficial desse mesmo Estado em conferências internacionais”.

A segunda tendência feminista apresentada por Pinto (2003) era considerada a face “malcomportada” do movimento na época. Era composto por um grupo mais diversificado de mulheres que se posicionava de modo mais contestador. Este feminismo era considerado mais difuso, composto, sobretudo, por duas alas que se destacavam. Uma delas estava associada à imprensa e era por meio desse veículo que, fundamentalmente, manifestava-se; a outra, considerada mais radical, estava ligada aos movimentos anarquista e comunista. Estas duas vertentes estavam relacionadas à segunda tendência, que, de modo geral, congregava mulheres cultas e trabalhadoras, com atuação na vida pública e militantes, em sua maioria professoras, escritoras ou jornalistas. Mariana Coelho corrobora com tal afirmação ao salientar que as feministas,

[...] como se sabe, são todas mais ou menos instruídas. Se o não fossem, não poderiam nem saberiam ser feministas, É confirmado por

toda a imprensa que quase todas as feministas que ocupam estes cargos sociais possuem uma sólida instrução, e são portadoras de diplomas universitários (COELHO, 2002a, p. 45).

De acordo com Pinto (2003), esse grupo de mulheres tinha um campo de atuação mais amplo do que as pertencentes ao grupo de Bertha Lutz. De modo geral, defendiam, “[...] a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público. Em seus textos, tocam em temas delicados para a época, como sexualidade e divórcio” (PINTO, 2003, p. 15).

Apesar de Marina Coelho estar circunscrita a esse grupo, depreendemos que a intelectual parece ter identificado na figura de Bertha Lutz o ensejo que precisava para elevar seu livro, *A evolução do feminismo*, ao patamar de obra autorizada, recomendada e reconhecida em todo o cenário nacional e até internacional, devido à influência que exercia junto à elite política da época. Oportunidade esta que dificilmente poderia ser ofertada por outra representante do movimento, já que do grupo “bem-comportado” Bertha era a líder, e das representantes ligadas à segunda vertente, devido a postura mais radical assumida em defesa das mulheres, que tinham como tema central de sua luta não apenas o direito ao voto, mas a independência e a emancipação em relação à política, à cidadania e ao trabalho, não eram “bem vistas” pela esfera política e pela opinião pública.

Dentro da versão menos comportada do movimento, destacavam-se as líderes Leolinda Daltro e Maria Lacerda de Moura. A primeira, juntamente com a escritora Gilka Machado, foi uma das responsáveis pela a fundação do Partido Republicano Feminino em 1910. Mariana Coelho demonstra conhecer bem o trabalho desenvolvido pela professora Leolinda Daltro, pontuando, com certa admiração em seu livro, alguns de seus feitos:

Fundadora e presidente do Partido Republicano Feminino. Sendo professora catedrática jubilada, fundou a Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca em 1911. No mesmo ano fundou a primeira Escola de Enfermeiras Laicas do Brasil, da Cruz Vermelha, e da Linha de Tiro Feminino – Rosa da Fonseca, não sendo, em geral esta última bem acolhida pelo feminismo dito moderado. Em 1896 concebeu a idéia extraordinária de se internar nos sertões do Estado de Goiás, arrostando todos os óbices, e todos os perigos que corria em tão arriscado tentame, sem a mínima proteção – nem oficial nem particular. Diz ela que o que muito sofreu não foi por parte dos índios, pois que sempre muito a estimaram, mas sim com as perseguições causadas pela catequese religiosa.

Realizou o seu ideal de catequese laica, com lisonjeiro êxito, pois dos muitos indígenas que civilizou e arrancou às trevas da selvageria, alguns chegaram a ser professores primários, e catorze foram por ela sustentado e qualificados eleitores. De todos os seus voluntários esforços colheu por prêmio inúmeras cartas de distintos brasileiros rendendo-lhe a devida justiça e, o que é mais consolador e compensador para um espírito culto e bem formado, a satisfação íntima da sua consciência (COELHO, 2002a, p. 152).

Sobre Partido Republicano Feminino criado por Leolinda Daltro, torna-se relevante destacar que tal iniciativa, apesar de ter representado uma revelia para período, também revelou o lado cômico como foi encarada pelos representantes políticos do país, porque, conforme evidencia Pinto (2003), tratava-se de um partido político composto por indivíduos que não tinham direito político, inserindo-se em uma arena em que suas reivindicações eram consideradas ilegítimas. De acordo com Hahner (2003), a pretensão de Leolinda era conduzir a discussão do voto feminino para dentro do Congresso, já que o tema não havia sido tratado desde a implantação da Constituição de 1891. “Além do voto, Leolinda Daltro pedia a emancipação das mulheres brasileiras em termos gerais, e, especialmente, advogava que os cargos no serviço público deveriam ser abertos a todos os brasileiros independente do sexo” (HAHNER, 2003, p. 280).

Sem alcançar a representatividade política almejada, o partido criado por Leolinda Daltro se extinguiu nas últimas décadas de 1910. Segundo Karawejczyk (2014), no ano de 1919, a feminista se candidatou ao cargo de intendente municipal pela cidade do Rio de Janeiro; apesar de não obter sucesso, sua ousadia deu um novo contorno à luta feminina. Entretanto, ao mesmo tempo que essa nova estratégia objetivava dar voz ao movimento, a tentativa sofria críticas e até mesmo deboches dentro da esfera pública e política, aferidas sobretudo pela imprensa, que chegou a retratar a atuação marcante dessa personalidade de modo desdenhoso.

Quando se via ao gabinete do Prefeito Municipal, ahi por volta das tres ou quatro horas da tarde, costuma-se encontrar uma senhora já bastante entrada em annos, de modos e ademanes pouco femininos, falando alto e dizendo, com ríspida franqueza, verdades a toda a gente. Toda a gente ouve essas verdades e sorri... Essa senhora é, nem mais nem menos, a professora Daltro (PROFESSORA DALTRO, 06/10/1919).

Sobre a crítica endereçada à professora Daltro, Karawejczyk (2013) assevera que o grupo de mulheres a ela ligado era o mais execrado pela imprensa da época. Boa parte dos jornais da capital federal não se cansava em fazer deboches em torno do nome de Leolinda Daltro, quase sempre a relacionando como a representante do mau feminismo, aquele que nenhuma mulher brasileira deveria seguir. Sobre as notas da imprensa acerca da atuação de Daltro, Bueno (2018, p. 83) evidencia que,

[...] por sua postura combativa, foi motivo de chacotas. “Presidente da Sociedade da *Fealdade* Feminina”, “invertida”, “masculinizada”, “ridícula”, “a mulher do diabo”, foram alguns dos adjetivos utilizados para defini-la. O tratamento nada gentil que parte da imprensa fluminense deu a Daltro no início do século XX demonstra que não foi fácil para essa mulher participar da cena pública.

Pinto (2003) enfatiza que, no mesmo período em que Leolinda Daltro era execrada pela esfera pública brasileira, Bertha Lutz, que retornava de Paris, começava a organizar-se em torno daquela que viria a ser a maior organização feminista da época. Atribuindo um caráter altamente elitista ao seu grupo, trilhou um caminho em defesa das mulheres bastante diverso do de Daltro. Com um feminismo bem mais comedido e preocupado com as ações dirigidas aos círculos do poder político, o feminismo expresso por Bertha Lutz não pretendia aproximar-se do manifestado por Leolinda e suas seguidoras. Essa ideia é reforçada por Karawejczyk (2014) quando afirma que a líder feminista nem ao menos mencionou o nome de Leolinda Daltro em seus escritos na imprensa, justificando o seu desejo de não ter qualquer vinculação em sua campanha pela emancipação feminina com a campanha enérgica de Leolinda. Sobre isto, Bueno (2018) destaca que foi possível identificar iniciativas silenciadas por Bertha nos documentos e registros da FBPF, que não faziam menção sobre a existência de outros movimentos feministas do início do século XX, e quando o fazia, procurava adjetivá-los com menosprezo. Segundo a autora, isso também pode ser observado, posteriormente, no esforço de construção de uma memória de hegemonia feita pela própria Federação.

Apesar de Leolinda Daltro ter protagonizado vários episódios marcantes para o movimento feminista brasileiro durante a primeira década do século XX, seu projeto emancipatório para as mulheres, por ser considerado antítese do conduzido pela FBPF, foi desprezado por Bertha Lutz.

Bertha Lutz, com esta atitude, buscou apoio em outra figura que se destacava positivamente dentro do cenário feminista brasileiro naquele período, Maria Lacerda

de Moura. No ano de 1920, Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura estabeleceram um vínculo de amizade – via cartas trocadas – que tinha, em princípio, como ideal comum, a emancipação feminina que seria alcançada por meio da conquista do voto. Relacionamento bastante parecido com o instituído com Mariana Coelho três anos depois. Bertha Lutz tinha um projeto para intervir no governo em nome da causa feminina. Com este objetivo em pauta, estabeleceu parceria com Maria Lacerda de Moura, com o propósito de criação de uma liga feminina que fosse além da então existente Associação Cristã Feminina¹³⁶ e a Legião para a Mulher Brasileira¹³⁷, da qual fazia parte antes do contato com Moura.

Estas agremiações que tinham, segundo Hahner (2003), um caráter mais paternalista não atendia aos interesses de Bertha para a emancipação das mulheres. A líder feminista pretendia criar uma associação feminina que tivesse um círculo de atuação bem mais amplo, que se organizaria, sobretudo, por meio da imprensa e da educação das mulheres, pautada por uma orientação mais científica do que laica. Com base em tais objetivos, fundou, em 1920 no Rio de Janeiro, juntamente com a professora Maria Lacerda de Moura, a Liga pela a Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM). Foi do vínculo estabelecido entres estas duas intelectuais, de acordo com Bueno (2018), que nasceu a LEIM, que, posteriormente, viria a se tornar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Conforme descreve a autora:

É possível vislumbrar que, foi por meio da amizade entre Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura que as características da LEIM passaram a ser delineadas. A troca epistolar entre as duas demonstra a intenção da criação de uma associação nacional feminista que reunisse mulheres de diferentes estados brasileiros e que ampliasse o campo de atuação das associações que já existiam (BUENO, 2018, p. 163).

A relação iniciada entre as duas feministas tinha como pauta principal discussões e encaminhamentos da Liga. As cartas trocadas entre elas revelavam “[...] a troca de informações e a confiança partilhada [...]” (KARAWCZYK, 2014, p. 113), em nome,

¹³⁶ A Associação Cristã Feminina foi uma organização pautada no modelo *Mundial World Young Women's Christian Association* criada em 1855, que se tornou, no decorrer de sua história, um organismo consultivo da ONU para questões relativas aos direitos da mulher (BUENO, 2018).

¹³⁷ No mesmo contexto da Associação Cristã Feminina, foi criada a Legião para a Mulher Brasileira, por iniciativa de Bertha Lutz, Cecília Meireles e do Partido Republicano Feminista, de Leolinda Daltro, entre outras. Apesar da presença do Partido Republicano Feminista, essa instituição assumiu um viés conservador, visto que suas ações estiveram voltadas para a filantropia (BUENO, 2018).

até então, de um objetivo comum – a emancipação intelectual feminina. De acordo com Karawejczyk (2014), as cartas trocadas entre elas, no início da década de 1920, demonstram ser parte de um tipo de “cartas fundantes” da Liga. Assim, a relação partilhada entre as feministas, que se estendeu até o final do ano de 1921, teve como finalidade principal a fundação da LEIM. Durante o período, tanto Bertha quanto Maria Lacerda ficaram conhecidas como as líderes do movimento feminista no Brasil.

Entretanto – assim como ocorreu com Marina Coelho – a relação travada entre as líderes começou a ruir quando a segunda passou a esboçar certo desdém pela Igreja Católica e pelo domínio que tal instituição exercia sobre as mulheres. Conforme salienta Bueno (2018, p. 142-143),

[...] o projeto de emancipação da mulher formulado e proposto por Maria Lacerda de Moura foi pensado e constituído a partir de suas experiências de leituras, viagens e sua atuação como escritora, mas se afastou progressivamente do movimento feminista formulado por Bertha Lutz.

Isso evidencia que o projeto pensado por essas duas intelectuais foi constituído sob visões de mundo diferentes e divergentes.

Outro aspecto central dessa discordância e posterior distanciamento, segundo Karawejczyk (2014), foi a questão religiosa e sexual que eram apontados por Moura como barreiras para o pleno desenvolvimento feminino. Tais temas passaram a ser tratados de modo constante nos escritos da feminista. Conforme aponta Bueno (2018), em 1923, Maria Lacerda passou a publicar a revista *Renascença* na imprensa operária, distanciando-se da iniciativa proposta pela LEIM. Com isso, passou claramente a defender um discurso mais enérgico, intervindo em defesa do amor livre, da educação sexual e da transgressão da moral vigente.

Além disso, conforme evidencia Alves (1980), outro ponto relevante marcou o desacordo entre as feministas, o posicionamento autoritário e restritivo de Bertha Lutz frente às associações femininas tanto da LEIM e da FBPF, uma vez que passou a circunscrever o acesso aos cargos mais elevados das agremiações a um grupo restrito de mulheres, com alta escolaridade ou pertencentes à elite. Sobre esta característica, Bueno (2018, p. 168) corrobora ao afirmar que:

Bertha Lutz escolheu apenas mulheres da elite dominante, altamente escolarizadas. Eram mulheres que haviam feito seus estudos na

Europa, ou que já haviam alcançado o ensino superior no Brasil, coisa bastante rara para os anos de 1920. Advogadas, médicas, arquitetas e artistas se revezaram nestes quadros durante o período em que Lutz esteve à frente dos dois movimentos associativistas feministas.

Como forma de garantir essa prerrogativa, a legislação dessas instituições garantia que apenas as lideranças poderiam votar, as demais associadas ficariam de fora das escolhas realizadas via eleições bienais. Ou seja, somente as ocupantes dos cargos mais altos de direção – Presidente, Vice-presidentes dos Conselhos Nacional, Estadual e Social, Tesoureira, três Secretárias e uma Consultora Jurídica e Parlamentar – teriam direito ao voto. Como efeito desse encaminhamento, permitiu que a fundadora – no caso Bertha Lutz – se tornasse Presidente permanente. Isto demonstra que o movimento sufragista no Brasil se manteve sob a influência da liderança autoritária de Bertha, que o iniciou e dirigiu até a conquista do sufrágio em 1932 (ALVES, 1980).

Isso nos leva a refletir que tal atitude, adotada pela líder feminista e presidente da FBPF, denota uma conduta bastante contraditória, já que ao mesmo tempo em que levantava a bandeira propagandista do movimento feminista em favor de uma ampliação dos direitos, por meio de uma maior participação e atuação política das mulheres na sociedade, por outro lado, negava às suas associadas esse mesmo direito, desconsiderando toda sua base de luta.

Diante disso, de acordo com Hahner (2003), Maria Lacerda de Moura afastou-se aos poucos das organizações feministas lideradas por Bertha Lutz, passando a questionar se o voto feminino, de fato, traria benefícios a todas as mulheres. Para ela, havia ficado evidente que privilegiaria somente aquelas das camadas mais abastadas da sociedade, em detrimento da maioria da população feminina. Além disso, passou a inquirir se o sufrágio feminino proporcionaria alguma alteração na estrutura social, mudando os papéis sociais atribuídos às mulheres. A este respeito, Bueno (2018, p. 165) reforça que,

Do ponto de vista de Lacerda de Moura, o movimento feminista em curso na época e a luta pelo sufrágio feminino seriam apenas um pequeno avanço na condição feminina, sendo que sua prerrogativa alcançaria apenas uma parte das mulheres na sociedade, fundamentalmente aquelas que pertenciam à elite culta. O voto nesse período era limitado a alfabetizados, quando a população adulta brasileira analfabeta passava de 84%, sendo entre as mulheres esse número ainda maior.

O radicalismo que se acentuava na postura de Maria Lacerda, que passou a adotar uma linha de militância mais combativa, sobretudo em relação à influência da Igreja Católica e dos verdadeiros benefícios sociais que o voto feminino traria para as mulheres, fez com que Bertha Lutz deixasse transparecer suas reservas acerca desse tipo de atuação e das limitações de seu feminismo, preferindo cortar, definitivamente, as relações com a feminista mineira. Como foi possível observar, utilizou para isto, seu artifício costumeiro, o silenciamento.

A relação que Mariana Coelho estabeleceu com Bertha Lutz se assemelha àquela travada entre a líder feminista e Maria Lacerda Moura. Tal relacionamento, que começou por iniciativa de Mariana Coelho, tinha como intuito respaldar-se junto a uma figura influente e autorizada para promover a sua obra *A evolução do feminismo*. Apesar de, no início, este vínculo aparentar ser promissor, com demonstração de afeição e apreço entre as intelectuais, passou a ruir depois de três anos de contato. O distanciamento entre as companheiras de causa se deu por disposição de Bertha, que passou a manifestar seu desapeço por meio do silenciamento, ao ignorar as cartas enviadas por Mariana. Ao que tudo indica, esse comportamento correspondia a uma prática comum adotada pela líder feminista quando era, de alguma forma, contrariada em alguma de suas reservas ou quando pudesse ser associada ao feminismo do qual não gostaria de se concatenar.

Acreditamos que o desentendimento entre Coelho e Lutz, seguido de um rompimento de sete anos, tenha se dado devido a desacordos sobre alguns encaminhamentos e sobre alguns posicionamentos assumidos por Mariana em seu livro *A evolução do feminismo*. Sobretudo pela determinação demonstrada pela feminista paranaense em não alterar alguns conteúdos, apontados pela líder como delicados, já que poderiam colocar à prova a moralidade do movimento, tão caro à Bertha. A líder temia ter seu nome comprometido ao indicar uma obra com conteúdo, por ela considerado, controverso à sua postura dentro daquilo que era visto como o “bom feminismo”, embora Bertha Lutz avaliasse o conteúdo histórico e todo trabalho de investigação apresentado por Mariana Coelho como de excepcional relevância. Esta assertiva é evidenciada pelo conteúdo das cartas que enviou para a escritora, sobretudo quando diz: “[...] peço que me permita felicitá-la o mais calorosamente possível [...] Representa uma obra notável e não posso esconder-lhe minha admiração e mesmo

espanto pela riqueza da documentação” (LUTZ, 10/11/1925, p. 1). Entretanto a líder feminista passava a não ver mais com bons olhos aquela que poderia ser uma grande obra do feminismo nacional. Entendia ser melhor se desvincular de qualquer possibilidade de associação com o lado malcomportado do movimento.

O episódio travado entre as intelectuais em torno da publicação do livro de Mariana Coelho acabou expondo as fronteiras impostas pelo feminismo autoritário, hegemônico e restritivo defendido por Bertha Lutz, pelas quais não estava disposta a ultrapassar e às quais nem Maria Lacerda de Moura, nem Mariana Coelho estavam circunscritas. A acentuada diferenciação de visão de mundo acerca da própria emancipação da mulher foi o que tornou Mariana e sua obra uma feminista desajustada para o grupo liderado por Bertha Lutz. Sem fazer parte da elite paranaense e sem um nível de estudo comprovado – já que não foram encontrados registros de que Mariana Coelho tenha obtido uma educação formal ou tenha frequentado um curso superior – foi possível apurar que representava apenas uma voz dissonante, periférica e isolada na capital do Paraná.

É possível inferir que Mariana Coelho, por não pertencer a uma família abastada, dependia do trabalho que desenvolvia como professora para se sustentar economicamente. Considerando sua realidade, problematizamos que, em sua condição de trabalhadora, a intelectual conduziu um tipo de feminismo expresso veementemente por ela. Assim, diferente de Bertha Lutz, Mariana Coelho não teve condições de estudar fora do país ou de viajar para encontros ou conferências feministas. O contato que a intelectual estabeleceu com os movimentos fora do país foram feitos via leituras realizadas e correspondências trocadas, sendo seu capital simbólico nitidamente menor do que o de Bertha, ou seja, seus capitais foram adquiridos mediante interpretações e contatos indiretos. Mariana Coelho não teve oportunidade de vivenciar os lugares que Bertha pode experienciar no decorrer de sua trajetória. Por isto, pautada em sua vivência, a líder feminista tinha mais estratégias do jogo na política brasileira, já que compreendia que o feminismo bem-comportado tinha mais chances ante a elite do que o mal-comportado. Ao mesmo tempo, Coelho, ao congrega as margens do movimento feminista, tinha mais autonomia em relação às instituições políticas e religiosas brasileiras.

Ela tinha conhecimento do grande capital cultural e simbólico acumulado por Bertha e da posição ocupada dentro do cenário intelectual brasileiro e internacional.

Devido a esta compreensão, estabeleceu contato com a líder feminista, e não com Leolinda Daltro – feminista que conhecia bem e admirava o trabalho desenvolvido, porém tinha noção da rejeição que esta tinha da ala feminista mais moderada – ou com Maria Lacerda de Moura, por exemplo – apesar do feminismo defendido por Coelho se aproximar mais do de Moura. Mariana sabia que Bertha Lutz poderia dar mais visibilidade ao seu livro do que outra figura dentro do cenário feminista naquele momento. Entretanto, apesar dos apelos da líder para que não tocasse em temas delicados, decidiu manter sua convicção acerca daquilo que acreditava, decisão que acabou levando-a a flanquear o que era considerado “mau feminismo”.

Daí o pouco esforço despendido por Lutz para a publicação de sua obra, que ocorreria concomitantemente à aprovação do voto feminino, bem como seu pouco interesse em torná-la a representante da FBPF no Paraná.

Além disso, foi possível apurar que Bertha Lutz, que almejava uma posição hegemônica dentro do movimento feminista brasileiro, não toleraria a concorrência imposta por uma obra com potencial tão proeminente como a de Mariana Coelho – obra que chegou a lhe causar pasmo. Preocupada com a repercussão que o livro poderia alcançar dentro da esfera pública, justamente em um momento tão propício ao debate levantado por sua autora – em plena discussão acerca do voto feminino – Bertha que, até o momento, não havia publicado nada do teor do trabalho desenvolvido pela feminista paranaense, preferiu o silêncio e a abstenção do que lançar luz sobre uma obra que não havia sido de sua autoria. Deste modo, inferimos que Mariana Coelho foi, em certa medida, ingênua em acreditar que a líder do movimento feminista no Brasil, com sua primazia, iria dar relevância a uma obra e à sua autora situada na periferia geográfica brasileira e do próprio movimento feminista.

Diante do desinteresse de Bertha, Mariana Coelho, para compor o prefácio de sua obra, teve que recorrer a duas cartas, uma escrita por seu padrinho intelectual Rocha Pombo, em 1927, e outra por seu conselheiro Dario Vellozo, em 1926, quando eles tinham feito a leitura de seu livro, anos antes de sua publicação, em 1933, já que Bertha Lutz, que havia aceitado o convite feito pela autora, foi veemente em não se manifestar mais sobre o assunto, permanecendo em seu silêncio costumeiro apesar da insistência de Mariana. Todo o tempo que Mariana Coelho teve que esperar – de 1926, momento em que sua obra já havia sido finalizada, até 1933, ano de sua publicação –, foi, assim supomos, de grande angústia e decepção para a intelectual,

porque, além de estar submetida por uma lógica feminista, pautada por uma elite da qual não fazia parte, teve que contar com presença de duas figuras masculinas como porta vozes de sua obra sobre a evolução das mulheres. Isso nos leva a crer que pouco comporia o desejo da escritora, ainda mais quando esses dois personagens já estavam desvinculados dos debates e das disputas intelectuais paranaenses há algum tempo, tanto é que Rocha Pombo faleceu no mesmo ano em que foi publicado o livro e Dario Vellozo quatro anos depois.

Mesmo quando Mariana e Bertha retomaram contato restabelecendo a relação ruída, no ano de 1934 – após sete anos de distanciamento – por iniciativa de Mariana, as cartas evidenciam que a relação reatada não era a mesma, e que Bertha tratava Mariana com certo desinteresse, tanto que a líder não se preocupou em efetivar, de fato, a nomeação desta última como representante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Paraná, apesar dos vários apelos feitos pela intelectual, registrados em cartas. Mariana ainda, em seu apelo um tanto ingênuo, possivelmente sem compreender os desígnios elencados por Bertha, pede auxílio a esta para que ajudasse na divulgação de seu livro – que já havia sido publicado há um ano –, informando à amiga que tinha pretensões em publicar uma segunda edição, conforme explicita em carta:

Da Federação eu só quero a propaganda do meu livro, pois quero ver se consigo vender a 2ª. edição para compensar o sacrifício da 1ª. Incluso, pois, lhe remeto um cartão com o qual receberá de meu parente Alvaro Gonçalves mais 3 exemplares do livro, e conto com a sua promessa de propaganda (COELHO, 09/06/1935, p. 1).

Além disso, a intelectual orientou a líder para que distribuísse seu livro nas filiais da FBPF e que veiculasse notas e apreciações sobre o mesmo em alguns jornais da capital federal e nos boletins da Federação. Entretanto, apesar dos apelos de Mariana, pelo teor das cartas, não foi possível apurar se Bertha de fato se mobilizou para atender à promessa feita à companheira de causa, embora acreditemos que não. O que sabemos é que a segunda edição, ensaiada por Mariana Coelho, veio à tona muitos anos depois de sua morte, em 2002, e por mobilização de pesquisadoras em resgatar obras de escritoras esquecidas ao longo do tempo.

Pelo exposto, avaliamos que, para Bertha Lutz, que seguia com suas ações e atividade junto a FBPF, intensificadas por sua aproximação com movimentos

internacionais, Mariana Coelho foi se revelando uma figura deslocada dentro do seu campo de interesse. Isolada em um estado onde o movimento feminista se apresentava de modo incipiente, sua voz representava um murmurejo para os patamares alçados pela líder feminista. Com isso, a relação travada entre as feministas ficou marcada pelo cenário de disputas e debates intelectuais em pauta naquele momento. O livro *A evolução do feminismo: subsídios para sua história* e sua autora acabaram assumindo uma posição incongruente, uma vez que a obra, publicada um ano após a conquista do sufrágio feminino e na vigência da Segunda República, não elencava o mesmo arrebatamento vivenciado por anos anteriores. Além disso, após a conquista do voto pelas mulheres, o movimento feminista foi aos poucos perdendo sua vitalidade, ganhando força novamente somente a partir da década de 1960.

No Paraná, diante do grande retrocesso que o governo do Paraná sofreu tanto no campo intelectual, quanto no campo cultura, quando os anticlericais – grupo do qual Mariana Coelho fazia parte – foram superados pelos católicos, a sociedade passou a se reestruturar em moldes mais retrógrados, influenciando diretamente a composição dos modelos de feminino e de feminilidade nas décadas de 1930 e 1940. O livro sobre a evolução das mulheres, elencado por Mariana Coelho, é recebido em meio ao retorno de bases menos liberais expressas por esse movimento religioso, o debate proposto pela intelectual, embora representasse uma pauta relevante, não ocupou o protagonismo desejado, apresentando-se como uma contestação contígua para aquele contexto. A obra, que levou décadas para ficar pronta, acabou ficando à margem, obscurecida pelo momento de transição que ocorria na sociedade curitibana daquele momento.

Apesar de sua voz representar um brado solitário e dissonante no estado do Paraná, Mariana Coelho ainda procurou manter-se na arena do embate feminista e intelectual enquanto sua vitalidade permitiu. Encerrou sua trajetória deixando claro em suas obras que sua luta era pela emancipação das mulheres, chegando a afirmar que a oposição a essa evolução feminina correspondia a “[...] verdadeira nódoa a empanar o brilho do quadro da nossa civilização” (COELHO, 2002a, p. 64). Portanto, foi por seu feminismo obstinado e intransigente que se tornou uma figura polêmica e singular para a Curitiba de 1893 e 1940. Representou uma atuação feminista que se deu em nome de sua abnegada e profunda vontade em educar as mulheres, para que elas

compreendessem que sua atribuída inferioridade correspondia ao resultado de uma forjada hierarquia social – da qual, uma das grandes responsáveis era a Igreja Católica – e não por uma natureza propriamente feminina. Lutou para que as mulheres assumissem aquele que considerava ser seu verdadeiro lugar na sociedade, ou seja, em qualquer posto que desejasse estar, no mesmo patamar de igualdade com os homens. Segundo ela:

[...] a inteligência e capacidade instrutiva e social da mulher se podem contrabalançar com iguais predicados do homem, por que duvidar da eficiência da ação feminina nos destinos da Pátria – ação que obedecerá precisamente à mesma igualdade no pensar e no proceder – quando mesmo não fosse provada muitas vezes a superioridade de mais pronta sensatez, no sexo frágil? A mulher de espírito lúcido e evolucionado é, como o seu companheiro, um ser consciente da sua responsabilidade social. E prova mais evidente desta asserção é que ela já conquistou mais de metade do mundo – conquista que atinge todos os continentes (COELHO, 2002a, p. 112).

Consagrou e encerrou sua trajetória como uma das intelectuais feministas que atuou de forma mais intensa no campo literário e intelectual no estado do Paraná entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi com o intuito de encontrar mulheres em ação, mulheres munidas de força e de estratégias para agir no espaço dos possíveis, criadoras e condutoras dos movimentos da história que conduzimos o percurso desta pesquisa. É necessário revelar que, a princípio, não mostrou ser uma tarefa fácil, sem deixar de ser, contudo, instigante e inspiradora. Partimos, assim, da inquietação proposta por uma destas mulheres, Mariana Coelho.

Nossa investigação demarcou as ações que a intelectual Mariana Coelho estabeleceu não somente em sua trajetória de lutas em defesa dos direitos sociais das mulheres, mas, sobretudo, por sua relevante e marcante atuação dentro do campo literário e intelectual paranaense e brasileiro. Assim, esta tese objetivou analisar como esta intelectual, por meio de estratégias aplicadas ao mundo social, após ter se estabelecido como leitora e escritora, conquistou espaço, respeito e reconhecimento nos campos literário e intelectual.

Dentro dos propósitos desenvolvidos ao longo da investigação, foi possível demonstrar a viabilidade em trabalhar com a matriz teórica da qual nos propusemos desde o início da pesquisa. O modelo de análise e interpretação, pautado pelos conceitos de trajetória, de campo, de estratégia, de capital e de *habitus*, expresso pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, permitiu-nos desvendar alguns dos mecanismos utilizados por Mariana Coelho, responsáveis por traçarem suas decisões e ações, os quais mostraram-se fundamentais para determinar as posições ocupadas por ela nos espaços sociais e políticos por onde circulou.

No processo de construção de nossos argumentos, nossos esforços se concentraram em elucidar como Mariana Coelho transitou da condição de leitora para a de escritora para, posteriormente, intervir no campo intelectual. Valendo-se de estratégias específicas e imbuída dos capitais culturais, sociais e simbólico, ela se inseriu e circulou entre o campo literário e o campo intelectual, ascendendo no meio como figura reconhecida pela defesa da emancipação feminina. É importante salientarmos ainda que o caráter educacional esteve presente nas ações desenvolvidas por ela. Acreditamos que a defesa da educação a feminina, foi um elo norteador e indissociável nas proposições da atuação desenvolvida pela intelectual, sobretudo ao demarcar fortemente o feminismo defendido por ela. Além da educação formal propalada pela intelectual, enquanto educadora e proprietária de uma

instituição educacional, suas convicções para uma educação feminina também estiveram presentes em suas ações no campo literário e intelectual, ao revelarem uma orientação de cunho educativo, porém não formal, sobretudo ao propor uma evolução no papel social da mulher, explicitadas em suas obras e em sua atuação na esfera pública.

A princípio, com o auxílio de sua família – tio e irmão que já viviam em Curitiba, quando Mariana Coelho chega ao Brasil em 1892 – construiu uma rede de relações ou estratégias que lhe possibilitaram a incursão aos campos literário e intelectual. Quando nos referimos a estes dois campos, observamos que o Paraná, apesar de estar situado em uma posição periférica – já que estava localizado à margem do campo literário e intelectual brasileiro, e este, por sua vez, à margem do campo internacional, notadamente do francês –, os literatos conseguiram traçar uma trajetória comum, constituindo-se em uma geração de agentes atuantes. Mariana Coelho, ao passar a ocupar esse espaço, foi estabelecendo aproximação e vínculos profissionais e de amizade com alguns literatos desse ávido círculo masculino, sobretudo com Dario Vellozo e Rocha Pombo.

Com sua atuação marcante, foi conquistando posições dentro do campo e reconhecimento entre seus pares, para, em seguida, pôr em prática sua intervenção social e política por meio de sua escrita em defesa da emancipação e educação das mulheres. Desta articulação, com uma posição já mais ou menos consolidada e munida de certo capital simbólico, iniciou sua intervenção na esfera pública em defesa de uma maior participação das mulheres na sociedade. Seu posicionamento como defensora dos direitos femininos passou a ficar cada vez mais demarcado na esfera pública, o que lhe garantiu a formação de um *habitus* tipicamente intelectual e feminista, que incorporava e partilhava os interesses que vigoravam e envolviam a arena de debates mediada por relações de poder, que acabavam por aproximar aqueles com afinidades elaboradas por meio do compartilhamento de visões de mundo.

A atuação e os posicionamentos incorporados por Mariana Coelho, a princípio, não estava isenta de dificuldades e críticas expressas, sobretudo por homens e mulheres que se manifestavam de modo contrário ao ideário feminista difundido pela intelectual. Para que Mariana Coelho alcançasse um patamar de reconhecimento e conseguisse se consolidar em uma posição dominante, teve que lidar com muitas

imposições, sobretudo por ser mulher, solteira, imigrante e por ser feminista. Apesar de todos os reveses, as estratégias utilizadas por ela para se colocar no campo literário e intelectual paranaense foram bastante eficazes. Por meio das leituras que realizou, da sua escrita e das relações que estabeleceu, passou a incorporar o *habitus* desses campos e a acompanhar a sua movimentação.

Deste modo, ela soube manejar muito bem as estratégias aplicadas ao mundo social. Contudo, seu tão apropriado posicionamento também acabou custando-lhe seu arrefecimento, ao que tudo indica, pautado por um certo excesso de confiança, especialmente na relação que passou a estabelecer com o campo intelectual brasileiro, por meio do vínculo que firmou com o movimento feminista e sua representante Bertha Lutz. Relação que simbolizou o elo de ligação da intelectual com este campo, bem como a garantia de seu almejado reconhecimento e uma tentativa de consagração.

Observamos que Mariana Coelho, no decorrer de sua trajetória, vai propondo uma alteração no papel feminino dentro da relação familiar, na atuação doméstica e na vida pública, o que faz com que assuma dois posicionamentos distintos – divididos em dois momentos específicos, nomeados nesta tese de “feminismo por intuição” e “feminismo por convicção”. O primeiro feminismo divulgado pela intelectual não preconizava uma alteração radical na função social feminina, ela defendia o direito à educação, ao trabalho e ao voto das mulheres, sem, contudo, que estas se descuidassem ou se exonerassem de suas atividades em âmbito doméstico, enfatizadas como primordiais. Em seu segundo feminismo, com uma postura bem mais obstinada e radical, passou a defender, de modo determinado, seu projeto de sociedade, em que as mulheres pudessem atuar de modo efetivo nos espaços públicos sem estarem circunscritas às atividades da esfera doméstica. A partir de tais constatações, buscamos apurar se sua mudança de postura, no decorrer de sua trajetória, foi fruto de estratégias empregadas com o objetivo de inserir-se no campo intelectual, – demonstrando uma postura mais branda em um momento em que ainda não havia adquirido uma posição de destaque e de reconhecimento dentro do campo – ou se, conforme a intelectual passou a dedicar-se com mais afinco às leituras feministas e a estabelecer contatos com outras representantes do movimento no Brasil e de outros países, fizeram com que desenvolvesse uma postura mais contundente, modificando com isso seu discurso, de modo a levá-la a compreender

que o feminismo por ela defendido, em sua segunda fase, pudesse ser a única possibilidade para que as mulheres alcançassem, de fato, sua emancipação. Considerando a concepção bourdieusiana, aferimos que, ora de modo consciente, ora de modo inconsciente, Mariana Coelho procedeu de modo a atender a tais conjecturas.

De modo geral, o ingresso de Mariana Coelho ao campo intelectual se deu devido à sua atuação em organizações femininas e/ou feministas, de um amplo vínculo de relações profissionais, de amizades e intercâmbio de ideias que estabeleceu com alguns intelectuais paranaenses e com algumas feministas brasileiras e de outros países, em especial com a intelectual Bertha Lutz. Dentro desse espaço de produção, de relações institucionais, sociais e de afinidades partilhadas com grupos de intelectuais e de feministas, nos quais passou a conviver, observamos que as influências resultantes dessas disposições foram fundamentais para a divulgação de seus ideais feministas e, sobretudo, para a escrita de sua grande obra *A evolução do feminismo: subsídios para sua história*.

É com base nessa disposição de ideias que a intelectual procurou apoio na líder feminista Bertha Lutz, em especial por compreender a posição ocupada por ela no cenário intelectual brasileiro e internacional. A relação travada entre Mariana e Bertha, que ficou registrada em cartas trocadas entre elas, em princípio, representou para a intelectual uma forma de estabelecer suas redes de relações e intercâmbio de ideias com personagens feministas de destaque. Mariana Coelho via Bertha Lutz como uma possível orientadora intelectual que poderia auxiliá-la na divulgação de seu livro, com atribuída relevância e credibilidade à sua obra. A líder feminista havia retornado da Europa após um período de estudo e se tornara referência para o feminismo brasileiro, sobretudo na luta pelo sufrágio. Reconhecendo a importância que Bertha Lutz passou a desempenhar dentro do movimento, Mariana estabeleceu relações com a intelectual e com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Contudo a relação travada entre as personagens, via correspondências, extravasou o campo profissional, sendo permeada por laços de amizade e, posteriormente, por desentendimentos.

A obra *A evolução do feminismo: subsídios para sua história* que ficou pronta em meio ao debate sobre o voto feminino e demarcou, fortemente, o feminismo convicto aludido por Mariana Coelho, também representou a expressão dos conflitos

e das disputas arrolados dentro do próprio campo feminista naquele momento. Esses embates foram estendidos para o campo da relação existente entre Mariana Coelho e Bertha Lutz, demarcando os limites dos feminismos expressos pelas intelectuais e revelando distintas visões de mundo sobre qual papel, de fato, a mulher deveria ocupar na sociedade e por quais vias se daria a sua emancipação. A forma distinta em compreender e expressar seus feminismos passou a ditar o rumo da amizade entre elas, que, aos poucos, foi minguando até alcançar a sua cessação.

Diferentemente de Bertha Lutz, Mariana Coelho não teve oportunidade de estudar fora do país – a não ser durante sua mocidade em Portugal –, assim como não tinha condições de viajar para encontros e conferências feministas no exterior. Sem poder contar com o capital financeiro da família, – como Bertha Lutz –, necessitava trabalhar para se manter economicamente. Tais características acabaram tornando-a uma figura diferenciada no círculo de partícipes do feminismo liderado por Lutz. Além disso, a ideia de emancipação feminina defendida pela intelectual destoava do ideário difundido por Bertha e seu grupo. Do ponto de vista dos direitos femininos, Mariana compunha um discurso mais arrojado do que o divulgado pela líder brasileira, que estava atrelado às alianças com os grupos políticos e religiosos do país. Mariana Coelho partia da ideia de que uma nação, para alcançar o progresso, necessitava instruir as mulheres para que tivessem acesso ao mercado de trabalho. Para tal defesa, ousou tocar em temas fortemente interditados, como o amor, a religião e, sem mencionar explicitamente, o divórcio. Este posicionamento assumido pela intelectual, por um lado, resultou por compor sua consagração no campo literário e intelectual paranaense, mas, por outro, em certa medida, levou ao seu esmorecimento no âmbito nacional. Ela conseguiu criar uma obra monumental para o período, porém este grande feito acabou afastando-a do discurso propalado pela elite feminista, sobretudo, como vimos, o de Bertha Lutz, do grupo associado ao feminismo bem-comportado.

Com base em tais colocações, algumas elucubrações foram emergindo ao longo da pesquisa, em particular a relação que Mariana Coelho estabeleceu entre o feminismo expresso por ela com a plântula dos ideais socialista e anarquista – que no período encontravam-se imbricados – provenientes, possivelmente, das leituras que realizou quando ainda vivia em Portugal. Todo esse cabedal de concepções acabou contagiando suas ações e, especialmente, sua grande obra, que, nas letras da autora, acabou por ganhar uma versão paranaense tupiniquim, carregada de preceitos libertários. O resultado foi a construção de um livro feminista, voltado para os direitos

sociais das mulheres, privilegiando a educação e o trabalho como pilares para o progresso social de uma nação.

Devido a estes atributos expressos por Mariana Coelho, Bertha Lutz que havia, a princípio, concordado em auxiliar Mariana Coelho na publicação e na divulgação de seu livro, não se esforçou para que a obra fosse publicada concomitantemente à aprovação do voto feminino. Assim, a autora e seu livro, representando uma voz periférica e isolada no Paraná, onde o movimento feminista se apresentava de modo pouco expressivo, em um momento em que o cenário de disputas e debates intelectuais não incorporava mais a temática tratada pela intelectual, passaram a assumir uma posição desajustada.

Além disso, outra questão se tornou imperativa. Apesar da grandiosidade e da relevância apresentada pela obra de Mariana Coelho, sobretudo em um momento tão significativo para o debate feminista daquele período, o livro não recebeu o destaque esperado e não veio a lume no momento oportuno. Isso nos leva a inquirir sobre qual a importância que uma literatura de autoria periférica, como a de Mariana Coelho, tinha dentro de um cenário intelectual mais amplo? A compreensão está em situar e significar os lugares da fala. Por mais eminente e significativa que a obra poderia ser, ela não deixou de estar circunscrita e limitada ao local de onde discursava. Nesse caso, Mariana Coelho e seu livro, encontravam-se fora do círculo geográfico da elite intelectual feminista brasileira. Poucos foram os intelectuais que, ao longo da história, conseguiram romper as barreiras impostas aos campos mais periféricos.

Apuramos que, com Mariana Coelho, não foi diferente, por mais relevância que o conteúdo do produto da intelectual poderia ter reunido, não foi suficiente para transcender certos obstáculos, justamente por não estar no local de fala adequado e por sua autora não ter travado, possivelmente, as redes de relações convenientes para isso. É ainda importante levar em conta que, além do distanciamento geográfico em que Mariana Coelho se encontrava, a intelectual não tinha recurso financeiro e tempo disponível para ficar viajando, de modo que pudesse ter uma atuação mais integrada dentro do movimento feminista em âmbito nacional. Assim, em um contexto em que o recurso da comunicação por correspondência era o único que lhe cabia, sua voz acabou se tornando cada vez mais isolada e inaudível.

Deste modo, que forças moveram Mariana Coelho a produzir uma obra tão adversa para o período? Que forças levaram-na a escrever um livro que mobilizou tanta energia, tanto capital cultural, simbólico e econômico, além de ativar uma ampla

rede de relações? Acreditamos que a intelectual, devido toda sua trajetória e todo capital que foi acumulando, produziu um feminismo que se contrapunha ao preconizado pelo grupo dominante do movimento brasileiro. Ao que tudo indica, o grande limite de Mariana Coelho foi ter confiado demasiadamente em Bertha Lutz. Possivelmente, se tivesse condições de ter realizado uma atuação mais presente na capital federal, teria vivenciado e percebido as peculiaridades e as nuances do cenário intelectual feminista integrado e liderado por Bertha. Ao mesmo tempo, sua atuação à margem do grupo dominante permitiu-lhe a manutenção de seu ideário feminista, marcadamente mais contundente daquele proposto por Lutz.

Apesar de todas as dificuldades, a trajetória de Mariana Coelho nos revelou que o ideário feminista difundido por ela, por meio de suas ações e obras, encontra-se inscrito no rol do feminismo nacional. Além disso, ousamos afirmar que o feminismo adverso, expresso pela intelectual, foi o grande legado que deixou para expandir o debate intelectual. Ao propor discutir questões ligadas à religião, ao amor e ao trabalho feminino, contribuiu por elevar o levar ao campo do debate – mesmo que de forma ainda embrionária – a pauta da contestação a imposições acerca de temas interditos, até mesmo para os dias atuais. Devido a sua personalidade, notadamente obstinada e a tenacidade de seu feminismo, conseguiu contribuir para a emancipação das mulheres.

Se os apontamentos levantados por esta investigação conferiram à Mariana Coelho as singularidades aqui elencadas, a análise de sua trajetória nos permitiu, para além dessas peculiaridades, à luz de sua concepção sobre a evolução feminina, ter clareza de parte da luta política e social travada por muitas mulheres. Com isso, as reflexões resultantes dos últimos quatro anos desta investigação apontam para os problemas e objetivos que se constituíram em nossas análises. Entretanto alguns questionamentos foram sendo levantados no decorrer do processo. Assim, este estudo não teve a intenção de ser uma resposta definitiva e acabada acerca da trajetória intelectual de Mariana Coelho, durante os anos de 1983 e 1940, visto que, diante das inúmeras possibilidades que foram se colocando no decorrer da pesquisa, o caminho investigativo trilhado foi apenas um dentre outros possíveis.

FONTES

ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL. **Certidão de Nascimento de Mariana Coelho**. 1857, fl. 69 verso. Disponível em: <http://www.advrl.org.pt/instituicao/index.html>. Acesso em: 29 jun. 2017.

ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL. Portugal. **Irmãos de Mariana Coelho**. Disponível em: <http://www.advrl.org.pt/instituicao/index.html>. Acesso em: 29 jun. 2017.

COELHO, Mariana. **Discurso**. Aug.'. Loj.'. De adopção, filhas da acacia, de Curityba, no acto da sua regularização. ago. 1902. Disponível em: http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/GOIPR_902_Hist_FilhaAca_Reg_Discurso.ht. Acesso em: 20 maio 2017.

COELHO, Mariana. **Um brado de revolta contra a morte violenta**. Curitiba: Oficinas Gráficas “A Cruzada”, 1934.

COELHO, Mariana. **Linguagem**. Curitiba: Tip. “A Cruzada”, 1937.

COELHO, Mariana. **Cambiantes**: contos e fantasias. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1940.

COELHO, Mariana. **Palestras educativas**: obra póstuma. Curitiba: Centro de Letras do Paraná, 1956.

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo**: subsídios para sua história. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002a.

COELHO, Mariana. **O Paraná mental**. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002b.

Correspondências

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatário: Fabio Luz. Curitiba, 17 jun. 1909. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 2 jan. 1923. 1 carta. 3 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 23 mar. 1924. 1 carta. 3 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 17 nov. 1924. 1 carta. 6 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 18 nov. 1924. 1 carta. 2 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 6 dez. 1924. 1 carta. 2 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 21 jan. 1925. 1 carta. 7 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 28 jan. 1925. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 19 mar. 1925. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 6 jul. 1925. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 10 ago. 1925. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 13 set. 1925. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 17 set. 1925. 1 carta, 3f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 22 nov. 1925. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 31 jan. 1926. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 12 mar. 1926. 1 carta. 8 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 5 jun. 1926. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 8 fev. 1927. 1 carta. 6 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 24 mar. 1927. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Maria Amalia Bastos. Curitiba, 8 maio 1927. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Rio de Janeiro, 26 jul. 1927. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 17 ago. 1927. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 5 set. 1927. 1 carta. 3 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 11 dez. 1927. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 26 maio 1928. 1 carta. 3 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 8 jun. 1934. 1 carta. 3 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Rio de Janeiro, 10 jul. 1934. 1 carta. 3 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 7 ago. 1934. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 30 set. 1934. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 14 nov. 1934. 1 carta. 2 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 8 maio 1935. 1 carta. 2 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 13 set. 1935. 1 carta. 3 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 9 jun. 1935. 1 carta. 3 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Curitiba, 13 set. 1936. 1 carta. 2 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 7 mar. 1936. 1 carta. 5 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 30 mar. 1936. 1 carta. 3 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 14 set. 1936. 1 carta. 3 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 15 set. 1936. 1 carta. 3 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Georgina. Curitiba, 19 fev. 1937. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 18 jan. 1938. 1 carta. 2 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Curitiba, 30 set. 1940. 1 carta. 3 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

COELHO, Mariana. **[Correspondência]**. Destinatária: Maria Sabina. Curitiba, 6 ago. 1944. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

LUTZ, Bertha. **[Correspondência]**. Destinatária: Mariana Coelho. Rio de Janeiro, 12 fev. 1925. 1 carta. 2 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

LUTZ, Bertha. **[Correspondência]**. Destinatária: Mariana Coelho. Rio de Janeiro, 10 nov. 1925. 1 carta. 4 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

LUTZ, Bertha. **[Correspondência]**. Destinatária: Mariana Coelho. Rio de Janeiro, 20 maio 1926. 1 carta. 1 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

LUTZ, Bertha. **[Correspondência]**. Destinatária: Mariana Coelho. Rio de Janeiro, 21 set. 1926. 1 carta. 1 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

POMBO, Rocha. **[Correspondência]**. Destinatária: Bertha Lutz. Rio de Janeiro, 28 jun. 1928. 1 carta. 1 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Jornais

A CRUZ VERMELHA. O elevado mistér necessita ser bem conduzido. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano XIX, n. 5.696, p. 1, 9 maio 1917.

A CRUZ VERMELHA do Paraná. Foi hontem eleita a directoria. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano XIX, n. 5.717, p. 1, 2 jun. 1917.

A EDUCAÇÃO DA MULHER. **O Sexo Feminino**. Cidade da Campanha, ano I, n. 1, p. 1, 7 set. 1873.

A EMANCIPAÇÃO DA MULHER. IGUALDADE DE DIREITOS. **O Quinze de novembro do sexo feminino**, Rio de Janeiro, ano III, n. 14, p. 1-2, 6 abr. 1890.

ANNIVERSARIOS. **A República**, Curitiba, ano X, n. 21, p. 1, 25 jan. 1895.

AS PRIMEIRAS ENFERMEIRAS da Cruz Vermelha paranaense. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano XX, n. 6.189, p. 1, 21 dez. 1918.

ATALANTA. Palestras: Moda. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano II, n. 424, p. 1, 11 set. 1900.

AUSTREGÉSILO, Antônio. Livros Novos. **A Noite**, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 7.949, p. 4, 13 jan. 1934.

AUTORES PARANAENSES. PARANÁ LITTERÁRIO. **O Sapo**, Curitiba, ano III, n. 17, p. 4-5, 3 maio 1900.

CASTRO, Nestor. O feminismo. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano III, n. 591, p. 1-2, 29 mar. 1901.

CECÇÃO LIVRE. **A República**, Curitiba, ano XXIV, n. 101, p. 2, 3 maio 1909.

CENTRO DE LETRAS PARANAENSE. D. Mariana Coelho. **O Dia**, Curitiba, ano XI, n. 2037, p. 3-4, 7 dez. 1933.

COELHO, Mariana. 3º. Discurso. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **A Republica**, Curitiba, ano XIV, n. 3.914, p. 1-2, 18 set. 1911.

COELHO, Mariana. A principal emancipação feminina. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano XX, n. 5.969, p. 1, 2 abr. 1918.

COELHO, Mariana. Chronica da Moda. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano II, n. 468, p. 1, 1 nov. 1900.

COELHO, Mariana. Chronica da Moda. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano II, n. 493, p. 1, 1 dez. 1900.

COELHO, Mariana. Chronica da Moda. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano III, n. 568, p. 1, 1 mar. 1901.

COELHO, Mariana. Chronica da Moda. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano III, n. 759, p. 1, 31 ago. 1901.

COELHO, Mariana. Chronica da Moda. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano III, n. 789, p. 1, 5 out. 1901.

COELHO, Mariana. Contestação Devida. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano III, n. 604, p. 1, 15 abr. 1901.

COELHO, Mariana. Critica á critica I. **A Republica**, Curitiba, ano XXIII, n. 209, p. 1, 5 set. 1908.

COELHO, Mariana. Critica á critica II. **A Republica**, Curitiba, ano XXIII, n. 210, p. 1, 7 set. 1908.

COELHO, Mariana. Critica á critica IV. **A Republica**, Curitiba, ano XXIII, n. 212, p. 1-2, 9 set. 1908.

COELHO, Mariana. Crítica á crítica VI. **A Republica**, Curitiba, ano XXIII, n. 221, p. 1, 19 set. 1908.

COELHO, Mariana. Desesperança. **Novo Almanack Luzo-Brasileiro**, Lisboa, ano 37, 1887.

COELHO, Mariana. Emancipação da Mulher. **Breviario**, Curitiba, ano 1, n. 2, p. 7-8, ago. 1900.

COELHO, Mariana. Emancipação da Mulher. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano III, n. 570, p. 1, 4 mar. 1901.

COELHO, Mariana. Emancipação da Mulher. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano III, n. 571A, p. 1, 5 mar. 1901.

COELHO, Mariana. Emancipação da Mulher. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano III, n. 585, p. 1, 22 mar. 1901.

COELHO, Mariana. Emancipação da Mulher. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano III, n. 594, p. 1, 2 abr. 1901.

COELHO, Mariana. Inspiração. **O Cenáculo**, Curitiba, ano III, n. 5 e 6, p. 171-172, maio/jun. 1897.

COELHO, Mariana. Madrigal. **Revista Azul**, Curitiba, ano 1, n. 2, p. 3, ago. 1893.

COELHO, Mariana. Morreu!. **Fanal**, Curitiba, ano II, n. I, p. 18, fev. 1912.

COELHO, Mariana. Paraná. **Diario do Commercio**, Curitiba, ano 5, n. 55, p. 1-2, 17 mar. 1894.

COELHO, Mariana. Pelas Tradições. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano II, n. 455, p. 1, 17 out. 1900.

COELHO, Mariana. Pelas Tradições. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano II, n. 480, p. 1, 16 nov. 1900.

COELHO, Thomaz Alberto Teixeira. Aos Pobres. **República**, Florianópolis, ano IV, n. 775, p. 2, 21 ago. 1892.

COLEGIO SANTOS DUMONT. **Almanach do Paraná**, Curitiba, ano 11, p. 336, 1908.

COLEGIO SANTOS DUMONT. **A Republica**. Curitiba, ano XVII, n. 282, p. 1, 15 dez. 1902.

COLUMNA CATHOLICA. O Progresso do Catholicismo. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano XXXII, n. 10.828, p. 2, 23 ago. 1930.

CONGRESSO NACIONAL FEMININO. **O Dia**, Curitiba, ano XIV, n. 3.648, p. 2, 21 jul. 1936.

CLUB CURITYBANO. **A galeria allustrada**, Curitiba, ano I, n. 11, p. 2, 30 abr. 1889.

DURVAL, Hilario. Actualidade... **O Sapo**, Curitiba, ano 11, n. 7, p. 1, 12 fev. 1899.

ENFERMOS. **A República**, Curitiba, ano XXXII, n. 235, p. 2, 4 out. 1917.

FALECIMENTO. Profa. Mariana Coelho. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano 56, n. 19.839, p. 6, 29 nov. 1954.

FALLA D. MARIANNA COELHO. **A República**, Curitiba, ano XXVII, n. 254, p. 1, 29 out. 1912.

FELICITAÇÕES. **A República**, Curitiba, ano XVIII, n. 177, p. 2, 8 ago. 1903.

GOVERNO PROVISORIO da Republica dos EE. UU. do Brazil no Estado de Santa Catharina. Decreto. **O Estado**, Florianópolis, ano II, n. 330, p. 1, 24 jan. 1894.

HONROSO CONVITE DIRIGIDO A D. MARIANA COELHO. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano XXXVIII, n. 12.347, p. 5, 3 abr. 1936.

IMPRENSA. **O Fluminense**, Niterói, ano XXVI, n. 5198, p. 2, 24 maio 1903.

JACQUES, João. O feminismo. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano III, n. 578, p. 1, 14 mar. 1901.

JACQUES, João. O feminismo. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano III, n. 580, p. 1, 16 mar. 1901.

JACQUES, João. O feminismo. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano III, n. 585, p. 2, 21 mar. 1901.

LEVAMOS A MULHER À ACADEMIA DE LETRAS! **O Malho**, Rio de Janeiro, ano XXXV, n. 167, p. 12, 13 ago. 1936.

LEVAMOS A MULHER À ACADEMIA DE LETRAS! **O Malho**, Rio de Janeiro, ano XXXV, n. 168, p. 21, 20 ago. 1936.

LEVAMOS A MULHER À ACADEMIA DE LETRAS! **O Malho**, Rio de Janeiro, ano XXXV, n. 169, p. 19, 27 ago. 1936.

LEVAMOS A MULHER À ACADEMIA DE LETRAS! **O Malho**, Rio de Janeiro, ano XXXV, n. 175, p. 20, 8 out. 1936.

LEVAMOS A MULHER À ACADEMIA DE LETRAS! **O Malho**, Rio de Janeiro, ano XXXV, n. 186, p. 28-30, 24 dez. 1936.

LEVAMOS A MULHER À ACADEMIA DE LETRAS! **O Malho**, Rio de Janeiro, ano XXXVI, n. 189, p. 26-27, 14 jan. 1937.

LIVRARIA IMPRESSORA. **O Olho da Rua**, Curitiba, ano III, n. 45, p. 26, 23 jan. 1909.

LUTZ, Bertha. Cartas de mulher. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 47, p. 19, 28 dez. 1918.

MAGLORIE. O voto e o ovo. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano III, n. 571, p. 2, 5 mar. 1901.

MENTAL PARANÁ. **O Olho da Rua**, Curitiba, ano II, n. 36, p. 11. 5 set. 1908.

NOTICIAS DIVERSAS. **O Estado**, Florianópolis, ano II, n. 333, p. 3, 27 jan. 1894.

O MALHO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano III, n. 711, p. 3, 23 maio 1903.

O PARANÁ LÁ FORA. Uma homenagem a professora Mariana Coelho. **O Dia**, Curitiba, ano V, n. 1216, p. 2, 17 ago. 1927.

O PARANÁ MENTAL. **A Republica**, Curitiba, ano XXIV, n. 106, p. 2. 8 maio 1909.

O PARANÁ MENTAL III. **A Republica**, Curitiba, ano XXIII, n. 202, p. 1. 28 ago. 1908.

O PHYLLOXERA. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano III, n. 531, p. 1, 16 jan. 1901.

O PROGRESSO CATHOLICO. Columna Catholica. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano XXXII, n. 10.828, p. 2, 23 ago. 1930.

O SEXO FEMININO. **O Quinze de novembro do sexo feminino**, Rio de Janeiro, ano III, n. 12, p. 1. 15 dez. 1889.

PARTE OFFICIAL. Governo Provisório da República dos EE. UU. Do Brasil no Estado de Santa Catarina. Dia 22. **O Estado**, Florianópolis, ano II, n. 330, p. 1, 24 jan. 1894.

PASSAMENTO. **A República**, Curitiba, ano XIX, n. 19, p. 2, 25 jan. 1904.

PERNETTA, Julio. Palestras Litterarias. **O Commercio**, Curitiba, ano I, n. 189, p. 1, 24 out. 1900.

PERNETTA, Julio. Palestras Litterarias. **O Commercio**, Curitiba, ano I, n. 208, p. 1, 21 nov. 1900.

PRADO RAQUE. A vida social. Evolução do feminismo Hellenico F. Club. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano XXXIV, n. 12.139, p. 6, 23 jun. 1934.

PROFESSORA DALTRO E O CONSELHO. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 276, p. 2, 6 out. 1919.

PROFESSORA MARIANA COELHO. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 1.823, p. 7, 7 jul. 1934.

SANTA CATHARINA. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 29 mar. 1895.

SANTA CATHARINA. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 191, p. 1, 13 jul. 1895.

SANTA CATHARINA. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 201, p. 1, 23 jul. 1895.

SANTOS DUMONT. **A República**, Curitiba, ano XXXI, n. 108, p. 1, 8 maio 1916.

SNRA D. MARIANA COELHO. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano 38, n. 12.528, p. 3, 3 nov. 1936.

VELLOZO, Dario. Do Futuro do Brazil. **Club Curitybano**, Curitiba, ano III, n. 7, p. 3-4, 15 abr. 1892.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2012 (Coleção História da Leitura).
- ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. **Coelho Neto**. Disponível em: <http://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-29/cadeira-29-2o-ocupante/>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.
- ALVES, Ívia. **Interfaces**: ensaios críticos sobre escritoras. Ilhéus: Editus, 2005.
- ANDRADE, Maria Lucia. **Educação, cultura e modernidade**: o projeto formativo de Dario Vellozo. Orientador: Carlos Eduardo Vieira. 2002. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.
- ARAUJO, Karina Valim de; ORLANDO, Evelyn de Almeida. Sensibilidade e docência na formação da intelectual Helena Kolody. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017. Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: EDUCERE, 2017. p. 177-188. Disponível em: educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25896_12861.pdf. Acesso em: 3 set. 2018.
- ASSIS, Machado. **Helena**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- AUGUSTO, Viviane Oliveira. **Uma contribuição à historiografia da educação sexual no Brasil**: análise de três obras de Antonio Austregésilo (1923, 1928 e 1939). Orientador: Paulo Rennes Marçal Ribeiro. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.
- AVANZINI, Claudinéia Maria Vischi. **As origens do hospital de crianças**. Saúde e Educação em Curitiba, 1917-1932. Orientadora: Liane Maria Bertucci. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- BACELLAR, Carlos. O uso e o mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 23-79.
- BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. **Idéias em confronto**. 1980. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980.
- BELTRAMI, Rafael Caminha de Carvalho. **Da poesia na ciência**: fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, uma história de idéias. Curitiba 1900. Orientadora: Ana Maria de Oliveira Burmester. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Letras e política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Unesp, 1997.

BOECHAT, Maria Cecília. A invenção da leitura romântica. *In*: DURATE, Constância Lima; DURATE, Eduardo de Assis; BEZERRA, Kátia da Costa (org.). **Gênero e representação na literatura brasileira**. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Letras Estudos Literários UFMG, 2002. p. 265-272.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 203-231.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Lisboa: Presença, 1996a.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996b.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de Educação**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 71-79.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 119-126.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017.

BRASIL. **A Lei de 15 de outubro de 1827**. Da responsabilidade dos Minsitros e Secretarios de Estado e dos Conselheiros de Estado. Rio de Janeiro, 31 out. 1827. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.htm. Acesso em: 9 jul. 2018.

BRITTO, Teresa Teixeira de; SOUZA, Beatrice Alves de Castro. **Mulheres criando para curar**: Centro Paranaense Feminino de Cultura e o Posto de Puericultura Darcy Vargas. Curitiba: Gramofone Produtora Cultural, 2011a.

BRITTO, Teresa Teixeira de; SOUZA, Beatrice Alves de Castro. Introdução. In: BRITTO, Teresa Teixeira de; SOUZA, Beatrice Alves de Castro. **Mulheres criando para curar**: Centro Paranaense Feminino de Cultura e o Posto de Puericultura Darcy Vargas. Curitiba: Gramofone Produtora Cultural, 2011b. p. 11-21.

BUENO, Padilha Alexandra. **Educação e participação política**: a visão de formação feminina de Mariana Coelho (1893-1940). Orientador: Carlos Eduardo Vieira. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2010.

BUENO, Padilha Alexandra. **Intelectuais brasileiras e seus projetos formativos para a emancipação da mulher**: a pedagogia feminista em disputa (1910-1940). Orientador: Carlos Eduardo Vieira. 2018. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2018.

BUENO, Padilha Alexandra. A coluna *chronica da moda* de Mariana Coelho: educação e emancipação feminina em debate (Curitiba – 1901). **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, v. 2, n. 5, p. 6-26, maio/ago. 2018.

CAMPOS, Nívio de. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade**: 1892-1950. Orientador: Carlos Eduardo Vieira. 2006. 247 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CAMPOS, Nívio de. Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1938. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 279-297, 2007.

CAMPOS, Nívio de. **Intelectuais e igreja católica no Paraná**: 1926-1938. Ponta Grossa: Ed. da UEPG, 2010.

CAMPOS, Nívio de. Diário da Tarde e Cruzeiro: querelas entre anticlericais e católicos no Paraná (1931-1932). **Antíteses**, Londrina, v. 6, n. 12, p. 391-416, jul./dez. 2013.

CAMPOS, Nívio de. História intelectual e história cultural: um recorte em Roger Chartier. **Revista Documento/Monumento**, Cuiabá, v. 16, n. 1, p. 95-122, dez. 2015.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Os congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944. **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 85-103, jan./mar. 2011.

CARVALHO, Antonio Luiz de. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná**. 1870. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/632/000017.html>. Acesso em: 14 jun. 2018.

CASTELLANO, Leonor. À guiza de prefácio. In: COELHO, Mariana. **Palestras educativas**: Obra póstuma. Curitiba: Centro de Letras do Paraná, 1956. p. 7-12.

CASTRO, Valdiney Valente Lobato de. Quem eram os leitores cariocas do século XIX. **Interfaces**, Guarapuava, v. 6, n. 2, p. 40-50, dez. 2015.

CENTRO DE LETRAS DO PARANÁ. Mariana Coelho. In: COELHO, Mariana. **Palestras educativas**: Obra póstuma. Curitiba: Centro de Letras do Paraná, 1956. p. 5.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Ed. da UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 1999.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**: entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002a.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002b.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011a. p. 77-105.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011b. p. 19-22.

CORDIOLLI, Marcos. **Gênese de um idílio**: a trajetória intelectual de Dario Vellozo (1890-1909). Curitiba: A Casa da Asterion, 2009.

CORRÊA, Amélia Siegel. Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do XIX. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 139-158, 2009.

CORREIA, Leoncio. D Mariana Coelho. In: COELHO, Mariana. **Cambiantes**: contos e fantasias. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1940. p. 11-12.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O Movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.

CURITIBA. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Panorama do saneamento básico em Curitiba. Curitiba: PMC, nov. 2017. Disponível em: <http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2017/00211735.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

DARNTON, Robert. História da leitura. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 199-236.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DENIPOTI, Cláudio. **A sedução da leitura**: livros, leitores, e História Cultural. Orientador: Euclides Marchi. 1998. 201 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

DENIPOTI, Cláudio. **Páginas de prazer**: a sexualidade através da leitura no início do século. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1999.

DENIPOTI, Cláudio. **A sedução da leitura**: livros, leitores e história cultural (Paraná 1880-1930). Porto Alegre: Ed. Fi, 2018.

DICIONÁRIO HISTÓRICO Biográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Chain, 1991.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 223-240.

DINIZ, Aires Antunes. **Mariana Coelho**: uma educadora feminista luso-brasileira. Portugal: Penagrafica, 2015.

DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2004.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: Escrever uma vida. 2. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2015.

DUARTE, Constância Lima. **Comunicação** [maio 1987]. Literatura Feminina e Crítica Literária. Rio de Janeiro. Comunicação apresentada na ANPOLL – II Encontro Nacional, 1987.

DUMONT, Lígia Maria Moreira; SANTOS, Patrícia Espírito. Leitura feminina: motivação, contexto e conhecimento. **Ciência & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 28-37, mar. 2007.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Vidas de romance**: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entre séculos (1890-1930). Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

EXPILLY, Charles. **Mulheres e costumes do Brasil**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1935.

FANINI, Michele Asmar. Fazer da pena um ofício: a profissionalização literária feminina no Brasil da virada do século XIX para o XX. **Linguagens – Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau, v. 2, n. 3, p. 291-310, set./dez. 2008.

FANINI, Michele Asmar. A (in)elegibilidade feminina na Academia Brasileira de Letras: Carolina Michaëlis e Amélia Beviláqua. **Tempo Social**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 149-177, 2010.

FREIRE, Renato; RODRIGUES, Antonio. **Confeitaria Colombo sabores de uma vida**. Rio de Janeiro: De Janeiro, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Global, 2013.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Paradoxos da *Belle Époque* tropical. In: PINHEIRO, Luís da Cunha; RODRIGUES, Maria Manoel Marque (org.). **A Belle Époque brasileira**. Lisboa: CLEPUL, 2012. p. 163-180.

GOMES, Amélia Filomena de Castro. **A educação libertária segundo Aurélio Quintanilha**. Orientador: Norberto Cunha. 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) Universidade do Minho, Braga, 2005.

GOMES, Angela de Castro. As aventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (org.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 92-120.

GOMES, Jônatas Roque Mendes. A revolução liberal do Porto e as concepções de pacto social no parlamento brasileiro (1826-1831). **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 24-42, jan./abr. 2018.

GOTLIB, Nádia Battella. A literatura feita por mulheres no Brasil. In: MUZART, Zahidé Lupinacci; BRANDÃO, Izabel (org.). **Refazendo nós: ensaios sobre mulheres e literatura**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 19-72.

GOULEMOT, Jean Maria. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 107-116.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAHNER, June Edith. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul EDUNISC, 2003.

HELLER, Barbara. Vossas filhas sabem ler? In: DURATE, Constância Lima; DURATE, Eduardo de Assis; BEZERRA, Kátia da Costa (org.). **Gênero e representação na literatura brasileira**. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Letras Estudos Literários: UFMG, 2002. p. 247-264.

KAMITA, Rosane Cássia. **Resgates e ressonâncias**: Mariana Coelho. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.

KARAWCZYK, Mônica. Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura: uma parceria inusitada. **Revista Gênero**, Niterói, v. 14, n. 2, p. 105-124, 1 sem. 2014.

KARAWCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**. Dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). Orientadora: Céli Regina Jardim Pinto. 2013. 398 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

KOŁODY, Helena. **Sinfonia da vida**. Curitiba: Letraviva, 1997.

LAHIRE, Bernard. Campo. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 64-66.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1990.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel**: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920). Salvador: Quarteto, 2005.

LINS, Ivana Aparecida Borges. **Biblioteca pública, convergências e divergências**: Chile, Colômbia e Brasil. Orientadora: Kátia de Carvalho. 2016. 242 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

LISZT, Franz von. **Tratado do direito penal alemão**. Brasília, DF: Conselho Editorial: Superior Tribunal de Justiça, 2006 (Coleção História do Direito Brasileiro. Direito Penal).

LOPES, Marcos Antônio. Pena e espada: sobre a nascimento dos intelectuais. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 39-47.

LOPES, Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LYONS, Martyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). **História da leitura no mundo ocidental 2**. São Paulo: Ática, 1999. v. 2. p. 165-202.

MACHADO, Charliton José dos Santos; SENA Fabiana. A representação da mulher portuguesa no jornal *O Beija-flor* (1838). In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2013, Cuiabá. **Anais** [...]. Cuiabá: UFMT. p. 1-15.

MACHADO, Charliton José dos Santos; SENA, Fabiana. Boas leituras às mulheres lusitanas: o Beija-Flor, jornal português à brasileira, dedicado à instrução e recreação. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 2, n. 2, p. 69-79, fev. 2014.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Cenário atual das pesquisas sobre intelectuais em história da educação e suas interfaces. *In*: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia (org.). **Histórias da educação brasileira: experiências e peculiaridades**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2014. p. 79-100.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; RODRIGUES, Elaine. Conversas sobre fontes. *In*: GONDRA, José Gonçalves; MACHADO, Maria Cristina Gomes; SIMÕES, Regina Helena Silva (org.). **História da educação, matrizes interpretativas e internacionalização**. Vitória: EDUFES, 2017. p. 253-271.

MACHADO, Rita Maria Xavier. História(s) do feminismo ou o feminismo na história? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 319-320, jan./jun. 2003.

MACHADO, Valeria Floriano. **“Diatribes viperinas e digressões quixotescas”**: debates intelectuais e projetos educacionais na década de 1950. Orientadora: Maria Tarcisa Silva Bega. 2009. 221 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MAGALHÃES, Justino. A escola elementar e a leitura em Portugal. *In*: FERNANDES, Rogério; PINTASSILGO, Joaquim (org.). **A Modernização pedagógica e a escola para todos na Europa do Sul no século XX**. Lisboa: Grupo SPICAE, 2003. p. 91-98.

MAIA, Cláudia de Jesus. **A invenção da solteirona**: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948). Orientadora: Rita Laura Segato. 2007. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

MAIA, Paulo Cezar. **Castelos de vento**: miragens literárias em Dario Vellozo e Emiliano Perneta. Orientador: Fernando Cerisara Gil. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

MARACH, Caroline Baron. **Inquietações modernas**: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910). Orientador: Carlos Eduardo Vieira. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MARACH, Caroline Baron. **Discursos e linguagem na revista do Clube Curitibano (1890 a 1912)**. Orientador: Renato Lopes Leite. 2013. 168 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MARACH, Caroline Baron. A literatura como via de reconstrução nacional: o contexto curitibano no período posterior à Revolução Federalista (1890-1900). **Revista História e Cultura**, Franca, v. 3, n. 1, p. 70-89, 2014.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Corvos nos galhos das acácias**: anticlericalismo e clericalização em Curitiba; 1896-1912. Orientador: Euclides Marchi. 1996. 124 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

MARQUES, José. Apresentação. *In*: DINIZ, Aires Antunes. **Mariana Coelho: uma educadora feminista luso-brasileira**. Portugal: Penagrafica, 2015. p. 7.

MELO, Geovana Ferreira. **Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina** (Colégio N. Sra. das Dores – Uberaba 1940/1966). Orientador: Geraldo Inácio Filho. 2002. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sergio. A invenção simbolista do Paraná. *In*: BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Letras e política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2013. p. 13-15.

MOSCATELI, Renato. História intelectual: a problemática da interpretação de textos. *In*: LOPES, Marcos Antônio (org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 48-59.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. A leitura de romances no século XIX. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 19, n. 45, p. 71-85, 1998.

MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. **Criação da Escola Externato Luz Essenia**. Disponível em: http://www.museumaiconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/GOIPR_902_Hist_FilhaAca_Particip.htm. Acesso em: 10 jul. 2019.

MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. **Criação da Loja Maçônica Feminina**. Disponível em: http://www.museumaiconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/GOIPR_902_Hist_FilhaAca_Particip.htm. Acesso em: 10 abr. 2018.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A cidade das mulheres: Mariana Coelho uma feminista brasileira. *In*: COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo: subsídios para sua história**. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 11-18.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Resgates e ressonâncias: uma *beauvoir* tupiniquim. *In*: MUZART, Zahidé Lupinacci; BRANDÃO, Izabel (org.). **Refazendo nós: ensaios sobre mulheres e literatura**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 137-145.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; MEC, 1976.

NICOLAS, Maria. **Pioneiras do Brasil: Estado do Paraná**. Curitiba, 1977.

OUTEIRINHO, Maria de Fátima. A mulher: educação e leituras francesas na crônica de Ramalho Ortigão. **Intercâmbio**, Porto, n. 3, p. 148-161, 1992.

PASSIANI, Enio; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Campo cultural. *In*: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 71-73.

PEREIRA Luis Fernando Lopes. **Paranismo**: cultura e imaginário no Paraná da I República. Orientadora: Ana Maria de Oliveira Burmester. 1996. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Maria de Fátima Machado Martins. **Bibliotecas populares em Portugal**: práticas e representações esboçar de uma missão (1870-1930). Orientador: Sérgio Campos Matos. 2017. 397 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017a.

PINTO, Maria de Fátima Machado Martins. As mulheres e a leitura pública em Portugal no início do século XX: um olhar sobre a presença feminina nas bibliotecas. **Faces de Eva. Estudos sobre mulher**, Lisboa, n. 38, p. 79-96, dez. 2017b.

PIREZ, Ana Maria Barros. A liça republicana das mulheres portuguesas e a enfermagem no século XX: leituras na imprensa feminista. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v. 3, n. 8, p. 171-178, dez. 2012.

POMBO, José Francisco da Rocha. **O Paraná no centenário** (1500-1900). 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

POMBO, José Francisco da Rocha. Proêmio. In: COELHO, Mariana. **O Paraná mental**. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 11-16.

PONTES, Simão Pontes; GADINI, Sérgio Luiz. Mídia, História e Memória dos Campos Gerais do Paraná: Breve análise histórica do jornalismo impresso na cidade de Ponta Grossa (PR). In: ENCONTRO DE PESQUISA DA UEPG, 5., 2005, Ponta Grossa. **Anais** [...]. Ponta Grossa: UEPG, 2005. p. 187-198.

PORTUGAL. Ministério da Sociabilidade. Emprego e Segurança Social. **A mulher em Portugal**: alguns aspectos do evoluir da situação feminina na legislação nacional e comunitária. Lisboa: Direção Geral de Segurança Social e Núcleo de Divulgação e Documentação, 2014.

QUADROS. Raquel dos Santos. **Bertha Lutz e a construção de condições para a autonomia da mulher brasileira**: trabalho, política e educação (1919-1937).

Orientadora: Maria Cristina Gomes Machado. 2018. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2018.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Rocha Pombo**: romantismo e utopias (1880-1905). Orientadora: Elvira Mari Kubo. 1994. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

RAFAEL, Gina Guedes. **A leitura feminina na segunda metade do século XIX em Portugal**: testemunhos de problemas. Orientador: João Luís Lisboa. 2011. 71 f. Dissertação (Mestrado em Edição de Textos) – Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2011.

RAMOS, Graciliano. **Linhas tortas**. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

RIBEIRO, Leonardo Soares Madeira Iorio. **Mariana Coelho**: a educadora-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015a.

RIBEIRO, Leonardo Soares Madeira Iorio. Proêmio. *In*: DINIZ, Aires Antunes. **Mariana Coelho**: uma educadora feminista luso-brasileira. Portugal: Penagrafica, 2015b. p. 8-13.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e Leituras no século XIX. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 20, p. 187-227, 1999.

RODRIGUES, Rute Andreia Massano. **Entre a salvaguarda e a destruição**: a extinção das ordens religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868). Orientadora: Clara Maria Martins de Moura Soares. 2017. 815 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Lisboa, Portugal, 2017.

ROHDEN, Fabíola. A obsessão da medicina com a questão da diferença entre os sexos. *In*: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (org.). **Sexualidade e Saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 183-196.

ROMARIZ, Andrea Germano de Oliveira. **O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro**: um ensaio para um Projeto maior? Orientadora: Vanda Anastácio. 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Românticos) – Universidade de Lisboa, Portugal, 2011.

RONCAGLIO, Cynthia. Relações de gênero, espaço público e feminismo. *In*: TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; MARTINS, Ana Paula Vosne (org.). **Mulheres na história**: Paraná – Séculos 19 e 20. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997. p. 63-76.

ROQUETTE, J. I. **Código do bom-tom, ou, regras de civilidade e de bem viver no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. *In*: PINSKY Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 333-359.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

SALES, Germana Maria Araújo. **Palavra e sedução**: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881). Orientadora: Márcia Azevedo de Abreu. 2003. 333 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

SALTURI, Luis Afonso. **Frederico Lange de Morretes, liberdade dentro de limites**: trajetória do artista-cientista. Orientadora: Maria Tarcisa Silva Bega. 2007. 268 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SALVADOR, Teresa. Em torno dos periódicos femininos. **Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias**, Lisboa, v. 26, p. 95-117, 2009.

SAPIRO, Gisèle. Elementos para uma história do processo de autonomização: o exemplo do campo literário francês. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 93-105, jun. 2004.

SAPIRO, Gisèle. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. **Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 9, n. 17, jan/jun. 2012.

SAPIRO, Gisèle. Os processos literários e a construção da imagem do intelectual engajado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 83, p. 9-24, out. 2013.

SAPIRO, Gisèle. Campo literário. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 88-90.

SCHIMIDT, Benito Bisso. Biografias históricas: o que há de novo? In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. **Leituras do passado**. Campinas, SP: Ponte, 2009, p. 73-82.

SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle**: política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SEIXAS, Larissa Selhorst. **Subsídios para a sua história**: as ideias de feministas de Mariana Coelho nas primeiras décadas do século XX. Orientadora: Ana Paula Vosne Martins. 2006. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SEIXAS, Larissa Selhorst. **“O feminismo no bom sentido”**: o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba 1933-1958). Orientadora: Ana Paula Vosne Martins. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SERQUEROS, Paula. A atribuição da Biblioteca Pública de Braga e o seu arrojado bibliotecário limiano. **Ponte de Lima: do passado ao presente, rumo ao futuro!**, Coimbra, n. 5, p. 119-131, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Francisco Ribeiro da. História da alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados. **Encontros Ibéricos de História da Educação**, Porto, v. 1, 1992. p. 101-121.

SILVA, Helenice Rodrigues da. O intelectual no “campo” cultural francês: do “Caso Dreyfus” aos tempos atuais. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 395-413, jul. 2005.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão. *In*: LOPES, Marcos Antônio (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-24.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2002.

SILVA, Hevilton Wisnieski da; DENIPOTI, Cláudio Luiz. Os livros e as mesas: como a palavra impressa circulou entre Portugal e América Portuguesa no século XVIII. **Ateliê de História**, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 73-84, 2016.

SILVA, Maria Regina Tavares da. Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX. **Análise Social**, Lisboa, v. XIX (3.º 4.º 5.º), n. 77, 78,79, p. 875-907, 1983.

SILVA, Rossano. **Educação, arte e política**: a trajetória intelectual de Erasmo Pilotto. Orientador: Carlos Eduardo Vieira. 2014. 341 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVESTRE, Paulo Armando da Cunha. **Vivências do feminino no final de oitocentos**: representações da mulher em alguns romances da mulher e periódicos da época. Orientadora: Ana Rita Padeira. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares) – Universidade Aberta, Lisboa, 2009.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. **A Feminização do corpo docente na democratização do ensino no século XIX**. 1996. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1996.

SILVESTRIN, Mônia Luciana. **Do bom uso da palavra**: o intelectual na obra de Mariana Coelho. Orientadora: Ana Maria de Oliveira Burmester. 2000. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

SILVESTRIN, Mônia Luciana. Das artes e dos ofícios dos homens de letras paranaenses: o olhar de Marina Coelho. *In*: SZWAKO, José Eduardo Léon;

OLIVEIRA, Márcio (org.). **Ensaio de sociologia e história intelectual do Paraná**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2009. p. 153-166.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

SOUZA, Cristiane dos Santos. Entre permanências e rupturas: um estudo sobre a trajetória e as ideias educativas de Annette Macedo. *In*: VIEIRA, Carlos Eduardo (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Editora UFPR, 2007. p. 245-268.

SZVARÇA, Décio Roberto. **O forjador**: ruínas de um mito: Romário Martins (1893-1944). Orientadora: Ana Maria de Oliveira Burmester. 1993. 162 f. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 401-442.

TOMÉ, Dyeinne Cristina. **Modas e modos domésticos**: os manuais de instrução femininos e a educação da mulher – décadas de 1950 e 1960. Orientadora: Maria Cristina Gomes Machado. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

TOMÉ, Dyeinne Cristina; MACHADO, Maria Cristina Gomes. “Saiba pouco ou saiba nada?” Reflexões sobre a educação feminina do Brasil Colonial ao Império. *In*: MAIO, Eliane Rose (org.). **Educação, gênero e feminismos**: resistências bordadas com fios de luta. Curitiba: CRV, 2017. p. 43-63.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultura, 1996.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

VAQUINHAS, Irene. Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breves relances. **Turres Veteras III, Actas de História Contemporânea**, Torres Vedras, p. 94-101. 2000.

VARGAS, Túlio. **A última viagem do Barão do Serro Azul**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

VASCONCELLOS, Eliane. Carta Missiva. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-13, jan./jun. 1998.

VELLOSO, Dario. Presada amiga D. Mariana Coelho. *In*: COELHO, Mariana. **Cambiantes**: contos e fantasias. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1940. p. 9-10.

VELLOSO, Dario. Proêmio. *In*: COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo: subsídios para sua história**. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 27-28.

VICENTE, Natália Simões de. **O Satanismo na obra de Júlio Pernet**. Orientadora: Suzi Frankl Sperber. 2004. 152 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 16, p. 63-86, jan./abr. 2008.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. *In*: ALVES, Claudia; LEITE, Juçara Luzia (org.). **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 25-54.

WERNECK, Maria Helena. Mulheres e literatura no século XIX: o poder feminino sobre a pena dos escritores. **Revista Forum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 19-30, abr./jun. 1986.

WOELLNER, Adélia Maria. A voz da mulher na literatura. **Revista de Literatura, História e Memória**, Cascavel, v. 3, n. 3, p. 9-34, 2007.

ZACHARIAS, Mariana Rocha. **Espaços e processos educativos do Ginásio Paranaense: os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949)**. Orientador: Marcus Levy Bencostta. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ZARCONI, Pier Francesco. **O anarquismo na história de Portugal**. Disponível em: <https://ithanarquista.wordpress.com/2016/09/21/pier-francesco-zarcone-o-anarquismo-na-historia-de-portugal/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ZOMER, Lorena. **História de uma “boa feminista”**: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba, 1924-1967. Orientador: Henrique Espada Rodrigues Lima Filho. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

ZUIN, João Carlos Soares. Sobre o neologismo intelectual. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 15, p. 85-101, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabela 1 – Levantamento bibliográfico

Ano de publicação	Tipo de pesquisa	Título	Autor	Programa, área, instituição ou cidade e editora
2004	Tese	Resgates e ressonâncias: Mariana Coelho	Rosana Cássia Kamita	Programa de pós-graduação em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
2010	Dissertação	Educação e participação política: a visão de formação feminina de Mariana Coelho (1893-1940)	Alexandra Padilha Bueno	Programa de Pós-graduação em Educação, Linha de História e Historiografia, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)
2000	Monografia	Do bom uso da palavra: o intelectual na obra de Marianna Coelho	Mônica Luciana Silvestrin	Curso de Graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)
2006	Monografia	Subsídios para a sua história: as ideias feministas de Mariana Coelho nas primeiras décadas do século XX	Larissa Selhorst Seixas	Curso de Graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)
2015	Livro	Mariana Coelho: A Educadora-Feminista	Leonardo Soares Madeira Iorio Ribeiro	Rio de Janeiro: Lumen Juris
2015	Livro	Mariana Coelho – Uma educadora feminista luso-brasileira	Aires Antunes Diniz	Portugal: Penagráfica

Fonte: Elaborada pela autora (2020) com base nos dados da pesquisa.

APÊNDICE B – Tabela 2 – Representação geral das dissertações e teses do país, que abordam a temática intelectuais (1973-2017)

Dissertações	Teses	Total
170	72	242

Fonte: Elaborada pela autora (2020) com base em dados coletados por meio da Plataforma Sucupira.

APÊNDICE C – Tabela 3 – Representação por ano de defesa dos trabalhos

Ano	Dissertações	Teses	Total
1973	0	1	1
1979	1	0	1
1985	1	0	1
1995	1	0	1
1997	0	1	1
1999	1	0	1
2000	0	0	0
2001	0	2	2
2002	1	0	1
2003	2	0	2
2004	4	1	5
2005	5	2	7
2006	9	5	14
2007	7	2	9
2008	16	4	20
2009	12	2	14
2010	18	2	20
2011	14	2	16
2012	18	8	26
2013	10	5	15
2014	18	11	29
2015	9	8	17
2016	10	10	20
2017	13	6	19

Fonte: Elaborada pela autora (2020) com base em dados coletados por meio da Plataforma Sucupira.

APÊNDICE D – Tabela 4 – Representação de trabalhos que trazem como temática uma intelectual feminina

Regiões	Dissertações	Teses	Total
Centro-Oeste	0	0	0
Nordeste	3	0	3
Norte	0	0	0
Sudeste	14	5	19
Sul	2	0	2
Total	19	5	24

Fonte: Elaborada pela autora (2020) com base em dados coletados por meio da Plataforma Sucupira.

APÊNDICE E – Tabela 5 – Lista de periódicos femininos (1807-1890)

Ano	Periódico	Localidade
1807	Correio das Modas	Lisboa
1822	Gazeta das Damas	Lisboa
1822	O Toucador – Jornal sem política destinado às senhoras portuguesas	Lisboa
1823	Diálogo de Duas Velhas – As mulheres que são da antiguidade ao modernismo falam verdade	Lisboa
1823	Eugénia – Dedicado às damas	Lisboa
1823-1824	Periódico das Damas	Lisboa
1836	<i>L'Abeille</i>	Lisboa
1840-1843		
1844-1853		
1836	Colecção de Novas Modinhas - Para honesto recreio das madonas e apaixonadas do harmonioso canto	Lisboa
1836	Semanal das Musas – Poesias feitas colecionadas por M. C. A. e Silva	Lisboa
1836	Tardes de Verão ou Divertimento das Damas	Lisboa
1836-1846 1849-1852	O Correio das Damas	Lisboa
1838-1839 1842	O Beija-Flor - Semanário de instrução dedicado ao belo sexo	Lisboa
1939	Recreio Teatral Dedicado ao belo sexo	Lisboa
1839	O Romancista – Jornal de recreio dedicado em especial ao belo sexo	Lisboa
1840	A Rosa Oferecida às Belas	Lisboa
1842	O Toucador das Damas – Hebdomário literário	Lisboa
1845	O Jardim das Damas	Lisboa
1849	O Mundo às Avestas – Semanário do belo sexo	Lisboa
1849-1851	A Assembleia Literária – Jornal d' instrução	Lisboa
1850-1851	O Judeu Errante – Jornal de modas e de literatura amena dedicado às senhoras	Lisboa
1851	Açucena – Jornal de modas e literatura	Lisboa
1851	A Quinzena – Literatura, modas e teatros	Lisboa

Ano	Periódico	Localidade
1852-1855	A Beneficência – Jornal dedicado à Associação Consoladora dos Aflitos	Lisboa
1853-1862	O Mensageiro das Damas – Jornal de modas	Lisboa
1856	O Interessante – Jornal de segredos	Braga
1858-1859	A Cruzada – Jornal religioso e literário	Lisboa
1858-1860	Mundo Elegante – Periódico das modas, literatura, teatros, belas-artes, etc.* * A 2. ^a série de Mundo Elegante intitula-se O Mundo Elegante, Vila Nova, 1960.	Porto
1860	A Moda Portuguesa	Porto
1862	Emancipação da Mulher	Porto
1862-1863	Hinos e Flores	Coimbra
1862	Mensageiro das Damas – Jornal de literatura e modas	Lisboa
1863	Recreio das Damas – Oferecido às damas portuguesas de toda a Índia	Nova Goa
1863-1865	<i>Boudoir</i> – Crítica, teatros, música, modas, notícias, caricaturas	Lisboa
1865	A Esperança – Semanário de recreio literário dedicado às damas	Porto
1867-1879	Jornal das Damas – Revista de leitura e modas	Lisboa
1867	Flor Literária – Periódico científico, instrutivo, literário e de modas	Lisboa
1868	A Ilustração Feminina – Seminário de instrução e recreio dedicado ao sexo feminino	Lisboa
1868-1869	A Voz Feminina – Jornal semanal científico, literário e noticioso. Exclusivamente colaborado por senhoras	Lisboa
1869	O Progresso – Jornal político, literário e noticioso	Lisboa
1870-1890	Almanaque das Senhoras	Lisboa
1875	Bouquet Literário	Porto
1876	Teatro e Modas – Publicação hebdomadária	Porto
1876-1877	A Borboleta – Hebdomadário dedicado às damas bracarenses	Braga

1877	Gazeta das Salas – Jornal para as damas	Lisboa

Ano	Periódico	Localidade
1877	Jornal das Senhoras – Publicação diária	Porto
1879	O Pirilampo – Folha quinzenal literária e filosófica, dedicada às damas bracarenses	Braga
1882	As Damas Portuguesas – Jornal literário	Porto
1883	O Elegante – Jornal de modas para homens, senhoras e crianças. Dedicado particularmente aos alfaiates e costureiras	Lisboa
1883	<i>O Bouquet</i>	Porto
1883	A Mulher – Jornal de modas	Funchal
1883-1885	A Mulher – Revista ilustrada da família	Lisboa
1884-1885	As Crianças – Jornal de educação dedicado às mães	Lisboa
1885-1888	Almanaque das Senhoras Portuenses	Porto
1885	O Cartão de Visita – Seminário das elegantes	Coimbra
1886	A Mocidade – Seminário de instrução e de recreio dedicado às damas portuguesas	Porto
1886	O Sinapsismo – Jornal em prosa e verso	Ponta Delgada
1886	A Pátria – Periódico destinado às costureiras	Porto
1886-1887	Lisboa Elegante – Contos, versos, tetos e bailes	Lisboa
1887	A Arte – Semanário literário dedicado às damas reguenses	Régua
1887	O Bocage – Semanário literário, científico e noticioso	Lisboa
1887	O Cisne – Semanário literário, noticioso e charadístico dedicado às damas lamacenses	Lamego
1887	A Corbeille – Semanário literário d'instrução e recreio, dedicado às damas portuenses	Porto
1887	O Escarpelo – Semanário literário e de crítica imparcial	Lisboa
1887	A Grinalda – Semanário literário, científico, noticioso e charadístico. Dedicado às Exmas. damas desta cidade	Elvas
1887	A Jóia – Revista quinzenal de literatura dedicado às damas vimaranenses	Guimarães
1887	O Mundo Elegante – Mensageiro semanal de modas e bom tom. Dedicado às senhoras portuguesas e brasileiras	Paris

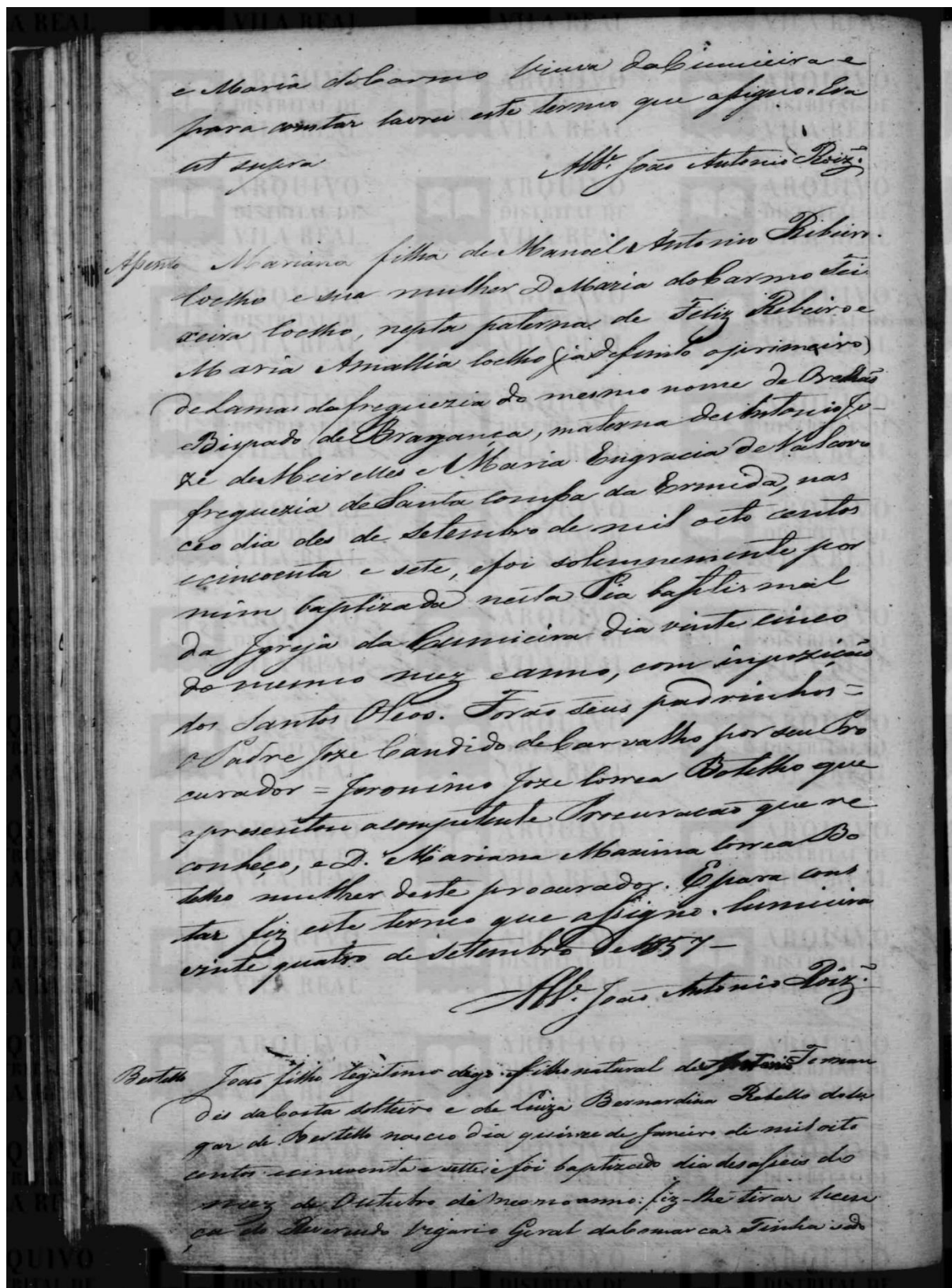
1887	A Rosa – Publicação quinzenal literária. Dedicada às damas portuguesas	Porto

Ano	Periódico	Localidade
1888	O Dedal – Quinzenário noticioso e literário dedicado às costureiras	Porto
1889	O Agulheiro – Destinado às costureiras	Porto
1889	O Alfinete – Semanário humorístico destinado às costureiras	Porto
1890	Gazeta das Salas – Periódico literário dedicado às damas portuguesas e brasileiras	Lisboa
1890	A Religião da Mulher – Jornal noticioso e auxiliador do professor	Albergaria-a-Velha

Fonte: Salvador (2009, p. 95-117).

ANEXOS

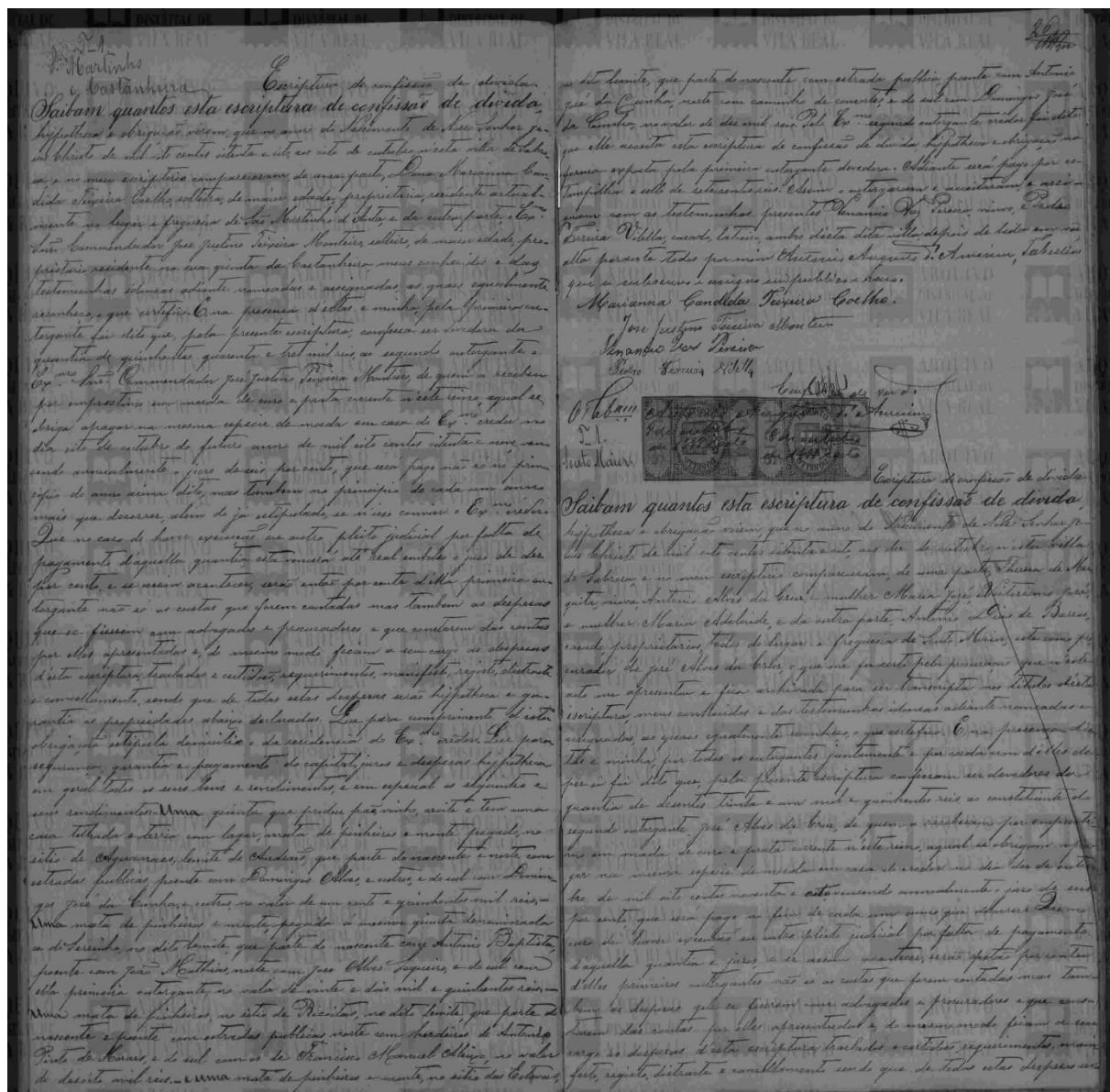
ANEXO A – Certidão de Batismo de Mariana Coelho



Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real – Portugal.

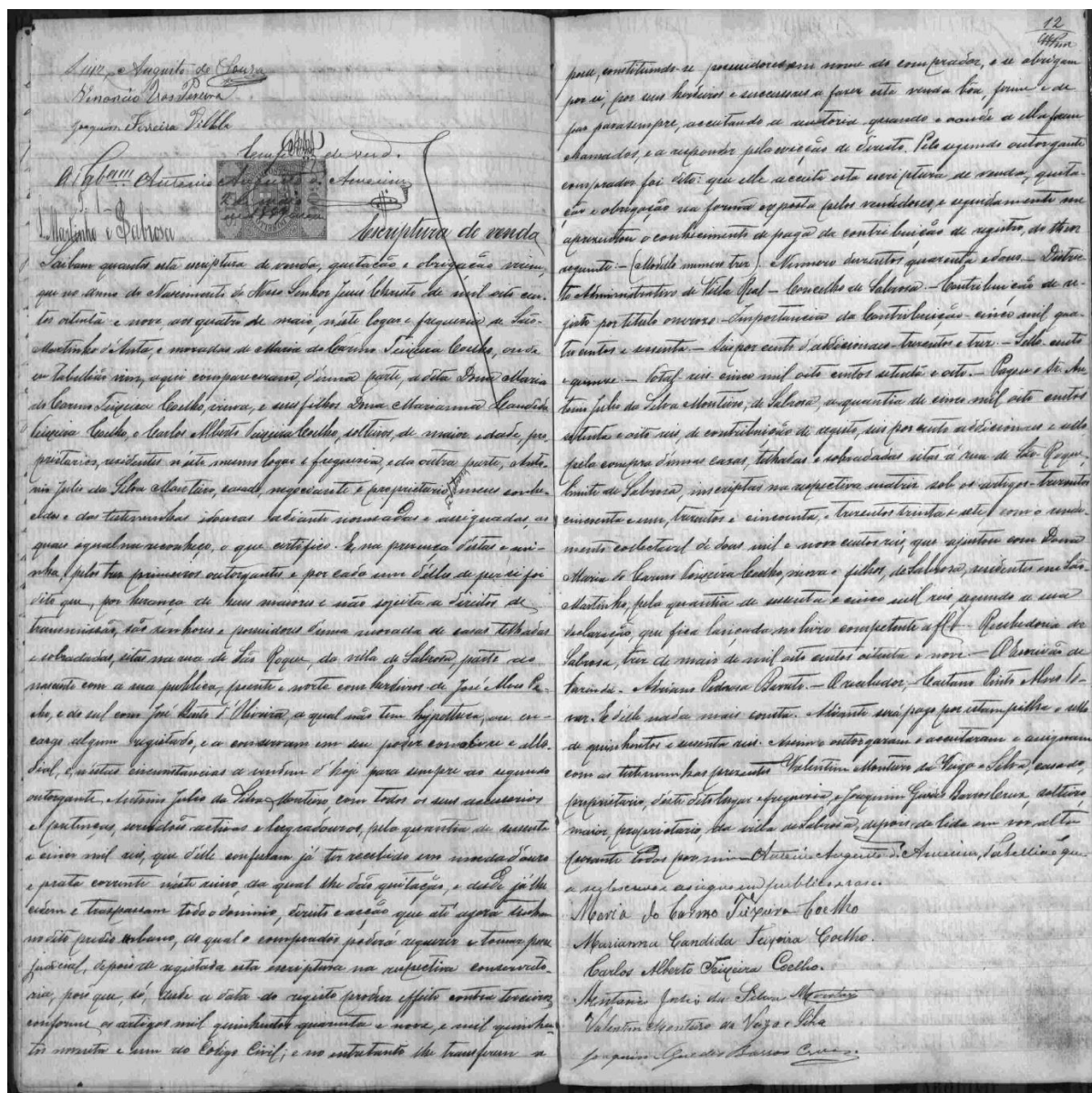
ANEXO B – Assento de óbito de Manoel António Ribeiro Coelho

<i>P. 11.</i> Dia 5. Agosto. 1882. <u>Maria Ballina</u> nasc =	08. <i>F. J. J.</i> Aos cinco dias do mez d'agosto do anno de mil e oitocentos e oitenta e dois, nesta freguesia de Sabão da Villa de Sabão, comarca de Villa Real, Arcebispado de Braga, pelas nove horas da manhã, falleceu tendo recebido todos os sacramentos e misericórdia, uma indolecência do sexo feminino por nome Maria Ballina, lavadeira, e idade sessenta annos, casada com Francisco Ribeiro, morador parochiano nesta freguesia, a qual fez testamento, não deixou filhos, foi sepultura no cemiterio desta freguesia dia sete d'agosto d'este anno. E para constar foy em duplicado este assento, que assigno e screevo. Antes Luiz Fernandes e Carvalho.
<i>P. 12.</i> Dia 7. Setembro. 1882. <u>Manoel Antonio Coelho</u> <u>Maria Louisa</u>	Ao sete dias do mez d'setembro do anno de mil e oitocentos e oitenta e dois, nesta freguesia de Sabão da Villa de Sabão, comarca de Villa Real, Arcebispado de Braga, pelas sete horas da manhã falleceu tendo recebido todos os sacramentos e misericórdia, um indolecência do sexo masculino por nome Manoel Antonio Ribeiro Coelho, pharmacouta, e idade sincoenta annos, casado com D. Maria Louisa de Carmo Pereira, filho de Baptista e Feliza, Manoel Ribeiro, Maria Amalia Louisa, morador parochiano nesta freguesia, a qual não fez testamento, deixou filhos, foi sepultura no cemiterio desta freguesia no dia doze d'este anno. E para constar foy em duplicado este assento, que assigno e screevo. Antes Luiz Fernandes e Carvalho.
<i>P. 13.</i> Dia 13. Setembro.	Ao treze dias do mez d'setembro do anno de mil e oitocentos e oitenta e dois, nesta freguesia de Sabão da Villa de Sabão, comarca de Villa Real, Arcebispado de Braga



Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real – Portugal.

ANEXO D – Escritura de venda da casa de Sabrosa



Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real – Portugal.

ANEXO E – Certidão de óbito de Rita do Rosário Teixeira Coelho

33
Núñez

Prior Manuel Rodrigues Núñez

Nº 11

dos deves dias do mês de Junho, do anno de mil e cento e setenta e sete às nove horas da manhã no lugar de São Martinho de São Martinho, d'esta freguesia de São Martinho d'Alto, Concelho de Lousada, Diocese de Lamego fallamos sem receber os Sacramentos da Santa Madre Igreja Catholica Apostolica, Romana, por não haver aqui, um individuo do sexo feminino por nome Dona Rita do Rosário Teixeira, filha, solteira, de idade de vinte e seis annos, natural da freguesia de Lousada, filha legítima de Manuel Antonio Nunes Coelho, natural de Lameira d'Alto, Concelho de Miranda do Douro, Diocese do Carmo Teixeira Coelho, natural de Villa Real, a qual se fez testamento, sem filhos e foi representada no Carmo por seu filho da freguesia de Lousada, em representação particular, pertencente á freguesia. E para constar lavramos duplicado do presente, que assignamos. E assim se fez.

Prior Manuel Rodrigues Núñez

Nº 12

Por vinte e quatro dias do mês de Junho, do anno de mil e cento e setenta e sete às duas horas da manhã no lugar de Moura, freguesia de São Martinho d'Alto, Concelho de Lousada, Diocese de Lamego fallamos sem receber os Sacramentos da Santa Madre Igreja Catholica Apostolica, Romana, por não haver aqui, um individuo do sexo masculino.

ANEXO F – Lista de jornais e revistas publicados no Paraná entre 1854 e 1900

Jornaes								
E								
Revistas publicados no Paraná								
(1854-1900)								
CURITYBA								
1 O Dezenove de Dezembro	1, 4, 1854		28 O Passaro Azul			64 Dynamite	3, 3, 1889	
2 O Jasmin	20, 9, 1857		29 O Artista	3, 1883		65 O Guaycurú (alemão illus-		
3 Correio Oficial	19, 2, 1861		30 O Imparcial			trado)	3, >	
4 O Mascarado	30, 9, >		31 O Diluculo	10, 6, >		66 Sete de Maio	7, 5, >	
5 O Clarim			32 A Mocidade	13, 6, >		67 A Tribuna	13, 7, >	
6 Escola Gato	7, 6, 1866		33 Jornal do Commercio	8, 7, >		68 O Progresso	14, 8, >	
7 O Paraná			34 O Patriota	9, >		69 Quinze de Novembro	24, 11, >	
8 Iris Paranaense	19, 10, 1873		35 O Realismo	5, 12, >		70 O Cruzeiro	29, 12, >	
9 O Constitucional			36 O Vagalume			71 A Mocinha		
10 25 de Março	25, 3, 1876		37 Curityba			72 A Luz (orgão spirita)	15, 1, 1890	
11 Provincia do Paraná	>		38 O Vigilante			73 Club Curitybano	16, 1, >	
12 Revista da Associação Pa-			39 Cruz Machado	1984		74 A Vida Escolar	10, 3, >	
ranaense	>		40 Gazeta de Curityba	5, 1885		75 Diário do Paraná	21, 4, >	
13 A Gazeta Paranaense			41 Folha do Paraná	10, 6, >		76 Revista Espirita	25, 10, >	
14 O Paranaense	9, 12, 1877		42 O Movimento			77 Unterhallengesblatt		
15 O Diabo Azul	2, 6, 1878		43 A Republica	15, 3, 1886		78 Diário do Commercio	1, 1, 1891	
16 O Gaúcho	18, 10, >		44 Echo Paranaense	21, 10, >		79 O Guarany (illustrado)	21, 1, >	
17 A Infancia			45 Der Erzachler			80 Operario Livre	13, 2, >	
18 O Reverbero	1, 11, 1879		46 A Farpa	21, 4, 1887		81 O Povo	10, 3, >	
19 Estado do Paraná	>		47 Deutsche Volkszeitung	14, 7, >		82 Correio Oficial	7, 6, >	
20 Revista Paranaense	15, 1, 1881		48 Vida Litteraria	20, 7, >		83 Carneval Zeitung		
21 Der Pionier	12, 6, >		49 A Opinião	5, 8, >		84 Deutsche Post	16, 1, 1892	
22 O Liberal	1, 9, >		50 Revista do Paraná	23, 10, >		85 A Federação	6, 2, >	
23 A Reforma	10, 9, >		51 Diário Popular	3, 11, >		86 O Democrata	19, 4, >	
24 A Verdade	>		52 Deutsche Blätter			87 O Domingo	22, 5, >	
25 A Evolução			53 A Lucta			88 L'Italia	25, 6, >	
26 O Porvir	14, 6, 1882		54 A Arte	4, 3, 1888		89 A Voz do Povo	28, 8, >	
27 Deutsches Wochenblatt	23, 12, >		55 Sete de Março	24, 4, >		90 O Futuro	4, 9, >	
			56 O Trovão	10, 5, >		91 XX de Setembro	20, 9, >	
			57 Brazil Livre	8, 7, >		92 O Artista	3, 10, >	
			58 A Ideia	1, 10, >		93 Gazeta Polska w Brazylie	15, 10, >	
			59 A Galleria Illustrada	20, 11, >		94 Correio de Debates	23, 10, >	
			60 O Paraná			95 A Semana	1, 1, 1893	
			61 O Diabinho			96 Folha Nova	15, 1, >	
			62 O Santelmo			97 Die Mosquite	12, 2, >	
			63 Der Beobachter	1, 1, 1889		98 Carneval Anzeiger Thalia	12, 2, >	

99 Illustrirtes Unterhaltungsblatt	1893	134 A Ordem	7, 7, 1897	170 A Doutrina (espirita).	1, 3, 1900
100 Paraná Livre	14, 5, »	135 Brasilianische Bienenpflege	1, 9, »	171 Azul (revista).	4, 3, »
101 il Corriere d'Italia	8, 7, »	136 O Nihilista	»	172 O Commercio	12, 3, »
102 Revista Azul	8, »	137 O Puritano	»	173 O Beija-Flor	1, 4, »
103 Il Lavoratore	1, 10, 1894	138 O Electrico	»	174 Prawda (polaco)	1, 4, »
104 Recreio Familiar	24, 1, »	139 O Pelicano (rev. maç.)	1, 10, »	175 Boletim Ecclesiastico	3, »
105 Correio do Paraná	1, 8, »	140 O Crisol	24, 10, »	176 O Gyra	»
106 A Fé Espirita	15, 9, »	141 O Bilontra	31, 10, »	177 O Mundo	»
107 O Estado do Paraná	29, 9, »	142 A Galaxia (revista)	24, 11, »	178 O Trabalho	»
108 Cidade de Curitiba	1, 2, 1895	143 Kurger Paranski	27, 11, »	179 Revista Litteraria	»
109 A Patria	2, 3, »	144 O Municipio	4, 12, »		
110 O Cenaculo (revista)	4, »	145 A Gaita	1, 1, 1898		
111 Treze de Maio	13, 5, »	146 Zás Tras	2, »		
112 Correio Municipal	29, 6, »	147 Dyablik Paranski	»		
113 Polonia	13, 7, »	148 O Sapo (revista)	6, 3, »		
114 O Merito	4, 9, »	149 A Estrella	3, 4, »		
115 A Tribuna	7, 9, »	150 O Páo	20, 4, »		
116 Deutsche Zeitung	1, 10, »	151 O Pharol	25, 4, »		
117 Sete de Maio	7, 5, »	152 Jornal do Commercio	14, 5, »		
118 Quinze de Novembro	15, 11, »	153 A Colmeia (revista)	7, »		
119 O Meio	24, 11, »	154 Poranek	30, 7, »		
120 Die Hummel	»	155 Jerusalem (rev. maç.)	1, 9, »		
121 Paraná Illustrado	»	156 Pallivm (revista)	15, 9, »		
122 A Reclame	»	157 Borsenhalle	23, 12, »		
123 Der Franen Liebling	1896	158 A Bomba	»		
124 O Dia	9, 4, »	159 O Ideal	»		
125 Primeiro de Maio	1, 5, »	160 A Impressora	1, 1, 1899		
126 Gazeta Postal	16, 8, »	161 Diario da Tarde	18, 3, »		
127 A Evolução	1, 7, »	162 Oito de Dezembro	8, 4, »		
128 Diario do Paraná	1, 11, 1896	163 O Sarilho	1, 5, »		
129 Gazeta do Povo	1, 11, »	164 Il Diritto (anarchista)	7, 3, »		
130 A Lucta	1, 1, 1897	165 Esphinge (revista)	20, 7, »		
131 A Tarde	15, 2, »	166 O Beijo	24, 12, »		
132 A Penna (revista)	4, 4, »	167 O Operario	1, 1, 1900		
133 A Capital	13, 5, »	168 O Relampago	25, 2, »		
		169 O Zé Bumba	25, 2, »		

PARANAGUA

1 O Paraná	1860
2 Commercio do Paraná	1, 1, 1862
3 O Povo	18, 8, 1864
4 Imprensa Livre	6, 1867
5 A Phenix	»
6 O Conservador	1870
7 Opinião da Liberdade	»
8 Echo da Liberdade	1874
9 Gazeta do Paraná	1875
10 Echo do Paraná	27, 4, 1879
11 Echo da Marinha	15, 4, 1880
12 Correio do Paraná	8, 1881
13 O Futuro	3, 10, »
14 Club do Commercio	»
15 O Pharol	1882
16 O Itiberê	»
17 A Violeta	10, 2, »
18 O Guttemberg	»
19 Livre Paraná	7, 7, 1883
20 O Painei	»
21 O Progresso	»
22 O Commercial	23, 7, 1886
23 Sinhã	1887

24 Aurora	18, 4, 1888
25 Treze de Maio	15, 6, »
26 A Luz	12, »
27 A Verve	»
28 O Trabalho	»
29 O Bilontra	1, 2, 1889
30 A Ordem	13, 6, »
31 Patria Livre	18, 12, »
32 A Razão	»
33 O Vigilante	»
34 A Trombeta	»
35 A Escova	»
36 O Seculo	27, 3, 1890
37 Gazeta do Commercio	4, 1, 1891
38 Leitura Popular	20, 9, »
39 Voz da Escola	22, 9, »
40 O Abano	17, 1, 1892
41 O Pharol	3, 7, »
42 O Tempo	10, 7, »
43 A Sentinella	1, 11, »
44 O Commercio	1, 1, 1893
45 A Crysalia	15, 3, »
46 A Primavera	»
47 A Fé Espirita	15, 9, 1894
48 A Nação	15, 9, 1897
49 A Ferula	18, 9, »
50 Paranaguá	14, 7, »
51 O Constitucional	»
52 O Bouquet	»
53 O Athleta	23, 3, 1900
54 O Barbeiro	»

ANTONINA

1 O Antonina	1873
2 A Locomotiva	1874
3 Gazeta Antoninense	1884

4 O Labor	1, 5, 1887
5 O Cysne	12, 11, 1898
6 O Itapema	1, 1, 1899
7 O Capelista	25, 2, 1900

MORRETES

1 O Povo	1879
2 O Nhundiaquara	28, 4, 1889
3 O Trabalho	»
4 Escolar	»

GUARAKSSABA

1 O Paraná	20, 2, 1900
1 Campos Geraes	13, 5, 1893
2 O Pirolita	2, »
3 Gazeta dos Campos	25, 12, 1897
4 Club Pontagrossense	28, 10, 1898
5 Futuro do Paraná	9, 4, 1899

CASTRO

1 Echo dos Campos	17, 3, 1883
2 Correio dos Campos	3, 4, 1887
3 O Yapó	30, 10, »
4 A Campanha	28, 7, 1895
5 O Pharol	25, 9, »
6 A Aurora do Evangelho	25, 12, 1898
7 A Evolução	21, 4, 1899
8 A Caridade (espirita)	15, 8, »
9 O Brinquedo	10, »
10 O Painei	12, »

LAPA

1 Despertador Lapeana	1, 6, 1880
2 A Lapa	17, 9, 1887
3 Echo da Lapa	3, 2, 1895

4 O Preconicio	13, 3, 1895
5 Cidade da Lapa	7, 9, »
6 A Folha Nova	15, 11, 1898
7 A Thesoura	»

PALMEIRA

1 A Comarca	22, 2, 1896
2 Parochia da Palmeira	11, 5, 1899

GUARAPUAVA

1 O Guayra	4, 4, 1893
2 Club Treze de Maio	13, 5, »
3 Jornal das Creanças	28, 11, »
4 Paraná	10, 6, 1894
5 A Alvorada	14, 7, 1896

CAMPO LARGO

1 O Escolar	11, 1885
2 O Guayra	23, 1, 1887

S. JOSE' DOS PINHAES

1 O Mequetrefe	1880

RIO NEGRO

1 O Rio Negrense	6, 11, 1898

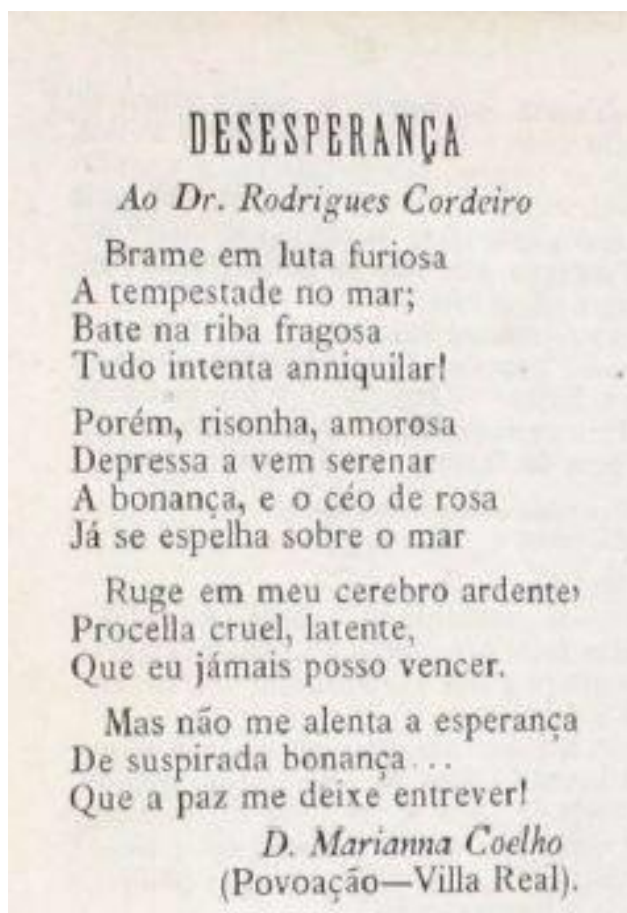
PALMAS

1 O Palmense	»

XAPECO'

1 O Xanxerê	7, 2, 1892

ANEXO G – Poesia publicada no *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, de 1887



Fonte: Novo Almanack Luzo-Brasileiro (1887).

ANEXO H – Lista com a opinião dos intelectuais a respeito da inserção das mulheres na Academia Brasileira de Letras

COMO SE MANIFESTARAM OS ACADEMICOS OUVIDOS PELO "O MALHO"	
Laudelino Freire	— favoravel.
Affonso Celso	— favoravel.
Filinto de Almeida	— excusou-se.
Ramiz Galvão	— contrario.
Antonio Austregesilo	— favoravel.
Pereira da Silva	— favoravel.
Ataulpho Paiva	— favoravel.
Miguel Osorio	— favoravel.
Mucio Leão	— favoravel.
Adelmar Tavares	— favoravel.
Victor Vianna	— favoravel.
Afranio Peixoto	— favoravel.
Olegario Marianno	— favoravel.
Gourlart de Andrade	— favoravel.
Rodolpho Garcia	— contrario.
Clovis Bevilaqua	— favoravel.
Tristão de Athayde	— contrario.
D. Aquino Corrêa	— contrario.
Celso Vieira	— favoravel.
Fernando Magalhães	— (não tem opinião).
Gustavo Barroso	— contrario.
Rodrigo Octavio	— favoravel.
Roquette Pinto	— favoravel.
Octavio Mangabeira	— favoravel.
Alberto de Oliveira	— favoravel.
Pedro Calmon	— favoravel.
Aloysio de Castro	— favoravel.

Fonte: O Malho (24 dez. 1936, p. 29).

ANEXO I – Poesia intitulada *Inspiração* publicada para a revista *O Cenáculo*, em 1897

INSPIRAÇÃO

A' minha sobrinha Elvira Cruz, na idade de oito mezes.

Tão cedo ainda, creança !
—Aurora mal definida—
Symbolisas a esperança,
Na madrugada da vida!
—Crepusculo ainda, creança,
Aurora mal definida !

Nem sequer sabes que és linda,
Digna da mais fina tela !
Nada lobrigam ainda
Esses teos olhos de estrella !
Nem sequer sabes que és linda,
Digna da mais fina tela !

N'essa doce inconsciencia,
Tambem o mal não conheces !
—Como é espinhosa a existencia !
Se soubesses ! se soubesses !...
Que feliz inconsciencia,
Que ainda o mal não conheces !

Têm teos beijos tal doçura
Que inebriam quem te adora !
Tens arrulhos de ternura,
Qual pomba que se enamora !
Teos beijos têm tal doçura
Que inebriam quem te adora !

Meiga e bella, quer no pranto,
Quer desenhando um sorriso !
Não têm mais sublime encanto
Os anjos do Paraíso !
Bella e meiga, quer no pranto
Quer desenhando um sorriso !

Do teu manto de innocencia,
Solta um pedacinho, solta !
E abriga-me esta existencia
— Que traz minh'alma revolta,
No manto d'essa innocencia !
— Solta um pedacinho, solta !

Que nunca, flôr, tua belleza
Se murche á sombra da dôr !
Guardem teos paes, na avareza
Do seo solícito amor,
Tanta fragrancia e belleza,
Da negra sombra da dôr !

Coritiba, 29—6—97.

MARIANNA COELHO.



ANEXO J – Poesia intitulada *Morreu!* publicada para a revista *Fanal*, em 1912

MORREU!

A' memoria de minha mãe.
No dia do seu anniversario natalicio.

Mãe! perfume, graça extrema
Que me embala e acaricia!
Duplo e divinal poema:
—E's minha mãe, e és Maria.

Alma feita de bondade,
Acolhe o profundo grito
Desta dor, desta saudade,
Nos páramos do Infinito!

Sinto-te, oh! mãe! sempre perto,
Sinto, crente, a tua mão
—Desta vida no deserto...
Espírito e coração

Guiar-me! Sinto o bafejo
Sincero, acalentador,
Do teu amoroso beijo
—Único real amor

Que o mundo me concedeu.
Abraçada á tua imagem,
Oh! carinhosa miragem,
Repouso no seio teu.

A unica estrella que brilha
No meu sonho ou pesadelo,
E's tu. Chamo-te; e ao appello
Respondes: „Amada filha...”

Teu grande amor maternal,
No meu viver vacillante,
Traz-me, liberta do mal,
Presa ao teu bello semblante.

Meiga velhinha, alvo lyrio,
Viver só p'ra te adorar
E o teu retrato oscular
Desta febre no delirio,

Eis a unica ventura
Que me entretém esta vida!
Depois... tua sepultura
Será a minha, oh! mãe querida!

Cingidas no mesmo abraço,
Nossas almas sempre unidas,
Subirão, scindindo o espaço,
A essas mansões promettidas.

Na solidão da existencia,
Do soffrimento no cumulo,
Quero a vida d'alem-tumulo,
Tua etherea convivencia.

Tua fria lousa encerra
Todos, todos meus desejos:
Nada ha para mim na terra
Que se compare aos teus beijos.

Se me lembram teus affagos
Compensando-me horas tristes,
Vencem-me receios vagos...
Porque, oh! mãe! já não existes!

Anjo, santa, pomba mansa
Que do meu pombal voou:
—Pombal de amor, de esperanza,
Que a morte me anniquilou!

Sonho, ás vezes, que resurges
Do teu caixão mortuario!
E em arrojo extraordinario,
Quando, assim, em sonhos surges,

Por prender-te á vida, lucto:
„Se morres... quero morrer!”
Olhas-me pallida... em luto...
Oh! minha mãe, podes crer

Que o que escalda o peito meu,
Como intensivo cauterio,
E' esta palavra—Mysterio,
E' esta verdade—Morreu!

Curitiba, 28 de Março de 1911.

MARIANNA COELHO.

Fonte: *Fanal* (jan. 1912, p. 18).